

Casos em que o jornalismo foi notícia

Manuel Pinto | Helena Sousa (org.)



Casos em que o Jornalismo Foi Notícia

*A Coleção Comunicação e Sociedade é dirigida por Moisés de Lemos Martins,
do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.*

CASOS EM QUE O JORNALISMO FOI NOTÍCIA

Organização: Manuel Pinto e Helena Sousa

Direcção gráfica e capa: António Modesto

© CAMPO DAS LETRAS, EDITORES, S.A., 2007

Edifício Mota Galiza

Rua Júlio Dinis, 247, 6.º, E1 4050-324 Porto

Telef.: 22 60 80 870 Fax: 22 60 80 880

Site: www.campo-letras.pt

Email: campo.letras@mail.telepac.pt

Impressão: Papelmunde – SMG, Lda. – Famalicão

Acabamento: Inforsete – AG, Lda. – Famalicão

1.ª edição: Abril de 2007

Depósito legal: 257666/07

ISBN: 978-989-625-160-4

Colecção: Comunicação e Sociedade – 8

Código do livro: 1.70.008

*Esta colecção resulta da colaboração entre a editora Campo das Letras
e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.*



Casos em que o Jornalismo Foi Notícia

Manuel Pinto e Helena Sousa (org.)



Introdução

Pensar o jornalismo através de casos

Manuel Pinto e Helena Sousa

A crise do jornalismo, tão decantada nos últimos anos, é uma crise de morte ou de renovação e de crescimento? A pergunta, sem ser expressamente formulada como tal, está no centro das reflexões e análises deste volume, concebido e produzido no quadro das actividades do projecto Mediascópio.

Este Projecto distingue-se pelo acompanhamento próximo que se propõe fazer do panorama da comunicação e dos *media* em Portugal. Rastreia em continuidade o que se vai passando, de acordo com a cobertura jornalística que dele é efectuado e, além de análises de conjunto, de ritmo quinquenal, toma como matéria de estudo problemáticas que, pelo seu significado intrínseco ou pelas consequências que comportam, justificam um olhar crítico mais aprofundado.

No que se refere a esta obra, foram escolhidos vários casos que assumem uma particular característica: neles e através deles, foi o próprio jornalismo que se tornou notícia. E nem sempre pelas melhores razões.

Digamos que, no conjunto dos casos analisados, existem pelo menos três tipos de situações, cada qual com a sua esfera própria de questões. Encontramos, em primeiro lugar, mega-acontecimentos de cunho trágico e traumático, que a cobertura mediática amplia, enquadra, reconstrói e significa. O caso paradigmático é, aqui, sem qualquer dúvida, o 11 de Setembro e, no plano nacional, a queda da ponte de Entre-os-Rios. Cada qual na sua escala e com a sua natureza específica, ambos confrontam os cidadãos com a fragilidade dos pilares em que a vida social e política assenta. Nos dois contextos, os *media*, assumindo-se como agentes de estratégias de consensualização, tornam-se parte decisiva do acontecimento que reportam. Estamos, por assim dizer, perante acontecimentos simbióticos, nos quais a cobertura mediática fica a fazer parte da memória e do imaginário do próprio acontecimento.

Temos, depois, os escândalos relacionados com práticas de jornalistas que põem em causa quer instituições jornalísticas específicas quer, de modo mais genérico, o próprio jornalismo. Casos como o de Jayson Blair, em *The New York Times*, ou o do processo que rodeou a morte do cientista David Kelly, no Reino Unido, puseram em evidência a instituição de comportamentos e esquemas de funcionamento que, se não constituem um convite ao abuso, deixam, pelo menos, a porta aberta para ele. Por efeito da repercussão pública, nomeadamente num quadro em que novas ferramentas de edição se multiplicam e estendem o seu raio de alcance na Internet, tais casos minam a relação de confiança em que se funda o exercício do jornalismo.

Recortamos, por último, processos extra-jornalísticos com efeitos mais ou menos devastadores, reais ou imputados, no campo jornalístico e no modo de fazer jornalismo. Embora as escolhas possíveis fossem múltiplas, optámos por analisar aqui dois casos sintomáticos. Por um lado, considerámos o fenómeno dos *reality shows* e a contaminação do espaço informativo a que deram origem, em particular nas televisões generalistas, fazendo emergir novos protagonistas, novas temáticas informativas e, sobretudo, acelerando o que tem sido designado por auto-referencialidade mediática. Por outro lado, analisámos o fenómeno dos blogues, a mais utilizada das ferramentas de auto-edição disponibilizada nos anos mais recentes a cidadãos comuns e que se foi convertendo numa das plataformas mais salientes de questionação do jornalismo, seja como espaço de debate, seja como terreno de escrutínio, seja ainda como ampliação da informação pública e respectivo comentário.

Na quase totalidade dos casos é de derrapagem que se trata, e na esmagadora maioria, de derrapagem ética. Tudo sugere que não nos encontramos perante ‘pecadilhos’, atrevimentos ou actos meramente individuais, visto que os sintomas e as manifestações são, ao mesmo tempo, numerosos e repetidos, sugerindo um estado generalizado de crise. Como observou Frédéric Antoine¹, a propósito do caso belga, ‘a derrapagem ter-se-ia convertido, em alguns casos, num modo de operar da prática jornalística, tendo entrado nos costumes de certas componentes da profissão no mesmo plano que outros comportamentos profissionais’.

De entre os factores que influenciariam este quadro, o clima de forte concorrência entre empresas mediáticas na busca de mais audiências e, conseqüentemente, de lucros mais elevados tem sido o mais apontado e, porventura, aquele que reúne mais consenso. Mas será que o mercado resume tudo o que de mais significativo pode ser dito a este respeito?

No plano interno às organizações jornalísticas, tem sido também sublinhado como factor importante o esvaziamento de muitas redacções de jornalistas seniores, com condições de transmitirem uma memória e uma sabedoria socia-

¹ Cf.: Frédéric Antoine (s/d), Introdução in *Observatoire du récit médiatique*, n.º 5. (www.comu.ucl.ac.be/reci/orm/Doc/Lettre/lettre5.htm)

lizadoras das novas gerações que chegam à profissão. Este facto, ligado à aceleração que caracteriza cada vez mais o processo produtivo do jornalismo, à polivalência que, em alguns contextos, é crescentemente exigida aos jornalistas, ao menor investimento na investigação e na grande reportagem e à crescente organização e profissionalismo das fontes, ajuda a compreender algumas das vicissitudes e condicionalismos que fazem com que a excepcionalidade das derrapagens (éticas e não só) se possa converter em ‘modo de operar’.

No que se refere à espectacularização e sensacionalização dos formatos e conteúdos informativos, e às derivas a que tais processos dão azo na esfera jornalística, torna-se necessário um quadro de compreensão mais amplo e complexo, capaz de articular as transformações intrínsecas ao jornalismo com as mudanças socioculturais. O sucesso dos *infoshows* e dos *reality shows* e a centralidade adquirida por esferas da vida privada (o confessionário, a alcova, os bastidores do quotidiano...), que, no passado, só pela via ficcional acediam à difusão colectiva, indiciariam fracturas de laços sociais, fenómenos de solidão, deficiente funcionamento das instituições e o papel de conforto e alívio, de catarse e de último recurso desempenhado pelas televisões. A contaminação da informação jornalística por esta focalização da ‘singularidade comum’, ou este ‘deslizamento dos interesses dos cidadãos para o individual’ (Emili Prado) acarreta uma crescente diluição das fronteiras, outrora relativamente estabelecidas, entre informação, ficção e entretenimento.

Pela via tecnológica, são igualmente múltiplos os desafios com que se defronta o jornalismo. A facilidade do recurso ao directo, nas emissões televisivas, assim como a convergência de plataformas e de suportes, com consequências tanto nas competências requeridas para o exercício da profissão como nas condições de trabalho quotidiano dos jornalistas, constituem apenas exemplos de um quadro que se tem vindo a alterar de forma acelerada.

Não se pode deixar de anotar, neste contexto, a proliferação de novas vozes oriundas de distintos sectores da vida social, tornadas possíveis pela variedade de novas ferramentas de auto-edição que a Internet viabilizou. Ainda que correspondendo a segmentos de utilizadores socialmente minoritários e predominantemente jovens, um fenómeno como os weblogues, além de dar espaço a novos actores e de representar um alargamento de problemáticas e de modalidades de participação na esfera pública, comporta para o jornalismo desafios de diversa natureza. Em primeiro lugar, a blogosfera representa, para os *media* ‘tradicionais’, uma nova e surpreendente fonte de sugestões e de informação. Em segundo lugar, os blogues – uma parte deles, pelo menos – têm-se convertido numa das mais efectivas instâncias de escrutínio e de acompanhamento crítico do jornalismo. Em terceiro lugar, os *media* e os próprios jornalistas recorrem, em muitos casos, aos blogues para neles dar conta dos bastidores das notícias ou dar azo a um maior diálogo com os cidadãos.

O desafio de fundo que se pode detectar nos blogues e noutras ferramentas de natureza análoga² traduz-se, assim, em dimensões várias: 1) desenvolvimento de modalidades de jornalismo amador, em que novos actores assumem papéis próximos dos de repórter, colunista e editor; 2) constituição de comunidades de interesses e de especialistas, nomeadamente centrados nas práticas mediáticas e jornalísticas; 3) ampliação da produção social de informação, exigindo de todos os utilizadores competências acrescidas de verificação da fiabilidade; 4) a possibilidade de surgimento de novos projectos de informação de actualidade, concorrentes com os *media* clássicos ou afectando, pelo menos, algumas das suas franjas.

O exercício profissional do jornalismo não se encontra provavelmente ameaçado e pode mesmo admitir-se que o lugar do profissionalismo se torna cada vez mais relevante e necessário. O que se desenha é, antes, a densificação de um processo de participação que questiona as assimetrias no acesso à palavra pública, as barreiras entre os *media* e os cidadãos, a unidireccionalidade do processo global. Mas é conveniente adoptar alguma prudência quanto aos ‘milagres’ que alguns discursos enunciam, a respeito dos cenários que as novas tecnologias prometem. A possibilidade técnica não tem necessariamente correspondência com a possibilidade social, nem se pode extrapolar a prática de uma minoria para o conjunto da sociedade. O novo cenário que desta transformação pode resultar estará porventura longe da utopia de um ‘jornalismo dos cidadãos’, mas cada vez mais distante de um ‘jornalismo para os cidadãos’, porque terá, buscando isso ou não, de contar cada vez mais com eles. Poderíamos antevê-lo como uma formação compósita de múltiplos níveis, de tipo menos piramidal e tendencialmente mais reticular, ou, então, simplesmente como uma amálgama de soluções diversas, em que o velho coexiste com o novo.

Nada melhor do que acompanhar criticamente os cenários e as problemáticas que surgem diante de nós com os pés bem assentes na memória, mais ou menos viva ou avivada, de caminhos percorridos em anos recentes. Este trabalho quer contribuir para esse objectivo, e nomeadamente para o modo como o jornalismo e os jornalistas são reflectidos por si próprios e pelos outros no espaço mediático.

Antes de apresentarmos os resultados deste trabalho, importa interrogar o que é um estudo de caso e explicitar algumas das nossas preocupações teórico-metodológicas. De resto, não faria sentido avançar sem procurarmos fundamentar as nossas opções e sem esclarecer alguns pressupostos partilhados pela equipa de investigação.

Os estudos de caso são frequentemente apresentados como um bom instrumento metodológico no sentido de clarificar uma determinada unidade de

² Vários estudiosos têm sublinhado a tendência para aquilo que, nas palavras de Lasica (2002), pode ser designado por ‘*webcasting* personalizado’.

estudo ou um sistema com coerência interna e com fronteiras definíveis, ainda que não totalmente claras. De acordo com Wimmer & Dominick, o estudo de caso é uma metodologia de pesquisa qualitativa bastante comum: ‘o estudo de caso utiliza o máximo possível de fontes no sentido de sistematicamente investigar indivíduos, grupos, organizações ou eventos. Os estudos de caso são conduzidos, quando um investigador precisa de compreender ou de explicar um determinado fenómeno. São utilizados com frequência pela medicina, antropologia, gestão, ciência política e história’ (1997: 102).

Yin (1989 e 2003), por seu turno, define o estudo de caso como um método de pesquisa que ocorre, quando a análise de um determinado fenómeno não é totalmente distinta da sua envolvente. Ou seja, Yin considera como estudo de caso a análise de um fenómeno contemporâneo em contexto real, distinguindo, assim, o estudo destes fenómenos dos estudos realizados em contexto laboratorial, nos quais as condições e o tempo das experiências são controladas pelo próprio investigador.

Tendo em consideração os objectivos fundamentais deste livro, parece-nos pouco útil pensar os estudos de caso nos termos em que estes autores os apresentam. Parece-nos efectivamente mais profícuo – e aqui concordamos com Stake (1994: 236) – pensar os estudos de caso como uma opção quanto ao objecto de estudo e não quanto à(s) metodologia(s) utilizadas para interrogar determinada unidade de análise. Como podemos, então, definir o que queremos estudar e o que pretendemos interrogar?

Para efeitos da nossa pesquisa, consideramos um ‘estudo’ o processo e o produto da aquisição de conhecimentos. Um ‘caso’ pode ser entendido como um sistema (um indivíduo, um fenómeno, um evento) com coerência interna que procuraremos autonomizar para efeitos de análise, por mais frágeis que sejam as fronteiras com outros fenómenos e contextos. Para nós, ‘estudo de caso’ é portanto, uma unidade de estudo (o objecto de estudo), em análise (integra o processo de aquisição de conhecimentos) e o resultado da interrogação que, após apresentação e confronto com outras leituras, suscitará novas interrogações e, idealmente, elaborações cada vez mais complexas. Um estudo de caso é, na essência, o trabalho empírico e a concomitante reflexão teórica sobre um determinado fenómeno que procuramos delimitar – a unidade de análise.

O que caracteriza então os nossos estudos de caso? O que os torna específicos, únicos e relevantes? Como procuramos definir as suas fronteiras? E, acima de tudo, como entendemos interrogar cada um? Em suma, o que queremos saber? Antes de mais, importa referir que este livro compreende um conjunto de estudos que pode também, no seu conjunto, ser considerado um estudo (no singular) de casos. Isto é, cada fenómeno foi seleccionado pelo seu valor intrínseco, mas a leitura conjunta e integrada dos vários estudos potencia a compreensão mais alargada e profunda sobre as reflexões actuais com que se vê confrontado o jornalismo no espaço público.

Cada caso deve simultaneamente contribuir para a compreensão interna da sua unidade de análise e para a explicitação de uma problemática mais lata, para a compreensão de dinâmicas mais abrangentes do que cada caso, por si, poderia eventualmente revelar. O conhecimento dos outros casos dilata as possibilidades de leitura de cada caso individual e faz com que – do ponto de vista explicativo – o valor do todo seja efectivamente maior do que a soma das partes.

Cada unidade de análise tem naturalmente as suas complexidades e contradições. E, como tal, em cada caso procura-se responder a interrogações específicas. Se cada caso suscita dúvidas concretas, também exige necessariamente uma determinada informação teórica (recorrerá a quadros particulares de pensamento) e precisará de abrir os seus próprios caminhos, de procurar as suas metodologias no sentido de mais adequadamente mostrar (descrever), criar sentido(s) e desenvolver novas ideias. Numa palavra, em cada estudo de caso, os autores partem de um quadro de pensamento, interrogam a realidade (recorrendo a trabalho empírico) e contribuem para a compreensão dos fenómenos, para o desenvolvimento da teoria.

Os corpos teóricos existentes (Sociologia do Jornalismo, Sociologia das Fontes, Teoria e Análise do Discurso, Semiótica, Ética e Deontologia, etc...) contribuem para a definição das unidades de análise, para o desenvolvimento das questões fundamentais e para a compreensão dos fenómenos. Mas os próprios fenómenos – e mais especificamente os discursos desenvolvidos pelos autores sobre as narrativas mediáticas e as interrogações que suscitam aos actores com voz nesses mesmos *media* – contribuem também para questionar a própria teoria, assegurando, assim, que os novos desenvolvimentos sociais possam garantir a afinação e permanente reconstrução do conhecimento científico.

Nesse sentido, podemos afirmar que, para além do destaque mediático e da pertinência do debate suscitado, a selecção destes casos (e a necessária exclusão de muitos outros) resulta também da avaliação feita pelos investigadores sobre os potenciais contributos que esses casos poderiam dar à teoria (apresentando novas realidades, interrogando assunções e reconhecendo também as virtualidades dos actuais corpos de literatura).

De qualquer forma, como já referimos, este livro não apresenta casos exclusivamente pelo seu valor intrínseco. Trata-se de um estudo múltiplo que remete para momentos e para tempos diversos. Espera-se que uma aproximação multi-temática, multi-espacial e multi-temporal contribua, de facto, para uma mais rica problematização das narrativas sobre o jornalismo e os jornalistas tal como são apresentadas e discutidas nos e pelos próprios *media*.

Assim sendo, não é previsível que todas as abordagens recorram às mesmas metodologias, embora as grandes linhas mestras do trabalho de investigação qualitativa estejam presentes em todos os capítulos: em todos os casos se tenta esboçar os limites do estudo, as suas fronteiras físicas, temporais e temáticas;

em todos os casos se descreve uma problemática tal como se nos apresenta e tal como é pensada; em todos os casos se procura aprofundar a compreensão do fenómeno em questão, recorrendo a teorias e a métodos específicos e, finalmente, em todos os casos se procura contribuir – ainda que de forma necessariamente limitada – para a teorização, isto é, para a generalização e para o desenvolvimento de novas possibilidades em termos de compreensão do mundo ou, melhor, da representação do mundo. No seu conjunto, estes casos colocam efectivamente antigas e novas interrogações, oferecem novas possibilidades em termos de construção de novos objectos de estudo mas, acima de tudo, criam condições para uma reflexão mais informada para todos aqueles que se importam com a qualidade das narrativas que informam a sociedade sobre si própria.

Passando a uma breve apresentação, capítulo a capítulo:

Eduardo Cintra Torres discute os acontecimentos do 11 de Setembro, refletindo sobre o papel dos *media* como instância alternativa da sociedade e das pessoas, em momentos de crise. O autor observa que, neste mega-acontecimento, em particular, não foi pedido aos *media* que assumissem uma posição objectiva, mas que se juntassem à esfera de consenso exigida pela opinião pública. Num tal clima de crise, qualquer crítica ou distanciamento seriam entendidos como actos anti-patrióticos. Aos jornalistas, foi-lhes pedido que fossem americanos, primeiro, e jornalistas depois.

Joaquim Fidalgo faz o relato e analisa o caso Jayson Blair, que abalou a credibilidade daquela que é uma das referências maiores do jornalismo internacional, o diário *The New York Times*. Em foco esteve algo que poderia ter sido um incidente isolado de plágio jornalístico, resolvido com uma punição individual, mas que acabou por acarretar a responsabilização colectiva da redacção de um dos mais prestigiosos exemplos da imprensa mundial de referência. A discussão em torno do caso conduziu a um debate de cariz ético sobre a legitimidade de algumas práticas jornalísticas para obter mais leitores. Se esta situação podia acontecer no *NYT*, então podia acontecer em qualquer jornal. A questão da credibilidade das fontes anónimas é abordada por Hália Costa Santos, através do caso David Kelly que fez abalar outra das grandes referências da imprensa internacional, a BBC. A publicação, por esta empresa pública de radiodifusão, de uma história de fonte anónima fazendo graves acusações ao governo, desencadeia uma série de questões sobre a integridade jornalística na relação com as fontes. A pressão do governo junto dos *media* com os seus *spin doctors*, o anonimato das fontes e o problema das fontes únicas são algumas das problemáticas levantadas pelo caso e discutidas neste capítulo.

Madalena Oliveira aborda o caso Casa Pia e faz uma resenha crítica das principais interrogações levantadas na altura. Os jornalistas que denunciaram o caso de pedofilia que sacudiu Portugal não ouviram louvores, mas, pelo contrário, duras críticas à sua ética e meios usados. O caso fez com que os pró-

prios jornalistas se convertessem no centro das atenções mediáticas, gerando discussões sobre assuntos tão polémicos como o segredo de justiça ou a protecção das fontes.

Num segundo texto da mesma autora, aborda-se outra situação em que os jornalistas deixam de ser meros intermediários, para passarem a ser a notícia, exemplificando com os acontecimentos da guerra no Iraque. Após um ataque a jornalistas portugueses que acabavam de entrar naquele país, os blocos noticiosos afastaram-se dos relatos de guerra para se concentrarem quase exclusivamente nos desenvolvimentos centrados nos próprios repórteres. Este capítulo traz-nos reflexões sobre o jornalismo de guerra e os custos de algumas notícias.

A cobertura da queda da ponte de Entre-os-Rios é o caso analisado por Sandra Marinho. No contexto daquilo que foi um dos grandes acontecimentos trágicos dos últimos anos em Portugal, o país assistiu em directo ao sofrimento dos familiares das vítimas. Os longos e sucessivos directos e as primeiras páginas encheram-se com os mergulhos para a recuperação de cadáveres, entrevistas com familiares e políticos e com os funerais das vítimas. O texto analisa as críticas formuladas em torno da exploração da dor alheia e do abuso dos directos, bem como as circunstâncias em que os jornalistas que cobriram este evento foram obrigados a aguentar condições adversas para poderem fazer a transmissão 'in loco'.

Sara Moutinho escreve sobre a manipulação de fotografias, um tópico que tem já uma longa história, mas cuja discussão se torna cada vez mais relevante, à medida que os meios técnicos se vão sofisticando, permitindo alterações das fotografias difíceis de detectar por não profissionais. À luz de alguns casos concretos, este artigo analisa as principais visões sobre o assunto e alguns tópicos suscitados pelos profissionais do fotojornalismo.

Segue-se um trabalho centrado no fenómeno dos *reality shows* em Portugal, sobre o qual se debruça Felisbela Lopes. Estes fenómenos de audiência não só serviram para ancorar a programação dos canais que os adoptaram, mas também acabaram por influenciar os estilos televisivos das respectivas estações. Participantes destes concursos ganharam o estatuto de figuras públicas e episódios especiais passaram a ser temas de abertura de blocos noticiosos em horário nobre, com reportagens que confundiam a realidade com a ficção.

O volume encerra com uma abordagem dos weblogues em Portugal, da autoria de Luís Santos. O autor destaca o modo como o jornalismo e os jornalistas se tornaram assunto de comentários e de escrutínio, desta vez por parte de internautas amadores, os chamados *bloggers*. O texto realça a descentralização da produção e divulgação de conteúdos, subvertendo a unidireccionalidade dos meios tradicionais e mostra como, atentos ao trabalho dos *media* e à realidade política, económica e social do país, estes novos actores do espaço público vão, simultaneamente, comentar e influenciar o trabalho dos jornalistas.

Em resumo, os casos apresentados neste volume apresentam, como linha comum e transversal, o jornalismo como objecto de interrogação, privilegiando o discurso dos próprios jornalistas e daqueles que comentam o seu trabalho (sejam eles jornalistas ou não). Do ponto de vista substantivo, salientam-se aqui dois campos especialmente problemáticos: a relação dos jornalistas com as suas fontes de informação e, por outro lado, a relação do jornalismo com a sociedade e com os cidadãos. Eis dois eixos fulcrais para pensar o futuro do jornalismo.

Bibliografia

- Yin, Robert K. (2003) *Applications of Case Study Research*, Londres, Sage (2.ª ed.).
- Yin, Robert K. (1989) *Case Study Research*, Newbury Park, Sage (2.ª ed.)
- Lasica (2002) 'Blogging as a Form of Journalism'. *Online Journalism Review*, [www.ojr.org/ojr/workplace/1017958873.php]
- Prado, Emili, 'Traficantes de emociones'. *Diálogos de la Comunicación*. [<http://www.felafacs.org/files/emili.pdf>]
- Stake, Robert E. (1994) 'Case Studies' in Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (eds.), *Thousand Oaks*, Londres e Nova Deli, Sage.
- Wimmer, Roger D. & Joseph R. Dominick (1997) *Mass Media Research*, Belmont, Wadsworth (5.ª ed.)

11 de Setembro: As quatro fases do evento mediático

Eduardo Cintra Torres

Resumo/abstract: à parte a dimensão gigantesca e espectacular do terror em directo, o evento mediático de 11 de Setembro apresenta as mesmas características de outros eventos trágicos televisionados nas três fases habituais das tragédias televisivas: os antecedentes (recriados posteriormente), os factos e as consequências trágicas. Mas o 11 de Setembro distingue-se por apresentar uma quarta fase, o estado de guerra, durante a qual algumas das características do jornalismo em período de crise nacional se prolongaram por um longo período na televisão. Esta quarta fase indica uma ligação do jornalismo ao «círculo de ferro» da opinião pública maioritária na sociedade e uma fragilidade do jornalismo em democracia em resistir à «esfera de consenso».

Índice

Introdução

A primeira fase: os antecedentes

A segunda fase: os factos

Simbologia dos alvos

A dimensão histórica dos factos

O terrorismo e os *mass media*

A cobertura mediática

A terceira fase: as consequências trágicas

A tragédia televisiva

As diferenças entre os ataques a Nova Iorque e os restantes

Tempos de crise nacional

Alterações da prática jornalística

Os *media* no centro da sociedade

Gerando a quarta fase
A quarta fase: o estado de guerra
Alterações da prática jornalística
O «círculo de ferro»

Introdução

Evento mediático é o conjunto dos textos mediáticos a respeito de um conjunto coerente de factos ocorridos no mundo real; é uma construção ideológica para a qual concorrem todos os *media* de uma sociedade, em especial a televisão, por ser o de maior impacto; contribui poderosamente para a assimilação dos factos e suas consequências pela sociedade, bem como para a memória colectiva. Entende-se um evento mediático como uma unidade narrativa com princípio, meio e fim.

Neste trabalho, tentamos resistir à tendência de deixar que a análise do evento mediático se confunda com a análise dos factos que lhe dão origem. A análise do 11 de Setembro enquanto evento mediático é a análise dos textos mediáticos produzidos durante e a propósito do 11 de Setembro.

O *nome*: o que definimos como «11 de Setembro»? A utilização da data identifica os actos cruciais ocorridos em 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, mas, para além dos *actos*, há o *evento mediático*, que lhe é indissociável. Resultando de construções mediáticas, políticas e históricas, o evento ocupa um período mais longo do que os factos.

Este ensaio procura estabelecer quatro fases no *media event* do 11 de Setembro, verificando quais os elementos originais na cobertura televisiva dos acontecimentos em cada uma das fases. Concentramo-nos no evento tal como vivido na televisão generalista norte-americana, usando como fonte para as três primeiras fases as emissões das *networks* generalistas e informativas e para a quarta fase textos escritos de informação e análise.

As *fases ou capítulos do evento* resultam da sua construção mediática, do tratamento dado pelos *media* ao evento. Há, aqui, uma sobreposição de construções ideológicas: as que os *media* fazem a respeito dos factos e a que neste trabalho se faz a respeito do evento mediático. Os cuidados a ter são redobrados porque «nós representamos objectos, mas só podemos experimentar eventos. O evento enquanto tal não é algo que possa ser representado. Pelo contrário, os eventos são o que nos conduz à representação».¹

As quatro fases que estabelecemos para o 11 de Setembro enquanto evento mediático televisivo são as seguintes: os *antecedentes*, os *factos*, as *conse-*

¹ Timothy Rainer, «Time and Event: Reflections on September 11», *Theory and Event*, 5:4, 2002, cit. por Britta Timma Knudsen, «The Eyewitness and the Affected Viewer. September 11 in the Media.», in *Nordicom Review*, 2-2003, p. 117.

quências trágicas e o *estado de guerra*. Na nossa análise, o evento do 11 de Setembro segue o padrão das tragédias televisivas (a crise nacional) nas três primeiras fases e o padrão do jornalismo em tempo de guerra na quarta fase.

A primeira fase: os antecedentes

Os *media* estabeleceram *a posteriori*, com base nos dados das autoridades policiais americanas e internacionais e na sua investigação, as causas próximas e remotas do 11 de Setembro. Nomeadamente: as origens e ligações dos terroristas, em especial em Hamburgo, Alemanha; a personalidade de bin Laden e a história da al Qaeda; a relação do 11 de Setembro com a invasão do Afeganistão; as explicações para o extremismo de inspiração islâmica; as falhas na inteligência norte-americana. Os antecedentes são um capítulo frequente nos eventos jornalísticos, procurando-se explicações para o «inexplicável», o facto trágico, estabelecendo-se uma narrativa como forma de agarrar o real, e servindo também para o apuramento de responsabilidades.

O estabelecimento dos *antecedentes* no evento é um processo inevitável e neste caso demorado: em 2004, quase três anos depois dos factos, continuam a ser divulgados relatórios estabelecendo a cronologia e análise dos factos que terminam com o 11 de Setembro.²

Esta fase é, portanto, um *flashback* narrativo que se vai construindo e incluindo nas fases seguintes, no caso do 11 de Setembro, nas terceira e quarta fases do evento. Os *antecedentes* não singularizam o 11 de Setembro enquanto *media event*, pois encontramos-os em todos, especialmente os eventos inesperados.

A segunda fase: os factos

Os *factos fundadores do evento* são as acções terroristas propriamente ditas, que ocorrem na manhã de terça-feira, 11 de Setembro de 2001. Eliuh Katz chamou-lhes «the terror event», para distinguir a fase dos factos que identificamos com a quarta fase do evento, «the war event».³

Os *factos*: três aviões comerciais de passageiros desviados e controlados por terroristas islâmicos nos Estados Unidos lançam-se contra três dos mais emblemáticos edifícios dos Estados Unidos e do mundo: as Torres Gémeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e o Pentágono, em Washington, DC. Um quarto avião é impedido por passageiros de se despenhar sobre o

² «Excerpts from statement by Sept.11 Commission Staff», *New York Times*, 17.06.2004.

³ Paulo Miguel Madeira e João Manuel Rocha, «Entrevista com Eliuh Katz: 11 de Setembro desafiou lógica dos acontecimentos mediáticos», *Público*, 07.07.2003.

Capitólio (ou a Casa Branca), em Washington, e cai num ermo do estado da Pensilvânia.

A manhã estava limpa, como é habitual nesta altura do ano, o que permitia aos terroristas terem a certeza de poderem ver a rota até aos destinos – e poderem ser vistos.

A derrocada das Torres Gémeas provocou 2752 mortos.⁴ Juntando-lhe as vítimas no Pentágono e os passageiros, tripulantes e terroristas nos aviões, o número total de vítimas ultrapassou as 3000.

Simbologia dos alvos

A escolha dos alvos dos ataques está cheia de significados que contribuem para a formatação do evento mediático.

O Pentágono é a sede do Ministério da Defesa da única superpotência mundial. O formato do edifício é o das fortalezas militares da Idade Moderna. O Pentágono apresentava-se como uma muralha inexpugnável, assemelhando-se aos «muros das cidades» que, noutros tempos, «eram consagrados ritualmente como uma defesa contra o Demónio, a doença e a morte.» O resultado dos ataques a essas muralhas, «sejam eles demoníacos ou militares, é sempre o mesmo: a ruína, a desintegração, a morte»⁵. O Pentágono era, portanto, o *centro simbólico do poderio militar* da superpotência.

O Capitólio é a sede do poder político; por ser um edifício de grandes dimensões, era um alvo mais fácil e espectacular do que a Casa Branca, sede da Presidência, a pouco mais de um quilómetro de distância. Qualquer um destes edifícios representa o *centro simbólico político* da superpotência.

As Torres Gémeas, ao contrário dos anteriores, não eram edifícios do Estado mas edifícios emblemáticos por serem dos mais altos do mundo, por formatarem o *skyline* de Nova Iorque, por representarem o comércio livre e pacífico entre nações livres (segundo o seu arquitecto), ou, na interpretação contrária, por simbolizarem o capitalismo que invade com os valores das sociedades ocidentais outras sociedades. A escolha das Torres Gémeas permite outras interpretações simbólicas cumulativas.⁶

O nome do conjunto urbano em que se enquadravam as Torres Gémeas convida igualmente à análise simbólica: *World Trade Center*. Para além da referência ao comércio mundial, a palavra centro convida a uma análise literal: o WTC como centro do mundo «ocidental» ou, mais simplesmente, como

⁴ Dan Barry, «A New Account of Sept.11 Loss, with 40 Fewer Souls to Mourn», *New York Times*, 29.10.2003.

⁵ Mircea Eliade (2002), *Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*, São Paulo, Martins Fontes, p. 35.

⁶ Eduardo Cintra Torres, «As Torres Gémeas, a religião e o simbolismo», *Público*, 29.09.2001.

centro do mundo. O «centro» é «um lugar sagrado por excelência», de uma geografia sagrada e mítica, a única efectivamente *real*, e não de uma geografia profana, «objectiva», de certa forma abstracta e não essencial.⁷ O WTC era, assim, um *centro simbólico do mundo* em mais do que um sentido: do mundo ocidental, do mundo do comércio livre, da sociedade civil norte-americana. Em resumo, os terroristas escolheram como alvos três centros simbólicos: o centro militar, o centro político e o centro económico e da sociedade civil. «Numa guerra – disse um dos cérebros dos ataques – devem-se destruir as infra-estruturas do inimigo, bem como os seus símbolos políticos e económicos.»⁸

A dimensão histórica dos factos

Foi a primeira vez na História que os Estados Unidos foram atacados no seu território continental; e o ataque, ocorrendo nas duas principais cidades norte-americanas, foi coroado de êxito. Ao tomar-se conhecimento das nacionalidades não-americanas dos atacantes, as acções configuraram-se como parte de um conflito internacional. Todavia, os ataques não resultaram de uma declaração de guerra, o que complica a integração do evento na ordem internacional vigente. O mesmo se pode dizer da integração do evento na ordem interna norte-americana vigente. Estes elementos têm consequências importantes em todos os domínios, incluindo a cobertura mediática.

O terrorismo e os *mass media*

A relação entre o terrorismo internacional e os *media* assemelha-se a um pacto faustiano. Os terroristas necessitam da cobertura mediática para que os seus actos tenham validação e consequências; e noticiar actos terroristas faz parte da missão do jornalismo, mesmo que a notícia seja o cumprimento de um dos objectivos dos próprios actos terroristas.

A cobertura pelos *media* do terrorismo internacional permite estabelecer uma cronologia da relação entre ambos, iniciada nos anos '60, pela qual as inovações técnicas e empresariais na transmissão e difusão de segmentos e programas televisivos foram sendo acompanhadas por actos terroristas.⁹

O 11 de Setembro é o corolário dessa relação. Como referiram todos os analistas e comentadores desde a primeira hora, este evento traz a marca profunda da necessidade que o terrorismo internacional tem dos *media*, em especial da

⁷ Mircea Eliade, *op. cit.*, pp. 35-6.

⁸ Georg Mascolo e Holger Stark, «Operation Holy Tuesday», *New York Times*, 27.10.2003.

⁹ V. artigo de Simon Finch, documentarista da BBC, no *Financial Times*, 08.12.2001, retomado por Eduardo Cintra Torres, «O terrorismo e a televisão», *Público*, 15.07.2002.

televisão: «o ataque às Torres Gémeas pareceu organizado com um sentido apurado do ritmo mediático», refere Raúl Trejo Delarbre.¹⁰

O facto de a época escolhida ser, meteorologicamente, de grande visibilidade, o que não sucede na maior parte do ano na costa leste dos Estados Unidos, não só garantia a eficácia dos ataques recorrendo à aviação civil mas também uma visibilidade profunda pela televisão, nomeadamente em Nova Iorque, cidade na qual a existência de câmaras de vídeo nos edifícios e nas ruas é um «estado natural». Ao planear dois ataques para o mesmo local com intervalo de cerca de 20 minutos, a organização terrorista garantia uma visibilidade total, não em Nova Iorque apenas, mas em todo o mundo: «Os terroristas agarraram a atenção planetária para então a horrorizar com o segundo choque.»¹¹

Primeiro com as câmaras de televisão no topo de arranha-céus, ali instaladas precisamente para dar conta em directo do estado do tempo, depois com outras câmaras rapidamente colocadas, nesta cidade onde estão baseadas as direcções de informação das principais redes televisivas (*networks*) e canais de notícias, as Torres Gémeas transformaram-se no epicentro dos actos terroristas.

Os ataques em Nova Iorque atingem uma cidade aberta. Dezenas de câmaras, profissionais ou amadoras, captaram imagens dos dois aviões rasgando uma e depois a outra torre. Além das imagens em directo, muitas imagens serão depois recuperadas em diferido nos dias, semanas e meses seguintes.¹²

As relações entre o terrorismo e a televisão, bem como entre a guerra actual e a televisão, prosseguiram nas fases seguintes ao evento: a al Qaeda forneceu segmentos e mensagens de bin Laden e outros a canais televisivos, nomeadamente ao novo canal de língua árabe, estabelecido no Dubai, al Jazeera¹³; as partes em conflito no Afeganistão (e no Paquistão) e depois no Iraque, envolvidas em actos de guerra ou em actos terroristas ou para-terroristas (como os raptos, decapitações, etc.), recorreram à televisão como *instrumento de guerra*, o que é muito mais do que apenas como instrumento de comunicação, dado que a comunicação é neste caso a causa da acção mostrada e não a consequência.

¹⁰ Raúl Trejo Delarbre, «Terror en la aldea global», *etcétera*, 10.2001, <http://raultrejo.tripod.com/Articulosvarios/Terrorenlaaldeaoct01etceter.htm>

¹¹ *Ibidem*.

¹² As primeiras imagens do primeiro embate propriamente dito só foram vistas publicamente quase dois anos depois do ataque. Tinham sido captadas por um trabalhador emigrante que, a caminho do trabalho, resolvera filmar a «Big Apple» para mostrar depois à família no regresso ao seu país. (Ver James Glanz, «A Rare View of 9/11», *New York Times*, 07.09.2003.)

¹³ O aparecimento na cena mundial da estação informativa árabe baseada no Qatar Al Jazeera contrariou o desequilíbrio do domínio tecnológico da informação televisiva dos países anglo-saxónicos. O governo dos EUA atacou a Al Jazeera com acusações sem fundamento para tentar manter o predomínio da informação que lhe convinha (J. P. Velázquez-Gaztelu, «Al Yazira gana la guerra informativa», *El País*, 11.10.2001). A estação do Qatar rejeitou acusações de parcialidade na cobertura da guerra no Afeganistão, referindo que os dois lados tiveram o mesmo tempo de antena («Arab TV Station Rejects U. S. Criticism», *Washington Post*, 04.10.2001). Este artigo deixa de lado o tema da Al Jazeera, por se concentrar no comportamento dos *media* norte-americanos.

A cobertura mediática

Poucos minutos depois do primeiro impacto no World Trade Center, os directos das rádios e televisões foram direccionados para o evento. Desde o início, o tratamento foi cauteloso e não especulativo ou sensacionalista. Os principais apresentadores da televisão americana (Tom Brokaw, NBC, Peter Jennings, ABC, e Dan Rather, CBS) chegaram rapidamente aos seus postos de trabalho. As três televisões estavam em directo quando se deu o segundo impacto. Foram generalizados os elogios às televisões generalistas, como por exemplo a referência de James W. Carey ao seu «admirável profissionalismo» nesta fase.¹⁴

A televisão assumiu-se como um *media* central na construção mediática do evento. A emissão sem fim pré-determinado prolongou-se depois ininterruptamente até à madrugada de sábado. Toda a programação foi eclipsada, incluindo a publicidade.

A web assumiu, pela primeira vez, um papel complementar significativo, representando uma fonte de informação, debate e comunicação importante para uma parte importante da população. É de salientar que a rede telefónica entrou em colapso após os primeiros acontecimentos, pelo que a web se tornou no único meio de comunicação entre muitas pessoas.

A terceira fase: as consequências trágicas

Após os ataques terroristas, os *media* norte-americanos dedicaram-se totalmente ou quase totalmente ao evento. Na televisão generalista, que é ainda o principal meio de comunicação de massas, estabeleceu-se uma emissão sem fim dedicada aos acontecimentos e suas consequências.¹⁵

Este capítulo ou fase das *consequências trágicas* ocupa cerca de quatro dias, começando na terça-feira, dia 11 de Setembro, logo após os ataques e terminando na sexta-feira seguinte. Inclui: os actos de salvamento e recuperação dos corpos; a desorganização do poder; o torpor e reacção de toda a sociedade e do Estado norte-americanos e as reacções em todo o mundo; a tentativa de encontrar responsáveis, desde o início correctamente identificados como bin Laden e a al Qaeda; o luto; a reacção do Estado e da sociedade; o desfecho do evento com cerimónias mediáticas.

¹⁴ James W. Carey, «American Journalism On, Before, and After September 11», in Barbie Zelizer e Stuart Allan (2002), eds., *Journalism after September 11*, N. York, Routledge, p. 74.

¹⁵ Sobre a televisão (*networks*, canais de informação nacional, TV local, etc.) como principal fonte de informação dos norte-americanos, ver sondagem do Pew Research Center for the People and the Press em 11.01.2004: a «informação televisiva mantém-se dominante», apesar da erosão; 68 por cento dos norte-americanos referem-na em primeiro lugar. Resultados em «Cable and Internet Loom Large in Fragmented Political News Universe», <http://people-press.org/reports/display.php3?ReportID=200>

A tragédia televisiva

Apesar de o evento mediático do 11 de Setembro se singularizar pela dimensão terrível dos ataques terroristas e por haver imagens em directo para todo o mundo de uma parte importante dos factos da segunda fase, é na terceira fase que verdadeiramente o evento se institui no género jornalístico a que chamamos *tragédia televisiva* e que consideramos uma inevitabilidade da prática televisiva concorrencial das democracias desenvolvidas. O *núcleo do evento trágico* é formado pelos segundo e terceiro capítulos ou fases do evento mediático; constituem-se como essa unidade mediática que definimos como uma *tragédia televisiva*. A primeira fase, o *flashback*, faz igualmente parte da tragédia televisiva.¹⁶

Enquanto tragédia televisiva, o 11 de Setembro é equivalente a outros eventos mediáticos, como a cobertura televisiva portuguesa da queda da Ponte Hintze Ribeiro sobre o Douro em Castelo de Paiva (Março de 2001) e suas consequências trágicas. O 11 de Setembro não é diferente de outros eventos mediáticos respeitantes a acontecimentos trágicos quer do ponto de vista estrutural quer em inúmeras características parcelares: caracterização como tragédia; a televisão no centro de um «mundo em crise»; as emissões em directo; a simbologia trágica; os arquétipos e mitos; as referências ao destino e ao divino (e ao Mal e ao Demónio no caso do 11 de Setembro); as unidades de tempo, espaço e acção; uso e funções da oralidade e da visualidade; a representação da morte e o tabu do cadáver e das suas imagens; as personagens da tragédia televisiva; a dimensão emocional e os comportamentos dos espectadores; as questões de poder durante a tragédia; o desfecho da tragédia televisiva.¹⁷

As diferenças entre os ataques a Nova Iorque e os restantes

O tratamento mediático dos ataques em Nova Iorque revelou importantes diferenças face aos dois restantes ataques. Essas diferenças permitem avaliar até que ponto o evento mediático é uma construção ideológica.

A dimensão dos ataques às Torres Gémeas foi superior aos restantes em impacto visual e número de vítimas, ocorrendo em plena cidade, em alvos civis, à vista do mundo. Mas houve, porém, outras diferenças do ponto de vista mediático que importa salientar.

A organização mediática do evento implica que se estabeleça um *centro*, a partir do qual a narrativa é construída à medida que passa o tempo. Esse *centro* (simbólico, geográfico, temporal, narrativo) era, como referimos, o agora destruído World Trade Center. Mesmo a televisão local de Washington

¹⁶ Eduardo Cintra Torres, *A Tragédia Televisiva*, Lisboa, ICS, 2006.

¹⁷ Torres (2006), *op. cit.*

se concentrou nas imagens do World Trade Center, mantendo o directo do Pentágono em pequeno oráculo no ecrã a maior parte do tempo.

Todos os canais televisivos concentraram as emissões em Nova Iorque. Alguns canais de cabo interromperam as suas emissões por completo, substituindo-as por um cartão ou puseram no ar canais de âmbito nacional, como a CNN. Por exemplo, a MTV retransmitiu a CNN, sobrepondo o seu logótipo à imagem da CNN.

A necessidade dramática de concentração da acção num só lugar coincidiu com os interesses estratégicos do Estado americano. De facto, a área da Pensilvânia onde se despenhou o quarto avião foi isolada. As imagens foram esparsas e longínquas. Não houve directos longos do local do impacto. Quanto à zona de impacto no Pentágono, houve igualmente um acesso muito reservado. As imagens eram, igualmente, afastadas e esparsas. Não houve acesso dos *media* ao interior do edifício. Não houve pessoas procurando familiares e surgindo nos *media*. Não houve informação intensa e contínua sobre o Pentágono como houve sobre o World Trade Center.

Este *blackout* em Washington e Pensilvânia contrastou, na construção do evento, com o directo sem fim (*blanket coverage*) estabelecido a partir de Nova Iorque. Julgamos que não foi divulgada qualquer explicação por parte dos *media* para este tratamento diferencial dos acontecimentos em diferentes locais, como se ele fosse «natural», pelo que é desconhecido se houve alguma intervenção das autoridades no sentido de encerrar mais completamente estas duas áreas aos jornalistas do que a zona de impacto em Nova Iorque. É certo que o World Trade Center foi também isolado na zona da derrocada das duas torres. Mas houve acesso limitado a alguns fotógrafos e repórteres. Foi lá que Bush fez a cerimónia mediática de encerramento da tragédia, falando de megafone em punho com um bombeiro a seu lado e câmaras de TV à sua frente.¹⁸ Em redor desse ponto central, havia, depois, uma zona intermédia, de acesso reservado e condicionado a residentes e jornalistas. Foram feitos inúmeros directos a partir dessa zona intermédia. Mas as imagens de longe do World Trade Center ardendo nas entranhas e calcoreado pelas equipas de emergência estabeleceram-se muito rapidamente como o *plano de fundo* das transmissões. Também o conteúdo informativo se concentrou nas Torres Gémeas e suas vítimas. Para isso contribuiu o número superior de vítimas mas também o facto de na Pensilvânia as vítimas serem todas do avião (o que, sendo em si trágico, não se distingue tão substancialmente como os outros dois alvos de outros atentados e acidentes anteriores) e de as vítimas do Pentágono serem militares ou funcionários do Ministério da Defesa, o que lhes dava um estatuto diferente do das vítimas civis, de muitas nacionalidades, incluindo turistas, que se encontravam nas Torres Gémeas.

¹⁸ Torres (2006), *op. cit.*

O ataque às Torres Gémeas tomou tal proporção no interior do evento, e do imaginário de quem o vive, que é possível encontrar, mesmo em trabalhos académicos, o relato dos acontecimentos do evento omitindo os aviões que se despenharam no Pentágono e na Pensilvânia.¹⁹

As diferenças entre os ataques a Nova Iorque e os restantes, que se misturam com o diferente tratamento mediático, estão na origem de «teorias da conspiração» a respeito do ataque ao Pentágono. De facto, surgiu em França um livro defendendo que o ataque ao Pentágono resultou de um míssil disparado pelos militares norte-americanos; o avião desviado ter-se-ia despenhado no estado de Ohio. Só em França, o livro vendeu mais de 200 mil exemplares.²⁰ Essas dúvidas espalharam-se e levaram o Pentágono a revelar, só nessa altura, imagens recolhidas por uma câmara num posto de entrada do edifício, mostrando o momento do impacto do avião. Julgamos que essas imagens não voltaram a ser mostradas, não tendo entrado no *mainstream* da consciência dos *media* e do público sobre o que constitui a imagética do que chamamos «o 11 de Setembro».

Tempos de crise nacional

Em períodos de crise nacional (ou internacional) os indivíduos sentem uma necessidade acrescida não só de informação mas também de comunicação, daí resultando uma informalidade e um aumento de contactos. Os indivíduos tendem a «revelar-se» mais nestas ocasiões de stresse colectivo.²¹ Tal poderá contribuir não só para o espectacular aumento de audiência dos *mass media* nestas ocasiões (mais gente a usá-los e durante mais tempo) como para o facto de, no interior e no conteúdo dos próprios *media*, haver mais gente a expressar a sua opinião e emoções, não só gente vulgar como os próprios jornalistas e também comentadores, académicos e políticos.

O papel tranquilizador da informação (profissional ou não) nestas ocasiões contribui para a reconquista do equilíbrio emocional e psíquico. A informação contribui para a diminuição do stresse, facto que é vulgarmente omitido. Na verdade, as notícias ou comentários sobre o tema normalmente acentuam o efeito contrário (aumento do stresse) quando os indivíduos se expõem demasiado tempo aos *media*. Existe, de facto, aconselhamento psicológico específico nesse sentido, mas esse aconselhamento também refere a necessidade de informação.

¹⁹ É o caso de Antoine Maurice, professor na Universidade de Neuchâtel, no artigo «11 Septembre 2001: Cadrage d'un événement médiatique», *Questions de journalisme*, www.unine.ch/journalisme, 2002.

²⁰ Jim Bittermann, «French Buy into 9/11 Conspiracy», cnn.com/World, 26.06.2002. O livro referido é Thierry Meyssan, *L'Effroyable imposture*, Paris, Carnot, 2002.

²¹ Erving Goffman (s.d.), *Behavior in Public Spaces. Notes on the Social Organization of Gatherings* [1963], New York, The Free Press.

Assim, ocasiões como o 11 de Setembro valorizam os *media* porque a informação é central na relação do indivíduo com um evento de grande impacto que lhe diz respeito a ele e a toda a sociedade.

Esta *revalorização dos media* espelha-se nos estudos de opinião: o apreço pela profissão de jornalista aumenta significativamente logo após os acontecimentos. Segundo uma sondagem do Pew Research Center, cerca de 90 por cento dos norte-americanos consideraram as emissões televisivas boas ou excelentes.²² Contudo, estudos posteriores indicaram que a revalorização dos jornalistas e dos *media* foi temporal, tendo coincidindo com a tragédia televisiva. Julgamos que a atitude mais favorável da sociedade face aos jornalistas e aos *media* resultou da simples concretização do próprio trabalho dos jornalistas: informar. Quer dizer, do ponto de vista dos usos e gratificações, o acto de ser informado, num momento em que a informação é absolutamente crucial para os indivíduos, sobrepõe-se à apreciação consciente ou reflectida do trabalho produzido pelos jornalistas. Para o receptor, mais do que como é feito, o importante é que o trabalho tenha sido feito. Poderá apontar para esta hipótese o facto de, relativamente às transmissões da televisão portuguesa após o colapso da Ponte de Castelo de Paiva, os inquiridos de um inquérito de conveniência terem dado apreciação semelhante aos vários canais generalistas, sendo as diferenças não significativas. Os valores de apreço assemelham-se aos indicados para a televisão norte-americana.²³

Outro aspecto a considerar nesta valorização momentânea do mensageiro é o facto de, em caso de crise nacional, a sociedade perder o *centro*. No 11 de Setembro, o centro da atenção passa de Washington para Nova Iorque; nas primeiras horas, o presidente dos EUA está fora da capital; as imagens de Washington mostram uma evacuação dos trabalhadores da Casa Branca semelhante a uma debandada; o centro político dilui-se com o ataque, com idêntica saída precipitada dos políticos do Capitólio. Desaparece a «normalidade» do centro da sociedade, do país. Pode dizer-se que o centro de cada indivíduo, quer dizer, o seu equilíbrio, igualmente desaparece.

Ora, os *media* tendem a fornecer um centro, ou a ocupar o centro, em caso de crise. Quer dizer, o centro da sociedade, ou da nação, no 11 de Setembro situa-se na televisão até à retomada da iniciativa pelos poderes habituais, retomada que se verificará a partir de sexta-feira, 14 de Setembro.²⁴ O discurso televisivo assume declaradamente uma feição nacional. Para a televisão generalista norte-americana, o 11 de Setembro é uma tragédia americana. Só sendo nacional, a televisão poderia assumir o centro simbólico.

²² «Televisão: Norte-americanos elogiam cobertura dos atentados», *Diário Económico*, 25.09.2001.

²³ Torres (2006), *op. cit.*

²⁴ Para uma discussão actual da teoria sobre o centro da sociedade, Nick Couldry (2003), *Media Rituals*, Londres, Routledge.

O facto de a televisão se autovalorizar durante o evento e ser também muito valorizada pela imprensa escrita e pelos comentadores contribuiu para a colocar no *centro* da sociedade. Este processo de deslocação das forças presentes na sociedade em relação ao *centro* em caso de crise inclui também a imprensa, embora, como já se referiu, a televisão adquira o protagonismo.²⁵

Alterações da prática jornalística

Em muitos aspectos, as alterações sofridas pela prática jornalística no 11 de Setembro são iguais ou semelhantes às verificadas por ocasião de outras situações de crise, motivadas por catástrofes naturais, guerras ou atentados. É importante sublinhar esta *continuidade do jornalismo em tempo de rupturas*, pois houve uma tendência para singularizar o jornalismo neste evento particular por causa da invulgaridade do próprio evento na manhã do dia 11. Quer dizer: as práticas do jornalismo em caso de crises vividas como nacionais partilham certas características, da mesma forma que as práticas do jornalismo na ausência de crises partilham outras características.

Apresentamos, a seguir, uma listagem de alterações e comportamentos verificados na prática jornalística no 11 de Setembro que reafirmam o ocorrido em muitas outras ocasiões de crise, tragédia ou catástrofe. Mais adiante indicaremos as alterações que consideramos específicas do 11 de Setembro ou que assumiram uma grande importância no contexto dos *media* norte-americanos.

1. Transmissão em directo e impacto mundiais do evento;
2. interrupção das emissões normais de televisão e de rádio;
3. transmissão sem fim à vista (*blanket coverage*) nas televisões e nas rádios; edições especiais da imprensa;
4. eclipse da publicidade na televisão, incluindo canais exclusivamente dedicados às compras;
5. revalorização dos jornalistas em inquéritos de opinião;
6. regresso dos «foreign affairs» às *networks*;²⁶
7. grande presença do jornalismo opinativo;²⁷

²⁵ Embora a televisão fosse fundamental no 11 de Setembro, é obrigatório referir a importância da imprensa escrita. O papel do *New York Times*, que é por excelência um diário da elite académica da Costa Leste dos EUA, tornou-se uma referência constante na apreciação do papel do jornalismo no evento. É difícil estabelecer se esta tendência que, por omissão, transforma a prática do *Times* numa prática universal, desequilibra a análise da imprensa escrita nesta ocasião.

²⁶ *New York Times*, «Networks Move to Revive Foreign News», 24.09.2001; *New York Times*, «The News Media Prepare for War», 01.10.2001.

²⁷ É uma característica que já existia antes. As organizações mediáticas adoptaram o actual ciclo de notícias de 24 horas sobre 24 horas sem terem capacidade económica para reunir material informativo. Substituíram a informação por uma grande dose de *talking heads*, conversando ou comentando a actualidade. Ver, por

8. exibição das emoções dos jornalistas;²⁸
9. tratamento visual da morte e do cadáver com atenção especial, evitando-se praticamente todas as referências visuais directas;²⁹
10. assunção consciente de um papel dos *media* no «tratamento» do trauma dos seus espectadores, ouvintes ou leitores;³⁰
11. o papel das imagens como *testemunho (histórico)* do evento;³¹
12. introdução de formas de «jornalismo cívico» no *New York Times*, tratando pela primeira vez como matéria de notícia as biografias de «pessoas vulgares», no caso, cada um dos cidadãos desaparecidos no World Trade Center;³²
13. força arrebatadora da necessidade de «consenso», sem dissidências;
14. aumento do consumo de todos os *media*;
15. aumento do uso da internet. Explosão dos *weblogs*.

Os *media* no centro da sociedade

A análise metajornalística da cobertura mediática do 11 de Setembro começou, literalmente, horas depois dos actos terroristas. Surgem, de imediato, na web, análises da cobertura televisiva. Estes primeiros comentários de especialistas, escritos a quente, são favoráveis às coberturas televisivas.³³ A acima referida necessidade acrescida de comunicar atinge, não só os cidadãos comuns, como

ex., Lars W. Nord e Jesper Strömbäck, «Mission Impossible? Some Notes on Journalistic Shortcomings in the Coverage of War and Terrorism», *Nordicom Review*, 2-2003. pp. 129 e 132.

²⁸ Para a mesma ocorrência noutras tragédias televisivas, ver Lits, Marc coord. (1994), *Le Roi est mort. Émotion et médias*, Bruxelas, Éditions Vie ouvrière) e Torres (2006), *op. cit.*

²⁹ Os *media* americanos não divulgaram as imagens de que dispunha de corpos despedaçados. Apenas se viu uma mão decepada e o salto de pessoas das Torres Gémeas (ver Torres, 2006, *op. cit.*). Ignacio Ramonet considerou «um erro» estratégico os *media* não mostrarem essas imagens, pois seria uma forma de contrariar as armas mediáticas de adversários do Ocidente (Paula Ferreira, «EUA perderam a guerra mediática», *Diário de Notícias*, 10.11.2001). Delarbre, no artigo citado, considerou, por outro lado, a «autocontenção» dos *media* norte-americanos neste domínio «um feito na história dos *media* no mundo».

³⁰ Não houve «nenhuma [tarefa do jornalismo] mais importante do que contribuir para a reconfiguração de identidades, quer individuais, quer colectivas, que foram temporariamente estilhaçadas. Dadas estas considerações, não surpreende que muita da cobertura do 11 de Setembro focasse a questão-chave do trauma e das suas consequências. (...) muitos jornalistas viram-se a olhar para trás para pensar como dar forma à sua cobertura do 11 de Setembro. Alguns reconheceram o papel crucial que tinham de representar não apenas para enquadrar a estória mas para ajudar a levar populações inteiras da crise à continuidade.» Barbie Zelizer e Stuart Allan, (2002), eds., *Journalism after September 11*, N. York, Routledge, pp. 3-4.

³¹ Barbie Zelizer, «Photography, Journalism, and Trauma», in Zelizer e Allan, *op. cit.*

³² Este facto foi saudado de forma efusiva por vários dos autores de Zelizer e Allan, *op. cit.*, o que revela até que ponto o jornal «de referência» norte-americano vinha ignorando novas correntes do jornalismo, bem como, naturalmente, temas de interesse para uma grande parte da população. Mas o comportamento do jornal mudou durante o evento, não na essência do seu jornalismo, pelo que não há uma importante novidade a assinalar. De facto, o *Times* espelhou neste caso o comportamento normal dos *media* nacionais durante um crise vivida como nacional.

³³ Por exemplo, Orville Schell, «The Media Clarified», *North Gate News*, newsletter of the Graduate School of Journalism, University of California, Berkeley, 28 (8) Fall:9.

os próprios comunicadores. Daí que se notasse a vontade de comunicar na primeira pessoa em todos os *media*, incluindo na televisão. Escreveu um analista dum site de metajornalismo: «Estes acontecimentos [11 de Setembro] galvanizaram-me para escrever diariamente acerca da cobertura noticiosa da crise e levou muitos dos nossos colaboradores, conselheiros e leitores a uma grande actividade.»³⁴ Pode dizer-se que este metajornalismo de jornalistas e académicos resulta de um reflexo condicionado habitual em momentos de crise (ou em caso de vitórias de significado nacional).

A atenção imediata e acrescida aos *media*, semelhante a uma *vigilância* colectiva, resulta, também, como vimos, da assunção em casos como este – esquecida no quotidiano – da *indispensabilidade da informação e do jornalismo na sociedade democrática*. Esta característica é esquecida no quotidiano, de tão enxertados que estão os *media* na vida das pessoas. O jornalismo autoquestiona-se e é questionado em ocasiões como o 11 de Setembro, porque os eventos extremos abalam diversas estruturas da vida das sociedades e dos indivíduos, sendo essa interrogação comum a toda a sociedade. Como referimos antes, o 11 de Setembro pôs em causa o poder político, a sociedade, os pilares do poderio americano (o comércio, as forças armadas, a defesa, a maior cidade, a capital federal), pôs em causa as convicções das pessoas e trouxe a presença da morte e a fragilidade da vida à ribalta. Em resumo, como vimos antes, a sociedade norte-americana perdeu o seu ou os seus centros simbólicos.

A consequência imediata da situação de crise nacional e social, colectiva e individual, durante a qual os *media* continuam a exercer e até acentuam a sua função, é a de que os *media* se tornam o *novo centro simbólico da sociedade*. Certamente, os *media* são, numa sociedade desenvolvida, *um* dos centros da sociedade – mas, em caso de crise, se os outros centros desaparecem, os meios de informação aumentam de importância. Colocados e colocando-se no centro da sociedade, os *media* tornam-se assim matéria inevitável de atenção própria e alheia. Estando o jornalismo no centro da sociedade, é preciso *discutir o jornalismo* na hora, para se saber se ele assume correctamente o papel que a sociedade lhe atribui por um curto período.

Os eventos de crise são, portanto, propícios ao debate sobre o jornalismo, não por razões questionáveis imediatas da actividade jornalística, mas porque os eventos são *exteriores* à ordem jornalística e provocam-na a partir do exterior a respeito do fulcro da sua ontologia: o acto de informar. Isto é, os eventos como o 11 de Setembro colocam-se no âmbito da actividade jornalística: na relação que o jornalismo estabelece como intermediário entre os acontecimentos e os receptores da informação.

Estes eventos colocam o jornalismo e os jornalistas, não só no centro, como no *seio* da sociedade. Ao exercer-se o trabalho dos jornalistas, numa situação em

³⁴ Danny Schechter, «Covering the Coverage: Your Hits and Misses», MediaChannel.org, 20.12.2001.

que informar e ser informado é mais vital do que nunca, jornalistas e sociedade em geral redescobrem momentaneamente as virtualidades do jornalismo. Os jornalistas, por seu lado, ficam encantados por serem novamente apreciados pela sociedade. Foi «uma espécie de revelação: eles gostaram da nova intimidade do ‘nós’ consensual. Sentiram-se ligados e importantes para a audiência. Sentiram-se apreciados como raramente se sentem.»³⁵ Deve, entretanto, assinalar-se desde já que ao estar no *seio* da sociedade a comunidade jornalística se pode ver afastada da sua missão de informar com objectividade e *distância*.

Há que ter em conta, no caso específico do 11 de Setembro, o modo como a dimensão do evento tornou a sua *representação* difícil. Se os eventos não são representáveis, como refere Rainer (ver nota 1), também não seriam representáveis jornalisticamente. E, na verdade, se há no conceito de Rainer a anulação da capacidade de *narrar* um evento, sendo a narração a representação do evento, é certo que um evento de dimensão «inexplicável», «incompreensível», etc., como o foi o 11 de Setembro, provoca não só o colapso da ordem estabelecida no poder e na sociedade, como provoca em parte o próprio «colapso do discurso jornalístico»³⁶: também ele sofre uma ruptura da sua normalidade. Todavia, por ser da sua competência perante a sociedade precisamente a narração dos eventos, o jornalismo assume essa ruptura como parte da própria narração e vai-se recompondo no próprio acto de narrar em ruptura. Assim, ao chegar ao final da terceira fase do evento, os *media*, nomeadamente os canais de televisão, já se permitem categorizar as suas edições ou emissões do tempo de ruptura como fazendo parte da História.

A experiência passada em outras crises (por exemplo: assassinato de Kennedy, explosão do Challenger) instituiu o registo dos grandes momentos nacionais como memória colectiva por excelência. A necessidade de a sociedade recordar momentos-chave não é própria apenas das sociedades mediatizadas, mas de todas as sociedades.³⁷ As imagens de TV e as primeiras páginas dos jornais são uma forma essencial de «como as sociedades recordam» na época contemporânea. Esta condição, ou esta «tarefa» social dos *mass media*, terá já sido interiorizada pelos jornalistas e pelos cidadãos.³⁸ Como voltou a suceder no caso do 11 de Setembro³⁹, as televisões recordam-se a si mesmas frequentemente neste papel, que coincide com os momentos em que se assumem como parte dum momentâneo *centro simbólico alternativo da sociedade*.

³⁵ Schudson, «What's Unusual About Covering Politics as Usual», in Zelizer e Allan, *op. cit.*, p. 41.

³⁶ Britta Timma Knudsen, «The Eyewitness and the Affected Viewer. September 11 in the Media.», *Nordicom Review*, 2-2003.

³⁷ Paul Connerton (1999), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta, 2.ª ed.

³⁸ O assassinato de Kennedy continua a ser, 40 anos depois, o momento televisivo mais recordado pelos americanos. Simon Dumenco, «TV Nation. Viewers Choice», *Talk*, 10.2001, pp. 103-107.

³⁹ Ver *What We Saw*, livro e DVD, CBS, Dan Rather, 2002.

Gerando a quarta fase

O comportamento dos *media*, em particular da televisão, seguiu, no geral, padrões conhecidos de eventos anteriores, inclusive nos Estados Unidos, mas assumiu algumas características próprias deste tipo de eventos nacionais que merecem uma análise em separado neste caso:

1. aparecimento notório no jornalismo do tom, do texto e dos símbolos nacionais e do patriotismo;
2. repressão ou autocensura das atitudes de jornalismo objectivo excludor das referidas manifestações de patriotismo;
3. eclipse momentâneo do espírito crítico, face à igualitarização emocional e racional provocada pelo evento; «unanimismo das fontes»⁴⁰ de informação.

Durante a terceira fase do evento mediático, seria invulgar se, perante um ataque extraordinário ao país, a sociedade, e com ela os *media*, não reagisse com um tom patriótico à crise e à catástrofe. O facto de se presenciar um ataque brutal aos Estados Unidos criava um ambiente de *comunidade* que se sobrepunha ao de *sociedade*, daí resultando uma tendência para o consenso, para a ausência de discussão de determinados aspectos (o comportamento do chefe de Estado nas primeiras horas da crise, por exemplo), para manifestações de patriotismo e outras manifestações emocionais ofuscando a razoabilidade crítica e, em consequência, uma tendência para a autocensura por parte dos intervenientes no espaço público, nomeadamente os jornalistas.

Estas características acontecem, com maior ou menor presença e evidência, em inúmeras situações críticas ou celebratórias das sociedades democráticas, como a morte do rei Balduíno dos Belgas, a morte da princesa Diana de Gales, a vivência em Portugal da crise de Timor-Leste em 1999 («quem não pula é indonésio»), o unanimismo demissionista de grande parte dos *media* portugueses durante o Euro 2004, etc. Nos Estados Unidos, pelo contrário, desde o final da Segunda Guerra Mundial que o país não vivia uma ocasião crítica proporcionando a irrupção deste tipo de características dos *media*. A guerra do Vietname e o Watergate foram dois casos precisamente contrários, resultando o desenlace dos eventos (derrota no Vietname; demissão do presidente Richard Nixon) em boa parte da acção dos *media* norte-americanos. Todavia, o caso do Vietname coincide com o 11 de Setembro na *tendência* da atitude dos *media*, de um «jornalismo mais dócil no início para uma informação mais crítica depois».⁴¹

⁴⁰ Antoine Maurice, «11 Septembre 2001: Cadrage d'un événement médiatique», *Questions de journalisme*, www.unine.ch/journalisme, 2002.

⁴¹ Lars W. Nord e Jesper Strömbäck, «Mission Impossible? Some Notes on Journalistic Shortcomings in the Coverage of War and Terrorism», *Nordicom Review*, 2-2003, p. 128

Mas só no 11 de Setembro os Estados Unidos foram pela primeira em muitas décadas confrontados com uma crise que, abalando as fundações do país, confrontou os *media* com as suas circunstâncias «naturais» sempre esquecidas ou tomadas como não interferindo na actividade jornalística: a nacionalidade e a relação estreita a (outras) formas ou estruturas de poder, como o poder político. Pela primeira vez, a actual geração do jornalismo norte-americano perdia a «distância útil» que lhe permitia anteriormente estar mais próximo do ideal de objectividade.⁴²

Sem distância, os *media mainstream* assumiram um patriotismo até então invisível (o que não é o mesmo que inexistente), raramente nomeado, e assumiram uma, até à véspera, condenável atitude acrítica perante o poder político. O patriotismo foi patente nas bandeiras e símbolos nacionais na televisão, nos jornalistas e apresentadores, na linguagem, etc. Este tipo de manifestação patriótica de «agitar a bandeira» nos *media* é considerado «natural» em tempos de crise.⁴³ «Várias cadeias tiveram bandeiras em directo, logótipos ou grafismos com bandeiras dos EUA esvoaçando, enquanto alguns jornalistas e apresentadores de noticiários começaram a usar fitas vermelhas, brancas e azuis ou alfinetes com bandeiras nas lapelas.» O apresentador principal da CBS, Dan Rather, não usou porque, disse, «sempre senti que tinha uma bandeira no coração todos os dias e não preciso de usar uma na manga. Mas não tenho nada contra quem usa.»⁴⁴

«Quando os terroristas atacaram em 11 de Setembro, só havia um lado», escreveu a comentadora Ellen Goodman três meses depois dos ataques. «Nenhum editor pediu uma citação de alguém dizendo que estava certo atirar aviões contra prédios. Ninguém esperava que repórteres tivessem um ponto de vista 'objectivo' sobre os terroristas.» E a colunista terminava concordando com Roger Ailes, director do canal televisivo Fox News: «sejam rigorosos, sejam justos, sejam americanos».⁴⁵

A expressão pública do patriotismo por jornalistas motivou um debate interno e público: «Vários directores noticiosos, incluindo Pat Dolan da [estação televisiva] News 12, de Nova Iorque, responderam a esta disputa banindo a presença de alfinetes com a bandeira no ecrã. A oposição do público a esta decisão foi, todavia, tão forte, que Dolan entrou no ar para pedir desculpa e reafirmar que os empregados da News 12 'se orgulham de ser americanos'».⁴⁶ Era a opinião pública que levava os jornalistas a mudar de posição.

A exibição do patriotismo nos *media* reproduzia o que se passava no país. Nos dias seguintes ao 11 de Setembro, a onda de afirmação de patriotismo atinge

⁴² Jan Stuchlik, Praga, <http://www.fdv.uni-lj.si/JIRD/indexof/vol6/stuchlik.htm>.

⁴³ Victor Navasky, «Foreword», Zelizer e Allan, *op. cit.*, p. xv.

⁴⁴ P. Johnson, «Inside TV», *USA Today*, 17.09.2001, cit. in Zelizer e Allan, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁵ Ellen Goodman, «Post-September 11 Dilemmas for Journalists», *San Diego Union Tribune*, 07.12.2001.

⁴⁶ Zelizer e Allan, *op. cit.*, p. 11.

todo o tipo de actividades e de afirmações públicas, quer de colectividades, quer de indivíduos: «as expressões de patriotismo são tão fervorosas desde os ataques terroristas que os cidadãos que fazem ou dizem alguma coisa contra a maré arriscam-se a sofrer de volta uma forte censura», referia uma notícia no final de Setembro.⁴⁷

Os *media* e os jornalistas não criaram uma distância face ao comportamento generalizado visível da população americana. James Carey podia mais tarde estabelecer uma diferença entre o comportamento das televisões no que chamámos a segunda fase e a terceira fase do evento mediático: as primeiras horas televisivas, escreveu, foram de

‘admirável profissionalismo. Talvez não pudesse durar. Ao fim do dia, a especulação escorria dos centros políticos do país. Com o decorrer da semana, a cobertura televisiva degenerou. Desfraldaram-se bandeiras, inevitavelmente em vermelho, branco e azul, juntamente com o espaço rastejante no fundo do ecrã anunciando ‘América em Guerra’ ou ‘América Atacada’ como se a história fosse um campeonato de basquete ou de futebol. Os apresentadores das notícias apareceram, embora não nas *networks*, com bandeiras pregadas aos casacos, e o patriotismo, há muito banido da televisão, foi infelizmente redescoberto’.⁴⁸

O jornalismo da terceira fase do evento mediático afastou-se do que Daniel Hallin chamou a «esfera de controvérsia legítima», própria do quotidiano da democracia. Hallin fala de outra forma de comportamento da opinião pública, a «esfera de consenso», que Michael Schudson vê como predominando logo após as primeiras horas dos ataques terroristas, isto é, quando arranca o que chamámos de terceira fase do evento. Nesta esfera de consenso, «os jornalistas sentem-se livres para invocar um ‘nós’ generalizado e para tomar como dados valores partilhados e assunções partilhadas», refere este autor recorrendo ainda a Hallin. Para ele, o comportamento da comunidade jornalística não é diferente da que ocorreu aquando do assassinato de Kennedy. Nessa ocasião,

‘nenhum jornalista se sentiu obrigado a procurar fontes que elogiassem o assassino tal como as que o condenavam. De facto, houve americanos que inicialmente exultaram com o assassinio, mas os jornalistas não sentiram qualquer obrigação de representá-las como vozes legítimas na cobertura noticiosa. O assassinio foi tratado como uma tragédia nacional e a audiência mediática tratada como parte de uma ampla família nacional que tinha sofrido um golpe difícil’.⁴⁹

A televisão generalista é o *media* que trata normalmente a audiência como «uma ampla família nacional». Para Schudson, é próprio do evento que o

⁴⁷ Associated Press, «‘United We Stay’ – or Else», 26.09.2001.

⁴⁸ James W. Carey, *op. cit.*, p. 74.

⁴⁹ Michael Schudson, *op. cit.*, p. 40. Este autor cita D.C. Hallin (1986), «*The Uncensored War*»: *The Media and Vietnam*, Nova Iorque, Oxford University Press.

jornalismo norte-americano abandonasse nesta fase «instintivamente e de livre vontade o esforço de informar a partir de uma posição neutral», pois, segundo refere, conjugaram-se no 11 de Setembro as três ocasiões em que tal sucede: «momentos de tragédia», «momentos de perigo público» e «durante as ameaças à segurança nacional». Perante tal combinação de elementos, os jornalistas não precisavam de ser instruídos para «falar com reverência das vítimas dos ataques terroristas» nem de tratar os bombeiros e os polícias no World Trade Center «como heróis». Muita da informação depois do 11 de Setembro, conclui, «tornou-se uma prosa de solidariedade em vez de uma prosa de informação.»⁵⁰

A «esfera de consenso», própria de situações de crise, estendeu-se à apreciação dos principais protagonistas políticos do evento 11 de Setembro: o presidente norte-americano e o *mayor* Rudolph Giuliani. O *mayor* de Nova Iorque tinha uma terrível relação com os *media* e era muito criticado por estes, mas de imediato se tornou um herói, mesmo para os seus críticos da véspera. Só quase duas semanas depois surgiu uma primeira referência crítica a Giuliani e defendendo a existência de vozes discordantes.⁵¹

A mesma complacência se verificou com o presidente Bush, tendo sido evidente a ausência de críticas à sua actuação durante a crise ou mesmo escondendo factos: por exemplo, as televisões ocultaram que Bush continuou a ler uma estória infantil para crianças numa escola da Florida durante sete minutos depois de ter sido informado por um colaborador de que os Estados Unidos estavam sendo atacados.

Desta forma, e perante o cenário da «nação em risco», o jornalismo norte-americano abraçou o patriotismo como «âncora cultural para legitimar a sua função social como membro com as quotas em dia da comunidade nacional» e revelou-se em dificuldades para aplicar ideais como «a objectividade e a distância»⁵².

Se o padrão comportamental do jornalismo tivesse seguido no 11 de Setembro o verificado noutros eventos, esta tendência tenderia a desaparecer após a terceira fase do evento, quando os poderes tradicionais (político, militar, religioso) retomam a sua autoridade e os *media* deixam de ser o momentâneo centro simbólico da autoridade na sociedade.

Como vimos, o fim da «esfera de consenso» e o retomar da «esfera de controvérsia legítima» teria chegado «algures nos finais de Setembro, mesmo quando aumentavam os preparativos para a guerra no Afeganistão»: o «inquestionado ‘nós’ começou a dissolver-se».⁵³

⁵⁰ *Idem*, pp. 40-41.

⁵¹ Artigo de Carter e Barringer, «In Patriotic Time, Dissent Is Muted», *New York Times*, 28.09.2001, *cit. in* Schudson, *op. cit.*, p. 36: «A edição de 28 de Setembro de 2001 do *New York Times* marcou o fim do consenso esmagador no jornalismo pós-11 de Setembro.»

⁵² Silvio Waisord, «Journalism, Risk, and Patriotism», in Zelizer e Allan, *op. cit.*, pp. 202 e 215.

⁵³ Schudson, *op. cit.*, p. 43.

Seria estranho que nos Estados Unidos, país onde a tradição das liberdades, incluindo a liberdade de imprensa consagrada na primeira emenda à Constituição, e a vivacidade do mercado garantem uma diversidade de opiniões, se mantivesse uma opinião única muito para além do final da terceira fase do evento. Como vimos, a imprensa albergou opiniões divergentes da «esfera de consenso» depois de duas longas semanas. Mas a imprensa não é o principal meio de informação em termos de formação e manutenção de opiniões públicas. É a televisão. Nos EUA, ela é o «único *mass media* nacional.»⁵⁴ Verificou-se que, através da televisão, a «esfera de consenso» manteve o conceito de «comunidade nacional em risco» como conceito fundamental da situação nacional. Daí que este evento mediático tivesse uma quarta fase, original, para além da tragédia televisiva.

A quarta fase: o estado de guerra

Na segunda-feira, 17 de Setembro, David Letterman, apresentador de um dos mais famosos e vistos *talk shows* nocturnos da televisão generalista americana, retomou o seu programa, interrompido desde 11 de Setembro. A decisão de retomar o programa foi unanimemente considerada corajosa. Outros apresentadores não o fizeram logo nessa segunda-feira. O retomar de um programa de comédia e humor significava que a sociedade norte-americana (as autoridades políticas, religiosas, desportivas, da televisão e do *entertainment* e o «povo») já tinha feito o desfecho do evento mediático, a tragédia televisiva do 11 de Setembro.⁵⁵

Nessa primeira edição do *Late Show with David Letterman* depois dos ataques terroristas, o principal convidado foi uma figura proeminente da cadeia televisiva que transmite o programa, a CBS: o jornalista apresentador do principal jornal da noite, Dan Rather. Ele é um dos principais jornalistas norte-americanos das últimas décadas. Uma das principais declarações de Rather nesse programa é sintomática do arranque de uma nova fase do evento e do jornalismo televisivo norte-americano pós-11 de Setembro: «George Bush é o Presidente, ele toma as decisões e, sabes, como um simples americano, se ele quer que eu alinhe é só dizer-me onde. E ele fará a chamada.»⁵⁶

A declaração é muito significativa. Ela não só contraria os princípios de objectividade e distância assumidos pelo jornalismo norte-americano como introduz um elemento marcial na atitude projectada por um dos principais jornalistas americanos para o futuro da sua actividade profissional.

⁵⁴ Pat Aufderheide (2001), «Therapeutic Patriotism and Beyond», *Television Archive*, www.tvnews3.televisionarchive.org.

⁵⁵ Torres (2006), *op. cit.*

⁵⁶ Zelizer e Allan, «Introduction. When Trauma Shapes the News», *op. cit.*, p. 4.

O tom militar das palavras de Rather estava, porém, de acordo com a situação política americana. No dia 11 de Setembro ao princípio da tarde, Bush fazia a sua primeira declaração: «Que ninguém se engane: os Estados Unidos caçarão e punirão os responsáveis por estes actos de cobardia.» À noite, na Casa Branca, falava da «guerra contra o terrorismo» e afirmava: «Não faremos distinções entre os terroristas que cometeram estes actos e aqueles que os acolhem.»

No dia 14 de Setembro, data em que o poder político retoma a iniciativa e se encerra a tragédia, o Congresso norte-americano, numa sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Representantes, aprova a «Resolução conjunta autorizando o uso da força contra terroristas». O documento autoriza o presidente americano a usar «toda» a «força militar» «necessária e apropriada» contra

‘aquelas nações, organizações ou pessoa que ele determinar que planearam, autorizaram, cometeram ou ajudaram nos actos terroristas que ocorreram em 11 de Setembro de 2001 ou acolheram tais organizações ou pessoas, com o objectivo de evitar quaisquer actos futuros de terrorismo internacional contra os Estados Unidos por tais nações, organizações ou pessoas’.

Seis dias mais tarde, a 20 de Setembro, Bush discursou para uma sessão conjunta no Congresso. Utilizou 12 vezes a palavra «guerra». Classificou os ataques terroristas de 11 de Setembro como um «acto de guerra» contra os EUA e classificou a resposta como «a nossa guerra ao terror», que começaria contra a Al Qaeda mas não terminaria «até que todo o grupo terrorista de alcance global tenha sido encontrado, parado e derrotado». Bush declarou que «todos os recursos» disponíveis – diplomáticos, legais, de inteligência, financeiros e militares («todas as armas de guerra necessárias») – seriam aplicados na «destruição e derrota da rede do terror global». O presidente americano acrescentava que esta seria uma guerra diferente das anteriores em que o país se tinha envolvido: «os americanos não devem esperar uma só batalha, mas uma campanha longa diferente de qualquer outra que tenhamos alguma vez visto.» Diferente, mas mesmo assim com a promessa de imagens dramáticas na televisão: esta guerra «poderá incluir ataques dramáticos visíveis na televisão e operações [que permanecem] secretas, mesmo que com sucesso».⁵⁷

Estas citações pretendem sublinhar que os Estados Unidos decidiram entrar após o 11 de Setembro num estado de guerra não-convencional, correspondendo aos ataques não-convencionais de que foram vítimas: a guerra antiterrorista. Bush autodeclarou-se «um presidente de guerra».⁵⁸ É uma nova, estranha forma de guerra, em que o adversário pode ou não corporizar-se em Estados, nações, organizações ou indivíduos. Esta política de Bush foi de âmbito nacional e teve o apoio dos dois grandes partidos, republicano e democrata. Este

⁵⁷ Todas as últimas citações recolhidas em <http://www.september11news.com/PresidentBush.htm>.

⁵⁸ Excerto de declaração em Michael Moore (2004), *Fahrenheit 9/11*.

estado de guerra permite ao governo dos EUA justificar as suas intervenções no Afeganistão e no Iraque (neste caso com menos êxito internacional), justificar as prisões em Guantánamo fora da jurisdição internacional. Durante um amplo período após o 11 de Setembro, incluindo durante a invasão e ocupação do Iraque, o governo americano manteve um apoio popular significativo, expresso em sondagens de opinião.

Alterações da prática jornalística

Durante esse período, que se prolongou até 2004, verificou-se uma coincidência de uma política militar dos EUA fora do seu território, apoiada pela maioria da população, com uma política interna de tentativas de controlo da informação e de apelo à autocensura dos *media*, tendo colaborado grande parte deles, e com um sentimento geral de «estado de guerra» que levou à redução da «esfera de controvérsia legítima» e à manutenção duma «esfera de consenso» no principal meio de comunicação, a televisão.

As características da quarta fase do evento mediático que nos interessa sublinhar são próprias dos estados de guerra:

1. aproveitamento da oportunidade pelo governo norte-americano para apertar a liberdade de imprensa através da pressão para a autocensura e de medidas típicas duma situação de guerra;
2. nova forma de guerra, novas formas de informar sobre a guerra e de os jornalistas estarem nos campos de guerra;
3. prolongamento de três características, já antes referidas, do comportamento dos *media* durante a terceira fase do evento mediático:
 - a. manutenção do tom, do texto e dos símbolos nacionais e do patriotismo;
 - b. autocensura das atitudes de jornalismo objectivo exclutor das referidas manifestações de patriotismo;
 - c. limitação do espírito crítico; apoio à política governamental.

É, pois, na quarta fase do evento 11 de Setembro, o *estado de guerra*, que encontramos a originalidade do comportamento mediático norte-americano: o alinhamento com o poder político e o patriotismo. Sem estado de guerra, conjugado com a presença de um governo secreto e desconfiado, os Estados Unidos, e os seus *media*, teriam voltado a um estado próximo do anterior ao 11 de Setembro. Os *media* regressariam às suas práticas anteriores, como sucede noutros países após crises nacionais.⁵⁹ No 11 de Setembro, o *estado de*

⁵⁹ Num artigo apropriadamente chamado «12 del 9 del 2001», Manuel Vázquez Montalbán escrevia em 23.01.2002: «Instalados no dia seguinte aos atentados de Nova Iorque e Washington, entrámos em 2002 como se

guerra tornou impossível o regresso a todas as práticas anteriores. As organizações noticiosas manifestaram preocupação com o aperto forte do governo Bush, nomeadamente das estruturas da Defesa, à informação sobre a «guerra antiterrorista»⁶⁰, mas permitiram a pressão e nem sempre a contrariaram.⁶¹ Por exemplo, concordaram em «editar futuras cassetes com bin Laden».⁶² Desde o início da guerra no Afeganistão, ainda em 2001, os *media* americanos seguiram as pressões do governo no sentido de limitarem as informações sobre as vítimas civis dos bombardeamentos. Segundo um estudo do *New York Times*, os *media* «seguiram as recomendações» do governo americano.⁶³

A quarta fase do evento 11 de Setembro é, assim, uma consequência dos acontecimentos daquela manhã: o estado de guerra resultante dos ataques terroristas justifica as alterações da prática jornalística norte-americana durante um tão longo período após os acontecimentos primordiais.

O «círculo de ferro»

O comportamento dos *media* na quarta fase do evento, nomeadamente da televisão, ocorre em simultâneo com o alto nível de apoio popular à política governamental, a que não é alheio «um uso concertado e de mestre das estratégias de comunicação implementadas pelos que favorecerem a guerra».⁶⁴ A cronologia da relação entre o poder político, as autoridades de segurança e os *media* revela as tentativas para limitar, sugerir ou orientar o trabalho dos *media* pelas autoridades, aproveitando a circunstância do estado de guerra.⁶⁵ De alguma maneira, o jornalismo televisivo no evento 11 de Setembro vem questionar a sua capacidade de cumprir regras assépticas, relativas a ética profissional: será a inserção dos *mass media* na sociedade demasiado profunda para permitir um comportamento jornalístico «fora» da sociedade?

fosse um ano apêndice do anterior, à maneira de prolongamento da Operação Liberdade Duradoura com a qual o governo norte-americano maquilhou uma guerra suja, de momento contra os taliban; mas a curta distância estão outros potenciais núcleos de terrorismo internacional como a Somália, o Iémen e, claro está, o Iraque.»

⁶⁰ «Media Presses Government For Access», E&P Weekly Briefing October 22, 2001, <http://www.editorand-publisher.com/>; Michael R. Gordon, «Military Is Putting Heavier Limits on Reporters' Access», *New York Times*, 21.10.2001; *Diário Económico*, 12.10.2001: «TVs americanas aceitam 'censura' de imagens».

⁶¹ Os *media* opuseram-se a um plano de informação do Pentágono em 2002 que passava por inventar notícias. É, todavia, significativo que fosse possível à secretaria da Defesa apresentar esse plano. Reuters, «Concern at Pentagon Over 'Strategic Influence' Plan», 19.02.2002; *USA Today*, «Pentagon Stumble Attempting to Manage War News», 28.02.2002; Neil Hickey, «Access Denied: The Pentagon's War Reporting Rules Are the Toughest Ever», <http://www.cjr.org/year/02/11/hickey.asp>.

⁶² Bill Carter e Felicity Barringer, «At US Request, Networks Agree to Edit Future bin Laden Tapes», *New York Times*, 11.10.2001.

⁶³ Citado em Birgita Höijer, «The Discourse of Global Compassion and the Media», *Nordicom Review*, 2-2003, p. 22.

⁶⁴ Adam Rogers, «Selling a War through the Mass Media: Cunning Communications or Brilliant Brainwashing?», http://www.whywehatebush.com/news/04_04_brainwashing.html#_ftn2

⁶⁵ The Reporters Committee for Freedom of the Press, «Homefront Confidential: A Chronology of Events» (09-2001/08-2003), <http://rcfp.org/homefrontconfidential/timeline.html>.

O comportamento dos principais *mass media* norte-americanos durante a quarta fase do evento 11 de Setembro coloca questões importantes quanto à capacidade de uma sociedade aberta e incrustada nas liberdades manter um nível de diversidade e de informação livre em períodos alargados de especial sensibilidade pública. Coloca ainda questões fundamentais relativamente à capacidade do poder político de gerir as ameaças à segurança nacional. «Houve um falhanço do jornalismo no 11 de Setembro», escreveu Carey. «O falhanço foi o colapso das elites do jornalismo americano (...) os jornalistas experimentaram a vulnerabilidade que está na origem do patriotismo e do nacionalismo.»⁶⁶ Os *media* comportaram-se como membros do público, ou da suposta opinião pública maioritária, e não como seus informadores e líderes. Os *media*, por natureza ligados aos seus públicos e audiências, comportaram-se da forma registada em 1835 por Tocqueville, quando anotava a tendência dos indivíduos numa sociedade democrática para silenciarem a sua opinião quando a julgavam minoritária:

Na América, a maioria encerra o pensamento dentro de um círculo de ferro. Dentro desses limites, o escritor é livre, mas infeliz daquele que ouse infringi-los! (...) Antes de publicar as suas opiniões, julgava ter partidários; agora que as revelou a todos, parece que já não os tem, pois aqueles que o censuram exprimem-se em voz alta e aqueles que pensam como ele, sem terem a sua coragem, calam-se e afastam-se. Ele cede, acabando finalmente por vergar-se sob o esforço de todos os dias e volta ao silêncio, como se experimentasse remorsos por ter dito a verdade.⁶⁷

Os responsáveis dos *media* justificam o alinhamento com o que julgam ser o sentimento da maioria. Walter Isaacson, presidente do CNN, disse sobre o tom patriótico e nacionalista posterior ao 11 de Setembro: «Neste ambiente ... quando se entra no lado errado da opinião pública vai-se ter problemas.»⁶⁸ Foi o caso do presidente da ABC News, David Westin, quando em Outubro de 2001 exprimiu perante estudantes de jornalismo uma opinião livre sobre o facto de o Pentágono poder ser considerado, do ponto de vista técnico da guerra, como um alvo legítimo. Uma semana mais tarde, face às críticas a que foi sujeito, Westin fez uma declaração em que dizia «estar errado» e pedia «desculpa por qualquer dano que a [sua] exposição errada possa ter causado».⁶⁹ Na quarta fase do evento 11 de Setembro, com o país num estado de guerra, bem aproveitado pelo governo conservador para pressionar os *media* a um consenso próprio das fases anteriores da crise nacional, seria complicado que os *media* sáissem dos limites do «círculo de ferro» referido por Tocqueville.

⁶⁶ Carey, *op. cit.*, p. 87.

⁶⁷ Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América*, Lisboa, Principia, 2001, p. 304.

⁶⁸ Cit. in Zelizer e Allan, *op. cit.*, p. 15.

⁶⁹ Jay Rosen, «September 11 in the Mind of American Journalism», in Zelizer e Allan, *op. cit.*, pp. 33-34.

«Com a nação num estado de guerra sem precedentes», escreveu um comentarista, verificou-se que «alguns jornalistas descobriram que é suposto serem primeiro patriotas e jornalistas depois».⁷⁰

Este período dum ambiente de «espiral de silêncio»⁷¹ e autocensura terá entrado na sua fase terminal ao fim de um ano de intervenção no Iraque e ao aproximar-se o período eleitoral presidencial de 2004. O próprio Bush precisava agora de recorrer à temática da paz. Num comício em Julho de 2004, o presidente começou por referir-se aos anos desde o 11 de Setembro como um tempo de guerra («O inimigo declarou-nos guerra») e prometeu inverter o ciclo político: «Ninguém quer ser o presidente de guerra. Eu quero ser o presidente da paz. Os próximos quatro anos serão anos pacíficos.» Bush repetiu diversas vezes as palavras «paz» e «pacífico».⁷² O regresso ao jornalismo em tempo de paz coincide, pois, com o regresso do poder político à retórica da paz e com a inversão da opinião pública nas sondagens. De facto, aquele discurso de Bush ocorre poucos dias depois de divulgada, em 25 de Junho, uma sondagem em que, pela primeira vez desde o início da guerra no Iraque, a maioria dos americanos (54 por cento contra 41 por cento no início do mês) declarava que a intervenção militar fora um erro.⁷³ No início da guerra, o apoio à política governamental nesta matéria era de três para um. Esta sondagem representou «a primeira vez desde o Vietname que uma maioria de americanos considera um erro uma grande intervenção de forças dos EUA».⁷⁴

Este período em que se regressa simbolicamente à paz, através da retórica e do fim da administração política do Iraque dois dias antes da data marcada (em 28.06.2004), e em que a opinião pública maioritária muda de posição, é também quando se estreia, por entre polémicas, o documentário *Fahrenheit 9/11*, de Michael Moore, em 2004. O filme tornou-se um produto *mainstream* quando a indústria do entretenimento verificou que se tratava de um produto altamente rentável: veio a ser, de facto, o documentário mais rentável da história do cinema. Apresentado pelo seu autor como um filme destinado a combater Bush e a sua reeleição, o documentário de Moore apresentava, por entre uma retórica demagógica, alguns factos desconhecidos da maioria da opinião pública. E esta estava agora pronta a recebê-los. Esse facto levou um comentarista a escrever no *New York Times* a respeito dos milhões de espectadores que foram ver o filme nos EUA no Verão de 2004: «Essas pessoas vêem o filme para

⁷⁰ Mark Fitzgerald, «Newspaper Guild Monitors 'Dissenters'», 17.10.2001, <http://www.editorandpublisher.com>. Sobre um despedimento por delito de opinião após «centenas de cartas criticando a coluna» do jornalista comentarista, ver «Paper Fires Columnist Who Criticised Bush», EJC Media News Digest, 04.10.2001, <http://www.ap.org/pages/indnews/#anchor1>.

⁷¹ Elizabeth Noelle-Neumann (1993), *The Spiral of Silence. Public Opinion - Our Social Skin*, Chicago, University of Chicago Press, 2.ª ed.

⁷² David E. Sanger, «Bush Tells Iowa Crowd What He Learned from Sept.11», *New York Times*, 21.07.2004.

⁷³ CNN.com, «Poll: Sending Troops to Iraq a Mistake», 25.06.2004.

⁷⁴ www.usatoday.com, «Poll: Sending Troops to Iraq a Mistake», 24.06.2004.

aprender histórias verdadeiras que deveriam ter ouvido noutra sítio, mas não ouviram. Moore pode não ser considerado respeitável, mas o seu filme é um êxito porque os *media* respeitáveis não têm vindo a fazer o seu trabalho.»⁷⁵ Os «*media* respeitáveis» entre os quais o autor desse artigo certamente incluiria a televisão generalista, viviam sob um «círculo de ferro» conveniente para o poder político e acomodado à opinião pública. Um outro documentário anti-Bush de 2004, *Outfoxed: Rupert Murdoch's War on Journalism*, tenta demonstrar a estratégia do canal noticioso Fox para criar uma opinião maioritária e calar vozes discordantes através do medo, quer dizer, através da criação do «círculo de ferro» ou da «espiral do silêncio». Esse documentário⁷⁶ surge também em meados de 2004, a mesma altura em que os dois principais «*media* responsáveis» da imprensa escrita norte-americana – *New York Times* e *Washington Post* – fizeram autocríticas públicas sobre o tratamento jornalístico que fizeram dos acontecimentos que conduziram à intervenção militar no Iraque.⁷⁷ É já nesta fase, quase três anos depois de encerrada a tragédia televisiva do 11 de Setembro, que mais de metade dos jornalistas de órgãos da imprensa norte-americana «consideram não terem sido suficientemente críticos» em relação à política do presidente.⁷⁸ Quando mais de metade dos jornalistas verificam já não estarem sós, pode inverter-se o ciclo da espiral do silêncio.

Cronologia

- 11.09.2001 Ataques terroristas em Nova Iorque, Washington e Pensilvânia. Os EUA são pela primeira atacados no seu território continental. Morrem mais de 3000 pessoas, quase todas civis. O jornalismo americano assume em grande parte, e pela primeira vez abertamente, um carácter patriótico. Primeiras restrições ao trabalho dos jornalistas no próprio dia nos locais dos ataques. George W. Bush promete perseguir os responsáveis e considera haver uma «guerra contra o terrorismo» a travar.
- 14.09.2001 O Congresso norte-americano aprova a «Resolução conjunta autorizando o uso da força contra terroristas», que permite ao presidente usar «toda» a «força militar».
- 14.09.2001 A Administração Federal da Aviação limita o fornecimento de informação.
- 17.09.2001 O período trágico dos ataques terroristas fica definitivamente encerrado com o reinício do *talk show* humorístico de David Lettermann

⁷⁵ Paul Krugman, «Moore's Public Service», *New York Times*, 02.07.2004.

⁷⁶ Produção e realização de Robert Greenwald (2004), distribuição através de DVD, The Disinformation Company, Nova Iorque.

⁷⁷ «'Washington Post' faz 'mea culpa' sobre Iraque», *Público*, 13.08.2004.

⁷⁸ Estudo do Pew Center divulgado em Sandra Carvalho e Pedro Ribeiro, «Jornalistas acham a imprensa pouco crítica de Bush», *Público*, 05.06.2004.

(CBS), no qual o jornalista apresentador da *network*, Dan Rather, afirma que o presidente dos EUA é o comandante-chefe e que responderá à chamada quando ele a fizer.

- 20.09.2001 Bush discursa no Congresso. Utiliza doze vezes a palavra «guerra». Classifica os ataques de 11 de Setembro como um «acto de guerra» contra os EUA e classifica a resposta como «a nossa guerra ao terror».
- 02.10.2001 O Departamento de Defesa pede às empresas cuidados no fornecimento de informações aos *media*.
- 04.10.2001 Registo do primeiro despedimento por delito de opinião num *media* norte-americano a respeito da «guerra ao terror».
- 07.10.2001 No âmbito da «guerra ao terror», os EUA iniciam a invasão do Afeganistão para derrubar os taliban. O regime taliban é afastado de Cabul em 06.03.2002. Os *media* norte-americanos aceitaram as recomendações e limitações sugeridas pelo governo do seu país. O Estado federal toma medidas para impedir o acesso a informações, monopolizando as imagens de satélite disponíveis e retirando informações de certos websites.
- 11.10.2001 Os *media* norte-americanos, inscrevendo-se no ambiente de consenso patriótico, concedem em editar cassetes com mensagens de bin Laden.
- 12.10.2001 O Procurador-Geral revoga medidas da sua antecessora, permitindo o acesso a informação.
- 26.10.2001 É aprovado o *Patriot Act*, facilitando o acesso do FBI e das autoridades policiais a comunicações privadas.
- 08.11.2001 O Departamento da Justiça informa que deixará de fornecer dados sobre o número de detidos em território norte-americano.
- 13.11.2001 Uma ordem militar de Bush permite a detenção de suspeitos de terrorismo por tribunais militares.
- 26.11.2001 O Procurador-Geral afirma que dar informações sobre os detidos seria passar dados preciosos a bin Laden.
- 27.11.2001 Pela primeira vez, jornalistas norte-americanos juntam-se às tropas em zona de combate no Afeganistão.
- 06.12.2001 Repórteres americanos impedidos de verem corpos de militares americanos mortos em combate.
- 27.12.2001 O Pentágono permite pela primeira vez reportagens no Afeganistão sem ser em grupo controlado pelos militares.
- 28.12.2001 A Casa Branca divulga uma declaração citando a «autoridade constitucional do Presidente para reter o acesso a informação (pelo Congresso)».
- 10.01.2002 O Pentágono ordena às tropas que não permitam fotografias dos prisioneiros no Afeganistão.
- 30.01.2002 Bush anuncia o Citizen Corps, programa que «permitirá aos Americanos participar directamente nos esforços de segurança

da pátria nas suas próprias comunidades». O programa inclui a Operação Terrorism Information Prevention System (TIPS), permitindo a «milhões» de trabalhadores americanos «identificar e informar sobre actividades suspeitas ligadas ao terrorismo e ao crime». O plano TIPS será reduzido em Agosto.

- 19.02.2002 É noticiado que o novo Gabinete de Influência Estratégica do Departamento de Defesa, criado para influenciar a opinião pública estrangeira, planeia colocar desinformação em *media* estrangeiros e americanos. No dia seguinte, o secretário da Defesa anuncia que o Gabinete não poderá mentir aos *media*. No dia 26, Rumsfeld extingue o Gabinete.
- 25.11.2002 Bush assina o Homeland Security Act.
- 20.03.2003 No âmbito da «guerra ao terror», os EUA iniciam a invasão do Iraque, derrubando o regime de Saddam Hussein e tomando Bagdade em 1 de Maio de 2003. Em 7 de Março, tinham partido para o Iraque os primeiros 662 jornalistas encaixados (*embedded*) nas tropas americanas, o maior número de profissionais do jornalismo alguma vez incluído numa operação de guerra em simultâneo.
- 25.06.2004 Primeira sondagem desde 11 de Setembro indicando uma maioria contra a política de guerra de Bush.
- 25.06.2004 Estreia nos EUA o documentário *Fahrenheit 9/11*, de Michael Moore.
- 28.06.2004 A administração directa norte-americana no Iraque termina dois dias antes do prazo marcado.
- 20.07.2004 Num discurso pré-eleitoral, Bush utiliza pela primeira vez mais vezes a palavra *paz* do que a palavra *guerra*: «Eu quero ser o presidente da paz.»

Referências bibliográficas

- Bittermann, J. (2002) 'French Buy into 9/11 Conspiracy', *cnn.com/World*, 26.06.2002.
- Goffman, E. (s. d.) (1963) *Behavior in Public Spaces. Notes on the Social Organization of Gatherings*, New York: The Free Press.

Artigos de revistas e jornais

- Rainer, T. (2002) 'Time and Event: Reflections on September 11,' in *Theory and Event*, 5:4, cit. por Britta Timma Knudsen (2003) 'The Eyewitness and the Affected Viewer. September 11 in the Media' in *Nordicom Review*, 2, p. 117.
- 'Excerpts From Statement by Sept.11 Commission Staff', *New York Times*, 17.06.2004.
- Madeira, P. M. & Rocha, J. M (2003) 'Entrevista com Elihu Katz: 11 de Setembro desafiou lógica dos acontecimentos mediáticos', *Público*, 07.07.2003.

- Barry, D. (2003) 'A New Account of Sept. 11 Loss, with 40 Fewer Souls to Mourn', *New York Times*, 29.10.2003.
- Torres, E. C. (2003) 'As Torres Gêmeas, a religião e o simbolismo', *Público*, 29.09.2001.
- Mascolo, G. & Stark, H. (2003) 'Operation Holy Tuesday', *New York Times*, 27.10.2003.
- Torres, E. C. (2002) 'O terrorismo e a televisão', *Público*, 15.07.2002.
- Delarbre, R. T. (2002) 'Terror en la aldea global', *etcétera*, 10.2001, <http://raultrejo.tripod.com/Articulosvarios/Terrorenlaaldeaoct01etceter.htm>
- Glanz, J. (2003) 'A Rare View of 9/11', *New York Times*, 07.09.2003.
- Velázquez-Gaztelu, J. P. (2001) 'Al Yazira gana la guerra informativa', *El País*, 11.10.2001.
- 'Televisão: Norte-americanos elogiam cobertura dos atentados', *Diário Económico*, 25.09.2001.
- Nord, L. W. & Strömbäck, J. (2003) 'Mission Impossible? Some Notes on Journalistic Shortcomings in the Coverage of War and Terrorism', *Nordicom Review*, 2-2003, pp. 129 e 132.
- Lits, M. (coord.) (1994), *Le Roi est mort. Émotion et médias*, Bruxelas: Éditions Vie ouvrière).
- Ferreira, P. (2002) 'EUA perderam a guerra mediática', *Diário de Notícias*, 10.11.2001.
- Schechter, D. (2001) 'Covering the Coverage: Your Hits and Misses', *MediaChannel.org*, 20.12.2001.
- Knudsen, B.T. (2003) 'The Eyewitness and the Affected Viewer. September 11 in the Media.', *Nordicom Review*, 2-2003.
- Dumenco, S. (2001) 'TV Nation. Viewers Choice', *Talk*, 10.2001, pp. 103-107.
- Maurice, A. (2002) '11 Septembre 2001: Cadrage d'un événement médiatique', *Questions de journalisme*, <http://www.unine.ch.journalisme>.
- Goodman, E. (2001) 'Post-September 11 Dilemmas for Journalists', *San Diego Union Tribune*, 07.12.2001.
- Associated Press, (2001) 'United We Stay' – or Else', 26.09.2001.
- Aufderheide, P. (2001) 'Therapeutic Patriotism and Beyond', *Television Archive*, <http://www.tvnews3.televisionarchive.org>.
- 'Media Presses Government for Access', *E&P Weekly Briefing*, October 22, 2001, <http://www.editorandpublisher.com/>
- Gordon, M. R. (2001) 'Military Is Putting Heavier Limits on Reporters' Access', *New York Times*, 21.10.2001.
- Hickey, N. (2002) 'Access Denied: The Pentagon's War Reporting Rules Are the Toughest Ever': <http://www.cjr.org/year/02/1/hickey.asp>.
- Carter, B. & Barringer, F. (2001) 'At US Request, Networks Agree to Edit Future bin Laden Tapes', *New York Times*, 11.10.2001.
- Höjjer, B. (2003) 'The Discourse of Global Compassion and the Media', *Nordicom Review*, 2-2003, pp. 22.
- Rogers, A. (2004) 'Selling a War through the Mass Media: Cunning Communications or Brilliant Brainwashing?': http://www.whywehatebush.com/news/04_04_brainwashing.html#_ftn2

- The Reporters Committee for Freedom of the Press (2001-2003) 'Homefront Confidential: A Chronology of Events' (09-2001/08-2003), <http://rcfp.org/homefrontconfidential/timeline.html>.
- Fitzgerald, M. (2001) 'Newspaper Guild Monitors 'Dissenters'', 17.10.2001, <http://www.editorandpublisher.com>
- Noelle-Neumann, E. (1993), *The Spiral of Silence. Public Opinion – Our Social Skin*, Chicago: University of Chicago Press, 2.^a ed.
- Sanger, D. E. (2004) 'Bush Tells Iowa Crowd What He Learned from Sept.11', *New York Times*, 21.07.2004.
- Krugman, P. (2004) 'Moore's Public Service', *New York Times*, 02.07.2004.
- Carvalho, S. & Ribeiro, P. (2004) «Jornalistas acham a imprensa pouco crítica de Bush», *Público*, 05.06.2004.

Livros

- Eliade, M. (2002), *Imagens e Símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*, São Paulo: Martins Fontes.
- Carey, J. W. (2002) 'American Journalism On, Before, and After September 11', in Zelizer, B. & Allan, S. (2002), eds., *Journalism after September 11*, N. York: Routledge, p. 74.
- Torres, E. C. (2006) *A Tragédia Televisiva*, ISCTE, Lisboa: Edições do ICS.
- Lits, M. (coord.) (1994), *Le Roi est mort. Émotion et médias*, Bruxelas: Éditions Vie ouvrière.
- Zelizer, B. & Allan, S. (2002), *Journalism after September 11*, N. York: Routledge, pp. 3-4.
- Zelizer, B. (2002) 'Photography, Journalism, and Trauma', in Zelizer, B. & Allan, S. (2002), *Journalism after September 11*, N. York: Routledge.
- Rosen, J. (2002) 'September 11 in the Mind of American Journalism', in Zelizer, B. & Allan, S. (2002), *Journalism after September 11*, N. York: Routledge.
- Schudson, M. (2002) 'What's Unusual About Covering Politics as Usual', in Zelizer, B. & Allan, S. (2002), *Journalism after September 11*, N. York: Routledge.
- Connerton, P. (1999), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta, 2.^a ed.
- Navasky, V. (2002) 'Foreword' in Zelizer, B. & Allan, S. (2002), *Journalism after September 11*, N. York: Routledge.
- Johnson, P. (1986) 'Inside TV', *USA Today*, 17.09.2001, cit. in Zelizer, B. & Allan, S. (2002), *Journalism after September 11*, N. York: Routledge.
- Rather, D. (2002) *What We Saw*, [livro e DVD] N. York: CBS.
- Waisord, S. 'Journalism, Risk, and Patriotism', in Zelizer, B. & Allan, S. (2002), *Journalism after September 11*, N. York: Routledge, pp. 202 e 215.
- Tocqueville, A. de (2001) *Da Democracia na América*, Lisboa: Principia, p.304.
- Noelle-Neumann, E. (1993), *The Spiral of Silence. Public Opinion – Our Social Skin*, Chicago: University of Chicago Press, 2.^a ed.
- Meysan, T. (2002) *L'Effroyable imposture*, Paris: Carnot.

O caso Jayson Blair / *The New York Times*: Da responsabilidade individual às culpas colectivas¹

Joaquim Fidalgo

‘Examine the specific sins of Jayson Blair and you will find the common transgressions of everyday journalism. Blair put them together in a spectacular fashion to create a beast that is bigger than the sum of its parts. It’s time to stop shaking our heads at Blair’s audacity, which was immense, and focus on the habits of journalism.’

Kelly McBride²

‘These guys [director editorial e director-adjunto de *The New York Times*] did not go down because of the Jayson Blair affair, they went down because the Jayson Blair affair exposed a lot of other things.’

Douglas C. Clifton³

Resumo

Quando o *New York Times*, um dos mais reputados jornais ‘de referência’ a nível mundial, descobriu um conjunto de fraudes repetidamente cometidas – e publicadas – pelo seu jornalista Jayson Blair (nomeadamente plágios e mistura deliberada de informações verídicas com informações ficcionadas), gerou-se um intenso debate no campo jornalístico sobre os mecanismos de responsabilização e controlo de qualidade numa redacção:

¹ Este artigo inscreve-se no projecto de investigação ‘MEDIASCÓPIO – Estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos media em Portugal’, em curso no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através do Programa Sapiens (POCTI/COM/41888/2001). As linhas essenciais do seu conteúdo deram origem a uma comunicação, apresentada no II Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação / III Congresso da SOPCOM, na Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã – 21 a 24 de Abril de 2004.

² Kelly McBride, ‘What’s fit to print’, *Poynter Ethics Journal – PoynterOnline*, 11.5.03.

³ Douglas C. Clifton, cit. por Joe Strupp, ‘Lessons from the Blair affair’, *Editor & Publisher*, ed. de 9.6.03.

a sua existência, a sua pertinência, a sua eficácia, o seu alcance, os seus limites. O caso foi visto como tendo afectado fortemente a credibilidade do *New York Times* junto dos seus leitores e levou ao despedimento do jornalista, à substituição dos dois máximos responsáveis editoriais do jornal e à alteração de um conjunto de procedimentos internos na redacção, entre os quais a nomeação de um Provedor do Leitor, até então sempre recusada por aquela publicação. O presente artigo toma este caso como objecto de estudo, procurando, a partir dos muitos textos (quer informativos, quer opinativos) publicados em diversos *media* nacionais e estrangeiros, sistematizar as questões e os desafios por ele colocados ao exercício de um jornalismo mais responsável e mais responsabilizável. O argumento que se coloca em discussão é o de que, embora sejam úteis e necessários mecanismos colectivos de controlo da produção jornalística no interior de uma redacção para garantir maior rigor, qualidade e transparência, as especificidades desta profissão e do seu exercício concreto implicam sempre também uma forte responsabilidade individual que nenhum mecanismo de controlo exterior pode garantir cabalmente. De onde a importância de uma sólida formação (inicial e contínua) dos jornalistas nos domínios da ética e da deontologia profissional, como condição imprescindível a um exercício mais independente, autónomo e responsável do ofício de informar.

1. A justificação

O caso Jayson Blair, que agitou fortemente os meios do jornalismo e da indústria de *media* – sobretudo nos EUA, mas não só –, em meados do ano de 2003, podia não ter passado de apenas (mais) um caso de plágio na imprensa, concluído com um pedido de desculpas do jornal afectado e o despedimento do profissional responsável por uma conduta individual eticamente reprovável. Não seria, infelizmente, o primeiro – e não será porventura o último. Reduzido a um episódio individual, pontual, anómalo, fruto porventura de uma personalidade doentia e marginal ao sistema mediático institucional, o caso não mereceria grandes análises ou debates. No entanto, ele acabou por ser muito mais do que isso. Para além da circunstância de ter ocorrido num dos mais prestigiados e poderosos exemplos mundiais da imprensa de referência, *The New York Times* (NYT) – o que levou logo muita gente a glosar o mote de que ‘*se isto pode acontecer no NYT, então deve acontecer em todo o lado*’⁴ –, ele provocou ondas de choque que fizeram tremer a casa-mãe mas se propagaram muito para além dela, suscitando variadíssimos debates nos meios jornalísticos, académicos, associativos e empresariais, estimulando a revisão de regras de conduta e mecanismos de controlo de qualidade na imprensa (com realce para a necessária *accountability*, a prestação de contas aos leitores e à sociedade), questionando a eficácia e o grau de exigência da formação dos jornalistas em matérias do foro ético, enfim, alertando para um urgente *back to basics* no que toca aos princípios e valores fundadores do

⁴ Robert Leger, presidente da Society of Professional Journalists (EUA), cit. por Fitzgerald, 2003.

jornalismo, supostamente subalternizados ou ameaçados por uma envolvente socioeconómica e tecnológica muito pressionante e submetidos a uma lógica muito própria – a **lógica de mercado**.

Visto a esta luz, o caso Jayson Blair, por particularmente chocante que tenha sido, dadas a sua desmesura e a sua continuada impunidade, é mais do que uma anormalidade individual, mais do que uma aberração casuística, ultrapassável com a sua pública exposição e uma condenação exemplar; ele acaba (como acabou) por ser sinal e sintoma (a) de insuficiências graves de comunicação, organização e gestão no interior da empresa jornalística; (b) de pouca transparência e capacidade de diálogo/interacção do jornal com os seus leitores; (c) dos riscos de uma cultura de sucesso rápido e espectacular, que leva à desvalorização de regras e rotinas profissionais elementares; enfim, (d) da pesada responsabilidade que implica o ofício de jornalista, um ofício alicerçado em bases de confiança que nenhum controlo, por mais presente e rigoroso que seja, alguma vez conseguirá substituir completamente.

É elucidativo que, logo nos primeiros dias após o rebotar do escândalo, o próprio dono do *NYT*, Arthur Sulzberger, tenha vindo insistir em que aquele era um crime de uma pessoa só ('The person who did this is Jayson Blair'⁵) e que não devia, portanto, alargar-se o leque de culpas ao conjunto do jornal, e designadamente aos responsáveis editoriais ('Let's not begin to demonize our executives'⁶). Estava ele longe de imaginar o que se sucederia em catadupa nas semanas seguintes. Jayson Blair foi despedido, sim, mas os principais responsáveis editoriais do *NYT* – o director e o director-adjunto – também acabaram por se demitir, ao mesmo tempo que se procedeu a uma reorganização vasta do jornal, da sua direcção, da estrutura de chefia, dos procedimentos internos, dos mecanismos de relação com os leitores, até do Livro de Estilo. Tudo na sequência de (mesmo que não só por causa de) Jayson Blair.

2. A história

Valerá a pena recordar os principais factos deste caso.

Jayson Blair, um repórter negro⁷ de 27 anos, pertencente aos quadros redactoriais do *NYT* desde 1999 (mas já conhecedor da casa desde que, ainda estudante universitário, ali fizera um ambicionado estágio profissional no Verão de 1998), demitiu-se no dia 1 de Maio de 2003, depois de se ter descoberto que plagiara, inventara ou distorcera uma série de informações e citações em grande número dos trabalhos jornalísticos que assinara, alguns na primeira página. O motivo

⁵ Arthur Sulzberger, cit. em N/A, 2003a.

⁶ *Ibidem*.

⁷ A referência à cor de pele do jornalista é significativa para a compreensão global da história, pois, como adiante se verá, foi um dos elementos mais presentes nas polémicas então geradas.

próximo foi a denúncia, feita por uma jornalista do *San Antonio Express-News* (antiga colega de Blair na Universidade de Maryland e no estágio de 1998 no NYT), de que ele copiara partes de uma reportagem por ela publicada originalmente, a propósito de familiares de um soldado americano morto no Iraque. A denúncia do caso saiu a público nas páginas do *Washington Post* (WP), concorrente conhecido do NYT – e, curiosamente, um jornal que, anos atrás (1980), se tinha visto a braços com um embaraço semelhante: a célebre história da repórter Janet Cooke, que recebeu até um Prémio Pulitzer pela reportagem que fizera sobre uma criança toxicodependente e que, pouco tempo passado sobre a publicação, se descobriu ter sido totalmente inventada.

Dadas algumas suspeitas já vindas de trás, o incidente levou a uma investigação no interior do jornal, da qual se concluiu que Jayson Blair vinha sistematicamente, desde há anos, plagiando textos, inventando citações, escrevendo de sítios onde nunca tinha ido, ‘fabricando’ notícias e situações. Só entre Outubro de 2002 e Abril de 2003, altura em que esteve integrado na equipa de jornalistas que faziam o acompanhamento noticioso dos grandes assuntos nacionais, foram descobertas invenções ou incorrecções em 36 dos 73 textos assinados por Jayson Blair. Acresce que, nos quatro anos precedentes em que trabalhara no NYT, o repórter já tinha sido obrigado a fazer mais de 50 correcções em trabalhos de sua autoria.

Logo a 11 de Maio de 2003, o NYT publica um longo texto de quatro páginas, com abertura na primeira página, em que expõe detalhadamente as dezenas de ‘actos de fraude jornalística’ (N/A, 2003a) assacados ao seu jovem repórter, ao mesmo tempo que pede aos leitores que lhe façam chegar eventuais novas denúncias. Este invulgar pedido de desculpas e esta retratação pública não puseram, contudo, um fim ao caso, como parecia ser desejo dos mais altos responsáveis do NYT: resumir tudo a um ‘desvio’ individual, com laivos até patológicos (soubesse, entretanto, que Blair tinha uma história de problemas do foro psicológico, associada a dependências do álcool e de drogas que ele próprio confirmaria), mas insusceptível de beliscar a honorabilidade ou a credibilidade do jornal como um todo. Aliás, o próprio pedido de desculpas, nos termos em que foi feito, suscitou reacções diversas. Não faltou, de um lado, quem aplaudisse a iniciativa:

‘O jornalismo americano raramente produziu algo semelhante ao extraordinário acto de contrição que o NYT publicou no domingo [11.5.03].’ (Rutten, 2003)

‘Ao decidir-se pela exposição das fraudes em quatro páginas de uma edição de domingo, o jornalão nova-iorquino derrubou o fetichismo em torno da infalibilidade da imprensa e confirmou o princípio de que todos os poderes devem ser fiscalizados e devassados. Broncas, suspensões e demissões, até então mantidas entre quatro paredes ou divulgadas de forma circunspecta, agora serão do domínio público. Sem privilégios, livres dos constrangimentos corporativos e solidariedades gremiais.’ (Dines, 2003)

Em contrapartida, outras vozes foram um pouco mais além, sugerindo que o ‘acto de contrição’ público, por muito respeitável que parecesse, podia estar a escamotear alguns dos elementos mais importantes e sensíveis deste escândalo:

‘Veja-se o artigo de quatro páginas do *Times*, supostamente contando tudo acerca de Blair. Pelo tom autocomplacente da peça, bem como do editorial desse dia, tornava-se bem claro que o *Times* pensava que estava a deixar o escândalo para trás das costas. Mas qualquer leitor mediano – que não a gestão do *Times* – podia ter-lhes dito que este «dizer-tudo» não dizia nada sobre o cerne da história. As questões da raça ou da cultura do *Times* ou o estilo pessoal de [gestão de] Raines eram passadas em claro.’ (Grunwald, 2003)

‘[A autocrítica publicada pelo *NYT*] foi um julgamento em que o *Times* funcionou como investigador, acusador, advogado de defesa, juiz, júri e executante. Foi um julgamento-espectáculo [*show trial*], destinado a expurgar o rasto e a memória de Jayson Blair e a procurar a absolvição dos leitores. (...) Este ritual de confissão, absolvição e penitência acaba, sem querer, por esconder tanto quanto revela. As instituições têm os comportamentos desviantes que merecem. (...) Jornais que valorizam o original, o espantoso e o rápido arriscam-se a ter muitos plágios e fabricações.’ (Carey, 2003)

Face à perplexidade crescente sobre como tinha sido possível um jovem repórter ludibriar tanta gente, durante tanto tempo, numa das organizações jornalísticas mais poderosas e supostamente mais fiáveis dos EUA, rapidamente se descobriu uma série de problemas de fundo no interior da redacção (desatenções inexplicáveis, falhas de comunicação interna, suspeitas de favoritismos pessoais, insuficiências de gestão editorial) que iam muito para além dos episódios protagonizados por Jayson Blair, e nos quais era preciso mergulhar para entender melhor o que se passara.

Os variadíssimos debates, internos e externos à volta destas questões, rapidamente amplificados (sinal dos tempos...) pelo recurso generalizado à comunicação através de *e-mails*, de *chat-rooms* e de *weblogs*⁸, depressa tornaram evidente que o caso não iria resolver-se tão facilmente como se imaginara, pois adquirira uma dimensão muito superior à do indivíduo Jayson Blair – e já extravasara, inclusivamente, os muros tradicionalmente sóbrios da ‘Old Gray Lady’, como na gíria costuma ser apodado o circumspecto *NYT*.

Que as coisas ganhavam uma dinâmica acelerada prova-o o facto de, ainda nesse mês de Maio de 2003, mais um conhecido (e premiado) jornalista do *NYT*, Rick Bragg, se ter demitido, depois de suspenso disciplinarmente por duas semanas. A falha profissional apontada, no caso, foi a utilização, numa

⁸ Mark Glaser, num texto publicado na *Online Journalism Review* (‘For bloggers, *NYT* story was fit to print’ – 10.6.03), chega a sugerir que a agitação provocada por esta história nos meios da net significou para o ‘site Romenesko’ – um conhecido *weblog* de comentário e crítica dos *media* –, em termos de promoção, ‘o que a primeira Guerra do Golfo Pérsico significou para a CNN’.

reportagem, de materiais recolhidos no terreno por um colaborador *freelancer* do jornal, e não directamente por Bragg, sem que tal circunstância (e designadamente a assinatura do colaborador, sob a forma de co-autoria) tenha sido dada a conhecer aos leitores. Algo, disse mais tarde Rick Bragg, que era prática corrente no *NYT*⁹, e que só fora questionada agora porque haveria um excesso de zelo para ‘limpar a face’ da casa e um clima de ‘caça às bruxas’ na esteira do escândalo Jayson Blair (ironizava-se até com o nome deste, aludindo a uma espécie de ‘Blair Witch Hunt Project’...).

Howell Raines e Gerald Boyd, respectivamente director editorial e director adjunto, acabam por ter de resignar. A demissão, apresentada em 5 de Junho, é logo aceite pelo proprietário do *NYT*, ele que, menos de um mês antes, tinha garantido que não aceitaria tais demissões, pois não desejava ‘demonizar’ quem quer que fosse. A medida parece ter sido generalizadamente bem aceite no interior do jornal, embora houvesse também quem se perguntasse, aqui e ali, se não se estaria ‘a fazer dos jornalistas bodes expiatórios de um sistema disfuncional’¹⁰. O ponto mais significativo era, afinal, a confirmação, já antes vislumbrada, de que estas saídas ‘tiveram menos a ver com os desastres de Blair e Bragg do que com o consertar uma redacção que para muitos tinha perdido alguma moral desde que Raines e Boyd assumiram funções’ e onde se multiplicavam ‘queixas sobre o funcionamento autocrático do director’ (Strupp, 2003b).

Entretanto, uma comissão constituída por uma vintena de peritos e nomes prestigiados do jornalismo, quer de dentro quer de fora do jornal, começou a trabalhar para tentar perceber melhor tudo o que corra mal com Jayson Blair, tudo o que corria mal num jornal que permitia essas ‘aberrações’ e tudo o que seria preciso alterar para, no essencial, recuperar uma credibilidade que se sentia tinha sido fortemente abalada. A decisão de fazer esta vasta auditoria interna era justificada com grande clareza e sentido autocrítico nas próprias páginas do jornal:

‘Uma série de êxitos bastante espectaculares pode ter-nos tornado demasiado autoconvencidos, demasiado seguros de que o futuro traria simplesmente mais do mesmo. Agora estamos a reexaminar algumas das nossas regras e estruturas internas.’ (N/A, 2003c)

A comissão de peritos – chamada ‘Siegal Committee’, a partir do nome de Allan M. Siegal, antigo editor do jornal – haveria de apresentar o seu relatório final

⁹ ‘Há ali [no *NYT*] uma grande diferença entre a política de assinaturas e a prática de assinaturas’, disse Rick Bragg, cit. por Tara Burghart, ‘New York Times reporter Bragg resigns’, *Associated Press Online*, 29.5.03.

¹⁰ Estas são palavras de Errol Cockfield, presidente da Associação Nova-Iorquina de Jornalistas Negros, que acrescentou: ‘Há muitos jornalistas negros que se interrogam sobre se, num esforço para restaurar a credibilidade, o *NYT* não terá ido longe demais’ (Errol Cockfield, citado por Jacques Steinberg, ‘Times’s two top editors resign after furor in writer’s fraud’, *The New York Times*, ed. de 6.6.03). Convém recordar, de resto, que o editor-adjunto Stephen Boyd, agora demitido, era o primeiro negro, em toda a história do *NYT*, num cargo de tão alta responsabilidade.

logo em Julho de 2003, com uma série de sugestões que rapidamente foram aceites pelos responsáveis do NYT: a nomeação, até aí sempre recusada, de um Provedor do Leitor (*public editor*) – que assumiu funções em Dezembro de 2003 –, a nomeação de dois novos editores para tratar quer da vigilância pelo respeito das regras e procedimentos internos (*standards editor*), quer do recrutamento e formação de novos jornalistas (*staffing and career development editor*), a revisão e pormenorização de algumas das normas do Livro de Estilo do jornal, nomeadamente as que procuram restringir ao máximo o recurso a fontes não identificadas e as que obrigam a um respeito escrupuloso da transcrição de citações em discurso directo, quando apresentadas entre aspas.

Ultrapassada a tentação inicial de sacrificar apenas o responsável individual por um conjunto de anormalidades e seguir em frente, admitida a suposição de que ele era, ao menos em parte, produto e sintoma de problemas mais vastos no conjunto da redacção, o jornal americano acabou por ir bastante mais fundo na tentativa de recuperar a sua credibilidade. Não se ficou pelo ‘expurgar’ de um jornalista funcionando de modo supostamente marginal ao sistema e à cultura do jornal; questionou esse próprio sistema, essa própria cultura, no pressuposto de que, independentemente do lado aberrante ou até sociopata de Jayson Blair, uma conduta individual escandalosa encontrara no NYT do tempo um terreno bastante propício onde germinar e progredir com aparente impunidade, quando não com aplausos e promoções. Ou seja: o mesmo ‘caldo’ que permitira um Jayson Blair podia, a manter-se, permitir ou favorecer outros, maiores ou mais pequenos.

3. As principais controvérsias

Da história aqui evocada emergiram, ao longo de semanas, diversas controvérsias importantes, tendo em vista a compreensão do que se passara e a necessidade, por muitos pressentida (dentro e fora do NYT), de tirar algumas lições para o futuro.

Assistiu-se assim a uma progressão de argumentos, numa lógica quase de círculos concêntricos, que num primeiro círculo responsabilizava essencialmente o jovem Blair (sem esquecer a circunstância de ser negro), num segundo círculo alargava as culpas a uma cultura e a um sistema específico (o do NYT), cujo funcionamento levantava sérias reservas, e num terceiro círculo inscrevia esse sistema num outro, mais vasto, o do mercado dos *media* (e dos *media* mercantilizados), onde seriam detectáveis algumas razões de fundo para a explicação destes escândalos jornalísticos¹¹. Atentemos nesses três níveis de responsabilização.

¹¹ E convirá notar que o caso Blair não é único, pois situações igualmente graves foram encontradas, na última vintena de anos, nos mais importantes jornais americanos: *The Washington Post* / caso Janet Cooke (1980), *The Wall Street Journal* / caso R. Foster Winans, *Los Angeles Times* / caso Staples Center (1999), *USA Today* /

3.1. O jovem jornalista negro

As características de personalidade de Jayson Blair, visíveis desde os tempos em que estudara jornalismo na Universidade de Maryland, foram frequentemente invocadas para explicar a sua longa história de mentiras no NYT: distúrbios psicológicos, tendências maniaco-depressivas – que obrigaram, juntamente com alguma dependência de álcool e drogas, a tratamentos médicos –, ambição, desejo de sucesso nos *big-time media*, vontade de se destacar¹². Para além disso, debateu-se, por vezes com algum excesso, a questão de saber se ele tinha sido tratado com maior condescendência (ou até se tinha tido tão rápida entrada nos quadros redactoriais do prestigiado NYT) pelo facto de ser negro. Convirá recordar que tudo isto se passou numa altura (fins dos anos 90 do século passado) em que o tema da ‘diversidade’ (*diversity*) era presença constante e ‘politicamente correcta’ no discurso dos grandes *media* americanos, defendendo-se uma atitude de ‘discriminação positiva’ (*affirmative action*) que tornasse mais presentes as diversas minorias – mulheres, negros, hispânicos – no seio das redacções.

O próprio NYT, embora sublinhando os méritos do jovem candidato a jornalista e a sua ‘notável história de trabalho’, não deixou de referir, no seu célebre *mea culpa* de 11.5.03, que Blair fora admitido para um primeiro estágio no NYT, no Verão de 1998, no âmbito de ‘um programa de estágios que estava então a ser usado em grande parte para ajudar o jornal a diversificar a sua redacção’. E também Jayson Blair não se coibiu de fazer referências a essa circunstância (‘Eu era um negro no NYT, algo que te prejudica tanto quanto te ajuda’¹³), mas admitindo-se igualmente vítima de discriminação negativa: ‘Acho que teria sido mais difícil entrar no *Times*, se fosse branco, e acho que provavelmente também não teria caído tão depressa’¹⁴. A verdade é que, como lembrou Dan Kennedy (Kennedy, 2003), houve nos últimos anos muitos mais escândalos com jornalistas brancos nos EUA, o que não admira, uma vez que, conforme lembra, só cerca de doze por cento dos jornalistas empregados por redacções americanas provêm de minorias e só pouco mais de cinco por cento são negros. Sucede, contudo, que nos casos com brancos nunca costuma fazer-se referência à cor da pele.

Esta linha de argumentação sobre a raça rapidamente foi contestada por diversos comentadores dos *media*, que viam nela sobretudo uma tentativa do

caso Jack Kelley – o mais recente, ocorrido já em 2004 –, *The Boston Globe*/caso P. Smith & M. Barnicle (1998), *New Republic*/caso Stephen Glass (1998) – deste último, aliás, se fez o filme *Shattered Glass*, cuja estreia em Portugal ocorreu em Abril de 2004. No caso português, a memória recente (Janeiro/Fevereiro de 2003) traz-nos à cena o caso de plágio protagonizado por Clara Pinto Correia nas páginas da revista *Visão*.

¹² Como ironiza Aileen Jacobson (‘Struggles for an «idealistic liar»’, *Newsday.Com*, 15.3.04), essa tendência levou-o mesmo a decidir acrescentar um y ao seu mais banal nome original – *Jason*.

¹³ Jayson Blair em entrevista a Sridhar Pappu, ‘«So Jayson Blair could live, the journalist had to die»’, *New York Observer*, ed. de 26.5.03.

¹⁴ Jayson Blair, em entrevista a Brian Braiker, ‘The Blair Witch Project’, *Newsweek*, ed. de 11.3.04.

NYT de encontrar desculpas fáceis e rápidas para o sucedido e, assim, ficar de bem com a sua própria consciência: seria uma justificação pela excepção, sem pôr em causa a regra do funcionamento do jornal. Para além disso, surgiram receios de que, através deste caso negativo, começasse a pôr-se em causa o esforço dos *media* americanos por construir redacções com maior *'diversidade'* em termos de minorias. Considerando não só 'falso' como 'tolo' dizer que este caso tinha essencialmente a ver com a raça, o Provedor do Leitor do Chicago Tribune, Don Wycliff, acrescentava que igualmente 'tola' era 'a ideia de que o comportamento de Blair de algum modo pode demonstrar o falhanço de todos os esforços para diversificar os 'staffs' das redacções da América' (Wycliff, 2003).

3.2. O interior do NYT

De culpas e responsabilidades meramente individuais passou-se, então, rapidamente para a descoberta de eventuais culpas mais alargadas, alegadamente decorrentes do próprio 'sistema' e modo de funcionamento do NYT, até porque uma das maiores interrogações do caso continuava a ser como fora possível a um jovem repórter, mesmo invulgarmente dotado para a mentira, conseguir manter aquelas práticas durante anos, e no bastião mais forte, mais exposto, supostamente também mais organizado, da imprensa americana:

'Blair parecia intocável não por causa da raça, dizem jornalistas do *Times*, mas porque se ajustava ao molde de Raines [o director] de um jovem sôfrego [*hungry*], disponível e empreendedor [*single go-getter*], capaz de cair de pára-quedas num sítio e produzir rapidamente uma história.' (Kurtz, 2003)

'À respeitabilidade e à verificação das fontes, ele [Howell Raines, o director] prefere uma política de golpes [*coups*], postos em destaque na primeira página. Selecciona uma equipa de jornalistas-vedeta, aos quais confia as melhores reportagens. Apesar da sua falta de experiência, Blair é um deles.' (Roussetot, 2003)

'A real lição do caso Blair é que o sistema do *Times* para lidar com o rigor [*accuracy*] no seu jornal e a disciplina na sua redacção é muito facilmente infringido – se é que existe sequer algum sistema. (...) Uma incontornável conclusão deste escândalo é que o *Times* desenvolveu uma tolerância doentamente dependente [*addictive*] face a fontes anónimas, a cocaína [*crack cocaine*] do jornalismo.' (N/A, 2003b)

'Se a liderança do *Times* tiver juízo, deve reconhecer este desastre institucional em tudo o que ele é de facto e reflectir sobre a cultura que o produziu. Isso não fará apenas mudar editores; fará mudar atitudes.' (Broder, 2003)

O leque de comentários aqui transcritos, a título meramente exemplificativo, ajuda a sistematizar os principais focos de crítica e de controvérsia suscitados pelo funcionamento interno do *NYT* à época (sobretudo ao nível da redacção, mas também em alguma medida ao nível da empresa):

- **desatenções inexplicáveis** (Blair, entre Outubro 2002 e Abril 2003, escrevera textos supostamente de mais de 20 cidades diferentes, pertencentes a seis estados, mas não apresentara nem uma conta de hotel, bilhete de avião ou despesa de transporte – porque, de facto, nunca saíra do seu apartamento em Nova Iorque – e ninguém pareceu espantar-se com tal situação; eventualmente essa circunstância até pode ter sido levada a seu crédito, pois produzia muito e gastava pouco em despesas de serviço...);
- **falhas sistemáticas na comunicação interna** (o jovem repórter levantava suspeitas numa determinada secção do jornal mas era transferido para outra e o novo responsável não conhecia o seu historial recente¹⁵; colegas de Blair que aparentemente conheciam algumas das situações duvidosas em que ele se enredara não se sentiam à vontade para avisar os editores ou os directores dessas práticas questionáveis);
- **suspeitas de favoritismos pessoais**, com vantagem para os jornalistas mais ambiciosos, hiper-competitivos, sempre ‘em cima’ de histórias candidatas à primeira página¹⁶ (Blair foi promovido para a equipa nacional quando já se acumulavam muitas dúvidas sobre a lisura de alguns dos seus procedimentos e se sucediam as correcções aos seus textos, sendo que o director Howell Raines dizia gostar do seu estilo ‘agressivo’, da sua ‘fome’ de trabalho e da sua disponibilidade permanente, o mesmo sucedendo com o director-adjunto, Stephen Boyd, negro como Jayson, e muito empenhado em favorecer a política de ‘diversidade’ no jornal);
- **gestão demasiado centralizada e verticalizada por parte da Direcção Editorial** (propiciadora, de acordo com os jornalistas da casa, de um clima de intimidação, de individualismo, de falta de debate interno, e também de desresponsabilização das chefias intermédias).
- **recurso excessivo, e raramente questionado pela hierarquia, a fontes não identificadas**, mesmo em matérias de importância nacional que davam títulos de primeira página. Era na garantia de confidencialidade que se escudava

¹⁵ O próprio *NYT* o admitiu, no extenso *mea culpa* da edição de 11.5.03 (N/A, 2003a): ‘Algo falhou claramente na redacção do *Times*. Parece ter sido a comunicação – ela que é o próprio objectivo do jornal’.

¹⁶ Não é certamente por acaso que algumas das ‘fabricações’ mais comentadas de Blair surgiram quando ele cobria temas ‘emocionalmente fortes na história recente’ dos EUA (como se lhes referiu o próprio *NYT* em 11.5.03), fossem eles o 11 de Setembro, o caso do *sniper* assassino nos subúrbios de Washington ou as histórias das famílias de soldados enviados para a guerra no Iraque. Histórias cheias de impacto e emoção, títulos fortes, temas de grande expectativa pública, tornavam ainda mais permeável o já de si pouco rigoroso ‘crivo’ da hierarquia do jornal.

Jayson Blair para inventar ou distorcer citações com razoável impunidade, pois nem sequer os editores directos cuidavam muitas vezes de saber quem eram as fontes por ele consultadas¹⁷. Este é um procedimento bastante generalizado, sobretudo no jornalismo político americano (e não só...), não faltando quem o veja em alguma medida legitimado pelo impacto histórico do caso Watergate, descoberto e desenvolvido com a preciosa ajuda de uma até hoje anónima ‘Garganta Funda’. Embora, na generalidade dos jornais, os responsáveis editoriais tendam a concordar em que este recurso deve ser usado com parcimónia e prudência, ele entranhou-se de tal modo nos hábitos de quem faz e de quem cobre a actividade política (com ganhos para ambas as partes e sempre com o argumento final de que ‘se eu não faço, o meu concorrente faz e fica em vantagem’), que as práticas raramente se adequam às doutrinas¹⁸. Não foi certamente por acaso que uma das consequências mais imediatas do caso Blair se traduziu na revisão muito pormenorizada, em diversos jornais para além do NYT (um deles foi o competidor directo *Washington Post*) das circunstâncias em que podem utilizar-se fontes não identificadas. E uma das novas normas adoptadas foi a de que, sendo necessário ocultar o nome de uma fonte de informação num texto publicado, ele deve, em todo o caso, ser revelado ao editor responsável (com o natural dever solidário de sigilo, que obriga não só o jornalista, mas o jornal). Esta foi, afinal, uma das medidas tendentes a aperfeiçoar e a reforçar os mecanismos de controlo e de *accountability* – de responsabilização, de prestação de contas – no interior do NYT, pois se concluiu que eles eram poucos e frágeis, a ponto de permitirem os abusos continuados de Jayson Blair sem grandes sobressaltos. O reduzido controlo das matérias a serem publicadas é em parte compreensível para o meio em questão¹⁹, mas em parte também pouco desculpável no caso vertente, atendendo aos ‘rastos’ que Blair foi deixando e às estranhas coincidências que o envolviam (por que motivo os outros *media* não pegavam em algumas das ‘cachas’ divulgados pelo repórter?...). Como sintetizava Rem Rieder,

‘Não há maneira de impedirmos pessoas sem escrúpulos de fazerem coisas más. Mas tem de haver uma maneira de as apanhar mais rapidamente – particularmente quando deixam tantas pistas.’ (Rieder, 2003)

¹⁷ E o facto de Jayson Blair chegar frequentemente à redacção com citações ‘too good to be true’ não só não levantava suspeitas, estranhamente, como até parecia satisfazer os directores, sempre ávidos de títulos fortes, apelativos, e de manchetes com grande impacto... Como comentou Dan Kennedy (‘News at the brink’, *Boston Phoenix*, ed. de 23-29.5.03), Blair ‘parecia estar a fazer sozinho o trabalho de três pessoas – três pessoas talentosas – e por isso ganhava o respeito e a admiração dos seus directores. Como poderia ele parar?’.

¹⁸ Dizia a ex-provedora do leitor do *Washington Post*, Geneva Overholser (cit. por Joe Strupp, ‘Hard times: journalism’s credibility problem’, *Editor & Publisher*, ed. de 11.6.03): ‘Já fomos além de todos os códigos por que nos regíamos: até permitimos a fontes anónimas que dêem opinião...’.

¹⁹ Como escreveu Elizabeth Colbert (‘Tumult in the newsroom’, *New Yorker* de 30.6.03), ‘o *Times* não supervisiona os seus repórteres – é dado por adquirido que eles tratam bem as coisas’. E mais adiante: ‘O jornalismo diário, por uma série de razões práticas, depende desta espécie de confiança.(...) O problema, no caso de Blair, é que o *Times* torceu as suas regras para o manter no trabalho – uma indulgência que, pela sua própria lógica, estava destinada a acabar mal’.

- **ausência de instrumentos facilitadores da comunicação dos leitores com o jornal** (de que foi exemplo muito comentado a inexistência de um Provedor do Leitor, sempre recusado, até à data, pelos responsáveis do *NYT*), que terá ajudado a explicar uma das maiores perplexidades deste caso: por que motivo as pessoas envolvidas nas invenções, distorções ou plágios saídos da caneta de Blair nunca, ou quase nunca, se queixaram ao *NYT*? Ficou a ideia de que elas estarão já acostumadas a tais práticas jornalísticas e a olhá-las como ‘procedimentos normais’ – o que é grave –, ou, então, que não acreditam que alguma iniciativa nesse domínio possa ser bem recebida e produzir algum efeito concreto no jornal – o que não é menos grave²⁰. Ou seja, a falta de *accountability* não se sentia só para dentro de portas, mas também para fora delas.

3.3. O contexto envolvente

Num terceiro, e mais alargado, nível de reflexão sobre as potenciais origens e razões deste tão notório desvio às regras básicas do jornalismo por parte de um jovem repórter aparentemente talentoso e bem formado numa escola da especialidade, diversos analistas e estudiosos chamaram a atenção para o contexto mais vasto em que estas práticas individuais (de Jayson Blair) e colectivas (do *NYT*) se inseriam, e de onde em alguma medida decorriam. Sem querer desculpar a **pessoa concreta** que tantas fraudes cometera (como comentava o director do *The Denver Post*, Greg Moore, ‘pode parecer assustador, mas toda esta actividade é baseada na confiança’²¹) ou o jornal concreto onde elas puderam acontecer tão continuamente (como dizia David Broder, ‘o pecado mais fundo do jornalismo dos grandes meios é a arrogância, a crença na nossa omnisciência, a crença de que sabemos tanto que não precisamos de ouvir as vozes críticas’, e ‘o *Times* enquanto instituição é quem lidera o grupo no que toca à arrogância’ – Broder, 2003), o episódio chamou a atenção para algumas tendências mais recentes da indústria mediática, bem como das suas envolventes económico-empresarial e tecnológica, que podem propiciar este tipo de comportamentos pouco profissionais e nada éticos.

‘Segundo diversos analistas, o escândalo Blair é sintomático de uma erosão generalizada na ética do jornalismo que começou há cerca de 15 anos, quando a difusão dos jornais começou a descer rapidamente. Os jornais, vendo os seus leitores

²⁰ Aquando deste caso, foi muito referida uma sondagem de 2002 do Pew Research Center (citada no jornal *Público*, ed. de 19.5.03) que apurara que 56 por cento dos americanos considerava que os *media* cometem ‘erros frequentemente’ e 67 por cento achava que os jornalistas ‘procuram encobrir esses erros’. Uma outra sondagem, esta de 2003 e da autoria da Gallup (citada no jornal *Público*, ed. de 1.6.03), reforçava esta tendência: 62 por cento dos inquiridos eram de opinião de que as notícias dos *media* ‘são frequentemente inexactas’ – o valor mais baixo desde 1985.

²¹ Greg Moore, cit. por Joe Strupp, ‘Boyd says some at *NY-Times* are scared’, *Editor & Publisher*, ed. de 13.5.03.

sugados pela televisão, começaram a pedir histórias mais coloridas e envolventes.’ (Marks, 2003)

‘Quanto àquilo que está mal genericamente no jornalismo americano, precisamos de uma nova definição de sucesso (...) Blair operava sob o credo (auto-imposto ou não) de que, para conseguir subir numa profissão e num negócio que cada vez mais mede as suas vitórias pela celebridade e não pela substância, uma pessoa tem que ganhar muito [*win big*] e ganhar muitas vezes. É uma mentalidade que cresceu nos últimos 20 anos.’ (Goodpaster, 2003)

‘O fosso entre ideais professados e práticas encorajadas é precisamente aquilo que um sociopata explora. Essas personalidades são especialmente capazes de retirar vantagem da fraqueza e da vaidade de organizações e de indivíduos, de saber quem precisa de ser bajulado e de que modo, e que caminhos podem ser atalhados com segurança. Eles reconhecem o poder de um segredo bem guardado: a cultura do jornalismo professa lealdade à verdade, minúcia, contexto e sobriedade, mas de facto recompensa a proeminência, a ‘catcha’, o destacar-se da multidão e a narrativa capaz de fascinar. Os sociopatas acreditam que só estão a dar aos seus superiores aquilo que é secretamente desejado. (...) O número de jornalistas assim arrisca-se a ir aumentando no mundo que estamos a criar. (...) Os sociopatas, em toda a sua anormalidade, dão-nos novamente lições sobre os mistérios mais recônditos do normal.’ (Carey, 2003)

Foi certamente por estes motivos enquadradores que o caso de Jayson Blair acabou por adquirir uma dimensão bem superior a ele próprio ou ao seu jornal, apontando pistas de reflexão para o jornalismo que se faz hoje, designadamente na imprensa, e até nos órgãos de comunicação – os chamados ‘de referência’ – que nos habituáramos a ver, apesar de tudo, com vontade de resistir aos apelos fortes da informação-espectáculo, da facilidade, da ligeireza ou do nivelamento ‘por baixo’ no que toca à tentativa de captação de audiências.

Estas pressões sentem-se nas empresas de *media* e particularmente nas redacções, onde os constrangimentos económicos e a escassez progressiva (aliada à precaridade crescente) de emprego aumentam a competição, impõem ritmos de produção dificilmente compagináveis com o rigor ou o aprofundamento razoável das matérias e fragilizam a capacidade de resistência a solicitações de trabalho eticamente duvidosas. É também num ‘caldo’ destes que podem surgir e medrar – por vezes com o incentivo das próprias chefias – comportamentos do tipo do de Jayson Blair:

‘No hiper-competitivo mundo dos *media* mais importantes, a tentação de fazer batota foi obviamente maior do que aquilo que Blair podia aguentar. «Ele parecia estar a fazer o trabalho de três pessoas – três *talentosas* pessoas – e ganhava o respeito e a admiração dos seus directores. Como poderia ele parar?...»’ (Kennedy, 2003)

Mas o problema não está apenas no interior das redacções, ou até nas escolas que preparam futuros jornalistas – e que, na sequência deste caso, começaram um pouco por toda a América a perguntar-se se estarão a dar aos jovens a formação ética adequada, e necessária, para a imersão neste mercado tão tentador como exigente. O contexto envolvente aqui referido sugere também uma erosão acentuada na relação entre as pessoas e os *media*, bem como nas representações que hoje têm do jornalismo em geral, e dos jornalistas em particular. A impressão frequente de que ‘não vale a pena queixarmo-nos aos jornais’ porque ‘todos fazem isso’, ou a aceitação passiva de grandes ou pequenas ‘ficções’ a temperar os ‘factos’ como algo normal no trabalho de jornais e televisões, é um sintoma que vai corroendo uma relação que devia ser de confiança – e que tem efeitos profundos no contexto de uma sociedade democrática, como eloquentemente explicou Richard C. Wald:

‘Então o caso de Jayson Blair está empolado, certo? Errado. Ele fere o *Times*, o que é uma vergonha; ele fere o jornalismo, embora nós sobrevivamos a isso; mas ele fere a sociedade de modos que normalmente não são muito considerados (...).’

‘Se uma série de gente desistiu, ou não conseguiu queixar-se de uma instituição tão proeminente como o *NYT*, se as pessoas não se queixam acerca de uma miríade de outras coisas que estão erradas, então a separação entre a imprensa e as pessoas já vai suficientemente longe e fundo para se tornar perigosa para todos nós (...).’

‘Quando a informação se torna passageira e não valiosa, quando já não interessa quem a traz até ti ‘porque eles são todos iguais’, a sociedade civil tem um problema. (...) A nossa sociedade é baseada na informação, simultaneamente aceite como verdadeira e importante de se ter. Se nós pensamos que não é verdadeira e que não vale a pena queixarmo-nos disso, então temos um problema muito maior do que o Sr. Blair ou o *New York Times*.’ (Wald, 2003)

Vale a pena sublinhar, apesar de tudo, que este caso parece ter esprevidado um pouco os leitores de jornais (também graças à capacidade de iniciativa que estes finalmente mostraram, abrindo canais de comunicações mais ágeis com os seus públicos, solicitando expressamente o envio de queixas ou críticas e fazendo eco delas com uma receptividade nem sempre verificada no passado), sugerindo que todas as partes podem ter retirado alguns dos ensinamentos do sucedido. Um deles é o que foi posto em evidência pela directora de um pequeno diário americano, Jeannine Guttman, ao sustentar que ‘os leitores são o supremo posto de controlo da qualidade dos jornais’²². O controlo, afinal, que não funcionou no *NYT*, e que algumas vozes consideraram ser um dos aspectos importantes desta história, como, por exemplo, Mark Jurkowitz: ‘Uma das questões mais

²² Jeannine Guttman, citada por Mark Jurkowitz, ‘Since the Jayson Blair scandal, more readers are becoming watchdogs’, *The Boston Globe*, ed. de 11.6.03.

perturbadoras sobre o caso Blair é por que motivo tantos leitores não apontam os erros sérios aos seus jornais’ (Jurkowitz, 2003).

4. Conclusões

No fundo, era tudo mais fácil se pudéssemos resumir o episódio de Jayson Blair a um desvio patológico, a um comportamento aberrante e exterior ao sistema, a uma anormalidade individual rapidamente identificável, isolável e expurgável. Do que em diversos meios profissionais e académicos se foi refletindo e debatendo sobressai, contudo, a ideia bastante clara de que o caso foi muito para além disso – na dimensão, no impacto e nas consequências –, tendo sido encarado (e trabalhado) como sinal particularmente revelador de um tempo e de um modo que suscitam tantas interrogações como apreensões. E, neste contexto, a nota porventura mais desconfortável reside em constatar-mos que é sob a capa do normal que se escondem, hoje, algumas das mais preocupantes anormalidades:

- as (a)normalidades de Jayson Blair

Como muito perspicazmente fez notar a investigadora do *Poynter Ethics Journal*, Kelly McBride, nos ‘pecados específicos’ de Blair encontramos, afinal, ‘as transgressões comuns do jornalismo quotidiano’ (McBride, 2003), aquelas a que nem sempre damos demasiada importância (uma data errada e não corrigida, um pormenor de cenário inventado para dar mais ‘cor local’ ao texto, uma fonte desnecessariamente não identificada, uma frase ‘picada’ de outro jornal sem indicação de origem, uma crónica de um jogo de futebol feita a partir do seu visionamento na televisão e não no estádio, sem que disso se informe o leitor...) e que, inclusivamente, se vão tornando rotineiras a ponto de já não as estranharmos (sobretudo os jornalistas) nem nos queixarmos (sobretudo os leitores e as fontes de informação). Tornam-se uma prática normal, que só dá nas vistas quando se multiplica em proporções escandalosas ou quando, como aconteceu no caso Blair, o somatório de pequenas e grandes transgressões aos *standards* básicos do jornalismo acaba por criar uma ‘besta’ que é ‘maior do que a soma das partes’ (*ibid.*). Os anos de impunidade continuada de Jayson Blair porventura só foram possíveis precisamente porque ele não fazia, nas mais das vezes, coisas muito ‘fora do normal’ – e que, até por isso, não atraíam especialmente as atenções.

- as (a)normalidades do sistema mediático

Como dizia James Carey no texto acima referido (Carey, 2003), foi mais uma vez um sociopata a dar-nos, com todas as suas anormalidades, ensinamentos importantes quanto às teias que vamos tecendo sob a capa do normal. Compreender e explorar em seu favor as contradições entre os ‘ideais profes-

sados' e as 'práticas encorajadas' (*ibid.*) no interior do *NYT*, à época destes factos, parece ter sido um dos mais engenhosos 'segredos' de Jayson Blair (que procedeu assim até com alguma dose de cinismo, como se viu mais tarde nas numerosas entrevistas que deu e onde se ufanava de ter ludibriado alguns dos mais reputados profissionais do jornalismo americano, dando-lhes aquilo de que eles intimamente gostavam, mesmo não o confessando no plano da doutrina...). Num cenário mediático cada vez mais vertiginoso, mais competitivo, em que dar as notícias primeiro parece ser prioritário relativamente ao dá-las melhor, os responsáveis pelas primeiras páginas dos jornais acabam, eventualmente, por não fazer todas as perguntas quando um repórter desvolto e ambicioso lhes chega com uma história 'quente' que fará a diferença face aos concorrentes no dia seguinte. E esperar mais umas horas ou tratar de confirmar a informação junto de mais fontes pode significar perder a *catcha*... Tudo esquemas e funcionamentos rotineiros que alguém menos escrupuloso pode, com toda a naturalidade, usar em proveito próprio – até ao dia em que um pormenor falha.

• as (a)normalidades da relação jornal-leitor

Como deixa claro Richard Wald (Wald, 2003), só a aparente banalização dos 'pequenos e médios erros' dos jornais – com a conseqüente predisposição dos leitores para os aceitarem sem protesto ou reclamação, até por pensarem que alguma reacção sua não levaria a lado algum – explica que tanta gente directa ou indirectamente implicada nas reportagens de Jayson Blair não se tenha queixado das imprecisões, das mentiras, das invenções, dos plágios. Seria, também aqui, um funcionamento considerado relativamente 'normal' na generalidade da Comunicação Social, algo que 'os jornalistas costumam fazer' e a que os jornais de algum modo dão cobertura. Ou, pelo menos, algo para cujo escrutínio público os jornais não abrem suficientes portas nem criam suficientes canais, pois até o simples contacto dos leitores com os responsáveis editoriais se torna tantas vezes problemático. A sensação de alguma impunidade da imprensa acaba, assim, por escamotear a sua indeclinável obrigação social de prestar contas àqueles em nome dos quais exerce o direito à liberdade de expressão. E prestar contas públicas é que devia ser o normal, não o escapar a elas com toda a... normalidade. De mais a mais, como Wald bem sublinha, a 'separação entre a imprensa e as pessoas' é 'perigosa' (*ibid.*), pois não se resume à imprensa: toca os fundamentos da cidadania e do legítimo direito/dever à crítica e à regulação dos serviços de interesse público.

Enfim, este caso suscita uma séria reflexão sobre os limites, as fronteiras e as articulações entre **responsabilidade individual** e **responsabilidade colectiva**, no que toca ao exercício concreto do jornalismo. De um primeiro momento em que os próprios responsáveis do *NYT* pretenderam resumir toda a história

a um desvio individual, pessoal, caminhou-se rapidamente para um segundo momento em que se evidenciaram igualmente os factores globais, colectivos (tanto no interior do jornal e da empresa como no próprio funcionamento do sistema mediático actual), que podem ter contribuído para – quando não estimulado – a sucessão impune das transgressões de Jayson Blair às normas profissionais e éticas do jornalismo. Aqui e ali ter-se-á até chegado ao exagero de desculpar quase completamente o repórter, considerando-o pouco mais do que um ‘produto’ das perversões do sistema e uma ‘vítima’ das sucessivas falhas de controlo do seu trabalho ou da pressão para que descobrisse sempre histórias novas e apelativas.

Não é difícil concluir que este episódio expôs muitas e graves fragilidades no que toca às rotinas de funcionamento do *NYT*, como foi amplamente diagnosticado pela Comissão Siegal e assumido pelo jornal nas suas próprias páginas – a longa série de alterações feitas na sequência deste trabalho de análise e autocrítica, tanto ao nível de pessoas (nova direcção editorial, novos editores, novas funções de controlo e acompanhamento dos jornalistas, nomeação de um Provedor do Leitor) como ao nível de regras de conduta profissional (alterações ao Livro de Estilo, normas mais apertadas quanto ao uso de fontes não identificadas e quanto à transcrição de citações de terceiros), dá bem a medida de como a **responsabilidade colectiva** em toda a história não foi escamoteada. Mas as especificidades do trabalho jornalístico, designadamente com o pressuposto de confiança em que ele assenta e com a margem de liberdade e espaço criativo que ele inelutavelmente requer, permitem afirmar que há uma exigência correlativa de **responsabilidade individual**, sem a qual nunca teremos a plena garantia de um funcionamento adequado. Na altura destes acontecimentos, algumas abordagens jornalísticas procuraram mostrar como é que eles eram vistos em Portugal e até que ponto poderiam também suceder em jornais portugueses. A generalidade dos directores contactados para um trabalho do *Público*²³ admitiu que casos semelhantes poderiam perfeitamente ocorrer nas suas publicações, fosse por dificuldade de controlar ao pormenor tudo o que é publicado, fosse pelas características próprias desta actividade, em que o jornalista muitas vezes trabalha e decide sozinho, não raro longe do próprio espaço físico da redacção e do olhar dos seus superiores hierárquicos. O director do *Expresso*, José António Saraiva, enfatizava, a esse propósito, a necessidade de ‘uma base de confiança muito grande entre o director e cada um dos jornalistas’²⁴. Algo semelhante, a final, ao que afirmava o director do jornal americano *The Denver Post*, Greg Moore, quando comentava as tristes ocorrências no *NYT*: ‘Pode parecer assustador, mas toda esta actividade é

²³ Paulo Miguel Madeira, ‘Fraude no *New York Times* mostra vulnerabilidade jornalística’, in *PÚBLICO*, ed. de 19.5.03

²⁴ *Ibidem*.

baseada na confiança²⁵. Ou ao que punha em evidência Elizabeth Colbert, nas páginas do *New Yorker*, quando chamava a atenção para a importância da ‘confiança’, explicando que ‘ler a história de Blair como uma falha de supervisão é não entender a natureza do problema’, pois ‘o *Times* não supervisiona os seus repórteres – é dado por adquirido que eles fazem bem as coisas’²⁶. É, afinal, o que sintetizou Tom Rosenstiel (director do ‘Project for Excellence in Journalism’), nas próprias páginas do *NYT*, quando se questionava ‘até que ponto um jornal pode proteger-se contra fraudes voluntárias cometidas por repórteres mal intencionados’²⁷:

‘É difícil apanhar alguém que esteja deliberadamente a tentar enganar-nos. E há riscos em criar um sistema de suspeição generalizada sobre os repórteres, pois ele pode interferir na relação de criatividade que é necessária numa redacção, bem como na relação de confiança entre repórteres e editores.’

E se é verdade que o contexto concreto em que se exerce a actividade tem grande importância na propagação e aprofundamento, junto dos jornalistas mais novos, de uma cultura profissional de exigência e rigor, não é menos verdade que a situação actual dos *media* e do seu funcionamento significa desafios cada vez maiores em termos da formação inicial e contínua dos jornalistas, designadamente em questões do foro ético e deontológico. Ora, como comentou o especialista em ética do *Poynter Institut*, Bob Steele,

‘As organizações noticiosas estão claramente pouco empenhadas num efectivo desenvolvimento profissional e no treino de competências dos seus funcionários, tanto os menos experientes como os veteranos (...). O jornalismo gasta menos do que qualquer outro sector da indústria ou dos negócios em formação, e no entanto coçamos a cabeça sempre que surge um grande problema, e perguntamo-nos por que é que não aprendemos...’²⁸

Acresce que, mesmo quando têm alguma atenção a estes domínios, as empresas informativas parecem cuidar mais dos instrumentos do foro legal do que dos do foro ético e deontológico – aqueles, afinal, que permitiriam aos jornalistas melhor governar os seus comportamentos profissionais e ‘justificar racionalmente o uso que fazem da liberdade de acção que lhes é reconhecida’ (Bernier, 2001: 45).

As características particulares do ofício jornalístico – em que muito do trabalho de pesquisa da informação, de contacto com fontes, de organização

²⁵ Ver nota 20.

²⁶ Ver nota 18.

²⁷ Tom Rosenstiel, cit. por N/A, ‘Correcting the record’, *The New York Times*, ed. de 11.5.03.

²⁸ Bob Steele, cit. por Kelly McBride, ‘What’s fit to print’, *Poynter Ethics Journal/Online*, 11.5.03.

do texto, é feito em solitário, e com exigências de criatividade mais do que de conformação a rígidas rotinas pré-estabelecidas (Lavine & Wackman, 1992) – acabam por permitir sempre, no limite, que alguns procedimentos individuais escapem a mecanismos de controlo exteriores, por muito presentes, minuciosos e sofisticados que eles sejam.

As características específicas das empresas mediáticas e do ‘sistema’ em que se integram, não obstante signifiquem uma vasta teia de constrangimentos (jurídicos, administrativos, económicos, organizativos) à liberdade do jornalista, nem por isso anulam completamente o seu espaço de autonomia (Cornu, 1999a), a sua margem de manobra, o seu ‘campo de liberdade’ (Mathien, 1992: 225), fazendo dele um profissional em alguma medida ‘enquadrado’, sim, mas nem por isso necessariamente ‘submetido’ (Cornu, 1999b: 64). Aliás, esta liberdade de movimentos costuma ser tanto maior quanto mais os jornalistas se mostram sintonizados com os objectivos do jornal e da empresa em que trabalham, e sobretudo com as expectativas mais imediatas dos seus superiores directos – o que parece ter sido, claramente, o caso de Jayson Blair, no que consubstancia um aproveitamento ardiloso da confiança quase ilimitada que tão rapidamente soube conquistar.

Em muitas circunstâncias, ninguém, a não ser a **consciência individual** do próprio jornalista, saberá se foi correcto o modo de ‘sacar’ informações a uma fonte em estado emocionalmente frágil, se foi limpa a maneira de ter acesso a um determinado documento, se foi isenta e de boa-fé a decisão de não transcrever certas passagens de um depoimento, se foi verdadeira a informação de que se tentou contactar ‘por diversas vezes’ aquela personagem implicada na história mas cuja versão acabou por não se dar, etc., etc. O ambiente colectivo em que se desenvolve o trabalho tem, certamente, influência no modo mais ou menos escrupuloso como se desempenham as tarefas profissionais, a existência de sucessivas instâncias de acompanhamento e controlo pode inibir tentações de ultrapassar de ânimo leve algumas regras do ofício, mas são também imprescindíveis, da parte de cada jornalista individualmente considerado, uma sólida formação e uma genuína adesão ao que implica, nos planos ético e deontológico, o exercício do direito/ dever de informar numa sociedade democrática. De outro modo, todo o jornal acabará sempre por ter, mais ou menos exuberante e mais ou menos exposto, o seu Jayson Blair.

Como sintetizava John Merrill, em comentário a uma controvérsia sobre se as decisões éticas são essencialmente ‘individuais’ ou ‘sociais’, ‘the individual is essential to ethics, but at the same time others are also needed; the individual cannot be ethical in a vacuum’ (Merrill, in Gordon & Kittross, 1999: 54).

5. Notas complementares

A história de Jayson Blair e da sua passagem-choque pelo grande jornalismo americano deixou ainda mais uns quantos rastros que aqui se apontam sinteticamente:

- **A presença e a importância crescentes da Internet:** foi graças às possibilidades de comunicação (mais formal ou informal) por ela proporcionadas que o caso não ‘morreu’ após a demissão de Blair e o correspondente ‘acto de contrição’ público do *NYT*, pois tanto os jornalistas da casa como os profissionais e estudiosos de outros *media*, e de *sites*, e de *blogs*, e de *mailing lists*, mantiveram o assunto vivo, obrigando ao seu aprofundamento até níveis que mal se vislumbravam; são também os instrumentos facultados pela Internet (designadamente o *e-mail* personalizado) que se considera poderem vir a dar uma nova dinâmica à relação entre os leitores e os seus jornais, facilitando o acesso directo daqueles a jornalistas ou a responsáveis editoriais, permitindo reacções e correcções logo ‘em cima’ dos acontecimentos, proporcionando *feedback* imediato às histórias, enfim, estimulando uma maior interacção²⁹.
- **A proliferação de *fact-checkers*:** já havia algumas destas figuras em jornais americanos (trata-se de pessoas cujo trabalho é falar com fontes citadas em notícias para saber, *a posteriori*, se as informações veiculadas correspondem à verdade), mas o caso Blair aumentou assinalavelmente o seu número; repita-se, entretanto, que o reforço de mecanismos de controlo estrito do trabalho dos jornalistas, tendo as suas vantagens, comporta também alguns riscos se for demasiado longe, pois pode pôr em causa um ambiente de confiança que é essencial ao trabalho jornalístico.
- **A importância da vida pessoal dos jornalistas:** Bill Keller, o novo director do *NYT*, nomeado a seguir aos escândalos, disse, na sua primeira mensagem à redacção, que não seguia as teses do seu antecessor Howell Raines de considerar o jornalismo ‘uma missão de combate sem fim’ e sugeriu que os jornalistas encontrassem um maior equilíbrio entre o seu trabalho e a sua vida pessoal, que considerou também importante e ‘enriquecedora’ da experiência global dos profissionais³⁰. O pressuposto é o de que gente excessivamente imersa no trabalho da redacção perde algum contacto com as realidades e as pessoas ‘quotidianas’, podendo entrar numa espiral de hiper-actividade e autodestruição, mesmo com as melhores e mais generosas intenções.

²⁹ Steve Outing sublinhou muito este aspecto ao dizer, referindo-se à Internet, que ‘os jornais dispõem hoje de ferramentas e de técnicas para recuperar a confiança do público que não existiam para gerações anteriores’. Cf. Steve Outing, ‘How the Web can restore journalism’s credibility’, *Editor & Publisher*, ed. de 25.6.03.

³⁰ Expressões de Bill Keller citadas por Joe Strupp, ‘Keller won the job, but lost a bet’, *Editor & Publisher*, ed. de 15.7.03.

• **O crime compensa:** Seguindo o que parece ser uma tradição americana, também Jayson Blair foi convidado para escrever o seu livro autobiográfico – *Burning down my master’s house – My life at ‘The New York Times’*, publicado em Março 2004 (Millenium Press) – , para o que recebeu um chorudo adiantamento em dinheiro. As críticas ao livro, no entanto, foram em geral negativas³¹, tal como as reacções às múltiplas entrevistas (sobretudo televisivas) para que Blair foi convidado nas semanas seguintes ao escândalo. Como pano de fundo estava a discordância de muitos comentadores em verem projectado para a ribalta um homem cujo grande mérito tinha sido acumular fraudes e fraudes jornalísticas. Ou seja, alguém que ia à televisão e dava entrevistas não por ser ‘famous’ [famoso], mas, ao contrário, por ser ‘infamous’ [infame] (Strupp, 2003e).

Referências

1) Artigos de jornais e revistas

- Braiker, B. (2004) ‘The Blair Witch Project’ [entrevista a Jayson Blair], *Newsweek*, ed. 11.3.04.
- Broder, D. (2003) ‘The perils of arrogance’, *The Washington Post*, ed. 11.6.03.
- Burghart, T. (2003) ‘New York Times reporter Bragg resigns’, *Associated Press Online*, 29.5.03. < <http://www.ap.org> >.
- Carey, J. (2003) ‘Mirror of the Times’, *The Nation*, ed. 29.5.03.
- Colbert, E. (2003) ‘Tumult in the newsroom’, *New Yorker.Com*, ed. 30.6.03. <<http://www.newyorker.com> >
- Dines, A. (2003) ‘Fim da caixa preta, controle social: avanço republicano’, *Observatório da Imprensa*, 27.5.03. <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br> >
- Fitzgerald, M. (2003) ‘Blair fallout impacts newspapers across U.S.’, *Editor & Publisher*, ed. 20.5.03.
- Glaser, M. (2003) ‘For bloggers, NYT story was fit to print’, *Online Journalism Review*, ed. 10.6.03.
- Goodpaster, E. (2003) ‘Journalism’s weakest link’, *Christian Science Monitor*, ed. 27.5.03.
- Grunwald, M. (2003) ‘Journalists used to judging, not to being judged’, *American Journalism Review*, ed. especial, Junho de 2003.
- Jacobson, A. (2003) ‘Struggles for an ‘idealistic liar’’, *Newsday.Com*, 15.3.04. <<http://www.newsday.com>>
- Jurkowitz, M. (2003) ‘Since the Jayson Blair scandal, more readers are becoming watchdogs’, *The Boston Globe*, ed. 11.6.03.
- Kennedy, D. (2003) ‘News at the brink’, *Boston Phoenix*, ed. 23-29.5.03.

³¹ Exemplo destas reacções negativas pode ser o texto de Brian Braiker na revista *Newsweek* (ed. de 11.3.04), no qual se refere ao livro de Blair com uma irónica e cáustica designação: ‘The Blair Bitch Project?’

- Kurtz, H. (2003) 'After Jayson Blair, a diverse array of questions', *The Washington Post*, ed. 19.5.03.
- Madeira, P. M. (2003) 'Fraude no *New York Times* mostra vulnerabilidade jornalística', *Público*, ed. 19.5.03.
- Marks, A. (2003) '*New York Times* resignations signal industry turmoil', *Christian Science Monitor*, ed. 6.6.03.
- McBride, K. (2003) 'What's fit to print', *Poynter Ethics Journal – PoynterOnline*, ed. 12.5.03. <<http://www.poynter.org/column.asp?id=53&caid=33614>>
- N/A (2003a) 'Correcting the record – *Times* reporter who resigned leaves long trail of deception', *The New York Times*, ed. 11.5.03.
- N/A (2003b) 'The *Times* addiction to anonymous sources', *Editor & Publisher*, ed. 22.5.03.
- N/A (2003c) 'Leadership at the *Times*' [Editorial], *The New York Times*, ed. 6.6.03.
- Outing, S. (2003) 'How the Web can restore journalism's credibility', *Editor & Publisher*, ed. 25.6.03.
- Pappu, S. (2003) "So Jayson Blair could live, the journalist had to die" [entrevista a Jayson Blair], *New York Observer*, ed. 26.5.03.
- Rieder, R. (2003) 'The Jayson Blair affair', *American Journalism Review*, ed. Junho 2003.
- Rousselot, F. (2003) 'Le *New York Times* perd ses huiles', *Libération*, ed. 6.6.03.
- Rutten, T. (2003) 'A sweeping journalistic mea culpa', *Los Angeles Times*, ed. 12.5.03.
- Steinberg, J. (2003) '*Times*'s two top editors resign after furor in writer's fraud', *The New York Times*, ed. 6.6.03.
- Strupp, J. (2003a) 'Boyd says some at *NY-Times* are scared', *Editor & Publisher*, ed. 13.5.03.
- Strupp, J. (2003b) 'Lessons from the Blair affair', *Editor & Publisher*, ed. 9.6.03.
- Strupp, J. (2003c) 'Hard times: journalism's credibility problem', *Editor & Publisher*, ed. 11.6.03.
- Strupp, J. (2003d) 'Keller won the job, but lost a bet', *Editor & Publisher*, ed. 15.7.03.
- Strupp, J. (2003e) 'Shoptalk', *Editor & Publisher*, ed. 17.11.03.
- Wald, R. C. (2003) 'How to worry about the Blair affair', *Columbia Journalism Review*, n.º 4 – Julho/Agosto 2003.
- Wycliff, D. (2003) 'The disciplines of journalism', *Chicago Tribune*, ed. 15.5.03.

Livros

- Bernier, M.-F. (2001) 'L'éthique et la déontologie comme éléments de la légitimité du journalisme', in Brunet, P. J. (sous la direction de) (2001) *L'Éthique dans la société de l'information*. Québec: Les Presses de l'Université Laval / Paris: L'Harmattan.
- Bertrand, C.-J. (org.) (1999) *L'Arsenal de la démocratie – Médias déontologie et M*A*R*S**. Paris: Economica.
- Cornu, D. (1999a) *Éthique de l'information*. Paris: Presses Universitaires de France. [1.ª edição: 1997]

- Cornu, D. (1999b) *Jornalismo e Verdade – Para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget. [Ed. original: 1994]
- Gordon, A. D. & Kittross, J. M. (1999) *Controversies in Media Ethics*. New York: Longman.
- Mathien, M. (1992) *Les Journalistes et le système médiatique*. Paris: Hachette.

Anexo – Cronologia básica

- 01.06.1998 Jayson Blair, um jovem de 23 anos candidato a jornalista, formado (embora com o curso ainda não concluído) na Universidade de Maryland, faz um estágio profissional, durante os meses de Verão, no *The New York Times* (NYT).
- 01.07.1999 O jornalista volta a ter um estágio no NYT, acabando por ficar a trabalhar lá em permanência.
- 2001 Depois de algum tempo como *staff writer*, Jayson Blair é integrado no quadro permanente da redacção do NYT, como *full reporter*, a par dos restantes 375 jornalistas do periódico.
- 10.2002 Apesar de já ter suscitado algumas reticências em várias secções do NYT, Blair é ‘promovido’ e passa a integrar a pequena equipa que trata os assuntos mais candentes da actualidade nacional, nomeadamente o caso do *sniper* de Washington e as questões ligadas com a guerra dos EUA contra o Iraque.
- 29.04.2003 A partir de uma denúncia de uma jornalista do *San Antonio Express-News*, descobre-se que um trabalho do jovem repórter sobre os familiares de um soldado americano morto no Iraque tinha sido em grande parte plagiado e noutras partes inventado, pois ele nem sequer se deslocara ao local (como dava a entender no texto).
- 01.05.2003 Blair demite-se do NYT, na sequência da descoberta de que praticara múltiplas ‘fraudes jornalísticas’ ao longo dos cerca de quatro anos em que trabalhara naquele jornal.
- 11.05.2003 O NYT publica, ao longo de quatro páginas (com abertura na primeira página) uma longa explicação e pedido de desculpas pelo sucedido.
- 12.05.2003 Allan Siegal, um reputado quadro do NYT, é convidado a formar uma comissão de peritos (entre eles alguns jornalistas exteriores ao NYT) encarregada de analisar em profundidade, não só o caso Blair, mas todas as questões de funcionamento interno da empresa e da redacção que poderiam ajudar a entender como fora possível que tudo aquilo tivesse sucedido, e durante tanto tempo, com aparente impunidade. A comissão (‘Siegal Commitee’) começa de imediato a trabalhar, devendo apresentar conclusões até ao fim de Julho de 2003.
- 15.05.2003 O director editorial (*executive editor*) do jornal, Howell Raines, embora admitindo que houve importantes falhas de comunicação

interna neste caso, afirma que não se demite. O proprietário do NYT, Arthur Sulzberger afirma na mesma altura que não aceitará a demissão do director.

- 19.05.2003 A foto de Jayson Blair faz capa na revista *Newsweek*.
- 21.05.2003 Jayson Blair dá a sua primeira entrevista sobre o caso (ao *New Observer*), dizendo, entre outras coisas, que ‘gozou’ com alguns dos mais brilhantes profissionais do jornalismo americano.
- 23.05.2003 Outro jornalista do NYT, Rick Bragg, é suspenso por duas semanas, acusado de ter assinado sozinho uma reportagem para a qual contribuíra também, substancialmente, um colaborador *free-lancer* do jornal.
- 28.05.2003 Rick Bragg demite-se e abandona o NYT.
- 05.05.2003 O director do NYT, Howell Raines demite-se, o mesmo fazendo o director-adjunto (*managing editor*), Stephen Boyd. As demissões são imediatamente aceites pelo proprietário, Arthur Sulzberger.
- 14.07.2003 É anunciada a nomeação de Bill Keller como novo director editorial do NYT.
- 31.07.2003 O director Bill Keller anuncia, entre outras medidas, a decisão do NYT de passar a ter um Provedor do Leitor e de alargar a estrutura da chefia da redacção a duas novas funções: um *standards editor* (que velará pelo adequado cumprimento das regras definidas para a profissão e para o jornal) e um *staffing and career development editor* (dedicado sobretudo ao recrutamento e acompanhamento dos jovens jornalistas). Anuncia igualmente a revisão e aprofundamento de um conjunto de princípios e normas do Livro de Estilo do jornal, designadamente no que respeita ao recurso a fontes não identificadas. Estas medidas surgem no seguimento das recomendações feitas pelo ‘Siegal Comitee’, e que a direcção do NYT seguiu praticamente na íntegra.
- 08.12.2003 O novo (e primeiro) Provedor do Leitor do NYT – ali designado como *public editor* –, Daniel Okrent, inicia as suas funções, escrevendo o primeiro texto no jornal.
- 17.02.2004 A direcção do NYT apresenta à redacção uma série de novas (ou mais pormenorizadas) regras internas no que respeita ao uso de fontes confidenciais, ao relacionamento com as fontes, às citações em discurso directo (*quotation*), à atribuição de declarações a fontes (*attribution*) e à rigorosa situação – identificação dos trabalhos jornalísticos, designadamente ‘que jornalista fez o quê, onde e por que meios’ (*datelines* e *bylines*). Essas regras serão discutidas em reunião da redacção no dia seguinte e divulgadas publicamente, na sua versão final, em 25 de Fevereiro de 2003.
- 06.03.2004 É publicado o livro (autobiográfico) de Jayson Blair, *Burning down My Master’s House – My life at ‘The New York Times’* (ed. New Millenium).

Caso Kelly: Um dossier apimentado ou uma notícia exagerada?

Hália Costa Santos

Resumo: Este artigo pretende clarificar os contornos de um caso que, entre 2002 e 2004, ocupou muito do tempo dos jornalistas e dos políticos ingleses, ultrapassando as fronteiras do Reino Unido. O debate girou em torno do rigor da informação, do relacionamento dos jornalistas com as fontes e das pressões exercidas pelos políticos junto dos *media*, através dos seus assessores de imprensa (ou *spin doctors*). A BBC, estação onde a polémica teve origem, viu a sua credibilidade abalada. Até onde pode um jornalista ir na reprodução de informações? Até onde pode um governo interferir nas opções editoriais de órgãos de comunicação social públicos?

‘It seems obvious enough, but inside many journalists – this goes for desk editors as much as reporters – there is a little demon prompting us to make the story as strong and interesting as possible, if not more so. We drop a few excitable adjectives around the place. We over-egg. We may even sex it up.’

Alan Rusbridger, director de *The Guardian*
Nota afixada na redacção,
na sequência da divulgação do relatório Hutton

O filme dos acontecimentos do caso Kelly

Em Abril de 2002, o Ministério da Defesa (MD) começa a organizar um dossiê sobre as Armas de Destruição Maciça (ADM) do Iraque. David Kelly, especialista em ADM, do Ministério da Defesa e da ONU, é consultado. Em Setembro, Tony Blair, primeiro-ministro inglês, promete publicar um relatório com provas sobre a existência de ADM em Bagdade, e Alastair Campbell, con-

selheiro de comunicação de Blair, diz que o documento precisa de ser revisto. No dia 24, o Governo publica o relatório, intitulado ‘Iraq’s Weapons of Mass Destruction: the assessment of the British government’, que inclui a célebre passagem sobre a capacidade iraquiana em accionar ADM em 45 minutos.

A 22 de Maio, o especialista em armas biológicas do Ministério da Defesa, David Kelly, encontra-se com o jornalista do programa ‘Today’ da Rádio BBC, Andrew Gilligan. Os temas da conversa, em *off*, foram a possibilidade de o Iraque ter armas químicas e biológicas, as inspecções que estavam a ser feitas ao armamento no Iraque e os peritos que elaboraram o relatório. Uma semana depois, Gilligan apresenta uma série de reportagens no programa ‘Today’ e na BBC ‘Five Live’. O trabalho é supostamente baseado na conversa que teve com Kelly. O jornalista diz que, segundo a sua fonte não identificada na altura da reportagem, o governo apimentou o dossiê, uma semana antes de o divulgar, incluindo a ideia de que o governo iraquiano tinha ADM que podia accionar em 45 minutos.

No início de Junho, no jornal *Mail on Sunday*, Gilligan escreve que a sua fonte tinha assegurado que a transformação do dossiê se devia a Campbell. Campbell escreve ao director de informação da BBC, Richard Sambrook, queixando-se do tratamento jornalístico dado ao assunto, e dá uma conferência de imprensa onde diz que as reportagens de Gilligan constituem um conjunto de incorrecções.

A 19 de Junho, a Comissão dos Assuntos Exteriores da Casa dos Comuns do Parlamento inglês interroga Gilligan a propósito das suas reportagens e da sua fonte, que era desconhecida até então. O jornalista explica que é um oficial sénior encarregado de elaborar o dossiê, considerando-o credível para ser citado. Campbell, na mesma Comissão, diz que as acusações feitas na reportagem de Gilligan são mentira e escreve a Sambrook exigindo um pedido de desculpas.

A 3 de Julho, Geoff Hoon, Secretário de Defesa, ligou para Downing Street dizendo que uma possível fonte apareceu, mas que o seu relatório relativo ao encontro não acolhe todos os detalhes da história de Gilligan. A 6 de Julho, uma reportagem no *Times* identifica a fonte de Gilligan como um cientista que trabalha no Iraque. Os responsáveis pela BBC fazem sair um comunicado dando apoio incondicional a Gilligan. Sir Kevin Tebbit, que desempenha um cargo sénior no MD, avisa Blair de que Kelly poderá vir a ser identificado rapidamente. Dois dias depois, numa reunião presidida por Blair é decidido que o MD emitirá um documento dizendo que um oficial admitiu ter falado com Gilligan. Foi também decidido confirmar o nome de Kelly aos jornalistas que o indicassem como sendo a fonte da notícia. A 10 de Julho, o *Guardian*, o *Times* e o *Financial Times* identificam Kelly como a fonte de Gilligan. O nome do cientista foi confirmado à imprensa, depois de o MD ter dado uma sucessão de pistas que levaram alguns jornais a deduzir que a fonte em causa só podia ser Kelly.

David Kelly disse na Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Comuns que teria mantido três encontros com Gilligan, um dos quais uma semana antes de a notícia ser divulgada. Apesar disso, Kelly disse não reconhecer muitas das declarações atribuídas à fonte desconhecida, acabando por afirmar que não acreditava ser a fonte principal da notícia. Blair desafia a BBC a revelar a fonte de Gilligan.

A 18 de Julho a Polícia de Thames Valley encontra um corpo perto da casa de Kelly. Mais tarde é confirmado que se trata de Kelly. Lorde Hutton, um Law Lord e antigo responsável pela Justiça na Irlanda do Norte, é nomeado responsável por um inquérito acerca das circunstâncias que rodearam a morte de Kelly.

Dois dias depois, a BBC confirma que Kelly era a fonte tanto de Gilligan como de Susan Watts. Em comunicado, o director de informação da BBC, Richard Sambrook, mantém o apoio ao seu jornalista, dizendo que a BBC acredita ter 'interpretado rigorosamente e relatado a informação factual obtida durante as entrevistas com David Kelly'. Garantiu ainda que a estação pública vai cooperar totalmente com o inquérito sobre a morte do cientista, fornecendo as notas dos jornalistas envolvidos.

Tony Blair desmentiu ter autorizado a identificação de David Kelly como a 'toupeira' da BBC. A BBC confirmou tencionar usar em sua defesa a gravação de uma entrevista com David Kelly, na qual o cientista exprime reservas quanto à forma como o governo britânico usou informações dos serviços secretos para justificar a guerra no Iraque.

A 11 de Agosto, o inquérito Hutton começa. No dia seguinte, os dois jornalistas da BBC, Andrew Gilligan e Susan Watts, garantiram que David Kelly lhes disse que o dossiê sobre armas de destruição maciça no Iraque fora manipulado a pedido do director de comunicação do Governo, Alastair Campbell. Num depoimento perante o juiz Hutton, Gilligan disse que Kelly aprovou as citações usadas na reportagem sobre a manipulação do dossiê pelo governo.

A 13 de Agosto, a BBC voltou a estar no centro de todas as críticas, quando a jornalista Susan Watts acusou a empresa de ter tentado 'moldar' as suas notícias para corroborar a polémica reportagem do seu colega Andrew Gilligan. A jornalista disse ter sido pressionada pelos administradores da BBC a identificar a sua fonte anónima como David Kelly. No inquérito do Lorde Hutton, Watts disse haver grandes diferenças entre as suas reportagens e as de Gilligan.

A 19 de Agosto, Campbell garante que não só não 'apimentou' o dossiê, como pediu que a sua linguagem fosse suavizada. No testemunho perante o Lorde Hutton, garantiu que a alegação de que Saddam poderia usar ADM em apenas 45 minutos já estava incluída no dossiê quando o leu pela primeira vez. Campbell disse ainda não ter tido qualquer participação na divulgação do nome de Kelly à imprensa.

A 27 de Agosto, o ministro da Defesa britânica nega ter tido qualquer responsabilidade na publicação do nome do cientista David Kelly. Ao testemu-

nhar perante o juiz Hutton, Geoff Hoon responsabiliza funcionários do seu Ministério pela identificação do cientista como fonte da BBC e sublinha que a sua preocupação fora proteger a identidade do cientista. No dia seguinte, Blair assume a plena responsabilidade pela divulgação do nome de David Kelly, mas rejeita categoricamente a acusação de ter enganado os britânicos quanto ao armamento iraquiano para justificar a guerra. No dia seguinte, Campbell demitiu-se.

A 28 de Janeiro de 2004, o relatório Hutton iliba o executivo de Tony Blair de quaisquer responsabilidades no caso e acusa a BBC de ter mentido quando referiu que o governo britânico pressionou os peritos para exagerar os perigos sobre as armas iraquianas. O documento conclui que não houve nenhuma estratégia montada pelo governo para que o nome de Kelly fosse identificado como o autor da fuga de informação. O juiz sustenta que, ao contrário do que noticiou a BBC, não há provas de que o governo tenha ‘apimentado’ um relatório sobre o arsenal químico e biológico iraquiano para justificar a guerra contra o regime de Saddam Hussein.

A BBC apresentou desculpas por ‘certas alegações’ errôneas do seu jornalista Andrew Gilligan, as quais foram consideradas ‘infundadas’ pelo relatório do juiz Hutton. O presidente do conselho de administração da estação, Gavyn Davies, anuncia o seu afastamento do cargo.

No dia seguinte a BBC apresenta um pedido de ‘desculpas sem reservas’ ao governo de Tony Blair, pelos erros cometidos na divulgação do caso do cientista David Kelly. O pedido de desculpas é apresentado publicamente pelo presidente interino da BBC, Richard Ryder, substituto do demissionário Gavyn Davies. O director-geral da cadeia televisiva, Greg Dyke, também apresenta a sua demissão.

O juiz Brian Hutton ordena a abertura de um ‘inquérito urgente’ à fuga de informação que permitiu ao tablóide *Sun* publicar na véspera um resumo das principais conclusões do relatório sobre a morte do cientista David Kelly.

A 31 de Janeiro, os trabalhadores da BBC publicam um anúncio no jornal *Daily Telegraph* intitulado ‘A independência da BBC’, onde defendem o trabalho realizado por Dyke e sustentam o apoio a um jornalismo ‘de força, rigoroso e independente, na procura da verdade’. O ex-director-geral da BBC, Greg Dyke, diz não perceber por que é que a estação pediu desculpa ao governo britânico. O jornalista Andrew Gilligan abandona a BBC.

Quatro questões discutidas na imprensa

Do ponto de vista da investigação sobre as práticas jornalísticas, o caso Kelly levantou, na imprensa, questões de quatro tipos. Estas questões foram discutidas por teóricos da comunicação, formadores de opinião, políticos e jornalistas.

- Uma questão que diz respeito aos cuidados que os profissionais dos *media* têm, ou não, na selecção das fontes utilizadas para a produção de informação, acrescida do debate sobre a revelação, ou não, da identidade das fontes.
- Uma questão que diz respeito ao espírito de classe dos jornalistas, sobretudo quando confrontados com situações que se apresentam difíceis perante a opinião pública e que a podem transformar, abalando a credibilidade dos *media* em geral ou de um órgão de comunicação social em particular.
- Uma questão que diz respeito à definição da agenda política por parte dos *media* e, simultaneamente, às interferências mais ou menos directas dos *spin doctors* (termo pejorativo para assessor de imprensa) na agenda dos *media*.
- Uma questão que tem a ver com o embargo de documentos e com as situações em que esse embargo é desrespeitado pelos *media*.

Cuidados dos profissionais dos *media* na selecção das fontes

Como avaliar a credibilidade de uma fonte? Quantas fontes devem ser ouvidas para confirmar uma informação? Em que situações usar fontes não identificadas? Que controlo devem as editorias exercer sobre os seus jornalistas para garantir a veracidade das informações dadas por fontes não identificadas? A identidade da fonte pode ser divulgada? Em que situações? Esse papel cabe única e exclusivamente ao jornalista e/ou órgão de comunicação social? Estas terão sido as principais questões que se levantaram, a propósito das fontes, durante os dois anos (Maio/2002 a Abril/2004) em que o caso Kelly dominou muitas das discussões jornalísticas, no Reino Unido mas não só.

Divulgar a fonte anónima

Dias antes de se suicidar, ao ser ouvido pela Comissão Parlamentar de Assuntos Externos, David Kelly disse não acreditar ser a principal fonte do jornalista da BBC Andrew Gilligan. Em vários artigos publicados na imprensa inglesa e na imprensa portuguesa, os jornalistas deixavam transparecer que mal estaria a BBC se se viesse a confirmar que Kelly era, de facto, a sua única fonte. O *Diário de Notícias* dizia que ‘no caso de se concluir que Kelly não era a «toute-peira», a estação será criticada por não ter explicado antes que o cientista não era a sua fonte, evitando assim muita da pressão mediática e política que o levou ao suicídio’ (20/Junho/03).

A pressão da opinião pública acabou por tornar inevitável o anúncio de que Kelly era, de facto, a única fonte de Gilligan. Nem Gilligan nem os seus superiores hierárquicos quiseram identificar a fonte da informação, respeitando,

numa fase inicial, uma das mais sagradas normas de conduta dos jornalistas. No entanto, estas não eram as únicas pessoas a saber que Kelly era o nome que a opinião pública queria conhecer. Os outros *media*, porque esta se tinha tornado numa questão de elevado interesse público, estavam interessados em desenvolver a história. Essa tarefa exigia identificar a fonte. Por outro lado, o governo necessitava de encontrar um ‘bode expiatório’, tal como afirma Nuno Pacheco, num editorial do *Público*: ‘Para alguns, é tudo claro: David Kelly, funcionário do Ministério da Defesa e conselheiro de Blair (logo, com acesso privilegiado ao processo), foi propositadamente colocado na posição de principal responsável pelo descrédito público do governo nesta matéria, de forma a arranjar um «bode expiatório» e alijar eventuais culpas em eventuais «exageros»’ (20/Julho/03).

Num processo que, mesmo depois da divulgação do relatório Hutton, não ficou cabalmente esclarecido, o governo acabou por facilitar a identificação de Kelly como ‘a’ fonte de Gilligan. No meio de uma séria ameaça política – que poderia pôr em causa a intervenção militar no Iraque assumida pelo Reino Unido ao lado dos Estados Unidos da América –, o governo inglês decidiu facilitar aos jornalistas a identificação de Kelly como sendo a fonte de Gilligan. Em vez de utilizar uma estratégia de manter a dúvida, usada pelos Gabinetes de Comunicação em determinadas situações – não comentando, não confirmando nem desmentindo –, o Governo optou por confirmar o nome de Kelly sempre que os jornalistas o mencionassem como sendo uma das possibilidades. Segundo a imprensa inglesa, o certo é que essa confirmação acabou por ser feita depois de terem sido dadas várias pistas, o que limitava as possibilidades a um número muito reduzido. A identificação foi, portanto, facilitada. E foi alvo de críticas também.

Ao ter conhecimento do apoio dado pelo juiz Hutton ao Governo inglês, Malcolm Rifkind, antigo Secretário da Defesa, discordou da estratégia de divulgação do nome da fonte (*The Guardian*, 30/Janeiro/04). Para este antigo responsável, o acertado seria o tradicional ‘no comment’, se se considerasse que seria contra o interesse público a divulgação do nome. A alternativa seria a divulgação de uma nota com a identificação de David Kelly, sustentada no facto de este ter quebrado as regras quando falou com os jornalistas. Ajudar os jornalistas e permitir, dessa forma, a identificação da fonte foi, para Rifkind, a pior das opções.

Ainda antes do relatório Hutton, outra crítica feroz ao governo inglês foi lançada num editorial do *Daily Mail* onde se defendia que a opção de divulgar o nome de Kelly era vista como uma manobra de diversão que acabou por levar o cientista à morte. O mesmo editorial dizia, por outro lado, que a BBC tinha ‘o dever de proteger a identidade [do Dr. Kelly], uma vez que sem fontes confidenciais seria impossível manter o público devidamente informado’ (21/Julho/03).

Do ponto de vista dos jornalistas, a questão que se discutia era a de saber se a própria BBC deveria, ou não, ter identificado a fonte da reportagem de Gilligan. Acabou por fazê-lo, depois de num primeiro momento ter negado a identificação feita por outros órgãos de comunicação social. As várias opiniões emitidas acabam por mostrar a extrema importância da questão mas não é possível encontrar um consenso. Responsáveis portugueses, ingleses e americanos dividem-se entre a divulgação da fonte, a não divulgação e a divulgação em determinadas circunstâncias.

Um artigo do *Diário de Notícias* (22/Julho/03) apresenta, a este propósito, a opinião do seu director de então, Mário Bettencourt Resendes, a opinião do director do *Público*, José Manuel Fernandes, e a opinião do presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia (ouvido pela Lusa). Citado no artigo em questão, Alfredo Maia entende que a revelação feita pela BBC 'não configura qualquer violação ética'. E acrescenta: 'Neste caso, o pacto de lealdade entre o jornalista e a fonte transmitiu-se à família, devido à morte de Kelly. Se a revelação da fonte foi vontade da família, então há que considerar essa vontade.' No entanto, para o presidente do Sindicato dos Jornalistas, 'se a BBC decidisse não revelar a fonte, deveria receber igualmente um aplauso'.

No mesmo artigo, José Manuel Fernandes defende que a revelação da fonte nestas circunstâncias 'era a única coisa que restava à BBC, depois de não se ter portado nada bem em todo este processo'. O director do *DN* concorda com a revelação da fonte, 'já que a divulgação pode ser importante para explicar o caso'.

Opinião diferente é a de Luís Delgado, veiculada num artigo publicado no *DN* (24/Julho/03): 'Tenho sérias dúvidas se a BBC deveria ter revelado, mesmo depois da morte, que Kelly era a fonte de informação no caso do relatório de Blair sobre as armas ou programas de destruição maciça. É suposto, tal como no caso *Watergate*, que o mais fundamental compromisso entre um jornalista e a fonte, viva ou morta, se deve manter inviolável (...)'.

Para Mário Mesquita, uma outra questão que se coloca é a de uma eventual limitação da informação: 'Sem recurso à possibilidade de guardar segredo sobre a identidade das «fontes», a informação jornalística ficaria praticamente reduzida ao registo oficioso' (*Público*, 1/Fevereiro/04).

Num artigo de opinião publicado no *The Guardian* (21/Julho/03), um editor do programa 'Today' da Rádio 4 BBC também defende que a estação pública inglesa não deveria ter revelado o nome da sua fonte, nem mesmo depois da morte de David Kelly. Para o comentarista, o jornalista fica em desacordo com um homem que está morto e que não pode defender-se. No mesmo sentido vai a opinião de Paul Slavin, vice-presidente do canal de informação norte-americano ABC, transmitida à Associated Press: 'A protecção de fontes é de suprema importância para o que fazemos' (*Público*, 22/Julho/03). Para Slavin, em circunstâncias normais, a identidade da fonte deve ser preservada

mesmo que a pessoa morra. E acrescenta que, se as fontes não acreditarem que os jornalistas cumprem a promessa do anonimato, o jornalismo ficará numa posição débil.

A este propósito convém frisar a opinião de Miguel Portas, líder do Bloco de Esquerda e ele próprio fonte de muitos jornalistas portugueses. Escreveu no *DN* (24/Julho/03) um artigo onde critica o director do *Público* por este concordar com a divulgação do nome de Kelly, interpretando essa posição como um ‘sério aviso a quem queira relatar a esse jornal coisas verdadeiramente importantes’.

O problema das fontes anónimas

Um assunto que foi pouco discutido na imprensa mas que é também pertinente em todo este caso tem a ver com a utilização de fontes anónimas. José Vítor Malheiros, num artigo de opinião publicado no *Público* (3/Fevereiro/03) explica que ‘a regra do jornalismo é a identificação, a publicação das suas fontes’. E explica porquê: ‘O cidadão tem direito a conhecer a fonte de uma informação para poder responsabilizar o seu autor, deve conhecer os interesses da fonte, caso existam, deve poder avaliar a sua credibilidade ao longo do tempo e exigir-lhe contas, se for caso disso. O jornalista deve actuar como um promotor de transparência e de responsabilização e a identificação das fontes é fundamental para isso. Um jornalista não pode ser a cortina de fumo dos interesses obscuros.’ Para este comentarista, o anonimato da fonte só deve ser garantido quando ‘exista uma fundada razão para essa fonte considerar que a identificação lhe pode trazer um prejuízo grave: um funcionário que se arrisca a ser despedido por divulgar uma má prática da sua instituição, por exemplo.’

O número de fontes

Discutida nas redacções, nos conteúdos dos próprios *media* e nos fóruns de investigação, a questão do número de fontes que os jornalistas devem ouvir é recorrente. Uma fonte é suficiente? Como se avalia a sua credibilidade, por um lado, e o seu interesse em divulgar determinada informação, por outro? Num artigo de opinião publicado no *DN*, Maria Elisa resume a questão: ‘Embora a BBC mantenha inteira confiança em Gilligan, outros jornalistas criticam o facto de o repórter ter usado apenas uma fonte, já que existe sempre a possibilidade de essa fonte querer mostrar saber mais do que a informação de que efectivamente dispõe’ (20/Julho/03). Um artigo do *DN* já aqui usado como referência (22/Julho/03) cita José Manuel Fernandes defendendo que um dos

erros que a BBC cometeu foi precisamente o de ter divulgado ‘uma notícia muito grave, em que não cumpriu uma regra essencial, ouvir mais do que uma fonte’.

Lorde Birt, antigo director da BBC, considera que o principal problema da peça de Gilligan foi o de não ter confirmado a informação, embora o repórter, em determinada altura, tenha garantido que tentou ouvir mais pessoas. O certo é que não teve confirmações nem desmentidos. Lorde Birt dá a sua lição de jornalismo: ‘Confrontado com uma dica sobre uma matéria delicada, um jornalista experiente testa as suas fontes rigorosamente. Coloca os envolvidos perante as alegações e constrói a história da forma mais completa que for possível’ (*The Times*, 3/Fevereiro/04).

Num artigo de opinião do jornal *The Observer* (17/Agosto/03), Will Hutton também critica a prática jornalística de Gilligan – que se limitou a uma fonte e que nem sequer tem uma gravação ou notas que suportem com segurança a informação que divulgou –, generalizando-a ao jornalismo britânico, por oposição ao jornalismo norte-americano. Aliás, esta tradição das práticas jornalísticas da BBC é também criticada noutros artigos. Um deles foi assinado por Martin Bell, no *The Guardian* (29/Janeiro/03): ‘A moda de fazer entrevistas, com uma única pessoa, não registadas, por jornalistas que, em alguns casos, estão apenas meio acordados levou a um erro pelo qual a BBC está a pagar um preço elevado.’

No entanto, esta opinião não é partilhada por todos aqueles que se pronunciaram acerca do assunto. Num artigo publicado no *Público* (25/Julho/03) vem expressa a opinião de Paddy Scannell, estudioso do papel da BBC na sociedade britânica e professor no Departamento de Comunicação da Universidade de Westminster, Londres. Para ele, Gilligan tomou a decisão acertada, uma vez que o Código de Prática da BBC aceita uma única fonte ‘em circunstâncias de excepção’ e, segundo Scannell, ‘foi esse o caso’. Para este investigador, a informação em causa era crucial, uma vez que a opinião pública britânica e mesmo alguns membros do Governo se opunham à decisão de avançar para a guerra no Iraque.

O papel das editorias

Para além da questão da fonte única e da divulgação da mesma quando as declarações foram feitas sob anonimato, o caso Kelly levantou ainda a discussão sobre o papel que as editorias devem ter na confirmação das informações dadas pelos seus jornalistas. No seu relatório, o juiz Hutton disse: ‘Quando um repórter pretende pôr no ar ou publicar informação que ponha em causa a integridade de outros, a administração da empresa de comunicação deve garantir que o sistema funcione de tal forma que o seu editor ou editores

atribuam particular atenção ao conteúdo da reportagem e verifiquem se é correcto divulgar essa informação em qualquer circunstância' (*The Guardian*, 30/Janeiro/04).

O certo é que o juiz Brian Hutton considerou que tal não aconteceu e decretou que a BBC deveria ser sujeita a um inquérito aprofundado. Tudo porque, segundo o relatório, numa primeira fase, os responsáveis pela BBC não avaliaram o conteúdo da reportagem de Gilligan e, numa segunda fase, não investigaram as queixas do governo sobre essa mesma reportagem.

Mas esta posição de Hutton não passou sem críticas. O ex-director da BBC directamente atingido pelo relatório, Greg Dike, argumentou que o modo como o relatório criticou o uso das fontes poderá mudar as leis inglesas, limitando a liberdade de informação. E acrescentou: 'Penso que não só a BBC é atingida pela linha seguida, mas cada jornalista, cada emissora, cada jornal deste país são atingidos' (*Público*, 31/Janeiro/04).

No entanto, o seu antecessor e agora conselheiro do governo inglês, Lorde Birt, tem uma opinião diferente. Para Lord Birt, se tivesse existido um escrutínio editorial da peça de Gilligan antes de ela ter ido para o ar, estaríamos perante um trabalho jornalístico de serviço público. Citado pelo *Times* (3/ Fevereiro/04), este antigo director da BBC diz que, quando estão em causa acusações graves que correm o risco de originar processos de difamação, então os mais experientes editores devem pronunciar-se.

Alteração das práticas?

Na sequência do relatório do juiz Hutton, levantou-se o debate sobre uma eventual alteração de práticas jornalísticas. Jamie Wilson, jornalista do *Guardian*, publicou um artigo com um conjunto de opiniões sobre este assunto (30/ Janeiro/04), concluindo que apenas o seu jornal alterou as regras das suas práticas. As novas regras incluem um ponto onde se diz que os jornalistas devem usar as fontes anónimas apenas esporadicamente e que, excepto em situações excepcionais, devem evitar citações pejorativas de fontes anónimas. As novas orientações do *Guardian* também aconselham os jornalistas a evitar histórias exageradas ou picantes.

No mesmo artigo, Simon Kelner, editor do *Independent*, explica que este jornal não elaborou novas regras, mas adianta que há lições a tirar do relatório Hutton, nomeadamente no que diz respeito às queixas feitas aos órgãos de comunicação social. Este editor considera que deve ser prestada mais atenção a estas queixas, o que não quer dizer que os *media* se sintam ameaçados sempre que essas queixas sejam oriundas do governo. Por outro lado, Kelner diz que a questão das histórias jornalísticas baseadas numa só fonte também deve ser repensada.

Outro jornalista citado no artigo em questão, Jon Snow, apresentador do Channel 4, receia que a auto-regulação faça pouca diferença nas práticas jornalísticas: ‘Duvido que as pessoas estejam interessadas em regras que nos façam comportar melhor.’

O espírito de classe dos jornalistas e a credibilidade dos media

Andrew Gilligan foi considerado por outros colegas de profissão como um jornalista que não se enquadra no espírito da BBC. Foi-lhe até atribuído um certo estilo ‘tablóide’. O repórter começou por ter o apoio dos seus superiores hierárquicos, mas, com o avançar das investigações do juiz Hutton, a sua conduta passou a ser cada vez mais questionada. Com o decorrer do processo, acabou por ser acusado de exagerar a informação de que o governo estava a exagerar. Em última instância, o debate que se fez nos jornais teve sobretudo a ver com a credibilidade dos órgãos de comunicação social. A BBC carrega o peso de uma imagem de rigor, isenção e credibilidade. Qualquer deslize nas suas práticas jornalísticas é, por isso, mais grave – perante a opinião pública – do que seria noutro órgão de comunicação social menos conceituado.

Apoio da BBC ao jornalista

Citado pelo *DN*, o director do *Público*, José Manuel Fernandes, considera que o braço-de-ferro entre o Governo britânico e a BBC foi escusado, uma vez que a estação ‘nunca admitiu que poderia haver um engano, o que pode acontecer todos os dias a qualquer jornalista’ (21/Julho/03). Verificou-se, à partida, um apoio quase cego ao trabalho de Gilligan. Mas este comportamento por parte das chefias da BBC também foi alvo de críticas. Por exemplo, o *Financial Times*, em editorial citado pelo *Público* (22/Julho/03), questiona o facto de a BBC nunca ter considerado a possibilidade de o trabalho de Gilligan ter erros. Esta foi uma das questões mais discutidas, que se prende, de alguma forma, com uma certa maneira de estar dos jornalistas que poderá ser, cada vez mais, alvo de discussão. O apoio das chefias a um jornalista só porque é um dos ‘seus’ começa a ser cada vez mais questionado.

Cada vez mais pressionada, a BBC tomou uma posição que acabou por a descreditar mais perante a opinião pública. Questionada no âmbito das investigações de Lorde Hutton, a jornalista Susan Watts (que também tratou do assunto na BBC e que também recorreu a David Kelly como fonte) acusou a empresa ‘de ter tentado «moldar» as suas notícias para corroborar a polémica reportagem do seu colega Andrew Gilligan’ (*DN*, 14/Agosto/03). Se por um lado este episódio foi negativo para a BBC, por outro lado teve o efeito de

mostrar que provavelmente Gilligan, e a sua maneira de fazer jornalismo, não é comum à maioria dos jornalistas da BBC.

Meses depois de o caso Kelly ter começado a ser discutido, num exercício que alguns consideraram só ser possível na BBC, a própria estação emitiu uma edição do célebre programa de informação 'Panorama' precisamente sobre todo este caso. No programa os editores executivos da BBC são acusados 'de terem manchado a reputação jornalística da empresa ao darem apoio às acusações de manipulação do dossiê do governo britânico sobre o armamento iraquiano sem confirmar devidamente a informação' (CM, 22/Janeiro/04). John Ware, o jornalista da BBC responsável pela emissão do programa, acusou o director-geral e os seus quadros superiores de promoverem 'uma jogada arriscada num terreno movediço' (Público, 23/Janeiro/04). As críticas foram directamente para o então director de informação, Gavyn Davies, e para o então director-geral, Greg Dyke. Este episódio revela uma forma de estar na profissão diferente do apoio indiscutível entre pares, muitas vezes pouco fundamentado, que aparenta ser a regra vigente na classe jornalística.

Com o avançar do processo, a BBC começou a distanciar-se de Gilligan. As dúvidas sobre a sua actuação levaram a um questionar do apoio que lhe foi dado quase cegamente. Esta atitude foi devidamente acompanhada pela imprensa. O *Guardian Online* (29/Janeiro/04) reproduz as palavras de Greg Dyke, quando ainda desempenhava funções de director-geral da BBC: 'A BBC aceita que certas alegações centrais da reportagem de Andrew Gilligan no programa 'Today' emitido a 29 de Maio último eram erradas e por isso pedimos desculpa.' Esta tomada de posição foi suficiente para a União dos Sindicatos Jornalistas Ingleses tomar posição em defesa de Gilligan, ameaçando decretar uma greve. Para esta estrutura, independentemente das possíveis falhas do trabalho do repórter, a questão central reside no facto de o assunto ser de interesse público. Resta saber se este não é, mais uma vez, um episódio de apoio incondicional a 'um dos nossos' encapotado por um valor nobre: o interesse público.

O espírito de classe dos jornalistas

Depois de conhecido o relatório Hutton, vários foram os colunistas do Reino Unido que criticaram a forma como as investigações ilibaram o Governo e como condenaram a BBC e Andrew Gilligan. Sem grandes surpresas, veio à tona o espírito de classe dos jornalistas, para defenderem o repórter da BBC. O principal argumento é resumido por Boris Johnson, no *Daily Telegraph*: 'A BBC estava a fazer o seu trabalho' (Público, 30/Janeiro/04).

Mas houve também quem questionasse este movimento de protecção do jornalista, por parte daqueles que queriam ver o Governo condenado e Gilligan

ilibado. Martin Kettle, no *Guardian Online*, considera esta atitude preconceituosa, petulante e cínica (3/Fevereiro/03). Este editorialista faz a defesa do relatório Hutton, que considera muito mais seguro do que a reportagem de Gilligan. Este é um exercício pouco comum, quando se trata de jornalistas a avaliar a conduta de jornalistas.

No entanto, depois da demissão do director-geral da BBC, os próprios trabalhadores da estação, numa manifestação, consideraram que a demissão de Gilligan era inevitável. Um artigo do *DN* explica que, para os manifestantes, a reportagem em questão prejudicou a reputação da BBC: 'Não chega ser quase exacto' (6/Fevereiro/04). Começam, então, a ver-se testemunhos de jornalistas mais preocupados com as questões de fundo (como o rigor do trabalho jornalístico e a credibilidade das empresas de comunicação) do que com o apoio incondicional a um colega de profissão.

O rigor ou a falta dele

Gillian Bowditch, editorialista do jornal *The Scotsman*, escreveu que aquilo que Gilligan fez foi pôr no ar uma dica dada por uma fonte anónima (3/Fevereiro/04). Explicando que essa não é a regra da BBC, Bowditch acrescenta que poucos editores teriam publicado tal alegação explosiva sem que ela fosse confirmada ponto por ponto e sem que os advogados da empresa se certificassem de que tudo o que seria dito poderia ser provado em tribunal.

Na sua carta de despedida, Gilligan insiste na ideia de que o governo 'apimentou' o dossier, 'transformando possibilidades e probabilidades em certezas'. Assumindo que cometeu erros, o jornalista diz que o preço que a BBC e ele próprio pagaram foi desproporcionado.

Para Jorge Almeida Fernandes, 'a par da complacência com Blair, Hutton foi de extrema severidade com a BBC, censurando o jornalista e toda a hierarquia por falta de controlo editorial na crónica de Gilligan. A estação fez uma auto-crítica tardia sobre os deslizamentos de linguagem da peça. De resto, Gilligan tinha uma informação relevante, vinda de uma boa fonte mas anónima. Não teve o cuidado de a investigar e corroborar' (*Público*, 1/Fevereiro/04).

Mário Mesquita também analisa a questão. Para este autor, 'três quartos da reportagem investigativa do jornalista Andrew Gilligan era rigorosa e exacta'. E acrescenta: 'A acusação do «Hutton report» centra-se num único ponto, justamente considerado muito grave. Gilligan sustentou – levando demasiado longe as pistas de David Kelly – que Blair, Campbell e os seus colaboradores sabiam que «a ameaça dos 45 minutos» não era digna de crédito e que o perigo iraquiano teria sido deliberadamente empolado pelo Governo. Isso não está provado. O relatório oficial considera que essa acusação é falsa. Aparentemente, Gilligan cometeu, ele próprio, o erro atribuído a Campbell: «apimentou» a sua

reportagem com extrapolações abusivas. Este procedimento é condenável, mas não contamina toda a reportagem.’ (*Público*, 1/Fevereiro/04).

A mesma linha de pensamento foi seguida por Lorde Birt, antigo director-geral da BBC. Segundo o *Times on Line* (5/Fevereiro/04), Lorde Birte disse na Casa dos Lordes que os editores da BBC falharam na avaliação de uma peça de jornalismo descuidado que, na sua opinião e apesar de tudo, na sua maior parte, estava certa.

Num artigo publicado no *Guardian Online* (3/Fevereiro/04), Martin Kettle critica as reacções ferozes ao relatório Hutton. Para este comentarista, o pior exemplo de reacção foi o de Rod Liddle, o homem que, enquanto produtor do programa ‘Today’, contratou Gilligan. Ele é, aliás, visto com o principal responsável pelo clima de animosidade entre o Governo e a BBC. Neste artigo, Kettle conta que Liddle era visto como um produtor que não queria histórias convencionais, que não se revia no estilo *standard* da BBC e que, a propósito de Andrew Gilligan, terá dito: ‘Andrew arranja histórias fantásticas e algumas delas até são verdade’. Para Kettle, esta é uma maneira de fazer jornalismo que assenta na ideia de que os jornalistas pensam que só eles são capazes de dizer a verdade, ‘mesmo que algumas vezes essa verdade pouco mais seja do que preconceitos não baseados em factos’. Kettle lembra que alguns apelidaram o trabalho de Gilligan de ‘bravo’. Ele prefere usar outras palavras para identificar esse tipo de jornalismo: ‘trapalhão’ e ‘tendencioso’. E por isso aplaude um editorial do *Economist* que insere a reportagem de Gilligan num ‘tipo de jornalismo britânico moderno que enviesa e falsifica supostas notícias para encaixarem na opinião do jornalista acerca de uma verdade’.

A credibilidade da BBC

Segundo o *DN* (21/Julho/03), a credibilidade da BBC sofreu um forte abalo quando se confirmou que David Kelly era, afinal, a fonte não identificada da peça de Gilligan. O jornal adianta que ‘várias personalidades da política britânica questionaram a credibilidade da estação, acusaram Andrew Gilligan de ter empolado o seu relato da entrevista com Kelly e pediram a demissão do administrador e do director-geral da estação pública’. No entanto, esta não é uma posição que tenha gerado unanimidade. Citado pelo *Público*, Stephen Coleman, professor de estudos democráticos da Universidade de Oxford, considera que a credibilidade da BBC não foi posta em causa com este episódio, ‘uma vez que se tratou de «uma notícia, um programa, um jornalista», quando a BBC tem canais terrestres, canais digitais, rádios nacionais locais e o mais bem sucedido site noticioso do mundo’. ‘A única explicação que encontro para um ataque tão feroz à BBC é o facto de se tratar de mais uma manobra de diversão.’

Já Tony Travers, professor de estudos políticos da London School of Economics, acredita que os danos poderão ser muito maiores para a BBC do que para o Governo. ‘Os britânicos já não têm grandes expectativas em relação ao mundo da política, mas têm grandes expectativas em relação à BBC’ (25/Julho/03).

Também na opinião de Teresa de Sousa, o comportamento profissional de Gilligan não deve manchar a reputação de uma empresa como a BBC: ‘A BBC é uma das melhores televisões do mundo. Foi através da BBC que muitos de nós acompanhámos a guerra no Iraque, convictos de que receberíamos a informação mais imparcial e mais completa possível. O facto de um jornalista seu ter «apimentado» uma notícia que acusava o Governo de ter «apimentado» um dossier dos serviços secretos, introduzindo nele uma informação que sabia ser falsa, não destrói a sua credibilidade nem a condena à vergonha.’ (*Público*, 3/Fevereiro/04).

O certo é que uma sondagem feita em Janeiro de 2004 revelou que três vezes mais pessoas acreditam que a BBC diga a verdade do que acreditam que o governo diga a verdade (*The Guardian*, 30/Janerio/04). Mesmo assim, é de realçar que quase metade dos inquiridos não confia na BBC nem no governo.

Os *spin doctors* e a definição da agenda política dos *media*

O que interessa às audiências? Uma agenda definida pelos órgãos de comunicação social ou uma agenda definida pelos políticos? No caso em análise, a BBC surge frequentemente como o órgão de comunicação social que, apesar de ser financiado por dinheiros públicos, tem nos seus quadros jornalistas que fazem questão de fazer frente ao poder político. Por outro lado, o governo de Blair, quando tomou posse, revolucionou a maneira de promover a sua imagem e as suas ideias, desenvolvendo as técnicas de comunicação política, interferindo nas opções editoriais da BBC. O estado das relações entre uns e outros, antes do episódio Gilligan/Kelly, já tinha atingido proporções de conflito latente.

Definição da agenda

Ainda antes de o episódio Kelly se ter desenvolvido, lia-se num editorial do *Daily Mail* (21/Julho/03) que, se se viesse a provar que a história de Gilligan tinha sido exagerada, o jornalista deveria retirar-se da empresa pública e os seus chefes deveriam considerar fazê-lo também. Tudo porque ‘não é objectivo da BBC inventar ou exagerar de forma a definir a agenda informativa’. O editorial daquele jornal vai ainda mais longe na condenação desta suposta prática: ‘Se um homem decente e brilhante morreu por causa dessa vã aspiração, a estação terá sofrido o maior abalo à sua reputação internacional.’

Por outro lado, o próprio governo foi também frequentemente acusado de ter errado, nomeadamente por causa da sua ‘determinação em controlar as agendas mediáticas’ (editorial do *Financial Times* citado pelo *Público*, 22/Julho/03).

Spin doctors

Segundo um editorial do *Daily Telegraph* (21/Julho/03), tudo o que aconteceu até então ficou a dever-se a uma ‘dança macabra’ entre os *spin doctors* liderados por Campbell e os jornalistas, principalmente os da BBC (que sempre se opuseram à guerra no Iraque e se mostraram dispostos a fazer tudo para a desacreditar). Neste editorial, acaba por se defender que Campbell e Gilligan precisam um do outro. Campbell encontrou na peça de Gilligan uma forma de desviar as atenções sobre a sua participação no dossiê. Gilligan procurou e encontrou em Campbell um homem que jogou com a verdade.

Tony Travers, professor de estudos políticos na London School of Economics and Political Science, citado pelo *Público* (25/Julho/03), defende que os comportamentos permitidos aos *spin doctors* têm que ser reavaliados porque, na prática, não podem ter poderes políticos. Mas o certo é que toda esta polémica gira em torno do facto de Campbell ter ou não ter alterado um relatório sobre uma situação política. Em resultado das actuações dos *spin doctors*, Travers defende que ‘a confiança política no governo está seriamente danificada’.

A Provedora do DN, Estrela Serrano, também analisa a questão dos *spin doctors* (28/Julho/03), recorrendo a um livro de Nicholas Jone, publicado em 1999, sobre a relação entre o governo trabalhista britânico e os jornalistas. Segundo este autor, Campbell era um ‘cérebro extra’ para Blair e vivia obcecado com as tentativas de manipulação dos jornalistas e com as manchetes que estes produziam.

Com o desenrolar dos acontecimentos, Campbell começou a ver o seu poder a diminuir e as suas posições a serem cada vez mais questionadas. A 29 de Agosto de 2003, na sequência de depoimentos em que era acusado de exercer pressões sobre a BBC, demitiu-se do cargo. Blair emitiu um comunicado onde lamentava a imagem que os *media* construíram em torno do seu assessor. Elogiou o seu trabalho e definiu-o como ‘um colaborador extremamente capaz, destemido, fiel às causas em que acredita, dedicado não só a essas causas, mas também ao seu país’ (*Público*, 30/Agosto/03).

Segundo um artigo do *Guardian Online* (29/Janeiro/04), não fosse a ira de Campbell contra a BBC (sobretudo por causa da sua cobertura da guerra no Iraque) e não fosse a persistência da BBC em assumir-se como independente, tudo se teria resolvido com uma carta de Campbell a pedir uma rectificação da notícia e a emissão de uma correcção por parte da BBC. Só que as relações estavam extremadas.

Num artigo de opinião publicado no *Guardian* (29/Janeiro/04), Martin Bell, antigo jornalista da BBC e actual deputado independente, defende que o problema da estação pública foi o de estar a sofrer de uma fadiga causada por Campbell, o que a terá levado a lidar mal com as queixas do assessor de Blair.

Pressões do n.º 10

Numa entrevista ao *Sunday Times* (citada pelo *Correio da Manhã*, 1/ Fevereiro/04), o ex-director geral da BBC, Greg Dyke, denunciou ‘pressões sistemáticas’ do governo de Tony Blair à estação de televisão pública britânica, nomeadamente nas questões relacionadas com a guerra no Iraque. Segundo Dyke, Cambell desenvolveu ‘uma guerra de desgaste’ contra a BBC, quando esta tentava ‘informar bem e de forma calma sobre uma notícia difícil’. De acordo com o *DN* (2/Fevereiro/04), Dyke, na mesma entrevista, divulgou uma carta que escreveu a Blair em Março de 2003. O primeiro-ministro tinha criticado a cobertura que a BBC fez da guerra no Iraque e Dyke respondeu dizendo que Blair não estava em condições de falar de imparcialidade, e sublinhou que à emissora pública compete trabalhar informações de forma equilibrada, por mais que o Executivo desejasse transmitir ‘a sua particular visão do mundo’.

Independência da BBC

Em resultado das conclusões do relatório Hutton, vários foram os políticos que se pronunciaram, nos *media* ingleses, em favor da independência da BBC. O *Guardian* reproduziu vários desses testemunhos (30/Janeiro/04), começando pelo de Michael Portillo, deputado da oposição *tory*, emitido na própria BBC1: ‘É absolutamente essencial que a BBC se mantenha editorialmente independente e que não tenha medo do Governo’. Mais ainda, Portillo manifestou o seu desejo no sentido de que o Governo fosse suficientemente forte para nomear para os cargos deixados vazios na BBC pessoas que ‘continuem a fina tradição de independência editorial’.

Também Charles Kennedy, líder do Partido Liberal Democrata, defendeu que a BBC tem uma voz independente na vida nacional e que não se deverá deixar afectar por uma guerrilha entre Campbell e o programa ‘Today’. Por outro lado, este político defendeu que esta querela também não deveria ser tida em conta na altura na renovação da Carta da BBC.

O respeito dos *media* pelo embargo de documentos

A divulgação do relatório Hutton foi feita com recurso a um método comum: o embargo. Ou seja, os *media* assinaram um acordo de confidencialidade e comprometeram-se a divulgar o documento numa determinada data, todos ao mesmo tempo. Segundo o *Público Online* (28/Janeiro/04), pela primeira vez, os jornalistas que receberam o relatório tiveram que fornecer uma lista com os nomes de todas as pessoas, com quem pretendiam discutir o assunto, e essas pessoas foram avisadas de que não deveriam transmitir essa informação a ninguém. Mesmo assim, o *Sun* conseguiu ter acesso ao relatório, antes de ele ter sido tornado público. Enquanto Blair se mostrava enfurecido pelo facto de o jornal ter ‘furado’ a informação do relatório, a oposição acusava o próprio Governo de ser o responsável pela fuga, uma vez que o documento era favorável à imagem de Blair.

O jornalista do *Sun* que teve acesso às informações, Kavanagh, citado no *Guardian* (28/Janeiro/04), disse que não teve acesso antecipado ao documento mas que alguém – uma fonte antiga em quem confiava e que tinha como completamente imparcial – lhe leu parte das conclusões ao telefone. Acusado de ter uma agenda contra a BBC, o *Sun* defendeu-se dizendo que, se o relatório fosse desfavorável ao primeiro-ministro e não à BBC, também o teria divulgado antecipadamente. Kavanagh disse que a cobertura do seu jornal a propósito das conclusões do relatório Hutton foi justa e correcta.

Perante a publicação de um resumo do relatório antes de o mesmo ter sido tornado público, o juiz Hutton anunciou que pretendia processar o tablóide *Sun*. Apesar de o seu Governo ter sido acusado de ser o responsável pela fuga de informação, Blair negou tal acusação e apoiou o apuramento de responsabilidades em relação ao assunto.

Questões para o futuro

O posicionamento da BBC face ao Governo britânico e a forma como este pretende continuar, ou não, a interferir na política editorial da estação pública parecem ser as grandes dúvidas para o futuro, lançadas na imprensa na sequência do relatório Hutton e de todas as demissões causadas pelo caso Kelly.

Para Trevor Philips, produtor de televisão e presidente da Comissão para a Igualdade Racial, as questões que se colocam são, numa primeira fase, três: ‘1) o Governo tem de deixar a BBC em paz; 2) os administradores da BBC devem ser justos mas devem ter a coragem para (educadamente) dizer aos governantes para se meterem nos seus próprios assuntos; 3) os governadores [da BBC] têm de reconstruir a relação entre a estação e a nação’ (*Guardian*, 2/Fevereiro/04).

Para Philips, a questão tem sobretudo a ver com a BBC, argumentando que, se as pessoas confiarem na BBC, os políticos não poderão tocar na estação pública.

No entanto, para Paddy Scannell, a BBC pode correr riscos, uma vez que depende do Governo e que o sector das comunicações está prestes a sofrer remodelações legislativas. Para este professor, ‘os governos que têm más relações com a BBC arranjam forma de se vingar’ (*Público*, 25/Julho/03).

Para a Federação Internacional de Jornalistas, não é só a BBC que está em causa. Esta Federação considera que ‘os efeitos do Relatório Hutton podem minar os esforços de criação de sistemas de serviço público genuínos em outros países europeus’ (*DN*, 3/Fevereiro/04). Assim sendo, mais uma vez toda a polémica do caso Kelly pode ter repercussões fora das fronteiras inglesas. Quanto mais não seja, este episódio deveria servir para que, noutros países, o assunto também fosse debatido.

Num artigo de apoio a Greg Dyke, a produtora da BBC, Melvyn Bragg, questionou-se, no *Observer* (1/Fevereiro/04), sobre como é que o Governo vai poder ter relações transparentes com a BBC e, por outro lado, como é que a estação pública vai conseguir voltar a mostrar a sua independência. Mas, para esta produtora, a questão essencial é ainda uma outra: ‘O que vai acontecer no nosso país à insatisfeita, corrosiva e até destrutiva relação entre os *media* modernos e a democracia moderna?’ Esta é uma questão de fundo que vai mais longe do que o relacionamento entre um governo e uma estação de televisão em concreto. Poderá até, eventualmente, alargar-se a outros países.

Numa abordagem mais alargada, Martin Kettle conclui que todo este episódio da história dos *media* no Reino Unido revela problemas do exercício do jornalismo que, sendo verdade no caso da BBC e no caso inglês, facilmente se transportam para outros órgãos de comunicação social e para outros países democráticos. Eis o que diz Kettle, num artigo publicado no *Guardian* (3/Fevereiro/04): ‘Tendo lido o Relatório Hutton e quase tudo o que se escreveu a propósito dele, cheguei às seguintes conclusões, não judiciais: primeiro, o episódio ilustra uma crise mais profunda no jornalismo britânico do que o tumulto na BBC; segundo, demasiados jornalistas estão num processo de negação dessa crise profunda; terceiro, os jornalistas precisam de ser os primeiros a tentar rectificar essa crise; quarto, o mais certo é que tal não aconteça.’

Kettle conclui: ‘A ameaça ao jornalismo moderno é real, mas tem origem, não só no exterior, como também no interior. Não deriva só de manipulações, favoritismos e meias-verdades da desacreditada e parcialmente abandonada cultura *spin* dos trabalhistas, mas também do próprio desrespeito dos *media* pelos factos, do evitável falhanço em ser justo, na necessidade de explicações e na procura persistente do melodrama.’

Enquadramento teórico do caso Kelly

O papel dos jornalistas e das empresas jornalísticas

Segundo McQuail, as empresas jornalísticas pretendem desempenhar um papel na sociedade (1994). Embora os contornos desse papel, desempenhado pelos jornalistas, possam ter diferentes interpretações, há pelos menos a divisão entre um papel mais activo e um papel mais neutro. Este autor cita estudos feitos nos Estados Unidos e em Inglaterra desde a década de 70. Já em 1976, 76 por cento dos jornalistas americanos inquiridos por Johnstone entendiam que os *media* deviam investigar afirmações feitas pelos governos. Sete anos mais tarde, essa percentagem desceu para 66 e aumentou o número de jornalistas que mostrava preferência por uma abordagem neutral. Por outro lado, 17 por cento dos inquiridos defendia que o seu papel deveria ser de adversário.

Embora dificilmente um jornalista se coloque na posição de defender apenas um dos três papéis identificados, as instituições públicas de comunicação podem, em geral, fazê-lo. McQuail diz que a BBC é um desses casos, tendo uma obrigação particular de ser neutra e equilibrada. Apesar de se tratar de um organismo público, o autor adianta que essa característica não evita que a estação critique o Governo. No caso presente, também não evitou que uma informação pouco segura e muito polémica, em relação à política externa do governo inglês, fosse colocada no ar.

O rigor na rádio

Uma explicação possível para a notícia de Gilligan ter ido para o ar como foi pode ser encontrada no discurso, algo pessimista, de Franklin: ‘As notícias da rádio [inglesa] mudaram, durante os anos 90, e para pior!’ (1997:13). O autor defende que a rádio, tal como a televisão e os jornais, tem vindo a optar pelo entretenimento em prejuízo da informação. Embora esta seja uma marca mais evidente nos canais comerciais, Franklin diz que a BBC não é imune a esta tendência. O exemplo dado é precisamente uma edição do programa ‘Today’ – a do dia 14 de Novembro de 1996 – que incluiu 18 minutos de entrevista a Sarah Ferguson. Embora tenha um historial de produção de notícias, a rádio inglesa está cada vez mais rendida às forças do mercado. Este autor acrescenta que os comentadores de programas como o ‘Today’ ou o ‘World at One’ convidam os deputados a introduzir polémica nas suas análises (1997:115). Se esta actuação pode ser compreendida ao nível da análise, num registo de opinião, o mesmo já não poderá ser aceitável ao nível da informação.

Directamente relacionada com a questão do exagero na informação está a questão do rigor. Ou seja, um jornalista rigoroso não cede à suposta tentação do

exagero. No caso da rádio, com o tempo reduzido das peças e a necessidade de simplificar para captar um receptor que, pelas características do meio, se pode perder mais facilmente, poderá o exagero ser mais aceitável? Estabelecendo um paralelo com o caso português, tomemos como referência a TSF – Rádio Jornal. João Paulo Meneses, numa obra que se propõe ser o Livro de Estilo da TSF, é claro: ‘Nada justifica ter de sacrificar o rigor dos factos para os resumir a 30 segundos, em nome de uma frase com mais impacto ou de uma hipótese que passaria a real!’ (2003:226). Na questão do rigor, Meneses explica como deve ser a conduta do jornalista: ‘Para substituir a inalcançável objectividade em estado puro, os jornalistas têm uma *arma* muito mais eficiente (porque concreta): a honestidade profissional na avaliação dos factos, na selecção das informações, na equidade de posições, na fiel transposição dos depoimentos, na confirmação e atribuição das afirmações e sentimentos à fonte... credível!’ (2003:225). Ora esta conduta não parece ter sido seguida por Gilligan.

As fontes anónimas e a quebra do sigilo

Smith explica que ‘os jornalistas andam preocupados com a utilização de fontes anónimas’ (1999:123), mas acrescenta que muitos deles acreditam que algumas histórias só são susceptíveis de ser contadas recorrendo a fontes anónimas, nomeadamente quando estas correm o risco do desemprego se a sua identidade for revelada. Para este autor, há um conjunto de procedimentos que devem ser adoptados quando se trata de decidir publicar ou editar uma história contada por fontes anónimas. Entre estes procedimentos estão a importância da história, os motivos da fonte, as razões para o anonimato, a inexistência de outras fontes e as questões de concorrência com outros meios de comunicação social (1999:129-130).

A motivação das fontes anónimas é um tópico recorrente na discussão deste assunto. José Pablos entende que é fundamental perceber por que é que ‘uma pessoa que conhece um segredo decide transformar-se em fornecedor de informações’ (2001:107). No caso em análise, este foi um assunto não discutido. Ou seja, pela análise das notícias publicadas, não se percebe se, alguma vez, Gilligan questionou o interesse de Kelly em ‘passar’ a informação que está na origem de toda a polémica (partindo-se, aqui, do princípio de que a reprodução das informações foi rigorosa).

Segundo Merrill, a utilização de fontes anónimas é um assunto muito controverso entre os jornalistas, não havendo consenso: ‘Alguns dos jornais, mas não a maioria, tem regras rígidas contra o uso de fontes anónimas, outros permitem-no em certos casos, e outros ainda deixam a decisão ao critério dos jornalistas’ (1997:197). Tal como Smith, este autor lembra que muitos jornalistas garantem que há histórias que só podem ser contadas se as fontes

ficarem no anonimato. A questão que Merrill levanta é a de saber se a garantia de anonimato é algo que os jornalistas possam fazer. O autor explica que, se o que está em causa é uma das principais características do jornalismo – a verificação da autenticidade da informação –, então esta garantia não deveria poder ser dada pelos jornalistas à fonte porque a história deixaria de poder ser publicamente comprovável.

Embora ‘muitos jornalistas tenham orgulho em não revelar a identidade das suas fontes’, Merrill defende que, em muitos casos, a identificação de quem dá a informação original é primordial (1997:197). Por exemplo, quando se trata de informações negativas ou difamatórias sobre terceiros, ou quando se trata de informações controversas.

Ladenson é um dos vários autores que não tem dúvidas em afirmar que a utilização de fontes anónimas deve ser ‘uma excepção e não uma regra jornalística’ (1997:117). Este autor acredita que esta prática assegura credibilidade ao trabalho do jornalista perante o seu público e, por isso, defende que a identificação da fonte deve ir mais além do que a simples apresentação do nome. Para Ladenson, o público deve saber o suficiente sobre a fonte citada para que compreenda que quem dá a informação está, de facto, em condições de o fazer com rigor e com segurança. Este autor defende que, nos casos em que o jornalista decida garantir o anonimato da fonte, essa conduta deve ir até ao ponto de fazê-lo junto dos seus editores e, em situações raras, até nos tribunais.

Meneses considera que, em rádio, uma fonte anónima só deve ser utilizada em ‘último recurso’. Sobretudo porque na rádio não é possível atribuir um discurso, entre aspas, a uma pessoa que não se identifica. Admitindo o recurso a uma fonte anónima só em circunstâncias excepcionais, Meneses acrescenta que, ‘a partir do momento em que se assume o compromisso, o sigilo profissional é para ser levado até às últimas consequências’. Porque a sua quebra pode significar represálias para a fonte ou, no limite, pode pôr a sua vida em risco (2003:251). No caso Kelly, a situação-limite aconteceu, atribuindo-se a responsabilidade da identificação da fonte ao Governo e não à BBC que, nessa questão, se manteve firme aos princípios deontológicos do jornalismo.

A confirmação junto de outras fontes

Como ficou exposto, vários autores consideram que a prática de um jornalismo sério exige a identificação das fontes, por uma questão de credibilidade profissional e sob pena de os jornalistas, quando dão cobertura a acusações feitas sob anonimato, poderem estar a ser utilizados para propósitos que os ultrapassam. Mas o caso Kelly não é um caso de manipulação do jornalista. É antes um caso de utilização mais ou menos rigorosa da informação. Situação que implica a confirmação da informação inicial junto de outras fontes, tendo

em conta as implicações do seu teor. Como diz Cornu, 'os elementos retidos para publicação e difusão serão confirmados junto de outras fontes, independentemente da primeira' (1994:273).

Smith (1999) relata alguns casos em que a utilização de uma única fonte de informação acabou por trazer problemas aos órgãos de comunicação social, nomeadamente quando essa única fonte só sabia da história 'em segunda-mão'. O autor cita editores com opiniões diferentes, mas lembra que a generalidade dos jornais norte-americanos prefere manter como regra a necessidade de ouvir pelo menos duas fontes independentes para cada história que se escreve.

O interesse público ou o interesse do público

O jornalismo britânico tem características próprias que tocam extremos: por um lado, aquele que tem vindo a ser praticado pela BBC e, por outro, aquele que é praticado pelos 'tablóides' sediados em Londres. O Código de Conduta da Imprensa estabelece linhas éticas de actuação para os jornalistas dos *media* ingleses mas também admite excepções. Stephenson explica que essas linhas podem ser quebradas quando está em causa o interesse público: 'O 'interesse público' é definido como algo que inclui a identificação ou exposição de um crime, a protecção da saúde e do bem-estar públicos, e a prevenção do público no sentido de não ser enganado por algum depoimento ou acção de um indivíduo ou de uma organização' (2000: 91). O autor refere que o debate que se tem vindo a fazer em relação a esta questão se prende sobretudo com a definição do interesse público e a definição daquilo que interessa ao público. O Código de Conduta diz que, em caso de quebra das suas linhas orientadoras, o editor responsável por essa quebra terá que explicar o serviço que, com essa actuação, presta ao público.

No caso em análise, o interesse público do assunto não foi questionado. Tratando-se de um informação que poderia pôr em dúvida a opção por uma intervenção militar no Iraque, dificilmente restariam dúvidas de que o povo inglês deveria estar na posse dessa informação. Por outro lado, também parece claro que o objectivo do jornalista Andrew Gilligan não terá sido o de ir ao encontro daquilo que o público queria ouvir, numa perspectiva sensacionalista. Se assim fosse, provavelmente teria procurado um espaço de maior audiência para transmitir a sua peça, em vez de um noticiário de rádio emitido às primeiras horas da manhã. Mesmo assim, Gilligan continuava sujeito ao Código de Conduta inglês. Apesar de este documento ter sido revisto em Junho de 2004, o essencial em relação ao interesse público mantém-se.

Um Governo que apostou no mediatismo

‘A magia estava por todo o lado.’ Esta é uma das frases com que Seymour-Ure (2000:151) descreve os primeiros tempos do governo de Blair. O primeiro-ministro é descrito como um eficiente *performer* de televisão e Alastair Campbell é descrito como um poderoso e habilidoso *manager* de notícias. Segundo Seymour-Ure, os jornalistas especializados em política ficaram fascinados com a mecânica mediática do novo governo, algo nunca visto até então. As mudanças verificaram-se, tanto a um nível qualitativo, como a um nível quantitativo, tendo atingido um verdadeiro patamar de profissionalização. Por um lado, ‘um aumento de sensibilidade perante a comunicação enquanto instrumento de governo, organização do partido e liderança pessoal’. Por outro lado, ‘um aumento no estatuto dos ministros e dos «conselheiros especiais» envolvidos’ (2000:163-4). Mas esta é uma situação que só se manteve válida até o caso Kelly acontecer. Apesar de toda a estratégia montada, de todos os especialistas, de várias reuniões diárias, de imensos *briefings* e de inúmeros contactos (com maior ou menor pressão) junto dos jornalistas, este não foi um caso simples de resolver. Por causa dele, o homem forte de toda esta política de comunicação, Campbell, acabou por se afastar do Governo. A sua estratégia de persuasão acabou por inviabilizar um relacionamento saudável entre o Governo e a BBC, ao ponto de o diálogo (que noutras circunstâncias, menos inflamadas, teria sido suficiente para a estação fazer um desmentido) não ter existido.

Considerações finais

A recolha e tratamento de informação levanta, diariamente, questões que os jornalistas resolvem consoante a sua formação ética e profissional, consoante as orientações das chefias e dos órgãos de comunicação social enquanto instituições, e, ainda, consoante os objectivos que pretendem alcançar. Por tudo aquilo que ficou exposto em relação ao caso Kelly, terá sido o primeiro destes factores que determinou a divulgação de uma informação dada por uma fonte não identificada (informação essa que foi contestada) e na qual a própria fonte disse não se rever. Ao que tudo indica, não houve intervenção directa das chefias na edição do trabalho. Restava ao jornalista a sua formação profissional e as orientações da BBC (internacionalmente reconhecida como um órgão de comunicação social de referência que se pauta pelo rigor).

Não é possível determinar se o jornalista, em consciência, pretendeu simplesmente informar ou, antes, ir mais longe, eventualmente provocando uma crise política. Estas são questões que dificilmente se podem clarificar. O que é certo é que o caso provocou uma morte (do próprio cientista David Kelly) e o eventual fim de algumas carreiras (nomeadamente a do jornalista Andrew

Gilligan). Também é certo que muitas questões essenciais à prática jornalística voltaram a estar na ordem do dia. E muitas continuam sem resposta.

A maioria das opiniões expressas vai no sentido de se evitar a utilização de fontes anónimas e, também, no sentido de confirmar a informação dada por uma fonte junto de, pelo menos, outra fonte credível. No caso Kelly, não se pôs em causa a credibilidade da fonte. O cientista era uma pessoa bem colocada para dar informações sobre o assunto. Para além de o conhecer de perto, tinha autorização dos seus superiores para falar com os jornalistas. A dúvida que resta é a de saber se, de facto, disse que o dossiê foi exagerado, ou se esse foi um exagero cometido pelo jornalista.

Se Kelly disse o que Gilligan pôs no ar, o jornalista deveria ter tido a sensibilidade profissional para perceber as implicações da notícia. E se assim tivesse sido, teria procurado confirmar a informação. Se a confirmasse, tinha uma notícia segura com interesse público. Agarrando-se a uma fonte considerada credível, Gilligan ter-se-á julgado seguro e não sentiu a necessidade de a confirmar. Provavelmente saberia que dificilmente alguém a confirmava. Provavelmente saberia que, se tentasse confirmá-la junto do Gabinete de Comunicação de Blair, essa informação seria imediatamente desmentida. E se Kelly realmente disse o que foi divulgado por Gilligan, seria importante saber quais terão sido as suas intenções. Por outro lado, seria também importante saber se o faria se não estivesse a coberto do anonimato.

Se o que Gilligan pôs no ar foi um exagero do que disse Kelly, então todos os princípios de rigor jornalístico terão sido postos em causa. Terá sido a libertação do tal ‘demoníó’ que o editor do *Guardian* diz existir em muitos jornalistas. Poderá também ser uma tentativa de promoção profissional, num meio em que a concorrência é grande e em que as ‘cachas’ são o ponto mais alto da actividade.

Bibliografia

- Cornu, D. (1994) *Jornalismo e Verdade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Franklin, B. (1997) *Newszak & News Media*. Londres: Arnold.
- Ladenson, R. F. (1997) ‘Court Cases’, in Cohen, Elliot, D. and Elliot, Deni (ed.). *Journalism Ethics*, Nova Iorque: Abc Clio.
- McQuail, D. (1994) *Mass Communication Theory*. Londres: Sage (3.ª edição).
- Meneses, J. P. (2003) *Tudo o que se Passa na TSF*. Porto: Edição Jornal de Notícias.
- Merryl, J. C. (1997) *Journalism Ethics*. Nova Iorque: St. Martin’s Press.
- Pablos Coello, J. M. (2001) *El Periodismo Herido*. Madrid: Foca.
- PRESS COMPLAINTS COMISSION (2004) *Code of Practice* (<http://www.pcc.org.uk/cop/cop.asp>)

- Seymour-Ure, C. (2000) 'Prime Ministers' and Presidents' News Operations', in Tumber, H. (ed.). *Media Power, Professionals and Policies*, Londres: Routledge (151-166).
- Smith, R. F. (1999) *Groping for Ethics in Journalism*. Iowa: Iowa University Press (4.ª edição).
- Stephenson, H. (2000) 'British Press and Privacy', in Tumber, H. (ed.). *Media Power, Professionals and Policies*, Londres: Routledge (84-95).
- The Guardian* (2004) 'The Hutton Inquiry and its impact'. Londres: Guardian Books.

Novos rumos no audiovisual português: O reflexo do 'Big Brother' na informação televisiva

Felisbela Lopes

Resumo: Quando surgiu nos ecrãs da TVI em Setembro de 2000, o 'Big Brother' foi apresentado como uma das principais apostas de um canal que inaugurava uma filosofia de programação de raiz popular, procurando atrair o interesse do público através de programas que avançavam em direcção ao domínio privado. Num primeiro tempo, a SIC não atribuiu particular atenção a este novo filão de programação, mas cedo recuou, procurando, de várias formas, clonar as 'novelas da vida real' do canal quatro. O trabalho que apresentamos tem como referência cronológica Setembro de 2000 e Dezembro de 2003 e procura traçar a evolução que este tipo de programas teve nos canais generalistas portugueses, nomeadamente nos canais privados, bem como reflectir alguns argumentos daqueles que censuraram ou defenderam essa oferta televisiva. Complementaremos esses dados com algumas investigações académicas sobre o significado da programação após o aparecimento dessas 'novelas da vida real' e, na parte final, equacionaremos o impacte que essas mudanças tiveram na informação televisiva.

Em Setembro de 2000, a TVI renovou a sua oferta televisiva introduzindo um formato que iria revolucionar a grelha: o 'Big Brother'. Apesar de inicialmente ter resistido a esse produto da Endemol, a SIC haveria de adoptar o mesmo tipo de programação. Potenciando a publicitação da vida privada, estas 'novelas da vida real' não ficaram circunscritas às fronteiras que as respectivas emissões lhes reservaram. Em pouco tempo, serviram de tema de conversa aos *talk shows* dos respectivos canais e, no caso da TVI, deram o mote a várias peças dos alinhamentos dos noticiários. Na imprensa, ao longo desse tempo, foi aberto um amplo debate sobre os novos rumos que o audiovisual estava a tomar. Se da parte daqueles que eram exteriores ao campo da TV os argumentos se concentraram na defesa de que estávamos perante produtos televisivos que ultrapassavam todos os limites daquilo que era permitido

mostrar em público e de que era impensável haver nos noticiários peças sobre essas (e outras) novelas, do lado dos canais de televisão, vários responsáveis tomaram a defesa dessas opções editoriais, justificando-as com a adesão do público. Entre uns e outros, a Alta Autoridade para a Comunicação Social foi aprovando deliberações que (quase) nunca tiveram uma concretização efectiva ou, então, foi adiando decisões que, quando concretizadas, já não podiam ter efeitos significativos.

Neste capítulo, cuja referência cronológica se situa entre Setembro de 2000 e Dezembro de 2003, faremos um sucinto percurso pela programação televisiva pós-‘Big Brother’ (ponto 1); apontaremos alguns argumentos daqueles que criticaram ou legitimaram essa oferta televisiva, nomeadamente aquela que era apresentada em horário nobre nos canais privados (ponto 2); apresentaremos algumas investigações académicas sobre o significado da programação após o aparecimento das ‘novelas da vida real’ (ponto 3); e equacionaremos o impacte que essas mudanças tiveram na informação televisiva (ponto 4).

1. ‘Big Brother’: um programa que mapeou o horário nobre televisivo

Apostando numa nova filosofia de programação, a TVI introduziu, em Setembro de 2000, várias alterações de forma e de conteúdo na sua grelha. A principal foi o ‘Big Brother’, um formato da Endemol¹ que o canal quatro adoptou para sustentar uma grelha que também fez emergir um novo noticiário diário, com uma política editorial mais centrada em assuntos da vida quotidiana e no cidadão anónimo como fonte de uma informação estruturada predominantemente pelo registo emotivo. Essa oferta televisiva teve uma ampla aceitação por parte das audiências, abrindo uma crise na SIC que tentou, sem sucesso, uma programação concorrencial com a TVI, imitando-a nas novelas da vida real e na ficção nacional. Uma consequência deste novo desenho da programação foi o apagamento da informação semanal e uma progressiva contaminação da informação pelo entretenimento. É desse novo desenho do horário nobre, e das polémicas que certas emissões provocaram, que damos conta neste ponto.

A 4 de Setembro de 2000, a TVI colocou no ar uma oferta televisiva completamente diferente, não sem antes ter posto na rua uma agressiva campanha publicitária que anunciava um novo canal. A aposta na renovação fez-se a todos níveis: grafismo, cores, logótipos, cenários, programas de entretenimento e de informação. Nesse dia, em entrevista ao jornal *Público*, o director

¹ A Endemol é uma produtora holandesa detentora dos direitos de formatos que vieram a revelar-se um êxito televisivo. Depois dos *reality shows*, a aposta da empresa concentrou-se nas ‘novelas da vida real’, nomeadamente no formato ‘Big Brother’ que foi vendido para vários países.

da TVI, José Eduardo Moniz, assegurou: ‘toda a programação está a ser preparada para que os programas se apoiem uns aos outros’. A âncora da nova grelha era um formato da Endemol com provas dadas noutros países: o ‘Big Brother’, rejeitado pela SIC e que a TVI utilizou para enfrentar a concorrência. Poucos meses mais tarde, Moniz haveria de falar desse programa como ‘um produto que funciona como locomotiva de atracção dos espectadores’².

A SIC reagiu a este novo impulso do canal quatro com uma programação concorrencial. À estreia de ‘Dinheiro à Vista’, respondeu com ‘A Febre do Dinheiro’; à informação renovada da TVI fez anteceder, logo a 3 de Setembro, uma série de reportagens sobre a saúde com o título ‘Isto é um Escândalo’ que fez prolongar pelo ‘Jornal da Noite’ do dia 4. Na restante franja do horário nobre, a estação de Carnaxide continuou a apostar nas novelas da Globo que lhe garantiam o que pareciam ser índices de audiências inabaláveis. Por parte da RTP, não se notaram grandes mudanças na programação. Ao nível da informação, talvez a alteração mais visível tenha acontecido a 16 de Outubro de 2000, quando o canal generalista público reformulou o cenário e o grafismo dos respectivos noticiários.

A profunda remodelação feita na TVI não teve reflexos imediatos nos índices de audiências, em grande medida porque, em período nocturno, a SIC contra-atacava o produto-chave do canal quatro com o enredo brasileiro ‘Laços de Família’. No entanto, em pouco tempo, a TVI conquistou a visibilidade desejada. Isso aconteceu a partir de 18 de Outubro de 2000, quando um concorrente do ‘Big Brother’ deu um pontapé a uma colega. O regulamento do formato impunha a sua expulsão, mas a sua saída da Casa da Venda do Pinheiro foi largamente publicitada pela TVI. No dia seguinte, para além de o assunto ter sido destacado nas emissões diárias do ‘Big Brother’, o ‘TVI Jornal’ colocou este ‘incidente’ no topo do alinhamento, dando-lhe amplo destaque. O mesmo se passou à noite, no ‘Jornal Nacional’, que, para além de ter convidado o concorrente expulso para uma entrevista em estúdio, falou do tema em 16 peças, que preencheram 37% do tempo total do noticiário, enquanto, por exemplo, a política ocupou 23% do tempo (Martins: 2004). Isto no dia em que Jorge Sampaio anunciou a sua recandidatura a Belém. Esta opção editorial – que suscitou, como veremos mais à frente, bastante polémica – foi bem sucedida em termos de audiências. Nesse dia, às 13 horas, o ‘TVI Jornal’ assumiu, pela primeira vez, a liderança da sua franja horária³. Às 19h40, o ‘Big Brother Extra’ ajudou o ‘Jornal Nacional’ a capitalizar mais telespectadores, subindo dos 21,9% de *share* registados no dia anterior para 54,9%. O pico de audiências da TVI, ao longo do dia, situou-se precisamente no noticiário da noite: a entrevista de Manuela Moura Guedes ao ex-concorrente Marco

² *Expresso*, 20 de Janeiro de 2001.

³ Segundo dados da Marktest, o ‘TVI Jornal’ teve 39% de *share*, contra os 30,5% do ‘Primeiro Jornal’ da SIC e os 26,2% do ‘Jornal da Tarde’ da RTP1.

recolheu 66,5% do *share* televisivo⁴. Nos dias seguintes, as audiências da TVI baixaram ligeiramente, mas na semana subsequente voltou a verificar-se outra subida assinalável. A 23 de Outubro, a produção do ‘Big Brother’ integrou dois novos concorrentes, facto exaustivamente anunciado em antena e tratado no ‘Jornal Nacional’ cujo *share* nessa noite subiu aos 45,4%. Este cruzamento da ‘novela da vida real’ com a informação viria a ser retomado com frequência, encontrando grande receptividade nas audiências. Margarida Martins (2003) diz, a este propósito, que ‘a grelha se alimenta a si mesma, multiplicando o interesse pela programação, e esta alimenta a informação’. Na verdade, a subida do *share* registada no ‘Big Brother’ e no ‘Jornal Nacional’ teve um efeito de arrastamento para outros programas, nomeadamente para a telenovela portuguesa, no ar desde Abril de 2000, que conseguiu, na recta final, a proeza de suplantar, em termos de audiência, aquilo que era considerado um bastião da SIC: a novela da Globo ‘Laços de Família’ (Lopes, 2001). No último dia de 2000, a TVI faz a passagem do ano com a final do ‘Big Brother’, conquistando, com essa emissão, um *share* médio de 75%. Em quatro meses, o canal de Queluz deixava para trás a RTP e ultrapassava a liderança da SIC. A ‘locomotiva’ de José Eduardo Moniz tinha funcionado muito bem e, no ano seguinte, haveria de motivar mais mudanças no canal privado concorrente.

Depois de ter, reiteradamente, criticado em público o formato da Endemol comprado pela TVI, o director da SIC decidiu, em Janeiro de 2001, adquirir à mesma produtora holandesa um programa semelhante ao ‘Big Brother’ intitulado ‘Acorrentados’. A primeira emissão, a 20 de Janeiro, registou um *share* de 31,3%. A estratégia de Carnaxide foi a da antecipação, pois, no dia seguinte, começaria na estação de Queluz a segunda edição do ‘Big Brother’, mäs, nesse confronto no mesmo terreno, a SIC não foi, nem iria ser nos meses seguintes, bem sucedida.

Adoptando a ‘novela da vida real’ como âncora de outros programas, a TVI apenas alterava a oferta televisiva nos segmentos intercalares desse formato, introduzindo aí novelas ou séries nacionais que nem sempre iam para o ar no dia ou no horário previstos, sem, no entanto, afastarem a adesão do público. Cumpria-se aí aquilo que Rey Morató (1998: 65) chama ‘o mistério das audiências’. A fórmula “‘Big Brother’ + ‘Jornal Nacional’ + ficção portuguesa + ‘Big Brother’” funcionava como um macrodiscurso que submetia as respectivas unidades à sua lógica. Umäs estavam em ligação com as outras. Mesmo o noticiário da noite, o único programa que começava (mais minuto menos minuto) no horário previsto, inaugurou, a partir de Setembro de 2000, uma nova lógica editorial, preferindo os assuntos nacionais às temáticas internacionais, sobrepondo a vida quotidiana à política, privilegiando o cidadão comum

⁴ Estes dados pertencem à Marktest e foram publicados na edição de 21 de Outubro de 2000 do *Diário de Notícias*.

às fontes oficiais, valorizando o registo emocional em detrimento de argumentos de natureza mais racional. O que não introduzia uma grande ruptura com as ‘novelas da vida real’ que lhe estavam contíguas em termos de grelha. O mesmo cuidado com a continuidade era colocado nas estreias dos programas, nomeadamente na ficção nacional, que surgia no ecrã obedecendo à conhecida estratégia de engenharia de programação chamada *hammock* (também designada *sandwich programming*). A SIC reagiu ao inesperado sucesso do canal concorrente apostando no mesmo tipo de conteúdos, nomeadamente no segmento dos *reality shows* e, a partir de 19 de Março de 2001, numa novela portuguesa chamada ‘Ganância’, que foi colocada em período nocturno em continuidade com a novela brasileira da Rede Globo.

Deste quadro de concorrência apertada nos conteúdos de entretenimento, resultou, no primeiro trimestre de 2001, uma consequência para o jornalismo televisivo: as estações privadas deixaram de ter espaço na grelha para programas de informação não-diária. Tendo que gerir o horário nobre com noticiários, ficção nacional (séries e novelas, no caso da TVI), novelas brasileiras e *talk shows* (estes últimos na SIC), os canais não conseguiam encontrar tempo para uma emissão de debate ou de grande-entrevista. A solução encontrada foi a de introduzir, nos telejornais, espaços dedicados ao tratamento mais alargado de certos temas. Aí, a forma mais adoptada foi a da grande-reportagem que permitia uma continuidade com as peças noticiosas dos alinhamentos. A questão que fica em aberto é a de saber se esta subtracção, que os canais privados fizeram da informação semanal emitida em horário nocturno, foi benéfica em termos de capitalização de audiências. A 30 de Janeiro de 2001, a SIC, ao fazer um ‘Especial Informação’ intitulado ‘Agonia’ – uma reportagem do jornalista João Ferreira, que assumiu o estatuto de repórter-participante, e que se centrou nos esforços de um jovem para escapar à toxicod dependência –, ultrapassou, nessa noite, o *share* da ‘novela da vida real’ da TVI.

O segundo trimestre de 2001 não foi muito diferente do primeiro, mas ficaria marcado por uma polémica desencadeada por um dos novos *reality shows*. Falhado o formato ‘Acorrentados’, a SIC optou, a 13 de Maio, por estrear ‘O Bar da TV’, produzido por Ediberto Lima, um brasileiro a quem tinha sido entregue a produção do ‘Big Show SIC’ que, num passado recente, alcançara bastante popularidade. A primeira emissão deste *reality show* registou 28,9% de *share*, um valor que ficava muito aquém do atingido pelo ‘Big Brother’, cuja segunda edição haveria de chegar ao fim, a 20 de Maio, com 43,4% de *share*. Para chamar a atenção dos telespectadores, a SIC antecipou o segundo dia de ‘O Bar da TV’ com anúncios que garantiam um *late night show* com cenas ousadas. E assim foi. Ao serão, foram colocadas no ar imagens de concorrentes a tomar banho em nus frontais, havendo ainda tempo para emitir as brincadeiras de uma participante com um vibrador que acabaram por envolver uma colega. Terminada a emissão, teve início o *talk show* ‘Noites Marcianas’

que aproveitou essas cenas para a conversa entre os comentadores residentes. Um deles, a economista Helena Sacadura Cabral, fez vários reparos àquilo que foi visto.

No dia seguinte, os pais da concorrente Margarida deslocaram-se ao sítio onde se produzia 'O Bar da TV' para convencer a filha a abandonar o concurso e a regressar com eles para Borba, seu local de residência. O casal foi obrigado a fazer compasso de espera até à noite, altura em que lhes permitiram a entrada nas instalações onde decorria o programa. Os concorrentes deixaram a família a sós, mas a SIC optou por transmitir essa conversa em directo e, mesmo quando a jovem Margarida, dividida entre a vontade dos seus progenitores e o seu desejo de ficar, pediu para falar em privado com a psicóloga da equipa de produção, esse diálogo foi emitido em directo. O assunto entrou novamente nas 'Noites Marcianas', tendo o respectivo apresentador declarado a jovem alentejana como 'a primeira vítima a sério dos *reality shows* em Portugal'.

Esta transmissão, como veremos mais à frente, suscitou acesos reparos por parte de diversas personalidades, os quais a SIC sempre rejeitou. No entanto, o relacionamento da direcção da estação com a produção de 'O Bar da TV' foi perturbado e a tensão agudizar-se-ia, no final desse mês de Maio, quando a equipa de Ediberto Lima autorizou o namorado de uma das concorrentes a entrar na casa onde se desenrolava esta 'novela da vida real'. Uma decisão que contrariava as normas do concurso e em relação à qual o produtor brasileiro alegou não ter tido conhecimento prévio. A propósito desta questão, o director da SIC convocou, a 25 de Maio, um plenário da estação, tendo aí afirmado que Ediberto Lima estava a ser aliciado pela TVI para boicotar o programa⁵. Em finais do mês, Lima é dispensado, sendo a produção do programa entregue à empresa argentina 'Cuatro Cabezas', detentora dos direitos do formato.

Estas polémicas passaram despercebidas aos telespectadores, que continuaram, nesse tempo, mais sintonizados na TVI. E foi essa preferência crescente pelo canal quatro que acabou por provocar a maior crise de sempre ao nível da direcção da SIC. Apesar de o director da estação de Carnaxide tentar captar, a 3 de Setembro, a atenção das audiências para mais uma 'novela da vida real', desta vez 'Confiança Cega', a audimetria persistiu em manter a mesma tendência. No primeiro dia, esse novo *reality show* conquistou 24,5% de *share*, contando já com a concorrência da terceira edição do 'Big Brother' que havia começado na véspera, ancorado por duas novelas: 'Anjo Selvagem' na franja de acesso ao *prime time* e 'Filha do Mar' em horário nocturno. A 7 de Setembro, Emídio Rangel rescindiu o contrato com a SIC, pondo ponto final ao cargo de director da estação que assumira ao longo de quase dez anos. Antes de o mês terminar, haveria de assinar um outro contrato para director-geral da televisão pública. O impacte destas mudanças tornar-se-ia visível em 2002.

⁵ *Público*, 26 de Maio de 2001.

Ao assinalar nove anos a 6 de Outubro de 2001, a SIC renovou a sua imagem gráfica, mas o trabalho da recém-nomeada direcção do canal, designadamente ao nível da informação, só se tornaria visível a partir de Janeiro de 2002. Ao contrário do ano anterior, a estação de Carnaxide fez regressar ao horário nocturno dois programas de informação semanal: ‘Ficheiros Clínicos’ surgiram na sua terceira edição, mantendo a coordenação da jornalista Cláudia Borges; e ‘Hora Extra’, um programa de debate e grande-reportagem coordenado pela jornalista Conceição Lino. A partir de 21 de Janeiro, a SIC passou a ocupar as primeiras horas da manhã com uma emissão informativa, intitulada ‘Informação da Manhã’. Estas apostas não tiveram grande continuidade, mas o seu surgimento provocou uma reacção do serviço público de televisão. A 28 de Janeiro, a RTP haveria de contrapor, no mesmo segmento horário, um formato semelhante, o ‘Bom Dia Portugal’, apresentado por Alberta Marques Fernandes, a jornalista que se transferira da SIC. Nessa noite, e no cenário inaugurado no programa da manhã, apareceria um novo pivot no ‘Telejornal’, o jornalista José Alberto Carvalho, outra das transferências do canal privado. Quanto à informação semanal, a RTP experimentou, a partir de 7 de Março, um formato que se pretendia de debate, mas que, em cada semana, encenava em palco um espectáculo da palavra protagonizado por convidados que construíam o seu discurso predominantemente sob um registo emotivo. O nome escolhido para o programa foi ‘Gregos e Troianos’; a apresentação ficou a cargo de Júlia Pinheiro, uma profissional de televisão que não é jornalista; e a produção foi entregue à produtora ‘Gestemusic’, a mesma que haveria de produzir, em 2003, a versão portuguesa da ‘Operação Triunfo’ (OT).

Ao contrário dos outros dois canais generalistas, a TVI optou por não apostar em programas de natureza informativa. No primeiro trimestre do ano, começou a emitir ‘A Ilha da Tentação’ e, no segundo trimestre, colocou no ar ‘A Academia de Estrelas’, produzido pela Endemol e muito semelhante à ‘OT’. A SIC, apesar de, nos primeiros meses do ano, ter declinado a moda dos *reality shows*, a 4 de Março deu início a ‘Master Plan’, um formato da Endemol, apresentado pela modelo Marisa Cruz e pelo humorista Herman José. Esta nova ‘novela da vida real’ – ancorada pela rubrica diária de humor com a duração de um minuto ‘As Anedotas do Herman’ – era encarada pelo director da SIC como um ‘*clíc*’ para a subida do *share*. Em vésperas dessa estreia, Manuel da Fonseca admitia ainda que seguiria a estratégia da TVI: ‘colar’ o *reality show* às novelas. Por seu lado, o presidente do Conselho de Administração do canal de Carnaxide encarava o ‘Master Plan’ como ‘o Big Brother da SIC’⁶. A primeira emissão do ‘Grande Mestre’ teve uma audiência média de 9,7%, enquanto que ‘Anjo Selvagem’ na TVI conquistou 19,7%. No entanto, este novo *reality show* haveria, embora por um período curto de tempo, de chamar a atenção do público, devido às cenas mais ousadas de uma concorrente, a

⁶ *Público*, 3 de Março de 2001.

Gisela Serrano, que não revelava qualquer inibição em exhibir perante as câmaras a sua vida íntima, fazendo acompanhar as cenas que protagonizava de um léxico indecoroso. Segundo Eduardo Cintra Torres, ‘a produção do programa escolheu-a por ela ser tão irritante, tão Lisboa-gaita-de-chinela-no pé, que haveria de atrair audiências. Assim foi’⁷.

Mais afastada de políticas concorrenciais, a RTP vivia, neste período, uma instabilidade interna, resultante da mudança do partido do Governo nas eleições legislativas de 17 de Março e, conseqüentemente, da alteração dos quadros dirigentes da TV pública. Em finais de Julho, foi designado um novo Conselho de Administração e, depois de muitas pressões, Emídio Rangel aceitou, a 29 de Agosto, a rescisão do seu contrato como director-geral da RTP, o que implicou a nomeação de novos directores de Programas e de Informação bem como novas estratégias ao nível da engenharia de programação que originaram, no último trimestre do ano, algumas alterações, mais visíveis na área informativa. Os telespectadores não reagiram visivelmente a essa mudança, continuando a RTP1 como terceira estação em termos de audimetria. Esta aposta na informação também não teve grande impacte na oferta televisiva dos canais privados, nomeadamente na TVI que continuava a preencher os serões com a produção nacional, acrescentando-lhes, a partir de Setembro de 2002, o ‘Big Brother’, mas desta vez fazendo entrar na ‘Casa’ figuras com alguma projecção pública. A SIC contra-atacava com programas de humor, sem, no entanto, se sobrepor aos resultados do canal quatro.

O impacte das ‘novelas da vida real’ diminuiu na primeira metade de 2003. Com ‘A Academia dos Famosos’, a TVI não atingiu grande popularidade junto das audiências, tão-pouco o enredo foi suficientemente forte para criar noticiabilidade nos telejornais da estação. Todavia, neste período, os canais privados ensaiaram, em horário nocturno, um tipo de programação centrada em pessoas a quem se reconhecia o estatuto de vítimas e em relação às quais a televisão pretendia assumir uma função reparadora das injustiças sociais. Assumindo formatos próximos do debate, estas emissões afastaram-se radicalmente daquilo que constitui o campo jornalístico. Foi neste contexto que apareceram, em Janeiro, na SIC, ‘Bombástico’ (dia 10), ‘Escândalos e Boatos’ (dia 21) e ‘O Crime não Compensa’⁸ (dia 28), programas feitos por produtoras externas que levavam semanalmente a estúdio pessoas que expunham casos pessoais, apontando abertamente aqueles que julgavam serem os culpados por situações que, a maior parte das vezes, diziam respeito ao espaço privado do actor do relato ou de terceiros, normalmente ausentes dos *plateaux*. Não se tratava aqui de ‘pensar’ casos de injustiça social, mas, sobretudo, de ressaltar

⁷ *Público*, 10 de Junho de 2002.

⁸ ‘Escândalos e Boatos’ e ‘O Crime não Compensa’ alternavam-se quinzenalmente no mesmo horário, ambos produzidos por Ediberto Lima, o mesmo produtor de ‘O Bar da TV’.

o 'sentir' daqueles que falavam e daqueles que assistiam a esse 'espectáculo da palavra', exposta com dramatismo.

Apesar de não ter tido uma longevidade assinalável, este tipo de programação, enquanto se manteve em antena, suscitou uma acesa polémica, nomeadamente o 'Bombástico' que encontrou na classe dos juízes uma severa oposição. Estas emissões, apresentadas por profissionais da televisão sem carteira de jornalista, não poderão integrar-se naquilo que se entende por informação televisiva: não seguiam critérios jornalísticos, violavam sistematicamente o princípio do contraditório e ultrapassavam, com bastante frequência, princípios éticos, nomeadamente quando incitavam os convidados a falar de experiências íntimas, acusando pessoas ausentes. No entanto, foram estes formatos que a SIC colocou no remate do horário nobre, subtraindo com eles o espaço para outro tipo de realidade: aquela que o jornalismo constrói com regras específicas (Lopes, 2004).

Neste período, a TVI colocou igualmente em horário nocturno dois programas que traziam a estúdio convidados que relatavam experiências pessoais eticamente reprováveis. 'Vidas Reais' (que estreara a 16 de Setembro de 2002 e que a 10 de Janeiro de 2003 passou para os serões de sexta-feira e de sábado com uma emissão em directo) assentava na apresentação de casos moralmente reprováveis (por exemplo, adultérios, extorsões de dinheiro, negação de paternidade...). A autenticidade dos relatos era assegurada pelos protagonistas desses factos ou por pessoas que representavam papéis dos casos a retratar. Ao telespectador não era fornecida qualquer informação sobre o perfil (real ou ficcional) dos actores em cena. Por seu lado, 'Eu Confesso' (que surgiu a 25 de Janeiro de 2003) trazia para o *plateau* convidados que haviam sido condenados em tribunal e que, em estúdio, falavam dos crimes por si praticados.

Era para uma 'zona de bastidores' que remetiam estes novos programas. Violando o espaço íntimo dos convidados, colocavam em cena pessoas que representavam um papel, que lhes estava previamente configurado: o de vítimas da sua própria existência. Essa visualização da *extimidad*, ou seja, 'o movimento que leva cada um a exteriorizar uma parte da vida íntima, física e psíquica' (Tisseron, 2001:52-3), poderia ser uma oportunidade de multiplicar espelhos numa tentativa de se conseguir perceber melhor a respectiva identidade. Não era exactamente isso que se passava. Sabendo que encontravam no apresentador da emissão um coadjuvante ou um opositor àquilo que expunham, os convidados sentiam-se na obrigação de representar um papel. Não era para a verdade que os depoimentos se orientavam, mas para uma autenticidade que visava comover os assistentes: apresentador, público no estúdio e, sobretudo, as audiências. Tal como acontecia com as 'novelas da vida real'. Entre todos estes programas, não havia muitas diferenças. A 31 de Agosto de 2003, a TVI avançava com a quarta edição de 'Big Brother', mais arrojada do que as anteriores, cujo *slogan* era a garantia de que os concorrentes iam 'pôr tudo a nu'.

2. Os contras, os prós e a tentativa de regulamentação da nova oferta televisiva

O avanço para os territórios da vida íntima e o esbatimento das fronteiras entre o que é informação e o que pertence ao entretenimento suscitaram, a partir de Setembro de 2000, um amplo debate nas páginas dos jornais portugueses. Em termos gerais, o discurso legitimador desta programação foi assumido, como não poderia deixar de ser, pelos actores do campo televisivo (presidentes dos grupos proprietários dos canais privados, directores das estações, produtores e participantes dessas emissões), pertencendo as críticas mais contundentes a personalidades dos meios político, judicial, académico, cultural e jornalístico, sendo estas últimas sobretudo de profissionais que trabalham na imprensa. Por seu lado, a Alta Autoridade para a Comunicação Social fez sair, neste período, um conjunto de deliberações através das quais se tentava colocar limites a uma oferta televisiva que avançava fortemente em direcção à esfera privada.

2.1. As críticas

Ainda que o ‘Big Brother’ tivesse suscitado bastantes reservas nos primeiros dias de emissão, as maiores críticas a este formato surgiram após o tratamento mediático concedido a um concorrente que agrediu uma colega no interior da ‘Casa’ da Venda do Pinheiro. Se a produtora Endemol optou pela expulsão do agressor, o canal quatro destacou o episódio noutros programas para além daqueles reservados a esta ‘novela da vida real’, transformando-o na notícia com maior destaque naquele dia. A este propósito, José Manuel Paquete de Oliveira defendia, nessa altura, o seguinte⁹: ‘a partir de ontem, dei-me a pensar que, afinal, não é o país que está a ver e a divertir-se com o «Big Brother», mas é o «Big Brother» que está a «espiar» e a gozar o país. (...) O «Big Brother» «anestesiou» o país. Nenhuma outra notícia prendeu tanta atenção’.

Face a um quadro em que o poder se concentrava ao nível da produção mediática, houve quem defendesse uma reacção por parte dos consumidores dessas mensagens. Insurgindo-se contra a ‘mercantilização dos afectos e exploração dos instintos mais primários’ que, na sua opinião, estariam a invadir o horário nobre dos canais privados, Augusto Santos Silva referia ser ‘preciso recolocar a educação na ofensiva’¹⁰. Socorrendo-se de Umberto Eco para quem o papel do concorrente televisivo se assemelha ao dos gladiadores da Roma antiga que são mortos para delírio dos espectadores, Gustavo Cardoso responsabilizava os telespectadores por estes espectáculos degradantes que a TV promove. Na sua perspectiva, ‘se o público abandonar as bancadas, não haverá mais razão para

⁹ *Jornal de Notícias*, 21 de Outubro de 2000.

¹⁰ *Expresso*, 28 de Outubro de 2000.

os gladiadores televisivos se baterem na esperança da partilha do triunfo¹¹. Não era este o entendimento do público que se sintonizava em massa com este tipo de formato, ainda que a imprensa, nomeadamente a de referência, tivesse sempre destacado posições bastante críticas a este género de programação. No editorial do dia 30 de Novembro de 2000, o director do *Público* escreveu: 'A língua inglesa possui a palavra ideal: *disgusting*. Qualquer coisa entre o lamentável e o detestável. Com uma forte componente de mau gosto. O «Big Brother» foi, realmente, uma experiência *disgusting*. O que não obstou a que fosse a alavanca de uma verdadeira revolução na televisão portuguesa.'

Os reparos que, em finais de 2000 e início de 2001, se centraram na TVI estenderam-se, a partir de Maio, à SIC. Dois dias depois da estreia de 'O Bar da TV', o canal de Carnaxide provocou uma acesa polémica, quando, a 15 de Maio, transmitiu em directo o diálogo de uma das concorrentes com os respectivos pais que pretendiam que a sua filha desistisse daquele concurso, argumentando que o formato atentava contra a sua integridade moral. A conversa que esta família julgava privada foi ampliada para todo o país, mantendo-se a emissão no ar, mesmo quando a jovem pediu para falar a sós com a psicóloga da produção. Se, no dia a seguir a estas transmissões, responsáveis políticos, Alta Autoridade para a Comunicação Social e SIC tornaram públicos os seus comunicados a respeito deste caso, os jornais apenas tiveram oportunidade de a ele se referirem a 17 de Maio. E fizeram isso com grande destaque, solicitando a opinião de várias personalidades. Na edição desse dia, o *Público* apontava o n.º 1 do art. 21.º da 'Lei da Televisão', segundo o qual 'não é permitida qualquer emissão que viole os direitos liberdades e garantias fundamentais, atente contra a dignidade da pessoa humana ou incite à prática de crimes', para afirmar que 'não houve respeito (por parte da SIC) pelo direito à privacidade'. Nesse texto, citava-se António Reis, vice-presidente da bancada parlamentar do PS e deputado da Comissão de Assuntos Constitucionais, que assegurava ter havido por parte do canal de Carnaxide 'uma ostensiva violação da vida privada'. Por seu lado, José António Lima, falava, na edição *on-line* do *Expresso* de 17 de Maio de 2001, das 'televisões imbecilóides' que se estruturam, na sua perspectiva, a partir da conjugação de três vectores: 'quem promove, quem participa e quem vê', um fenómeno que o jornalista reconhecia não ser exclusivamente português, mas que se acentuava particularmente no nosso país. Por isso, concluía o texto desafiando para que, 'tal como nos maços de tabaco e de forma preventiva, SIC e TVI passem a incluir num dos cantos do ecrã a seguinte menção: esta televisão prejudica gravemente a saúde. Mental'. Neste mesmo dia, o director do *Público* escrevia um editorial a respeito deste tipo de programação televisiva intitulado 'a abjecção absoluta'. Nele, referia 'as conversas alarves dos concorrentes

¹¹ *Público*, 19 de Maio de 2001.

do «Big Brother», os ‘*strip-tease* dos «Acorrentados»’, mas era a transmissão em directo da conversa familiar ocorrida no ‘Bar da TV’ que José Manuel Fernandes considerava representar ‘o novo salto qualitativo em direcção ao zero absoluto’. Para o jornalista Fernando Madrinha,

‘não existe uma grande diferença entre a exploração do drama familiar no concurso «O Bar da TV» e a longa e penosa entrevista, apresentada no «Jornal Nacional» da TVI do mesmo dia, a um pai desesperado que denunciou à polícia o filho de 15 anos por ele se ter tornado traficante de droga. Descontando o facto de uns terem ido à SIC para resgatar a filha e o outro ter ido à TVI para contar a história do filho – cada um fará o juízo moral que entender sobre as iniciativas dos pais em causa – o resultado final é o mesmo, tal como a intenção editorial¹².

Carlos Chaparro, professor de jornalismo da Universidade de S. Paulo, recusa-se a ver apenas deslizes de ética nas polémicas desencadeadas pelos novos *reality shows*. Argumentando que ‘a ética é o campo teórico dos valores’, o académico defende que ‘a sociedade portuguesa está, sim, diante de uma situação concreta de desrespeito pelas leis civis e penais essenciais no aparato de defesa e construção da democracia’, concluindo que ‘é de crime contra pessoas que se trata’¹³.

Num artigo onde reflecte acerca das ‘novelas da vida real’ inauguradas pelo ‘Big Brother’, Pacheco Pereira refere a urgência de se promover um debate público sobre este tipo de formatos. Na sua opinião, ‘o que programas como o ‘Big Brother’ mostram é que há um aspecto muito relevante da vida pública nacional que não é tratado pela comunicação social: a própria comunicação social’. Argumentando que este tipo de programação ‘tem a ver com formas modernas de poder e, como tal, deveria ser sujeito a um escrutínio tão detalhado e esclarecedor para o público como o *decision-making* dos outros poderes’, o colunista do *Público* pensa não haver qualquer motivo para que se ignorem aspectos importantes da produção deste tipo de programa. E interroga: ‘Por que razão é que nada se sabe sobre o processo de selecção dos candidatos? O que é que procurava a TVI nos seleccionados? Qual o ‘programa’ oculto dessa selecção?’. Outro dos aspectos referidos por Pacheco Pereira relaciona-se com a inclusão de peças sobre o ‘Big Brother’ no ‘Jornal Nacional’ da TVI, deixando, a este respeito, as seguintes interrogações: ‘Algum jornalista da casa colocou objecções, ou se recusou a fazer o que lhe era mandado? Que garantias tinha de não ser despedido se o fizesse?’¹⁴.

Também da parte do Governo, fizeram-se ouvir críticas às ‘novelas da vida real’ e à forma como estas vinham contaminando a restante programação, nomeadamente os noticiários. Num debate destinado a divulgar o plano de

¹² *Expresso*, 19 de Maio de 2001.

¹³ *O Ribatejo*, 24 de Maio de 2001.

¹⁴ *Público*, 4 de Janeiro de 2001.

incentivos à imprensa regional, realizado em Janeiro de 2001 em Alenquer, o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, garantiu que o jornalismo português atravessava ‘uma profunda crise’ que se repercutia em ‘falta de rigor e sensacionalismo’¹⁵.

2.2. Os discursos legitimadores

Paralelamente aos benefícios que se insiste em fazer transitar para os concorrentes (a quem se garante uma certa visibilidade que se julga ser sinónimo de notoriedade) e para o público televisivo (que se pensa satisfazer com uma oferta que atinge altos índices de *share*), as posições legitimadoras desta programação – a maior parte das quais tomadas pelos actores do campo televisivo – fazem sobressair elementos relacionados com os índices de audiências, e consequentemente com a rentabilidade económica, que levam as estações de TV a perseguirem tácticas de programação que se revelam eficazes em termos de captação do interesse do público. É isso que constitui, afinal, a chave para a compreensão de uma nova fase na vida das televisões generalistas com repercussões em toda a grelha, principalmente na franja que reúne mais espectadores, a do horário nobre.

Proporcionar ao público programas populares para, através disso, solidificar audiências que garantam substanciais retornos em receitas publicitárias: eis a força subjacente a qualquer estratégia de engenharia de programação, principalmente no sector privado do audiovisual. Foi nisto que a TVI apostou quando, em Setembro de 2000, renovou radicalmente a sua oferta televisiva em horário nocturno. A ‘locomotiva’ foi, como já referimos, o ‘Big Brother’, através do qual se acreditava ser possível fazer periclitar o *share* da estação mais vista, a SIC. O presidente do Conselho de Administração da TVI, Miguel Paes do Amaral, reconhece que ‘foi um enorme risco’¹⁶, embora a aposta de ‘dar às pessoas aquilo que elas gostam de ver’ garantisse, desde logo, algum sucesso. No caso, esse sucesso ultrapassou todas as expectativas, obrigando a estação privada concorrente a reformular a sua estratégia. Falando do impacte do ‘Big Brother’, o presidente do Conselho de Administração da SIC, Francisco Pinto Balsemão, afirmou o seguinte:

‘O programa foi oferecido à SIC, a SIC entendeu que as pessoas não iam gostar daquele tipo de programas e que, portanto, não havia qualquer vantagem em dar aquele tipo de programação. Verificou-se que estávamos completamente enganados e aí a SIC teve de voltar atrás e pensar.’¹⁷

¹⁵ *Diário de Notícias*, 8 de Janeiro de 2001.

¹⁶ *Público*, 29 de Janeiro de 2001.

¹⁷ *Expresso*, 2 de Junho de 2001.

Justificava-se, assim, a opção do seu canal em integrar na grelha o mesmo tipo de formato. Por seu lado, o director da SIC, Emídio Rangel, depois de sublinhar que o seu trabalho ‘se orientava tendo em conta aquilo que os públicos apreciavam’, defendia que, ‘se as pessoas exigem programas «voyeuristas» ou com essa lógica, uma estação generalista como a SIC pode transmiti-los»¹⁸.

Ocupando já um grande espaço na grelha de programação, estes novos *reality shows* também ‘entraram’ noutros programas. Na SIC, emissões como ‘Noites Marcianas’ e ‘SIC 10 Horas’¹⁹ foram espaços propícios para conversas em torno do enredo que os concorrentes iam construindo através de um quotidiano desenhado para/pelas câmaras que os vigiavam em permanência. No entanto, a abordagem que estes *talk shows* fizeram das ‘novelas da vida real’ – embora pudesse ser considerada excessiva – não levantou grande polémica junto da opinião pública. O mesmo não se passou com a TVI, que optou por tratar os momentos mais significativos do ‘Big Brother’ no seu ‘Jornal Nacional’.

Confrontando-se com críticas permanentes em relação a esta política editorial, a TVI vai, ao longo deste tempo, enjeitando veementemente todas as acusações que incidiam na violação dos limites de informação. Ainda em 2000, José Eduardo Moniz considerava ser ‘estúpido pensar que um órgão de comunicação social não possa falar de si próprio e em assuntos que sejam notícia’, contra-atacando ainda o director da SIC – que, dias antes, pedira a intervenção da Alta Autoridade para a Comunicação Social sobre o ‘Big Brother’ – nestes termos: ‘Acho incrível que falsos moralistas, que não respeitaram regras éticas e morais, peçam a intervenção da secretaria para resolver nos bastidores aquilo que não resolvem em antena’²⁰. Participando, a 9 de Novembro de 2000, num debate intitulado ‘O «Big Brother» deve ser notícia?’, promovido pelo Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, Henrique Garcia, subdirector de informação da TVI, argumentou que o programa ‘produz factos que são noticiáveis’. Por outro lado, também reconheceu ser ‘indesmentível’ que ‘ter notícias do «Big Brother» no fim do jornal aumenta as audiências’, sublinhando, no entanto, que essa constatação não poderia ser o único critério para se promover a noticiabilidade. Quanto ao destaque dado nos noticiários da TVI ao ‘pontapé do Marco’, Henrique Garcia justificou-o assim: ‘não podíamos ignorar uma coisa de que todo o país falava’²¹. E o que dizer, quando se colocam jornalistas em formatos vocacionados para o entretenimento? Paula Magalhães – jornalista há mais de 20 anos, tendo sido pivot de noticiários na RTP e, depois,

¹⁸ *Jornal de Notícias*, 6 de Janeiro de 2001.

¹⁹ Entrevistada na edição de 30 de Junho de 2001 do *Jornal de Notícias*, a apresentadora do programa matinal da SIC, quando confrontada com a inclusão de imagens deste *reality show* no seu formato, remeteu essa responsabilidade para o director do canal e para a produtora do ‘SIC 10 Horas’, a Comunicasom, acrescentando que ‘O Bar da TV’ entrava aí na medida em que as suas emissões se assumiam como ‘o espaço nobre do dia’, procurando-se, por isso, ‘falar aí de outros programas da SIC’.

²⁰ *Público*, 3 de Novembro de 2000.

²¹ Estas citações foram retiradas das notícias que reportam esta conferência, publicadas nas edições de 11 de Novembro de 2000 do *Público* e do *Diário de Notícias*.

responsável por vários programas de informação na TVI – foi uma das profissionais chamadas pela direcção de informação para o cargo de editora do ‘Big Brother Extra’. ‘Não é o projecto da minha vida. Acredito que seja um negócio, mas é um negócio que nos paga’, afirmou a jornalista nesse mesmo debate. Também Manuela Moura Guedes, *pivot* do ‘Jornal Nacional’ e chefe de redacção da TVI, recusou várias vezes a posição daqueles que censuravam a inclusão de peças sobre o BB nos noticiários, usando a seu favor argumentos como os de o concurso ser ‘um fenómeno’ em relação ao qual a informação do respectivo canal ‘não podia passar ao lado’²². O mesmo apoio a esta política editorial que se inclinava para uma ‘informação tablóide’ foi dado várias vezes pelo presidente do Conselho de Administração da TVI. ‘E qual é o problema? Os tablóides em Inglaterra são os jornais mais lidos. O *Sun* e o *Daily Mail* têm muito mais leitores do que o *Telegraph* e que o *Times*’, afirmava Miguel Paes do Amaral que defendia encontrar na programação do seu canal ‘uma grande harmonia entre a informação e o entretenimento’, o que, na sua opinião, ‘é absolutamente essencial’²³.

Paralelamente a um discurso legitimador destes formatos, os responsáveis pelos canais privados iam admitindo fazer eventuais cedências, criando limitações aos respectivos conteúdos em troca de algumas condições. Para o presidente da TVI, Miguel Paes do Amaral, ‘banir os *reality shows* só no dia em que a RTP deixar de ter futebol nacional, a SIC novelas brasileiras, a RTP deixar de ser financiada pelo Estado e a TVI ter a mesma posição na TV cabo que a SIC’²⁴.

2.3 As deliberações da entidade reguladora dos media

Num quadro de reiteradas críticas aos avanços que as ‘novelas da vida real’ faziam em direcção ao domínio da vida privada dos respectivos concorrentes, de vários reparos à inclusão de peças sobre episódios do ‘Big Brother’ nos noticiários da TVI e de sucessivos alertas para a contaminação que o jornalismo estava a ser alvo por parte deste tipo de formatos, a entidade que, na altura, supervisionava o campo dos *media* – a Alta Autoridade para a Comunicação Social – viu-se obrigada a tomar algumas posições. Esses alertas nunca tiveram grande capacidade para travar os excessos que vinham a ser cometidos, apesar de o n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto (Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social), conferir a este órgão poder para elaborar ‘directivas genéricas’ ou ‘recomendações’ com ‘carácter vinculativo’.

²² *Diário de Notícias*, 17 de Janeiro de 2001.

²³ Estas afirmações foram feitas numa entrevista concedida por Miguel Paes do Amaral à Lusa, referida pela edição de 8 de Abril de 2002 do *Público*.

²⁴ *Diário Económico*, 8 de Junho de 2001.

Elegendo como ponto central ‘as questões de privacidade e de dignidade humana’, a AACS aprovou por unanimidade, a 24 de Outubro de 2000, uma deliberação onde se considerava ‘fundamental que a TVI garanta, nas suas emissões, o respeito por esse valor [da privacidade], que a lei protege, não permitindo que essa exposição de privacidade humanamente indignifique os participantes e objectivamente constitua uma pedagogia de indignidade humana, seja em situações específicas e tarefas concretas seja nas tácticas de êxito e nos valores que tais tácticas podem ferir’. Para trás, ficava o tratamento exaustivo por parte dos noticiários da TVI do caso conhecido como ‘pontapé do Marco’ e algumas edições de jornais televisivos que incluíram nos respectivos alinhamentos peças sobre, por exemplo, experiências sexuais ocorridas no interior da Casa do ‘Big Brother’.

A SIC não ficaria, durante muito tempo, imune às chamadas de atenção da AACS. No dia a seguir aos incidentes do ‘Bar da TV’, devido à transmissão da conversa entre a concorrente Margarida e os seus pais, ou seja, a 16 de Maio de 2001, a Alta Autoridade para a Comunicação Social aprovou por unanimidade outra deliberação onde se considerava que ‘foram infringidos de forma grave os parâmetros ético/legais que visam proteger a imagem das pessoas e a reserva da intimidade da vida privada’, recomendando-se ao canal de TV ‘o estrito cumprimento da lei a que na matéria está vinculada e, em especial, das normas constantes dos números 1 e 2 do artigo 21.º da lei da televisão’. Nesse mesmo dia, a SIC retransmitiu, ao longo da emissão, partes do programa que tanta polémica estava a causar, tornando, ainda, público um comunicado no qual a direcção do canal se dizia alvo de uma ‘intenção persecutória’, acusando a AACS de, por um lado, não se referir ‘de forma objectiva a um único aspecto do programa susceptível de incorrer nas alegadas violações de parâmetros ético-legais’, e, por outro lado, de se manter em silêncio em relação a ‘um canal concorrente’ que, na perspectiva dos responsáveis da SIC, inseria na respectiva grelha ‘repetidas transmissões em horários diurnos de cenas apresentadas como de «sexo ao vivo»’ e ‘actos de violência física acompanhados da promoção de quem os pratica’.

Depois de várias tentativas para introduzir alguma moderação nos conteúdos emitidos em horário nobre, a Alta Autoridade para a Comunicação Social conseguiu, a 18 de Setembro de 2001, sentar à mesma mesa os presidentes da RTP, SIC e TVI para assinarem um acordo de auto-regulação da programação televisiva. Nele, ficou acordado que se iria ter em conta ‘os horários dos programas, o respectivo conteúdo, no que diz respeito, nomeadamente, a cenas de violência, física ou verbal, e de sexo, explícito ou sugerido’. Na cláusula 6.ª, ficou estipulado que ‘os operadores se comprometem nos serviços noticiosos a reforçar os mecanismos que garantam qualidade à Informação e a clarificar os critérios jornalísticos, com respeito pelo Código Deontológico e pelo Estatuto do Jornalista, de modo a que uma notícia não possa ser confundida com qual-

quer tipo de promoção'. Esta última alínea, embora impusesse alguns cuidados nos conteúdos noticiosos, não impedia os canais de televisão de introduzirem nos noticiários peças sobre os *reality shows*. O próprio director de informação da TVI, José Eduardo Moniz, fez mesmo saber que nos programas informativos continuaria a incorporar o que considerava ser notícia, 'aconteça num mercado, na rua, numa novela ou num *reality show*'²⁵. E foi isso que se fez, por exemplo, a 8 e a 9 de Janeiro de 2002, quando se optou por incluir no alinhamento do 'Jornal Nacional' duas reportagens sobre o 100.º episódio da telenovela portuguesa 'Filha do Mar'. A AACCS viria a reagir a isso em Março, considerando, em plenário, que o canal quatro poderia ter violado a cláusula que estabelecia que os operadores não iriam fazer promoção de programas sob a forma disfarçada de notícia. A solução encontrada foi a de se solicitar uma reunião da Comissão Arbitral, prevista no protocolo de Setembro, mas que, até esse momento, ainda estava por criar...

A intervenção da AACCS no campo da programação televisiva voltou a tornar-se visível, no primeiro dia de Fevereiro de 2003, numa reunião feita com o propósito de analisar um 'novo modelo de programas de televisão que pode pôr em causa a dignidade humana'. No mês anterior, a SIC tinha estreado o 'Bombástico', 'Escândalos e Boatos' e 'O Crime não Compensa' e a TVI o 'Eu Confesso'. Foi o primeiro formato que suscitou mais polémica, devido ao facto de, na estreia, o apresentador ter colocado em causa a decisão de um juiz, chegando mesmo a pontapear a respectiva sentença. Depois de o Conselho Superior de Magistratura ter tornado pública uma veemente discordância sobre este tipo de programação e solicitado ao Estado uma intervenção em defesa das instituições, o Governo pediu à AACCS que se pronunciasse sobre determinados programas dos canais privados, tidos como momentos de violação dos direitos e liberdades. Ao contrário daquilo que se esperava, o órgão regulador, no comunicado da reunião de 1 de Fevereiro, não fez qualquer alusão a emissões específicas, optando apenas por sublinhar a necessidade de os programas televisivos preservarem a dignidade humana.

Se a Alta Autoridade para a Comunicação Social se revelou incapaz de travar sucessivos abusos de certas emissões televisivas, o Governo tentou, no segundo semestre de 2003, controlar a oferta televisiva, criando uma nova Lei de Televisão (Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto) que apresentava obrigações genéricas para todos os canais e uma nova regulação, em matéria de conteúdos. De acordo com o artigo 24.º, nenhum operador deve permitir a emissão, em sinal aberto, de programas que coloquem em causa os direitos fundamentais do indivíduo, que contenham pornografia, que incitem à violência gratuita, ao ódio, ao racismo e à xenofobia. Essas obrigações são retomadas no artigo n.º 30 que obriga os canais de TV a adoptarem uma 'ética de antena'.

²⁵ *Público*, 19 de Setembro de 2001.

Este novo enquadramento legal do audiovisual – que reforça ainda o regime sancionatório aplicável à actividade televisiva – não impediu, no entanto, os canais televisivos de continuarem a promover uma programação que vinha sendo adoptada desde Setembro de 2000, ou seja, com um entretenimento que atentava contra a dignidade das pessoas e com uma informação demasiado sensacionalista e com fronteiras ténues em relação ao registo da ficção.

3. Uma nova era para o audiovisual: a ‘pós-neotelevisão’

Ainda que em alguns textos publicados na imprensa se encontrem elementos que situam a actual oferta televisiva numa tendência que ultrapassa uma ou outra emissão específica – é o caso dos artigos do crítico de Televisão Eduardo Cintra Torres²⁶ publicados na coluna ‘Olho Vivo’ do jornal *Público* –, a verdade é que a maior parte dos argumentos apresentados está demasiado presa a aspectos conjunturais. Talvez fosse produtivo articular este novo rumo da programação televisiva com tendências de fundo quer do audiovisual, quer da sociedade. Percorrendo alguma da literatura produzida nos últimos anos por investigadores que desenvolvem o seu trabalho no campo televisivo, encontramos pistas que julgamos útil reter para perceber melhor a evolução que a programação tem vindo a tomar. Eliseo Veron, François Jost, Serge Tisseron, Michel Maffesoli e Eva Aladro são alguns dos estudiosos que escreveram sobre as ‘novelas da vida real’, tipo ‘Big Brother’. Em todos eles sobressai um discurso que reconhece quase como inevitável este tipo de programação. Como se correspondesse a um certo *air du temps*.

Na sequência do surgimento de novos *reality shows* tipo ‘Big Brother’, Eliseo Veron (2001) veio acrescentar uma nova fase à dupla periodização proposta por Umberto Eco²⁷, dando outra leitura aos conceitos de ‘paleotelevisão’ e de ‘neotelevisão’. Na sua perspectiva, a televisão generalista foi, desde sempre, construída a partir do ‘contacto’ que se dá através da relação do olhar, recusando, por isso, as visões de Eco que vê aí a singularidade da ‘neo-TV’ e as de Casetti e Odin que associam à ‘paleo-TV’ certos ‘contratos de comunicação’ como um vector distintivo. Para Eliseo Veron, o que permite diferenciar as etapas da televisão generalista ‘são os interpretantes que caracterizam os contratos de comunicação e não o laço estrutural que passa sempre pelo contacto indicial’. Assim, na fase inicial, o interpretante fundamental era fornecido por um ‘contexto sócio-institucional extra-televisivo’ (o Estado-Nação), sendo o

²⁶ É de sua autoria o livro *Reality Shows: Ritos de passagem da sociedade do espectáculo* (Coimbra: Minerva, 2002). Aí, reúnem-se alguns artigos publicados na sua coluna semanal do *Público*.

²⁷ Num artigo intitulado ‘A transparência perdida’, Umberto Eco assinala dois períodos distintos no audiovisual: a ‘paleotelevisão’, a do tempo do monopólio; e a ‘neotelevisão’, a da era da desregulamentação. Esta designação é retomada por vários teóricos, principalmente em Itália com os trabalhos de Francesco Casetti e Roger Odin (1990), de Sandra Cavicchioli e Isabella Pezzini (1993) ou de Maria Pia Pozzato (1995).

contrato de comunicação consubstanciado através da metáfora da ‘janela’. Ao interpretante-nação correspondia, ao nível da recepção, um interpretante-cidadão, que absorvia o que lhe era proposto pela grelha televisiva, construída segundo uma lógica que escapava ao próprio *medium*. Na segunda fase, a televisão afasta-se do plano político, tornando-se, ela própria, a ‘instituição-interpretante’, resultando, daqui, uma visibilidade crescente das estratégias enunciativas. A passagem do século trouxe, na opinião de Eliseo Veron, um novo modo de encarar a enunciação televisiva. Aqui, ‘o interpretante dominante consiste numa configuração complexa de colectivos definidos como exteriores à instituição televisão, atribuídos ao mundo não-mediatizado do destinatário’, representando os novos *reality-shows* (tipo ‘Big Brother’) programas de base deste novo contexto de mudança de paradigma. Pela primeira vez na sua história, a TV integraria no ecrã o processo de mediatização do qual ela é a fonte e o principal actor, concedendo à realidade extra-mediática quotidiana, na qual se movimentam os receptores, um espaço estratégico tão importante como aquele que se encontra dentro do pequeno ecrã. Nas palavras de Eliseo Veron, este tipo de programa ‘coloca em cena uma semiótica do laço social quotidiano extra-mediático’, através do qual se completa aquilo que o programador planeou. Nesta fase, a programação fica em aberto, dando-se aos receptores o poder de decidirem o desfecho dos programas. Veron pensa que esta será a última etapa da TV generalista.

François Jost utiliza a imagem para, através dela, falar da evolução da comunicação televisiva. ‘Da imagem-espírito dos anos 50 passa-se para a imagem-corpo dos nossos magazines da actualidade’, escreve em *La Télévision du quotidien* (2001: 74). Esta mudança mistura-se com outras de idêntica natureza: ‘a câmara já não é um pássaro que desliza na superfície do mundo, mas um peixe que emerge no meio daqueles de quem capta a vida’ (2001: 74). Faltará aqui a referência a uma terceira etapa, apenas aludida na conclusão do livro, quando o autor enfatiza a actual necessidade (de quem produz e de quem vê televisão) de ‘tocar o vivido’. Na sua perspectiva, é aí que a imagem ‘encontra o seu pleno valor de índice’. No ano seguinte, no livro dedicado ao ‘Loft Story’, há outro espaço para falar no novo patamar da comunicação televisiva: aquela que é inaugurada por programas que misturam imagens reais e fictícias, que apagam as fronteiras que separam os programas da publicidade. Percorrendo caminhos diferentes de Eliseo Veron, François Jost também vê no surgimento dos chamados ‘programas da vida real’ a emergência de uma nova fase da televisão. A eles dedica um livro que intitula *L’Empire du loft*, escrevendo aí que esse tipo de emissão ‘aparece na convergência de três modos: o da autenticidade, aberto pelos *reality show*; o ficcional das *sitcoms*; e o do lúdico’ (Jost, 2002: 70). Na sua perspectiva, ‘o loft é um catálogo de todos os sucessos televisivos da última década’ (2002: 105), mas com efeitos que nenhuma outra emissão alcançou. Afirmando que ‘o programa é ele próprio a publicidade’,

Jost (2002: 130) vê nos novos códigos estruturantes desse formato o esbati-mento da fronteira que separava o campo publicitário dos programas televisivos. A sua posição marcadamente semiótica é influenciada pelas apreciações de natureza sociológica e cognitiva de Serge Tisseron que, no ano anterior, havia publicado *L' Intimité surexposée*. Nesse livro, o psicanalista (2001: 76) assinala a passagem para um novo período da história da intimidade. Para trás, ficavam duas etapas distintas. A primeira, onde 'a individualidade e a interioridade apareceram como um luxo dos privilegiados enquanto a maioria tinha de seguir a exigência do grupo', e uma segunda, onde se 'exaltou a individualidade de um grande número de pessoas'. Actualmente, a intimidade situar-se-ia onde cada um deseja que ela esteja. Seria este um outro modo de vivermos o dia-a-dia, tendo esta alteração comportamental profundas influências no modo como a televisão organiza a sua comunicação.

Reconhecendo, também, que entramos com os novos *reality shows* numa nova fase da televisão – a que chama de 'televigilância' –, Eva Aladro (2000) encara a actual enunciação televisiva a partir de um triângulo composto pelo 'público', 'participantes dos programas' e 'criadores da situação televisiva', sendo comum a todos eles o traço do 'poder de observação'. Significa isso que a televisão constrói-se dentro e fora do pequeno ecrã. Ao contrário de Veron, Aladro tenta equilibrar a força de cada um destes três ângulos. Se o 'interpretante-telespectador' está dotado de capacidade para escutar, opinar e decidir o rumo dos programas televisivos, os participantes das emissões actuam sempre uns sobre os outros, construindo um enredo que se pretende autêntico, apesar de existir sobre ele um importante trabalho aos níveis da pós-produção, realização e edição de imagens que condiciona aquilo que se vê. Todos vigiam todos, sendo o pequeno ecrã uma espécie de ponto de encontro entre estes diferentes actores. Como se cada um precisasse de imagens construídas pelo outro para continuar o seu quotidiano. Tal como acontece na vida real. Referindo-se ao formato 'Big Brother', Eva Aladro assinala que, quando saem da 'Casa', os concorrentes são confrontados com uma entrevista para contarem o que aconteceu dentro de um espaço que foi permanentemente vigiado por câmaras. Embora seja tudo transparente e a visibilidade absoluta, parece que os telespectadores não viram tudo. 'Na realidade, não viram', assegura a investigadora que, com base nisso, avança para aquilo que pensa ser um dos pontos ressaltados por este formato: a importância do discurso como âncora daquilo que se vê. Na verdade, em torno das imagens das novelas da vida real, há uma interacção contínua, incluindo-se, nessa 'conversa', os telespectadores a quem são proporcionados múltiplos acessos de diálogo (televoto, mensagens de *email*, fóruns em *chats*...), que permitem aquilo que se considera ser 'uma autêntica sensação de partilhar experiências alheias'. E partilha-se o quê? A vida que ali é dada em directo, através de comportamentos aparentemente anódinos. Também é assim que se constrói o quotidiano. Aladro vê neste tipo

de programação 'o começo de uma televisão baseada na complexidade do ser humano', constituindo-se este tipo de formato como um espaço que 'proporciona novas possibilidades de discussão colectiva sobre as relações sociais'.

É também como uma metáfora da vida de todos os dias que Michel Maffesoli encara os novos *reality shows*. Todos nós existimos pelo e sob o olhar de alguém e é isso que estrutura os formatos tipo 'Big Brother'. Referindo-se à versão francesa do Grande Irmão, o sociólogo defende que o programa 'põe em cena a «perda» do indivíduo racional numa entidade que o ultrapassa' (2003: 101). Na sua perspectiva, 'o sufocamento suscitado por esta partilha dos afectos e a obscuridade que isso induz são instrutivos. Eles lembram, simplesmente, que o «plural» na natureza humana é uma realidade empírica de antiga memória' (2003: 102). Eduardo Cintra Torres (2002) fala desta nova programação como uma espécie de 'ritos de passagem da sociedade do espectáculo' que é a nossa.

Não são pacíficas as teses que vêem na televisão um reflexo daquilo que lhe é exterior e, simultaneamente, um momento de dar novo impulso a tendências embrionárias que fervilham na rede societal. Onde Maffesoli insiste em ver aspectos positivos, outros constroem, a partir daí, uma argumentação exactamente contrária. Como o filósofo Gustavo Bueno, que qualifica este tipo de oferta televisiva como 'o protótipo da obscenidade' (2002: 123-127). Maffesoli considera que é exactamente isso que hoje retorna ao 'primeiro plano da cena social'. Dentro e fora do pequeno ecrã. Na sua perspectiva, esse 'lixo que se teria de esvaziar ou esconder é igualmente um elemento da realidade que, com alguma insolência e com desenvoltura face aos conformismos de pensamento, dá a ver cruamente. Exprimindo-se, essa parte obscura relativiza a nossa pretensão a dominar a natureza. E incita, sobretudo, a conciliar-se com ela' (2003: 164). Quanto às críticas que censuram a televisão por avançar muito em direcção aos territórios da intimidade, o sociólogo do quotidiano defende que aquilo que 'no burguesismo moderno se podia viver por detrás do muro da vida privada torna-se, a partir de agora, num elemento de vínculo social', criando 'múltiplas tribos que se reúnem graças às redes do ecrã' (2003: 164). Talvez parte destes argumentos suscite reservas, mas estes enquadramentos têm a vantagem de pensar a televisão inserindo-a num tempo que é o nosso. No início do século XXI, a enunciação televisiva é substancialmente diferente daquela que foi construída na segunda metade do século XX. Talvez porque, acima de tudo, também o quotidiano sofreu profundas alterações. A aceitarmos isso, as justificações para este novo rumo do audiovisual não podem apenas estar dentro do pequeno ecrã, nem tão-pouco circunscritas ao campo televisivo. Estão também na sociedade. E é sobretudo isso que convém não perder de vista.

4. Algumas notas sobre as mudanças e os desafios do jornalismo televisivo

Poder-se-ia afirmar que as ‘novelas da vida real’ revolucionaram a programação. A de entretenimento e a informativa. Até certo ponto, isso era inevitável. A oferta televisiva como uma realidade composta por elementos específicos (os programas) inseridos num ‘macrodiscurso global’ (a grelha) é uma perspectiva adoptada por vários teóricos, segundo os quais uma emissão é sempre condicionada pelos programas que lhe são contíguos e, acima de tudo, pela política editorial da respectiva estação. Porque ocuparam um grande espaço no interior das grelhas, talvez os novos *reality shows* emitidos pelos canais privados tivessem sido os que mais influenciaram os restantes conteúdos televisivos. Os enredos desses formatos entraram noutros programas, deram origem a emissões especiais, tornaram alguma da ficção nacional semelhante a si e misturaram aquilo que é intrínseco ao entretenimento com aquilo que é idiossincrático ao jornalismo. Os jornalistas criaram peças sobre as novelas da vida real e os que estavam envolvidos na produção desses *reality shows* fizeram aquilo que se pretendia que fossem reportagens sobre os respectivos concorrentes. Como se os noticiários passassem a ser um tempo de descontração e as emissões de entretenimento um momento de informação. Valorizando a ligação directa a factos cujas causas e consequências ainda estão por apurar, insistindo em assuntos quotidianos anódinos e privilegiando fontes anónimas que falam em registos emotivos, os noticiários distinguem-se cada vez menos das ‘novelas da vida real’.

Num tempo de ‘macdonalização do sistema audiovisual’ (Blanco Sampedro, 2003), a televisão parece exibir-se e promover-se a si própria, prescindindo do contacto com o mundo exterior. ‘Tele-realidade’, ‘tele-verdade’ ou ‘espectáculo do real televisivo’ assumem-se como conceitos recorrentes para falar da TV actual, onde a verdade dos enunciados cede lugar à verdade da enunciação. O visível sobrepõe-se ao inteligível, o emocional ao racional. Mas, como lembra Régis Debray (1994), ‘ver’ não é sinónimo de ‘entender’. É exactamente a partir deste postulado que a informação televisiva deve procurar espaço para recuperar o terreno perdido nestes últimos anos. Percorrendo o horário nobre dos canais generalistas portugueses desde Setembro de 2000, reparamos que os programas de informação semanal foram desaparecendo das estações privadas. Serão os telejornais suficientes para perceber o que se passa de mais importante? Constituindo-se como fragmentos da actualidade, as respectivas peças noticiosas terão capacidade de nos situar na complexidade daquilo que nelas é sumariamente relatado?

Por outro lado, ao integrar no alinhamento dos noticiários reportagens sobre as ‘novelas da vida real’, os respectivos editores, para além de promoverem

uma confusão entre o real e a ficção, contribuíram para acentuar a miopia do sistema informativo em relação à dinâmica social. Já sabemos que a actualidade noticiosa é sempre uma selecção de acontecimentos, mas convém que o filtro por onde passam os factos que acedem à visibilidade mediática reflecta o mundo onde nós vivemos e não apenas o universo televisivo, fazendo-nos crer que nada mais se passa para além daquilo que é criado no pequeno ecrã. Também os avanços que o jornalismo televisivo tem feito em relação aos territórios do privado levantam a questão de saber se essa aparente transparência nos confere maior proximidade àquilo que se passa. Nem sempre o excesso de luz permite a melhor visibilidade, o que valoriza o discurso enquanto âncora imprescindível para perceber aquilo que se vê. Mas é exactamente essa atracção pela hipervisibilidade, desligada de qualquer contextualização, que a TV tem vindo a promover. E que o jornalismo televisivo não tem sido capaz de travar, procurando outras formas de explicar a realidade que ultrapassem a hipertrofia representativa, que resulta de uma cultura assente na velocidade da imagem e na escassez da palavra.

Nestes últimos anos, foram muitos os que, em conferências, em artigos de jornais ou em revistas científicas, se opuseram ao actual rumo do audiovisual. Das novelas da vida real, falou-se em ‘atentados contra a privacidade’ ou de ‘conteúdos abjectos’. Da informação, aludiu-se à ‘falta de rigor’ ou ao ‘sensacionalismo’. Argumentos de quem ambicionava outra oferta televisiva, principalmente um jornalismo com mais qualidade e com menos dependências de vária ordem. Os responsáveis pelos canais de televisão, nomeadamente privados, defenderam-se das críticas, contrapondo os altos índices de audiências atingidos pelas emissões alvo de maiores críticas. Era como se, de um lado, estivesse uma elite que pretendia uma televisão de minorias e, do outro, as massas que reclamavam uma TV democrática, ou seja, para a maioria. A Alta Autoridade para a Comunicação Social tentou fazer aquilo que lhe competia: travar os avanços dos conteúdos televisivos. Nunca o conseguiu. Na verdade, os novos *reality shows* só vieram comprovar o que todos pressentiam há muito: no audiovisual a oferta é determinada pelas leis do mercado. No entanto, uma televisão não pode – não deve! – estar apenas submetida a condicionamentos económicos, sob pena de se reproduzir sempre mais do mesmo e cada vez pior. Pela nossa parte, pensamos que os espaços informativos poderão ser uma alavanca fortíssima para restituir qualidade à oferta televisiva e para conferir ao espaço público contemporâneo uma nova vitalidade.

Reflectindo sobre o jornalismo no século XXI, José-Luís Martínez Albertos (1999) afirma que ‘a possível sobrevivência do jornalismo está em grande parte condicionada pela valorização da actividade jornalística como profissão’, devendo esse trabalho assentar em dois pilares: assumir-se como um direito público e ser regulado por exigências éticas criadas pelos próprios profissio-

nais. Seria utópico reclamar um jornalismo televisivo como aquele que era praticado ainda num passado recente. Vivemos um tempo diferente. Um tempo em que a vida pública se mistura com o espaço privado e em que a intimidade é exposta como se de um assunto social se tratasse. Um tempo em que nos construímos não só através de discursos racionais, mas em que nos percebemos, a nós e aos outros, através de registos emotivos. Mais do que modos de pensar, procuramos modos de sentir. Neste contexto, a informação televisiva vê-se perante o desafio de renovar os seus códigos de enunciação televisiva. Nos últimos anos, optou-se pelo caminho mais fácil. E mais perigoso. Rasgaram-se os limites da intimidade, promoveu-se o voyeurismo, criaram-se ‘pseudo-notícias’ e instalou-se uma espécie de ‘jornalismo de causas’, subserviente às leis do mercado, perdendo de vista o ‘bem comum’.

Se hoje insistirmos em manter o jornalismo televisivo como um campo social autónomo, de que práticas e de que valores poderemos falar? Será que ainda faz sentido haver redacções com profissionais formados em jornalismo? Será que necessitamos hoje de jornalistas que privilegiem factos de interesse público, que promovam um debate social pluralista e igualitário, que procurem informação junto de fontes credíveis, que respeitem o princípio do contraditório...? Será que queremos apenas divertir-nos, quando ligamos a TV? Será que não nos fará falta uma informação que seja simultaneamente de interesse do público, mas também de interesse público? Se as respostas parecem óbvias, não serão paradoxais as opções que os responsáveis pela programação dos canais generalistas promoveram entre Setembro de 2000 e Dezembro de 2003?

Cronologias

- 03.09.2000 Antestreia, na TVI, do ‘Big Brother’ que registou 42,4% de *share*.
- 04.09.2000 Acompanhando a estreia do ‘Big Brother’, a TVI renova-se graficamente e apresenta, a partir desta data, uma nova informação diária às 13h00 e às 20h00.
- 3-4.09.2000 A SIC exhibe, em horário nocturno, uma série de reportagens sobre a saúde inseridas numa emissão especial intitulada ‘Isto é um Escândalo’.
- 16.10.2000 A RTP reformula o cenário e o grafismo do ‘Telejornal’ e do ‘Jornal da Tarde’.
- 30.12.2000 Termina a 1.^a edição do ‘Big Brother’, que deu à TVI um *share* de 75%.
- 20.01.2001 Estreia, na SIC, ‘Acorrentados’. A primeira emissão regista um *share* de 31,3%. A TVI contrapõe ‘Jardins Proibidos’, que reúne *share* de 48,8%.

- 21.01.2001 Estreia na TVI do BB2.
- 12.02.2001 Estreia na SIC 'Noites Marcianas'. O tema do primeiro programa é a pornografia em Portugal. Na TVI, o 'Especial Informação' é dedicado ao erotismo.
- 13.05.2001 Estreia, na SIC, 'O Bar da TV', produzido por Ediberto Lima, 28,9% de *share*.
- 15.05.2001 Transmissão em directo da conversa de Margarida com os pais no 'Bar da TV', alegadamente sem autorização para tal por parte dos intervenientes.
- 20.05.2001 Última emissão da 2.ª edição do BB, que reúne 43,4% de *share*.
- 16.05.2001 Emídio Rangel assume o cargo de director-geral coordenador de conteúdos dos vários canais da SIC, deixando de ser director de programação e de informação.
- 20.05.2001 Estreia, na SIC, 'Jerry Springer Show'.
- 02.09.2001 Começa o BB3 e, no acesso ao horário nobre, estreia a novela 'Anjo Selvagem'.
- 03.09.2001 Estreia, na SIC, 'Confiança Cega', registando um *share* de 24,5%.
- 07.09.2001 Emídio Rangel rescinde o contrato que o vinculava à SIC e abandona a estação.
- 14.09.2001 José Rodrigues dos Santos demite-se do cargo de director de informação na sequência de notícias que anunciam Emídio Rangel para director-geral da RTP.
- 20.09.2001 Emídio Rangel assina com a RTP um contrato para director-geral da empresa de serviço público de televisão.
- 06.10.2001 Estreia, na TVI, 'Survivor'.
- 06.10.2001 A SIC renova a sua imagem gráfica.
- 21.01.2002 Estreia, na SIC, 'Informação da Manhã', apresentada por Bento Rodrigues.
- 22.01.2002 Estreia, na SIC, a 3.ª edição de 'Ficheiros Clínicos'.
- 23.01.2002 A Media Capital compra 45% do grupo Nicolau Breyner Produções (NBP).
- 24.01.2002 Estreia, na SIC, 'Hora Extra'.
- 28.01.2002 A RTP renova o grafismo e a cenografia, apresentando uma nova estratégia para a informação.
- 09.02.2002 Estreia, na TVI, 'A Ilha da Tentação', apresentada por Carlos Ribeiro.
- 10.02.2002 Estreia, na RTP, 'Operación Triunfo', na versão espanhola, um formato produzido pela Gestmusic.
- 04.03.2002 Com a apresentação de Marisa Cruz e Herman José, estreia, na SIC, o *reality show* da Endemol 'Master Plan'.

- 22.03.2002 Presidido por Almerindo Marques, o novo conselho de administração da RTP entra em funções, substituindo a equipa dirigida por João Carlos Silva.
- 23.07.2002 Última gala de 'Academia de Estrelas' da TVI.
- 29.08.2002 Emídio Rangel aceita uma rescisão amigável do contrato que o ligava à RTP.
- 08.09.2002 Começa, na TVI, o 'Big Brother dos Famosos', atingindo o *share* de 49,2%.
- 06.10.2002 A SIC renova o grafismo, os genéricos e os cenários da informação.
- 05.11.2002 Arranca, na TVI, a 2.^a edição do 'Big Brother dos Famosos'.
- 16.02.2003 Estreia, na RTP, a versão portuguesa de 'Operação Triunfo', produzida pela Gestmusic e apresentada por Catarina Furtado.
- 20.05.2003 Projecto de Lei da Televisão é aprovado pelo Governo.
- 31.08.2003 Estreia, na TVI, mais uma edição do 'Big Brother'.
- 05.09.2003 Estreia, na SIC, de 'Ídolos'.
- 28.09.2003 Estreia, na RTP, a segunda edição da 'Operação Triunfo'.
- 27.10.2003 Estreia, na TVI, 'O Diário da Manhã', um magazine que vai para o ar das 7h30 às 10h00 e que é apresentado por Júlia Pinheiro e Henrique Garcia.

Bibliografia

- Aladro, Eva (2000) 'De la telenovela à la televigilancia. «Gran Hermano» y la nueva era del perspectivismo relacional en la televisión'. *Cuadernos de Información y Comunicación*, n.º 5, Universidade Complutense de Madrid.
- Bueno, Gustavo (2002) *Telebasura y Democracia*, Barcelona: Grupo Zeta.
- Blanco Sampedro, Víctor (2003) 'La McTele como industria de identidades lucrativas y de consumo. Análisis de Gran Hermano y Operación Triunfo' in Blanco Sampedro, Víctor (ed.) *La Pantalla de las Identidades*: Icaria.
- Debray, Régis (1994) *Vie et mort de l'Image*: Gallimard.
- Eco, Umberto (1993) *Viagens na Irrealidade Quotidiana*: Difel.
- Jost, François (2001) *La Télévision du quotidien: Entre réalité et fiction*, Bruxelles: De Boeck Université.
- Jost, François (2002) *L'Empire du loft: La Dispute*.
- Lopes, Felisbela (2000) 'O panorama audiovisual português: O passado recente e o futuro próximo'. 4.º Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, S. Vicente, Brasil, 19-22 de Abril.
- Lopes, Felisbela (2001) 'As políticas, as estratégias e as táticas do *prime-time* do PAP', I Congresso Ibérico de Comunicação, Málaga, Espanha, 7-9 de Maio.

- Lopes, Felisbela (2004) 'Big Brother: um género que mapeou a informação televisiva', II Congresso Ibérico de Comunicação, Universidade da Beira Interior, 23-24 de Abril.
- Maffesoli, Michel (2003). *Entre o Bem e o Mal: Compêndio de subversão pós-moderna*: Edições Piaget.
- Martinez Alhertos, José-Luis (1999) 'El Periodismo en el siglo XXI: mas allá del rumor y por encima del caos', *Estúdios sobre el Mensaje Periodístico*, n.º 5.
- Martins, Margarida (2003) 'Ética e informação na TVI', Tese de Mestrado apresentada na Universidade Católica (texto policopiado)
- Pinto, Manuel (dir.) (2000) *A Comunicação em Portugal: 1995-1999 – Cronologia e leitura de tendências*, Coleção Comunicação e Sociedade: Universidade do Minho.
- Rey Morató, Javier (1998) *El Naufragio del Periodismo en la Era de la Television*, Madrid: Fragua.
- Tisseron, Serge (2002) *L'Intimité surexposée*: Ed. Ramsay.
- Torres, Eduardo Cintra (2002) *Reality Shows: Ritos de passagem da sociedade do espetáculo*, Coimbra: Minerva.
- Veron, Eliseo (2001) 'Les publics entre production et réception: problèmes pour une théorie de la reconnaissance', Conferências da Arrábida, 27 a 31 de Agosto (texto policopiado).

Deliberações da Alta Autoridade para a Comunicação Social

24 de Outubro de 2000

16 de Maio de 2001

1 de Fevereiro de 2003

Artigos publicados em jornais:

- Azinhiera, Nuno (2002) 'Dono da TVI assume que canal faz «informação tablóide»', texto da Agência Lusa *in Público* (08-04-2002).
- Cardoso, Gustavo (2001). 'Os novos gladiadores televisivos'. *Público* (19-05-2001).
- Chaparro, Manuel Carlos (2001) "O Bar" não é um caso de ética, mas de impunidade', *Ribatejo* (24-05-2001).
- Cunha, Patrícia M & Brito, Paula (2001) 'Televisões – Regulação: Pacto entre canais à espera até dia 19', *Diário Económico* (08-06-2001).
- Eduardo Cintra Torres (2002) 'Plano de Mestre para descaracterizar a TV', *Público* (10-06-2002).
- Dias Felner, Ricardo (2000) 'Quando o Big Brother bate Mário Soares', *Público* (11-11-2000).
- Fernandes, José Manuel Fernandes (2001) 'Abjecção absoluta', *Público* (17-05-2001).
- Francisco, Susete (2001) 'O melhor ano de sempre', *Diário de Notícias* (17-01-2001).
- Francisco, Susete (2001) '«Expulsões» nos bastidores', *Diário de Notícias* (26-05-2001).
- Lima, José António (2001) 'Esta televisão prejudica gravemente a saúde', *Expresso*, edição *on-line* (17-05-2001).

- Lima, Pedro; Rodrigues, Sofia (2001) 'A PT está a subsidiar a SIC', *Público*, suplemento de Economia (29-01-2001).
- Lopes, Maria (2001) 'Ediberto sai em guerra aberta', *Público* (26-05-2001).
- Lopes, Maria (2001) 'Auto-regulação da TV já tem acordo', *Público* (19-09-2001).
- Lourenço, Eunice (2001) 'Violação da privacidade: SIC pode ser suspensa', *Público* (17-05-2001).
- Madrinha, Fernando (2001) 'A televisão será o espelho do país?', *Expresso* (19-05-2001).
- Margato, Dina & Girão, João (2001) 'Soldadinho de chumbo', *Jornal de Notícias* (30-06-2001).
- Monteiro, Henrique & Santos, Nicolau (2001) 'Entrevista a Francisco Pinto Balsemão', *Expresso* (02-06-2001).
- Paquete de Oliveira (2000) 'A força de um pontapé', *Jornal de Notícias* (21-10-2000).
- Pacheco Pereira, José (2001) 'Por que razão se sabe tão pouco sobre o Big Brother?', *Público* (04-04-2001).
- Rodrigues, Sofia (2000) 'Mais «novela real»', *Público* (03-11-2000).
- Santos Silva, Augusto (2000) 'O vale-tudo no *prime time*', *Expresso* (28-10-2000).
- Vicente, António Pires (2001) 'Ninguém faz críticas aos jornalistas', *Jornal de Notícias* (08-01-2001).

A Casa Pia e a imprensa: jornalistas em acto de contrição A impiedade das críticas ou auto-regulação?

Madalena Oliveira

Resumo: Apesar de terem sido considerados por Dominique Wolton como os heróis da modernidade, os jornalistas foram, na mediatização do escândalo de pedofilia que sacudiu Portugal e os portugueses, eles frágeis do debate público em torno do seu desempenho. Esperava-se que a primeira palavra que lhes fosse dirigida fosse de louvor, mas os primeiros dias de vida pública do escândalo foram de duras reprimendas. A cobertura jornalística do caso Casa Pia valeu aos jornalistas uma condenação no altar do sacrifício, onde foram imolados como cordeiros, em nome da denúncia de crimes que atentam contra a dignidade humana. Do debate restou o redimensionamento de questões como a relação entre Justiça e Comunicação Social, limites à liberdade de imprensa e sigilo profissional.

Introdução

No Verão de 1996, um escândalo de pedofilia abalou a Bélgica e uniu a sociedade daquele país no luto pela morte chocante de quatro crianças. Os acontecimentos, que na comunicação social ganharam a etiqueta de ‘Affaire Dutroux’, inflamaram os ânimos e exaltaram as emoções em todos os *media*. No Outono de 2002, um outro escândalo de pedofilia carregou Portugal de angústia e reuniu a sociedade portuguesa num quase generalizado sentimento de indignação. Os acontecimentos, que nos *media* portugueses deram lugar ao caso Casa Pia, abrasaram o génio popular e provocaram uma agitação mediática, diríamos, sem precedentes no nosso país.

Um e outro escândalo animaram entre académicos, profissionais dos *media*, políticos e críticos um debate em torno do papel e dos modos de agir do jornalismo. Questões como a proximidade, a exactidão, o sensacionalismo, a distinção entre informação e comentário puseram o jornalismo e os jornalistas

tas na ribalta das atenções, tornando-os, por momentos, notícia e objecto do próprio discurso.

O tratamento informativo do caso Casa Pia serviu de pretexto, tal como tinha servido também o do ‘Affaire Dutroux’, à questionação total do jornalismo. Nele se explicitaram os desígnios e a perversidade do poder dos jornalistas. A propósito deste escândalo, voltou para a ordem do dia a discussão acerca da legitimidade do jornalismo. O debate fez-se na Assembleia da República, nos discursos políticos, na praça pública e nos próprios meios de comunicação social. Todos falaram do jornalismo e dos jornalistas, ora como heróis ora como falhados e usurpadores do poder que tacitamente todos lhes concedemos. Sob o olhar atento de críticos e analistas dos *media*, os jornalistas sentaram-se no banco dos réus, submetendo-se à apreciação do colectivo dos receptores das suas mensagens.

Acharam-se, com surpresa, sujeitos à crítica e observação que estavam habituados a exercer apenas sobre os outros agentes sociais. Mas, também é verdade que, como o reconheceu com pertinência Mário Mesquita, num texto em que se refere ao metajornalismo como um processo de auto-regulação, se compreenderia ‘mal que o jornalismo e os jornalistas fossem as únicas entidades ou pessoas a escapar à vigilância crítica dos *media*’¹.

Da nuvem de chumbo² que se abateu sobre Portugal...

Em Julho de 1981, uma reportagem do semanário *Tal & Qual* podia ter feito estremecer Portugal inteiro. No entanto, o título ‘Prostituição masculina tinha mercado na Casa Pia’ passou despercebido e o assunto não durou mais do que a própria edição daquele dia 11 de Julho. Nem mesmo o subtítulo ‘Senhores iam lá abastecer-se de miúdos’ foi, naquela altura, suficientemente forte para antecipar a tempestade que, 21 anos depois, reuniu os portugueses no julgamento público de alegados pedófilos. A investigação do jornalista Luís Marques, que procurou as justificações para a substituição de Peixoto Simões na Provedoria da Casa Pia na semana anterior, perdeu rapidamente o fôlego, tendo sido ignorada por todos os outros meios de comunicação social. O assunto adormeceu por mais de duas décadas, até que, em 2002, novos factos deram aos jornalistas o mote para retomar a investigação do jornal *Tal & Qual*.

Ao contrário do sucedido em 1981, a reportagem noticiada pela SIC, no dia 22 de Novembro de 2002, e publicada no semanário *Expresso*, no dia seguinte,

¹ Mário Mesquita, ‘Metajornalismo ou auto-regulação informal?’, in *Revista Jornalismo & Jornalistas*, n.º 7 – Julho/Setembro de 2001, pp. 14-16.

² A expressão é aqui tomada de empréstimo do título do livro de Nuno Ivo e Óscar Mascarenhas sobre *O Processo Casa Pia na Imprensa*.

com a assinatura de Felícia Cabrita³ propaga-se rapidamente a todos os outros órgãos de comunicação social, fazendo adivinhar que o assunto ‘ia tornar-se o acontecimento mais marcante do ano’ (Ivo, 2003:19). O título ‘Pedofilia sem castigo’, amplificado pela televisão e pelo seu efeito aglutinador, desperta os portugueses para o crime que todos ignoraram durante mais de vinte anos.

Cinco dias depois, um novo trabalho de investigação, desta vez da revista *Visão*, intitulado ‘Pesadelo escondido’⁴, acrescenta mais alguns dados, nomeadamente no que concerne a datas e a registos documentais de acusações anteriores de abuso sexual na instituição, envolvendo sempre a figura do funcionário Carlos Silvino. Conhecido a partir da sua detenção em 25 de Novembro de 2002 como ‘Bibi’, Carlos Silvino é acusado por Teresa Costa Macedo, ex-secretária de Estado da Família, em declarações à jornalista Felícia Cabrita, de ser ‘o principal agenciador de crianças para as pessoas ilustres’⁵ de Portugal. A afirmação retomada numa intervenção na televisão no dia seguinte ganha contornos polémicos no momento em que a ex-secretária de Estado que tutelou a instituição Casa Pia acrescenta estar-se perante uma rede de pedofilia de luxo que envolve políticos, diplomatas, jornalistas e nomes importantes.

Duas semanas depois do primeiro trabalho, Felícia Cabrita dá conta de novas pistas⁶, baseadas em testemunhos que levam a crer que a rede de pedofilia pode ter conexões com casos noutras instituições como a Casa do Gaiato e algumas escolas secundárias. Até ao final do ano de 2002, a comunicação social acrescenta diariamente novas revelações, mantendo o assunto na agenda da atenção nacional.

Em termos mediáticos, o caso Casa Pia consegue novo pico de audiências, no dia 31 de Janeiro, um dos mais compridos do processo, resultando na detenção do ex-advogado de Carlos Silvino, Hugo Marçal⁷, do médico Ferreira Diniz e, para espanto de todos os portugueses, de Carlos Cruz, que em 28 de Novembro se tinha manifestado nos três telejornais da noite das televisões portuguesas (RTP, SIC e TVI), estupefacto pelo envolvimento do seu nome no processo de pedofilia. No dia seguinte, 1 de Fevereiro, a TVI emite uma reportagem com depoimentos de dois jovens anónimos que envolvem nas acusações o nome dos três detidos. Os dias seguintes são de publicação de pormenores, de pequenos detalhes da investigação e da revelação de motivos que conduziram à detenção sobretudo de Carlos Cruz. Até ao final de Março de 2003, os *media* dão conta quase diariamente de notícias e *fait-divers* relativos à existência de vídeos e fotos, de novos testemunhos e da existência de um eventual sócia de Carlos Cruz.

³ ‘Pedofilia sem castigo’, in *Expresso* de 23 de Novembro de 2002.

⁴ ‘Pesadelo escondido’, in *Visão* de 28 de Novembro de 2002. Trabalho assinado por Paulo Chitas e Ricardo Fonseca.

⁵ In *Expresso* de 23 de Novembro de 2002.

⁶ ‘Polícia com novas pistas’, in *Expresso* de 7 de Dezembro de 2002.

⁷ Hugo Marçal foi, porém, libertado mediante o pagamento de uma fiança.

No início de Abril, uma nova detenção dá novo fôlego ao processo nos jornais, a que se juntou a euforia das rádios e das televisões. Manuel Abrantes, ex-provedor adjunto da Casa Pia, é detido preventivamente no dia 1, depois de ter sido submetido a interrogatório. Mas os dias seguintes são, de novo, de grande protagonismo para Carlos Cruz. O ex-apresentador de televisão faz chegar ao *Diário de Notícias* e à TSF⁸ uma carta em que afirma que os testemunhos que conduziram à sua prisão preventiva são falsos, mentirosos e não credíveis. A comunicação social explora a carta até à exaustão, chegando-se ao extremo de estações de televisão fazerem emissões e reportagens da própria emissão da TSF.

Até ao fim de Maio de 2003, a história da Casa Pia escreve-se com mais algumas detenções preventivas, nomeadamente a de Hugo Marçal, a do ex-embaixador Jorge Ritto e, de novo para espanto de todos os portugueses, do deputado socialista Paulo Pedroso⁹. No dia 30 de Maio, Herman José é ainda constituído arguido do processo. O Verão que se segue é praticamente um tempo de férias no processo, apenas animado pelas intrigas de um weblog, intitulado 'Muito Mentiroso', cujo conteúdo foi uma ou outra vez divulgado pela imprensa.

Em Outubro, um ano depois do desencadeamento do processo na praça pública, os factos voltam a animar os títulos dos jornais. É o mês de duas libertações: a de Paulo Pedroso, que, por sinal, gerou um furor mediático sem precedentes¹⁰, e, dez dias depois, a de Hugo Marçal. Até ao final do ano, a novidade do processo abrevia-se na formalização da acusação, mas a polémica reacende-se nas primeiras horas de 2004. No primeiro dia do ano, o *Jornal de Notícias* noticia a anexação ao processo de uma carta que indicia o envolvimento do Presidente da República no escândalo. Os dias seguintes são de viragem do feitiço contra o feiticeiro: a comunicação social e os jornalistas são objecto de crítica e observações.

A Primavera de 2004 floresce com libertações. No dia 2 de Abril, é decretada a libertação do ex-embaixador Jorge Ritto e, um mês depois, a libertação de Carlos Cruz, logo seguida da de Manuel Abrantes. No final do mês, é conhecida a lista dos arguidos que vão a julgamento, sabendo-se que ficam dispensados da barra do tribunal Paulo Pedroso, Herman José e Francisco Alves. Quanto ao processo propriamente dito, o caso Casa Pia entra numa fase mediática de aparente estagnação, apanágio dos meses de Verão e férias.

⁸ 'Em minha defesa', in *Diário de Notícias* de 17 de Abril de 2003. A referida carta de Carlos Cruz desencadeou a proibição judicial relativamente à prestação de declarações públicas e motivou uma reacção de Pedro Namora no jornal *Correio da Manhã* intitulada 'Em prol da verdade' (*Correio da Manhã*, 24 de Abril de 2003).

⁹ A revista *Visão* edita um suplemento especial de 16 páginas sobre o escândalo de pedofilia, dando especial destaque à detenção do ex-ministro Paulo Pedroso. 'Crime ou cabala?', *Visão* de 22 de Maio de 2003.

¹⁰ Logo após a sua libertação, Paulo Pedroso dirige-se para a Assembleia da República e é recebido, com emoção, por inúmeros deputados. A recepção é transmitida em directo pelas televisões e, posteriormente, criticada por analistas e políticos, que contestam a encenação de inocência a que o ex-ministro se terá prestado.

Considerado por muitos, porém, como estando longe do fim, o escândalo de pedofilia volta a surpreender a opinião pública em Agosto, ironicamente, numa espécie de viragem do feitiço contra o feiticeiro. Várias cópias de cassetes roubadas ao jornalista Octávio Lopes do *Correio da Manhã* são distribuídas por vários órgãos de comunicação social. Contendo conversas telefónicas gravadas ilicitamente com fontes ligadas ao processo, as cassetes abrem uma nova polémica na história do processo, suspeitando-se que registam depoimentos violadores do segredo de justiça e comprometedores para as fontes, cujos nomes viriam a intrigar ainda mais a curiosidade, nomeadamente da classe política.¹¹ Os desenvolvimentos entretanto verificados configuram aquilo que poderíamos chamar 'o caso dentro do caso' ou o que a imprensa passa a chamar de 'caso das cassetes roubadas'. De facto, apesar de o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas se estafar em pré-condenações à eventual publicação do conteúdo das cassetes e de o próprio jornalista empreender diligências judiciais no sentido de impedir a divulgação do material roubado, o semanário *Independente* precipita os acontecimentos seguintes publicando a transcrição de parte das conversas de Octávio Lopes com as suas fontes. À demissão de Adelino Salvado, segue-se então a demissão de Sara Pina, bem como invariáveis condenações públicas pela violação do segredo de justiça. Assim se confirma a tese que assegura que 'o processo da Casa Pia revelou também a crise da imprensa portuguesa'.¹²

... à nuvem de chumbo que ensombrou os jornalistas

O caso Casa Pia abateu-se sobre Portugal e os portugueses como uma nuvem de chumbo. A nuvem que, para Nuno Ivo e Óscar Mascarenhas, é como aquelas que se avoluma, se aproxima e 'parece que é a única coisa que se move' (Ivo, 2003:14). Mas não foi só do abalo emocional do público que se carregou esta nuvem. Ela ensombrou também, por momentos, às vezes longos, o jornalismo e os jornalistas, ameaçando-os com raios e coriscos. A ideia romântica do jornalismo como inteiramente dedicado à causa social¹³ foi, muitas vezes, duramente ferida de interrogações. Na verdade, se, por um lado, a projecção

¹¹ De acordo com uma notícia divulgada pelo publico.pt no dia 7 de Agosto de 2004 ('Gravações feitas por jornalista no âmbito do caso Casa Pia agitam meios judiciais'), as gravações reportam-se a contactos efectuados com Rosa Mota (inspectora), Adelino Salvado (ex-desembargador), Catalina Pestana, Pedro Namora e Adelino Granja, Figueiredo Lopes (penalista), Maria José Morgado (procuradora-geral adjunta), Sara Pina (assessora de imprensa da Procuradoria Geral da República) e Proença de Carvalho.

¹² Esta é uma das ideias defendidas por Pedro Lomba num artigo publicado no *Diário de Notícias* de 17 de Agosto de 2004, sob o título 'Um processo, duas crises'.

¹³ Assim se referiu Joaquim Vieira, director do Observatório da Imprensa portuguesa ao jornalismo numa conferência sobre a cobertura jornalística do processo Casa Pia e o jornalismo de investigação. Joaquim Vieira defendeu que este lado romântico impele os jornalistas a levar a investigação de uma história até ao seu limite.

pública do escândalo assegurou aos jornalistas, com especial protagonismo da jornalista Felícia Cabrita do jornal *Expresso*, elogios cerrados ao papel que desempenham de vigilantes atentos, por outro, a persistência na investigação, às vezes à custa de procedimentos eticamente discutíveis, valeram-lhe algumas das mais intimidantes críticas. O certo é que, tendo contribuído para confirmar o verdadeiro poder dos *media* nas sociedades contemporâneas, a media-tização do processo Casa Pia acabou por condenar o jornalismo português a uma das mais constrangedoras exposições públicas.

Cedo se percebeu, aliás, que o papel desempenhado pela comunicação social relativamente a este caso não seria minoritário, sendo previsível uma eventual interferência na imagem pública do processo. A primeira reportagem de Felícia Cabrita foi conhecida a 23 de Novembro de 2002 e logo cinco dias depois a direcção editorial do jornal *Público* se pronunciava sobre 'O lugar dos *media* e o lugar da justiça'¹⁴. No texto, a direcção dizia que 'os *media* não podem ser um circo romano. Nem realizar julgamentos sumários.' E criticava o linchamento público de um dos acusados do processo. Uma semana depois da reportagem que desencadeou a media-tização do caso, o semanário *Expresso* publicava também uma nota editorial reconhecendo que o pesadelo da Casa Pia se tornou 'um grande fenómeno mediático'¹⁵. Tecendo uma crítica aos excessos televisivos, a direcção do semanário admitia, porém, que nenhum meio escapou à tentação de explorar o fenómeno ao máximo. Na imprensa, na rádio e na televisão 'nem sempre se respeitaram os limites'.

Dezembro de 2002 foi, para todos os efeitos, o mês de maior exposição pública dos jornalistas. Quase diariamente, artigos de opinião e colunas de análise questionaram o papel dos jornalistas e os limites do jornalismo, bem como a relação entre os *media* e a justiça. Essa era, aliás, uma das críticas de Maria Elisa, no *Diário de Notícias*, que alertava para o facto de 'os *media*, no seu desejo de informar' terem 'confundido a sua missão com a da justiça'¹⁶. No mesmo dia e no mesmo jornal, Francisco Azevedo e Silva admitia que 'a denúncia e a indignação, transmitidas através da palavra ou da imagem', não dão aos jornalistas 'o direito de violar a privacidade das vítimas ou de estigmatizar crianças e adolescentes, criando um outro tipo de vítimas'¹⁷. Numa síntese preliminar das primeiras manifestações relativamente ao trabalho dos jornalistas, poderíamos repetir, com Francisco José Viegas¹⁸, que se manifestaram sobre a conduta dos jornalistas três tipos de opiniões: 'os que pensam que a imprensa fez o seu trabalho; os que pensam que a imprensa exagerou, cometeu erros, cedeu à tentação de se escandalizar; finalmente os que acham que a imprensa devia ter sido mais morigerada e sensata – não se escandalizando'.

¹⁴ 'O lugar dos *media* e o lugar da justiça', Editorial do *Público* de 28 de Novembro de 2002.

¹⁵ 'A tragédia como espectáculo', nota editorial do *Expresso* de 30 de Novembro de 2002.

¹⁶ 'A pedofilia e os *media*', Maria Elisa, in *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2002.

¹⁷ 'Indignações', Francisco Azevedo e Silva, in *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2002.

¹⁸ 'Sociedade de cavalheiros', Francisco José Viegas in *Jornal de Notícias*, 12 de Dezembro de 2002.

No entanto, apesar de como disse João Amaral, no *Expresso*¹⁹, se esperar que a primeira palavra dirigida aos órgãos de comunicação social nunca fosse uma palavra de reprimenda, mas antes uma palavra de louvor, a verdade é que a cobertura jornalística do processo Casa Pia tem sido, na opinião ora expressa ora implícita, ‘mais um momento alto de degradação do espectáculo mediático’²⁰. Sendo certo que, ‘se não fosse a comunicação social, ainda o caso se arrastaria pelos silêncios que sobre ele pesaram durante tantos anos’, e que ‘foi o poder dos *‘media’* que mostrou a grosseira negligência com que foi encarada esta situação’²¹, o balanço entre as apreciações de aplauso e as de reprovação é claramente desequilibrado, pendendo para as desaprovações o maior número de juízos manifestados publicamente sobre o desempenho profissional dos jornalistas.

As palavras ‘abuso’ e ‘exagero’ são, neste contexto, usadas com frequência logo nos primeiros dias da mediatização da investigação. Júlio Machado Vaz²², por exemplo, uma semana depois do desabrochar do escândalo, refere-se a ‘exageros que privilegiam o acessório em detrimento do essencial’²³ e a um ‘delírio exibicionista, disfarçado de «imperativo ético de informar»’. Ainda no que se refere a abusos e exageros, no mesmo artigo, Júlio Machado Vaz sustenta que ‘o direito – e a obrigação! – de mostrar não justificam a exploração da dolorosa memória de pessoas, a repetição *ad nauseam* de determinadas imagens e vocábulos, a insistência na busca do pormenor escabroso que nada acrescenta ao já dito, a transformação de noticiários em meros peões das estratégias de contraprogramação, o quase completo desinteresse por uma abordagem mais reflectida dos temas’. Por seu lado, Alfredo Barroso considerou, em matéria de abusos, que ‘ao abuso físico se acrescenta o abuso mediático, sem qualquer respeito pelo sofrimento e pela fragilidade de vítimas indefesas’²⁴.

Não se reportando a abusos em concreto, José Pacheco Pereira também se mostrou, desde o início, céptico em relação ao papel desempenhado pelos jornalistas. Na edição de 16 de Fevereiro de 2003 do programa ‘Flashback’ da TSF, o ex-deputado europeu criticava duramente o trabalho dos jornalistas no início da cobertura do processo, defendendo que, da mesma forma que há sistemas de controlo de qualidade alimentar, também deveria haver um sistema mais eficaz de controlo da qualidade da informação produzida pela comunicação social. Quanto a intenções e ‘expedições missionárias’ eventualmente empreendidas pelos jornalistas em nome da verdade e da investigação, já no final do ano anterior, Pacheco Pereira dizia não acreditar ‘um átomo em qualquer intenção altruísta no seu [do escândalo Casa Pia] tratamento comunica-

¹⁹ ‘A força dos *media*’, João Amaral in *Expresso*.

²⁰ ‘A caminho do Terceiro Mundo’, José Pacheco Pereira, in *Público* de 5 de Dezembro de 2002.

²¹ ‘A força dos *media*’, João Amaral in *Expresso*.

²² ‘Lixofilia’, Júlio Machado Vaz in *Jornal de Notícias* de 4 de Dezembro de 2002.

²³ A mesma ideia de confusão entre o essencial e o acessório foi defendida por Paulo Cunha e Sá, num artigo intitulado ‘O factor *media*’ (no *Diário de Notícias* de 26 de Outubro de 2003), em que sustenta que ‘o factor *media* vive da amplificação do acessório e da desvalorização do essencial’.

²⁴ ‘Em directo da latrina’, Alfredo Barroso, in jornal *Expresso*.

cional²⁵. No mesmo artigo, o político dizia mesmo que ‘hoje não é o poder político o principal mecanismo de impunidade dos poderes e dos criminosos – é a comunicação social e os seus métodos’.

Embora muitas tenham sido as críticas, nomeadamente no que concerne a alguma confusão entre as funções da justiça e as da comunicação social (Mário Mesquita, por exemplo, defendeu que ‘os julgamentos no pequeno ecrã ou nas páginas dos jornais não podem substituir as investigações judiciais e, muito menos, os tribunais²⁶), nem só de observações negativas se fez a análise ao trabalho e ao papel dos jornalistas. Repudiando a ideia de se criar constrangimentos à liberdade de imprensa, Alberto Gonçalves, por exemplo, amparou a tese de que, ‘por muitos inconvenientes que provoque, uma imprensa livre e ocasionalmente «sórdida» é mil vezes preferível a uma imprensa ordeira e muda²⁷. Mais firme ainda, Manuel Villaverde Cabral garantiu mesmo que ‘a única instituição que funcionou foi a comunicação social’, bendizendo-a por, por uma vez, ter rompido ‘a conspiração do silêncio’²⁸.

Não obstante alguns destes elogios, na maioria tímidos, foi sobretudo de observações contestatárias e de reprimenda que se fez a avaliação do trabalho dos jornalistas a partir do momento em que o insólito episódio das ‘cassetes roubadas’ agravou o descrédito da comunicação social em matéria de relações com a Justiça. Apelidado de ‘polémica de Verão’ por João Marcelino, na altura director do *Correio da Manhã*, o roubo das cassetes inspirou inúmeras considerações ético-deontológicas que, no conjunto, configuram um apelo a uma mais rigorosa regulação da actividade dos profissionais da informação. A condenação da gravação de modo ilícito foi praticamente unânime²⁹. De colegas da profissão a magistrados, todos os que se pronunciaram desaprovaram a conduta de Octávio Lopes. O próprio repórter, na carta que enviou aos órgãos de comunicação, proibindo a publicação do seu trabalho, admitia que o suporte era de ‘proveniência criminosa’. João Marcelino, no editorial que assinava no dia 8 de Agosto³⁰, sugeria que a publicação ou não do conteúdo das cassetes seria ‘um teste individual à classe, ao respeito dos jornalistas uns pelos outros e pela salvaguarda das respectivas fontes’. Assim colocados à prova, os directores de informação manifestavam-se, na generalidade, contra o uso de gravações não autorizadas³¹. Cáceres Monteiro dizia ao jornal *Público* ser ‘absolutamente inaceitável fazer gravações sem que isso seja acertado com a pessoa com quem se está a conversar. Permitir que essas gravações

²⁵ ‘A caminho do Terceiro Mundo’, José Pacheco Pereira, in *Público* de 5 de Dezembro de 2002.

²⁶ ‘Quem não salta é... pedófilo’, Mário Mesquita, in *Público* de 8 de Dezembro de 2002.

²⁷ ‘Liberdade a mais’, Alberto Gonçalves, in *Correio da Manhã* de 6 de Dezembro de 2002.

²⁸ ‘No reino da impunidade’, Manuel Villaverde Cabral, in *Diário de Notícias* de 6 de Dezembro de 2002.

²⁹ Apenas Óscar Mascarenhas salvaguardou que a gravação pode ter alguma legitimidade se estiverem em causa o interesse público e a segurança do jornalista.

³⁰ ‘Um crime de objectivo claro’, João Marcelino, editorial do *Correio da Manhã* de 8 de Agosto de 2004.

³¹ ‘Directores de informação contra uso de gravações não autorizadas’ (Cátia Candeias e Clara Raimundo), in *Público* de 13 de Agosto de 2004.

vão à mão de terceiros é', para o director da revista *Visão*, 'ainda mais grave'. Por seu lado, José António Saraiva, na época director do semanário *Expresso* considerava gravíssimo que algum jornal publicasse 'material obtido de forma ilícita'. José Gomes Ferreira, subdirector da SIC, revelava que, a optar-se pela publicação, se estaria 'a violar o sigilo do jornalista, o direito à protecção das fontes e a ser conivente com crimes de violação do segredo de justiça e de roubo de informação'. Apenas José Rocha Vieira, director da revista *Focus*³², dizia crer que a divulgação das conversas permitiria 'demonstrar que as violações do segredo de justiça começam antes dos jornalistas'.

O certo é que o semanário *Independente* desafiou todos os limites e acabou por publicar a transcrição de parte do conteúdo das cassetes. João Marcelino, director do 'jornalista roubado' não tardou em classificar a publicação de 'acto nojento do ponto de vista ético e deontológico da profissão'³³. Por seu lado, Octávio Lopes acusou a directora daquele semanário de ter pactuado com os bandidos³⁴.

Estrela Serrano, citada pelo *Diário de Notícias*³⁵, considerava, ainda antes da transcrição do *Independente*, estar-se perante a discussão de 'três coisas ao mesmo tempo: a ilegalidade das gravações, a questão das fontes e o conteúdo das gravações'. Abrangendo mais do que estas 'três coisas', Vital Moreira tocava, na coluna que semanalmente assina no jornal *Público*³⁶, naquele que aventamos ser o debate central para o jornalismo depois do processo de pedofilia: a exigência de 'mecanismos de autodisciplina profissional'. Considerando o 'triste estado da deontologia do jornalismo em Portugal', o jurista considerou estar de novo em causa 'a falta de instrumentos de responsabilização e de punição dos ilícitos disciplinares dos jornalistas'³⁷.

A severidade do Provedor dos Leitores

Criada para mediar as relações entre o jornal e o seu público, a figura do Provedor dos Leitores tem na base da sua fundação uma intenção de ser, de algum modo, um desses 'mecanismos de autodisciplina profissional'. Particularmente incisiva, Estrela Serrano, que ocupou o cargo no *Diário de Notícias* até ao início de 2004, foi das mais insistentes na crítica ao tipo de jornalismo exercido na cobertura do caso Casa Pia. Segura de que 'o lugar do

³² A revista *Focus* foi o primeiro órgão de informação a receber uma providência cautelar, que proibia a publicação de qualquer notícia relativa às cassetes e ao seu proprietário.

³³ 'O *Independente* de Serra Lopes', João Marcelino, Editorial do *Correio da Manhã* de 14 de Agosto de 2004.

³⁴ 'Pactuou com os bandidos', Octávio Lopes, in *Correio da Manhã* de 14 de Agosto de 2004.

³⁵ 'Quando o anonimato fixa a agenda', Miguel Gaspar, in *Diário de Notícias* de 10 de Agosto de 2004.

³⁶ 'O jornalista, o polícia e o procurador', Vital Moreira, in *Público* de 17 de Agosto de 2004.

³⁷ Esta foi também a opinião que o próprio expressou na edição de 9 de Agosto de 2004 do programa 'Clube de Jornalistas' da 2., dedicado ao tema das 'cassetes roubadas'.

jornalismo é o da procura da verdade’, a professora de jornalismo foi, por isso, firme a garantir que ‘a liberdade de imprensa e o dever de informar não autorizam tudo’, sendo que ‘o uso de depoimentos e imagens não essenciais à compreensão da informação é um uso irresponsável da liberdade de imprensa’³⁸. Apesar de reconhecer que ‘uma das funções mais nobres do jornalismo é fazer funcionar a democracia’, a ex-Provedora dos Leitores não poupou críticas à actuação dos jornalistas. Na primeira coluna que dedicou ao caso de pedofilia, sugeria que ‘o horror se transferiu da Casa Pia para os ecrãs da televisão e, em alguns casos, para as páginas dos jornais. A agressão de que são vítimas, desde há 20 anos, crianças indefesas repete-se agora como alimento de audiências’. Denunciando a ‘avalanche de testemunhos, repetidos até à exaustão’, também a Provedora se pronunciou sobre a confusão entre o essencial e o acessório e alertou para o risco de este tipo de jornalismo ‘se tornar pasto de interesses alheios ao dever de informar’. Para Estrela Serrano, ao bom jornalismo ‘basta um trabalho atento e vigilante, feito de bom senso e serenidade’. Recorrendo, com frequência, ao exemplo da cobertura jornalística do caso Casa Pia, Estrela Serrano questionou, inúmeras vezes, durante o último ano e meio do exercício da função de Provedora, o jornalismo e as suas regras. Em Setembro de 2003, voltou a pronunciar-se sobre os métodos usados por jornalistas, criticando a prática generalizada de notícias com uma única fonte e o uso sistemático de fontes não identificadas³⁹. No mesmo mês, Estrela Serrano admitia ainda que as regras do jornalismo foram demasiadas vezes ignoradas na cobertura do processo Casa Pia e afirmava que não é função do jornalismo ‘constituir-se como força de pressão sobre instituições ou pessoas’⁴⁰.

Num texto em que apontava os desafios para o ano de 2004, Estrela Serrano referiu-se novamente à mediatização do processo Casa Pia, considerando que ele ‘espelha o «caos informativo» que caracteriza as sociedades democráticas dos nossos dias’⁴¹. Traçando um cenário indiscutivelmente pessimista, a ex-Provedora garantia que ‘são escassas as possibilidades de os cidadãos virem a ser informados com rigor sobre os factos ocorridos’, embora, em seu entender, fosse importante ‘que os *media* ajudassem os portugueses a conhecer o que, na realidade, se passou na Casa Pia e também a conhecer os interesses que se escondem por detrás da manipulação da informação que envolve este caso’.

Por seu lado, dois Provedores dos Leitores, em funções apenas desde o início de 2004, teceram já também algumas considerações acerca da cobertura mediática do processo de pedofilia. Poucos dias depois da abertura da fase de instrução do processo, Manuel Pinto recuperava uma preocupação constante

³⁸ ‘O lugar do jornalismo’, Coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 2002.

³⁹ ‘O jornalismo em questão’, Coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 2003.

⁴⁰ ‘Uma subtil pressão’, Coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias*, 22 de Setembro de 2003.

⁴¹ ‘Desafios para 2004’, Estrela Serrano, in *Diário de Notícias* de Dezembro de 2003.

nas intervenções de Estrela Serrano, alertando, na coluna que assina no *Jornal de Notícias* na qualidade de Provedor, para o ‘cuidado a ter na relação com as fontes informativas e no tratamento jornalístico das informações veiculadas por essas mesmas fontes’⁴². Considerando a quase obrigatoriedade de publicar diariamente informação sobre o processo, Manuel Pinto reconhecia, neste texto, que ‘a matéria é complexa, mexe com valores que sustentam a sociedade, implica pessoas de grande visibilidade e poder de influência, pelo que é fácil cair na lógica do folhetim’.

No dia seguinte, também o Provedor dos Leitores do jornal ‘Público’ se pronunciava sobre o paradigmático ‘caso Casa Pia’. Referindo-se às virtudes da mediatização do processo, Joaquim Furtado considerava que ‘os méritos jornalísticos da revelação sobrelevam, sem os apagar, os erros entretanto cometidos que, contudo não podem ser atribuídos por igual a uma Comunicação Social que é desigual’⁴³. Ainda assim, salvaguardava que ‘os acontecimentos recentes mostraram como nem sempre foi devidamente observado o respeito pelos direitos em presença, desde a insuficiente protecção da identidade de crianças (...) até à exposição pública de nomes que nem sequer constam de processos judiciais’.

A singularidade da televisão

Desdobrada em espectáculo⁴⁴, a crise da Casa Pia alastrou-se aos *media*, atingindo-os com agressivos tons de condenação. Especialmente criticada, a televisão foi alvo das piores críticas. Eduardo Cintra Torres não poupou palavras. Segundo ele⁴⁵, ‘a TV exagerou nos comentários desnecessários’ e ‘na incrível repetição de reportagens’. ‘A TV exagerou em não precaver a linguagem’ e na novelização. Pior que tudo isto, ‘a TV aproximou-se de um julgamento popular’. Já Alfredo Barroso dizia que ‘a televisão promove o exibicionismo de alguns «protagonistas» e explora o *voyeurismo* e os baixos instintos da turbamulta, com grande cópia de pormenores indecentes e escabrosos’⁴⁶.

Na verdade, possuindo ‘o condão de funcionar no duplo registo da satisfação *voyeurista* e do fomento da indignação’⁴⁷, a televisão foi o meio de comunicação mais exposto às severas críticas publicadas nos jornais. Num texto intitulado

42 ‘Uma atenção redobrada à cobertura do ‘caso Casa Pia’’, Manuel Pinto, in coluna do Provedor dos Leitores do *Jornal de Notícias* de 6 de Março de 2004.

43 ‘Inocente até que...’, Joaquim Furtado, coluna do Provedor dos Leitores do jornal *Público* de 7 de Março de 2004.

44 Assim a classificou Mário Mesquita num artigo intitulado ‘O ‘ballet’ cinzento da democracia’, in jornal *Público* de 8 de Junho de 2003.

45 ‘Excessos da TV ou receios do poder?’, Eduardo Cintra Torres in jornal *Público* de 3 de Dezembro de 2002.

46 ‘Em directo da latrina’, Alfredo Barroso, in jornal *Expresso*.

47 ‘Este artigo não é sobre a Casa Pia’, Mário Mesquita in jornal *Público* de 1 de Dezembro de 2002.

‘A usurpação televisiva’, Artur Costa considerava que ‘as televisões devassam, de uma forma escandalosa, para não dizer violenta, o que de mais íntimo e que, por isso, mais refractário deveria ser a uma intromissão das câmaras’⁴⁸. Embora muito pouco se tenha dito nas televisões a propósito do tipo de cobertura empreendida pelos jornalistas no processo de pedofilia, o certo é que os maiores ‘pedregulhos’ foram mesmo arremessados às estações de televisão. Pela sua natureza propícia a euforias e disforias, a televisão suportou no âmbito das práticas metajornalísticas associadas ao caso Casa Pia, a mais vexatória crítica de fomento do espectáculo e de aproximação ao julgamento popular.

Se, por um lado, é verdade que as televisões ignoraram o debate sobre o trabalho desenvolvido pelos jornalistas, por outro, também o é que a rádio, neste caso a TSF em particular, não se escusou a abordar a discussão no seu espaço de antena, tendo-lhe dedicado uma emissão do programa ‘Fórum’⁴⁹. Especialmente aberto à participação do ouvinte comum, o programa exaltou, de novo, a crítica dirigida em especial à televisão. Diana Andringa, interveniente convidada no programa, constatava estar a ser violada a ética profissional, o bom senso e o bom gosto, admitindo haver também uma grande pressão sobre os jornalistas por parte das chefias das empresas, nomeadamente para que, em termos de audiências, ‘cada televisão bata o canal concorrente’. Reportando-se às violações deontológicas, Diana Andringa apontava ‘violações ao código deontológico em vários aspectos, no rigor e na exactidão, na utilização das fontes, na presunção de inocência, na violação da privacidade e até nas condições de serenidade para a recolha de informação’. Porém, insistindo na pressão a que os jornalistas estão sujeitos por questões comerciais, a jornalista dizia entender que ‘o que aconteceu foi a transformação em espectáculo de uma coisa que devia ser informação rigorosa, limpa e serena’. O facto de a informação ser vista como mercadoria é, na opinião de Diana Andringa, a maior exigência sobre os jornalistas que parecem estar ‘obrigados a ter resultados’. Forçados a directos, no caso Casa Pia, os jornalistas passaram ‘longuíssimos minutos a tentar encher o vazio, apenas porque era previsto que lhes garantisse audiência’ para um noticiário.

O acto de contrição de heróis frágeis da modernidade

Apelidado de ‘jornalismo de sarjeta’, o jornalismo português terá sido poucas vezes na história das últimas décadas tão humilhado. Rebaixados pela confusão que todos dizem ter sido gerada entre o acessório e o essencial, os jornalis-

⁴⁸ ‘A usurpação televisiva’, Artur Costa in *Jornal de Notícias* de 18 de Setembro de 2003.

⁴⁹ Fórum TSF de 10 de Maio de 2004: ‘Como avalia o papel da comunicação social na cobertura jornalística do processo Casa Pia?’ – programa conduzido por Manuel Acácio, onde entrevistaram, entre outros, Manuel Pinto (Provedor dos Leitores do JN) e Estrela Serrano (ex-Provedora dos Leitores do DN).

tas foram, também, acusados de sobrepor o interesse comercial de maximizar audiências ao desejo de justiça, bem como de desprestigiarem a função investigadora do seu trabalho. Muitas foram, na verdade, as questões levantadas ao longo de inúmeros textos jornalísticos que tiveram o próprio jornalismo como objecto. Serão os jornalistas portugueses suficientemente formados para investigar um processo com a dimensão do da Casa Pia? É legítimo que os jornalistas se sobreponham às autoridades ou investiguem paralelamente assuntos judiciais para poderem falar do que estaria protegido pelo segredo de justiça? Que valor têm os depoimentos de fontes anónimas abusivamente citados e exibidos? O segredo profissional a que os jornalistas têm direito (em nome da protecção das fontes de informação) tem ou não limites? Deve ou não impor-se limites à liberdade de imprensa? Como devem ser as relações entre o jornalismo e a justiça? Que regulação/vigilância deve ser feita aos jornalistas? Ordem? Sindicato? Entidade independente?

Um imperativo, pelo menos, ficou claro para o jornalismo e os jornalistas no decurso do processo: a exigência de regulação. Alguns esforços de auto-avaliação foram-se tornando evidentes, deles resultando o debate acerca das condutas dos profissionais e do papel desempenhado pelas instituições mediáticas de informação.

A conturbada relação entre Justiça e Comunicação Social

O primeiro de todos os debates na análise à cobertura jornalística do processo Casa Pia foi, como talvez não pudesse deixar de ser, o da relação entre a Justiça e os jornalistas. A história recente do jornalismo português está cheia de casos semelhantes que geraram equivalentes discussões. O caso Melancia, em que o ex-governador de Macau Carlos Melancia era acusado de corrupção passiva, foi considerado como ‘um reбуçado político e mediático’⁵⁰. O caso Padre Frederico, que se reportava à condenação a 13 anos de prisão de um sacerdote brasileiro em funções na ilha da Madeira pelo homicídio de um jovem e pela prática de homossexualidade tentada com um menor, foi mais um exemplo do papel desempenhado pela comunicação social na divulgação de um processo que terminou, anos mais tarde, com a fuga do sacerdote para o Brasil.

Com ainda maior impacto mediático, o caso Leonor Bezeza foi, na última década e antes do processo de pedofilia na Casa Pia, provavelmente um dos casos de mais nítida fricção entre os jornalistas e a justiça. Paradigmático em questão de fugas do segredo de justiça, o processo dos hemofílicos contaminados com o vírus HIV, envolvendo a ex-ministra da Saúde Leonor Bezeza, foi um dos expoentes máximos da condenação de uma figura pública no espaço

⁵⁰ Dossier ‘Os *media* e a imprensa’, in *Diário de Notícias* de 20 de Janeiro de 2002.

mediático. Outro exemplo dos antagonismos evidenciados no relacionamento entre a Justiça e a Imprensa foi o caso das FP-25. Arrastado pelos tribunais durante quase duas décadas, o processo foi dos mais mediáticos de Portugal. Mais recentemente, o caso Moderna, envolvendo várias personalidades da vida social e política do país, não deixou esquecer as dificuldades de entendimento entre a necessidade de proteger informação relativa a processos em curso e o imperativo de divulgar informação supostamente de interesse público. Invocada de novo a propósito do escândalo de pedofilia, a relação entre a justiça e os *media* evidenciou, ao longo da mediatização do processo, ‘a incapacidade dos operadores judiciários para adequarem o exercício das suas competências à dinâmica de funcionamento dos *media*, nomeadamente, para evitarem que a previsível violação do segredo de justiça atinja a honra de pessoas e a credibilidade da própria justiça e do jornalismo’⁵¹. Mas, se esta é pelo menos uma das lições a tirar do esforço de auto-reflexão dos jornalistas, outras questões ficam, neste debate, sem resposta. Está ou não o jornalista a violar o segredo de justiça quando divulga informações que lhe foram fornecidas por fontes sem escrúpulos, cujo objectivo é defender interesses privados, e não servir o interesse público? Alguns críticos atalharam que os jornalistas têm o dever de gerir com bom senso as informações a que têm acesso, ponderando a pertinência da divulgação de todo o material de que são detentores. Outros, porém, atribuíram a responsabilidade de respeito pelo segredo de justiça às fontes oficiais e não aos jornalistas enquanto mediadores entre a informação e o público. Particularmente discutida no apogeu da crise mediática, quando a opinião pública tomou conhecimento da existência de gravações ilícitas com fontes que queriam manter o anonimato, a questão do segredo de justiça e dos limites que coloca à ânsia de informar tornou-se a ‘pedra-de-toque’ da avaliação pública. A distribuição de cópias das cassetes do jornalista Octávio Lopes sobrevalorizou o dilema de saber qual dos imperativos se impõe: o de ‘guardar’ o segredo de justiça (que aqueles que a ele estavam obrigados não cumpriram) ou o de informar acerca do que é de interesse público?⁵² O director do jornal *Público*, José Manuel Fernandes⁵³, admitia que ‘há situações em que os jornais entendem que devem pisar o risco. São situações-limite’. No entanto, a revelação das conversas ilicitamente guardadas, apesar de tratarem de informações que violam o segredo de Justiça de um dos casos mais mediáticos em Portugal, não é, para aquele jornalista, uma situação-limite. Outros, porém, como João Cândido da Silva⁵⁴ ou José Rocha Vieira⁵⁵, admitiram que a divulgação do

⁵¹ ‘Desafios para 2004’, Estrela Serrano, in *Diário de Notícias* de Dezembro de 2003.

⁵² Luis Delgado defendia no *Diário de Notícias* de 11 de Agosto de 2004 que a publicação do conteúdo se tinha tornado inevitável porque a demissão de Adelino Salvado provava que se tinha passado a aplicar o direito constitucional de ‘informar e de ser informado sem impedimentos’.

⁵³ Citado num trabalho do próprio jornal *Público* de 13 de Agosto de 2004: ‘Directores de Informação contra uso de gravações não autorizadas’.

⁵⁴ ‘A primeira pedra’, João Cândido da Silva, in *Público* de 14 de Agosto de 2004.

⁵⁵ Também citado pelo *Público* de 13 de Agosto de 2004.

material roubado permitiria, no mínimo, saber afinal quem viola o segredo de justiça ou provar que esta violação é anterior aos jornalistas. Finalmente, comentando o caso no ‘Jornal Nacional’ da TVI no dia 8 de Agosto, Marcelo Rebelo de Sousa discordava da divulgação do conteúdo das conversas, ‘visto que o interesse público de noticiar uma certa realidade não implica que se difunda toda a realidade’.

Fontes de informação

Embora o Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses estabeleça, à semelhança do que fundava a Declaração de Munique, aprovada em 1971, que ‘o jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas’, o certo é que a protecção das fontes de informação foi também um dos temas mais problematizados na discussão sobre a cobertura mediática do processo Casa Pia. No entanto, de acordo com Estrela Serrano, ‘o respeito pela confidencialidade das fontes levanta (...) questões delicadas, entre as quais proporcionar ao informador a possibilidade de utilizar, em seu proveito, o segredo profissional do jornalista’⁵⁶. Na opinião da ex-Provedora, ‘uma fonte pode sentir-se encorajada a divulgar informações que vão a favor ou contra os interesses de uma pessoa, instituição ou causa’.

Os limites a este privilégio do segredo profissional têm, também, gerado controvérsia. Embora classicamente seja entendido como uma condição fundamental à procura da verdade, o segredo profissional não deve, de acordo com Estrela Serrano, ser invocado ‘para obter notícias escandalosas, protegendo informações anónimas’. Ora, o escândalo de pedofilia na Casa Pia gerou infindas críticas, justamente pela protecção de fontes anónimas que, em testemunhos exibidos com ocultação da identidade, acusaram algumas das figuras ligadas ao processo dos mais sórdidos abusos de intimidade. Também por isso o sigilo profissional dos jornalistas tem sido olhado de viés por vários autores, nomeadamente Daniel Cornu que considera, em *Jornalismo e Verdade*, que o uso abusivo do segredo profissional só revela a inexistência de ética profissional dos jornalistas.

João Marcelino, agora ex-director do *Correio da Manhã*, aproveitou o pretexto das cassetes roubadas a um jornalista da sua redacção para defender que ‘preservar estas pessoas [com quem se mantém conversas em *off*], que muitas vezes arriscam a estabilidade dos seus empregos e das suas vidas, é um dever ético e deontológico sagrado para todos os jornalistas dignos desse

⁵⁶ ‘Desafios para 2004’, Estrela Serrano, in *Diário de Notícias* de Dezembro de 2003.

nome⁵⁷. Adjacente à protecção da identidade de fontes que exigem manter o anonimato, o caso do jornalista Octávio Lopes desencadeou duas questões fundamentais: por um lado, uma discussão acerca da licitude ou não das gravações; por outro, a legitimidade ou não de outros órgãos de comunicação para revelarem informações prestadas a outro jornalista. Quanto à primeira, já nos referimos antes, a reprovação foi quase indiscutível e o debate encerraria por aí, se apenas se soubesse da existência das gravações. Porém, a distribuição de cópias e o conhecimento de outros jornalistas do conteúdo das cassetes, levantou outras implicações, nomeadamente a da eventual invasão do sigilo profissional. Numa primeira reacção ao roubo, Óscar Mascarenhas invocava, na SIC Notícias, no dia 7 de Agosto, o número dois do Artigo 11.º do Estatuto do Jornalista para garantir que quem tenha conhecimento de registos de fontes de informação obtidos por um jornalista não as poderá divulgar sem autorização escrita do próprio jornalista. Três dias depois, em editorial, José Manuel Fernandes, comunicava assim a posição do jornal *Público*: ‘... não se revelam fontes nem se revelam conversas *off the record*, isto é, conversas com fontes que pedem para não ser citadas. Da mesma forma, entendemos que é um crime de receptação utilizar material roubado e uma irresponsabilidade reproduzir conversas cujas datas e contexto desconhecemos⁵⁸. Numa posição mais institucional, o Sindicato dos Jornalistas anunciou, em comunicado⁵⁹, que ‘a disseminação ou realização de cópias, integrais ou parciais, constitui uma intolerável invasão do sigilo profissional do jornalista’.

Protecção das vítimas e presunção de inocência

Apesar dos sucessivos apelos à contenção e ao bom senso, os jornalistas foram continuamente acusados de, em nome da denúncia e da indignação, violarem a privacidade das vítimas, não cumprindo o preceito do próprio Código Deontológico que estabelece o dever do jornalista de ‘não identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade’, assim como o de se proibir ‘humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor’. Com testemunhos repetidos até ao esgotamento e descrições recheadas de pormenores, as reportagens, sobretudo televisivas, sobre os crimes de abuso sexual valeram a constatação de que se ‘escarafunchou até à exaustão na intimidade das vítimas e em toda a miséria social⁶⁰. Por muito que os jornalistas no seu conjunto, enquanto classe, digam abominar os abusos e as violações de privacidade das vítimas de crimes que escandalizam a opinião

⁵⁷ ‘Um crime de objectivo claro’, João Marcelino, editorial do *Correio da Manhã* de 8 de Agosto de 2004.

⁵⁸ ‘Regresso à Casa Pia’, José Manuel Fernandes, editorial do jornal *Público* de 10 de Agosto de 2004.

⁵⁹ Noticiado, entre outros, pelo *Correio da Manhã*, de 12 de Agosto de 2004: ‘Sindicato contra divulgação’.

⁶⁰ ‘Em directo da latrina’, Alfredo Barroso in jornal *Expresso*.

pública, o certo é que, com frequência, a tentação de explorar os depoimentos e as informações que detinham foi superior ao princípio ético, chegando mesmo a sobrepor-se-lhe.

Menos consensual parece ser a questão da presunção de inocência, defendida no mesmo ponto do Código Deontológico. Na verdade, se todos concordam que um arguido não é ainda culpado, a questão complica-se quando o entusiasmo ou a indignação com que se tratam as informações acerca de alegados criminosos é, muitas vezes, já por si uma forma de condenação ou absolvição pública. Assim aconteceu com o processo de pedofilia e com praticamente todos os nomes envolvidos no escândalo. Apesar de todos os manuais de ética e deontologia defenderem a presunção de inocência como um dever inequívoco dos jornalistas, a fronteira entre a informação e a incitação a um julgamento com o público é, ainda, um dos contundentes equívocos do acto ou efeito de informar.

Limites à liberdade de informação

Levantada na Assembleia da República por Maria Elisa, enquanto deputada mas também jornalista, a proposta de limitação da liberdade de imprensa foi amplamente discutida na margem ético-deontológica da cobertura empreendida pelos jornalistas ao escândalo. Defendida pelos utilitaristas (como Jeremy Bentham e John Stuart Mill), a liberdade de imprensa foi, desde sempre, considerada uma das condições fundamentais para o exercício da função primordial dos jornalistas, a de vigilância sobre os poderes legislativo, executivo e judicial. No entanto, de cada vez que a actividade da imprensa parece ameaçar a estrutura de um destes poderes, volta a ser tema central da polémica a discussão acerca dos eventuais limites à liberdade. Estrela Serrano, numa das suas colunas no exercício das funções de Provedora dos Leitores, foi adiantando ao debate a ideia de que ‘a liberdade de imprensa e o dever de informar não autorizam tudo’⁶¹.

Rejeitada por quase todos os sectores da vida pública, a limitação da liberdade de imprensa acabou por ser apenas motivo de discussão breve. Com uma história recente em Portugal, a liberdade de imprensa parece assim ser, ainda, uma das conquistas intocáveis da democracia. De uma forma mais ou menos consensual, a liberdade do jornalismo é entendida como englobando a consciência plena das consequências do seu trabalho. Aliás, segundo Marc-François Bernier, ‘negá-las ou ocultá-las não é um acto de liberdade; será tanto uma confissão de incompetência como um sinal de carência ética’ (Bernier, 1997:2). Neste sentido, vários foram os que se conformaram com a ideia de

⁶¹ ‘O lugar do jornalismo’, Estrela Serrano, coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias* de 2 de Dezembro de 2002.

que, embora não podendo ser posta em causa nem coarctada, a liberdade dos jornalistas não é absoluta, estando por isso sujeita a determinados deveres, como os da ponderação e da moderação.

O poder do jornalismo e o princípio de imputabilidade

Na história dos *media*, são inúmeras as teorias que fundamentam a ideia do poder da comunicação social. São também inúmeros os casos tratados pelos jornalistas que sublinham o poder do jornalismo. O caso Casa Pia, emblemático no espectro mediático português, reanimou o reconhecimento da força dos *media*. Mas concomitante deste reconhecimento é também a exigência de um princípio de imputabilidade a que os jornalistas julgavam ser imunes. De facto, se lições houver a colher da experiência mediática deste escândalo, uma delas será naturalmente a noção de que o jornalismo e os jornalistas não estão mais isentos do julgamento público. Deles se espera que respondam pelos seus actos, assumindo moralmente a responsabilidade pela liberdade com que desempenham o seu ofício perante a comunidade, perante o público e perante as suas próprias consciências (Bernier, 1997:47). A incomparável multiplicação de textos de crítica e análise relativamente ao jornalismo desempenhado por ocasião do escândalo casapiano, porventura sem equivalente por ocasião de outros acontecimentos de projecção mediática, é, para nós, a prova da sujeição do jornalismo ao escrutínio público.

Numa altura em que voltou para a ordem do dia o modelo de regulação da comunicação social, o esforço pela auto-regulação afigura-se como a solução para o problema de legitimidade do jornalismo e dos jornalistas. Inflacionada por um certo descrédito no jornalismo de investigação⁶², esta crise de legitimidade tem ocupado profissionais e académicos com a exigência de inverter a má impressão causada por condutas eticamente reprováveis. A urgência de mecanismos de auto-regulação, comprovada pelos efeitos de coberturas jornalísticas como a do processo de pedofilia, tem, por isso, estimulado a prática metajornalística, isto é, o discurso mediático sobre o próprio jornalismo. Colunas de análise periódica da actividade jornalística e a vigilância de Provedores dos Leitores têm, na verdade, contribuído para superar a necessidade de uma entidade independente de observação e controlo dos jornalistas.

Mário Mesquita, ex-Provedor dos Leitores do *Diário de Notícias*, não se reconhece em *O Jornalismo em Análise* como um ‘fiscalizador da ética do jornalista’, mas admite que compete ao Provedor ‘proceder à crítica regular do jornal, com base nas regras éticas e deontológicas do jornalismo e analisar e criticar aspectos do funcionamento e do discurso dos *media* que se possam

⁶² João Miguel Tavares considerava, no *Diário de Notícias* de 24 de Agosto de 2004, num artigo intitulado ‘Três notas sobre Agosto’ que ‘o jornalismo de investigação em Portugal não passa de um jornalismo de sedução’.

repercutir nas relações com os respectivos destinatários' (Mesquita, 1998:10). Este metadiscurso, enunciado de forma sistemática por Provedores, mas também por outros comentadores em torno de casos tão controversos como este, demonstra, em última análise, que os *media* perceberam a particularidade dos acontecimentos a que fazem face e ressentem as dificuldades e os limites aos quais a prática jornalística pode ser confrontada. O metadiscurso confirma, pois, a ideia de que a profissão está a perceber que problemas se manifestam no tratamento da informação e concede, por motivos talvez pouco explícitos ainda, espaço para a auto-reflexão (Grevisse, 1999:20-24).

Cronologia

- 11.07.1981 O *Tal & Qual* publica uma reportagem motivada pela substituição, na semana anterior, do Provedor da Casa Pia (o Comandante Baptista Comprido substituiu Peixoto Simões). Nesta reportagem, o jornalista explora os motivos da demissão de Peixoto Simões, a quem, dias antes, os funcionários da instituição tinham apresentado um dossier acerca de irregularidades no funcionamento da casa. O relatório, que falava de 'prostituição masculina' e 'homossexualidade', referia-se a um funcionário que aliciava jovens para práticas homossexuais. O assunto não teve qualquer eco nos outros jornais. Morreu com aquela reportagem.
- 23.09.2002 É apresentada na Polícia Judiciária uma queixa contra Carlos Silvino ('Bibi'), funcionário da Casa Pia de Lisboa, por abusos sexuais.
- 07.11.2002 O Ministério Público emite um mandado de captura contra Carlos Silvino.
- 23.11.2002 O *Expresso* noticia que centenas de crianças do sexo masculino da Casa Pia de Lisboa poderão ter sido violadas nos últimos anos por um funcionário da instituição.
- 25.11.2002 O ministro da Solidariedade e do Trabalho, Bagão Félix, demite Luís Rebelo, provedor da Casa Pia, por declarações 'infelizes'. Catalina Pestana é a nova Provedora. A Polícia Judiciária detém Carlos Silvino, que fica em prisão preventiva, por suspeita de abuso sexual de menores.
- 26.11.2002 A comunicação social divulga, com base no testemunho de uma ex-aluna da Casa Pia, os nomes de Carlos Cruz e do embaixador Jorge Ritto como eventuais envolvidos no processo.
- 28.11.2002 Maria Elisa apresenta na Assembleia da República uma proposta de limitação da liberdade de imprensa, a que se opuseram muitos deputados.
- 30.11.2002 Francisco Louçã pede contenção à SIC, relativamente à transmissão de um filme de pornografia infantil (eventualmente com imagens das alegadas vítimas do escândalo da Casa Pia).

- 12.12.2002 Hugo Marçal assume a defesa de Carlos Silvino.
- 13.01.2003 Manuel Dória Vilar substitui Hugo Marçal na defesa de Carlos Silvino.
- 01.02.2003 Carlos Cruz, Hugo Marçal e Ferreira Diniz são detidos pela Polícia Judiciária. Carlos Cruz e Ferreira Diniz ficam em prisão preventiva. Hugo Marçal é libertado, graças ao pagamento de uma caução de dez mil euros.
- 01.04.2003 Manuel Abrantes, ex-provedor adjunto da Casa Pia, é preso preventivamente depois de ter sido interrogado.
- 17.04.2003 O *Diário de Notícias* publica uma carta de Carlos Cruz em que o apresentador sustenta que a sua prisão é baseada em testemunhos falsos, mentirosos e não credíveis.
- 06.05.2003 Hugo Marçal é preso preventivamente.
- 21.05.2003 Jorge Ritto é preso preventivamente, após interrogatório.
- 21.05.2003 Paulo Pedroso é detido preventivamente.
- 30.05.2003 Herman José é constituído arguido.
- 08.10.2003 Paulo Pedroso é libertado.
- 18.10.2003 Hugo Marçal é libertado.
- 27.11.2003 Vários órgãos de comunicação social assinam uma declaração de princípios relativa à cobertura de processos judiciais. A declaração visa evitar que os *media* e a justiça cometam excessos no quadro do processo Casa Pia e de outros julgamentos de interesse público.
- 03.12.2003 O Supremo Tribunal de Justiça recusa o pedido de afastamento do juiz Rui Teixeira solicitado pelos advogados de defesa de seis arguidos do processo.
- 05.12.2003 O Tribunal Constitucional dá razão a um recurso do embaixador Jorge Ritto, ordenando ao Tribunal da Relação de Lisboa que reformule a anterior decisão sobre o interrogatório ao diplomata e a utilização dos diários apreendidos.
- 29.12.2003 Dez arguidos são formalmente acusados: Carlos Cruz, Herman José, Paulo Pedroso, Carlos Silvino ('Bibi'), Jorge Ritto, Hugo Marçal, Ferreira Diniz, Manuel Abrantes, Francisco Alves e Gertrudes Nunes.
- 31.12.2003 O juiz Rui Teixeira altera a medida de coacção aplicada ao médico João Ferreira Diniz, que fica em prisão domiciliária com pulseira electrónica.
- 01.01.2004 O *Jornal de Notícias* noticia a anexação ao processo da Casa Pia de uma carta anónima em que o Presidente da República é envolvido no escândalo de pedofilia.
- 05.01.2004 Jorge Sampaio faz uma comunicação ao país em que apela aos jornalistas para que façam um esforço de contenção e reserva para se evitar a sistemática violação do segredo de justiça.

- 07.01.2004 O PSD propõe alterações à lei que limitem a liberdade de imprensa em relação a processos judiciais em curso.
- 13.01.2004 Os advogados que representam a Casa Pia de Lisboa e as alegadas vítimas entregam um pedido de indemnização cível de cinco milhões de euros contra os dez acusados do processo.
- 07.02.2004 Após novo interrogatório ordenado pelo Tribunal da Relação de Lisboa, o juiz Rui Teixeira confirma a manutenção de Carlos Cruz em prisão preventiva, alegando perigo de perturbação do inquérito e alarme social.
- 16.02.2004 Oito arguidos pedem a abertura de instrução do processo.
- 18.02.2004 A instrução do processo é distribuída por sorteio à juíza Ana Teixeira e Silva.
- 18.03.2004 A juíza Ana Teixeira e Silva ouve o ex-funcionário casapiano Carlos Silvino ('Bibi'). O Tribunal da Relação de Lisboa dá razão a um recurso do embaixador Jorge Ritto em que este alegava irregularidades na forma como o processo Casa Pia foi distribuído ao juiz Rui Teixeira.
- 23.03.2004 A juíza Ana Teixeira e Silva dá início à audição das testemunhas arroladas pelos arguidos, entre as quais a perita do Instituto de Medicina Legal que elaborou os 'relatórios de personalidade' das alegadas vítimas, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, e o porta-voz do partido, Vieira da Silva.
- 02.04.2004 O embaixador Jorge Ritto é libertado, ficando obrigado a apresentar-se semanalmente às autoridades policiais e a não se ausentar do concelho onde reside (Cascais).
- 21.04.2004 Proença de Carvalho abandona a defesa das alegadas vítimas do processo. A equipa de advogados que representa a Casa Pia e as alegadas vítimas passa a ser liderada por António Pinto Pereira.
- 29.04.2004 'Bibi' e outros seis arguidos (Carlos Cruz, Paulo Pedrosos, Jorge Ritto, Ferreira Diniz, Hugo Marçal e Gertrudes Nunes) estão pela primeira vez frente a frente, numa acareação pedida pelo ex-funcionário casapiano.
- 04.05.2004 Carlos Cruz é libertado ficando em prisão domiciliária.
- 07.05.2004 Manuel Abrantes é libertado, ficando em prisão domiciliária.
- 10.05.2004 Debate instrutório.
- 06.08.2004 O jornalista do *Correio da Manhã* Octávio Lopes formaliza uma queixa-crime pelo facto de lhe terem sido roubadas cassetes com conversas que manteve com fontes ligadas ao processo. Tratando-se de gravações ilícitas, o jornalista tenta impedir que o seu conteúdo (reproduzido digitalmente e entregue a vários órgãos de comunicação social) seja divulgado.
- 07.08.2004 A comunicação social divulga os nomes das fontes com quem Octávio Lopes terá mantido contacto, suspeitando-se de eventuais violações ao segredo de justiça.

- 09.08.2004 O director da Polícia Judiciária, Adelino Salvado, uma das fontes ouvidas pelo jornalista do *Correio da Manhã*, apresenta demissão. A revista *Focus* é notificada por providência cautelar que a impede de publicar ou referir quaisquer factos que constem das cassetes.
- 13.08.2004 O jornal *Independente* publica a transcrição de parte das gravações.
- 16.08.2004 O Procurador-Geral da República anuncia que a assessora de imprensa Sara Pina (outra das fontes ouvidas por Octávio Lopes) apresentou demissão.
- 18.08.2004 O *Independente* é notificado por providência cautelar interposta por Octávio Lopes, sendo impedido de publicar mais um trecho de transcrições.
- 19.08.2004 O *Comércio do Porto* avança com a hipótese de o *Correio da Manhã* ter destruído os originais das gravações roubadas.

Referências bibliográficas

- BERNIER, Marc-François – *Les Planqués – Le journalisme victime des journalistes* – Québec, VLB Éditeur: 1995.
- BERNIER, Marc-François – *Éthique et déontologie du journalisme* – Québec, Les Presses de l'Université Laval: 1997.
- CORNU, Daniel – *Jornalismo e Verdade: Para uma ética da informação* – Lisboa, Instituto Piaget: 1999.
- IVO, Nuno e MASCARENHAS, Óscar – *O Processo Casa Pia na Imprensa – A nuvem de chumbo* – Lisboa, Publicações D. Quixote: 2003.
- GREVISSE, Benoît – *L’Affaire Dutroux et les médias – Une révolution blanche des journalistes?* – Lovain-La-Neuve, Academia Bruylant: 1999.
- MESQUITA, Mário – *O Jornalismo em Análise – A coluna do Provedor dos Leitores em análise*, Coimbra, Minerva: 1998.
- MESQUITA, Mário (2001) ‘Metajornalismo ou auto-regulação informal?’, in *Revista Jornalismo & Jornalistas*, n.º 7 – Julho/Setembro de 2001, p. 14-16.
- SMITH, Ron R. – *Grosping form Ethics in Journalism* – Ames, Iowa State University Press: 1999.

Referências da comunicação social

- ‘Pedofilia sem castigo’, in *Expresso* de 23 de Novembro de 2002.
- ‘Pesadelo escondido’, in *Visão* de 28 de Novembro de 2002.
- ‘O lugar dos *media* e o lugar da justiça’, Editorial do *Público* de 28 de Novembro de 2002.
- ‘A tragédia como espectáculo’, nota editorial do *Expresso* de 30 de Novembro de 2002.

- Elisa, Maria (2002) 'A pedofilia e os *media*', in *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2002.
- Silva, Francisco Azevedo (2002) 'Indignações', in *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2002.
- Mesquita, Mário (2002) 'Este artigo não é sobre a Casa Pia', in *Público* de 1 de Dezembro de 2002.
- Torres, Eduardo Cintra (2002) 'Excessos da TV ou receios do poder?' in *Público* de 3 de Dezembro de 2002.
- 'O lugar do jornalismo', coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 2002.
- Vaz, Júlio Machado (2002) 'Lixofilia', in *Jornal de Notícias* de 4 de Dezembro de 2002.
- 'Polícia com novas pistas', in *Expresso* de 7 de Dezembro de 2002.
- Pereira, José Pacheco (2002) 'A Caminho do Terceiro Mundo', in *Público* de 5 de Dezembro de 2002.
- Gonçalves, Alberto (2002) 'Liberdade a mais', in *Correio da Manhã* de 6 de Dezembro de 2002.
- Cabral, Manuel Villaverde (2002) 'No reino da impunidade', in *Diário de Notícias* de 6 de Dezembro de 2002.
- Mesquita, Mário (2002) 'Quem não salta é... pedófilo', in *Público* de 8 de Dezembro de 2002.
- Viegas, Francisco José (2002) 'Sociedade de cavalheiros', in *Jornal de Notícias*, 12 de Dezembro de 2002.
- Amaral, João, 'A força dos *media*', in *Expresso*.
- Barroso, Alfredo, 'Em directo da latrina', in *Expresso*.
- 'Em minha defesa', in *Diário de Notícias* de 17 de Abril de 2003.
- 'Crime ou cabala?', suplemento de 16 páginas da revista *Visão* de 22 de Maio de 2003.
- 'O 'ballet' cinzento da democracia', in *Público* de 8 de Junho de 2003.
- 'O jornalismo em questão', coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 2003.
- Costa, Artur (2003) 'A usurpação televisiva', in *Jornal de Notícias* de 18 de Setembro de 2003.
- 'Uma subtil pressão', coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias*, 22 de Setembro de 2003.
- Serrano, Estrela (2003) 'Desafios para 2004', in *Diário de Notícias* de Dezembro de 2003.
- Pinto, Manuel (2004) 'Uma atenção redobrada à cobertura do 'caso Casa Pia'', in coluna do Provedor dos Leitores do *Jornal de Notícias* de 6 de Março de 2004.
- Furtado, Joaquim (2004) 'Inocente até que...', coluna do Provedor dos Leitores do *Público* de 7 de Março de 2004.
- Marcelino, João (2004) 'Um crime de objectivo claro', editorial do *Correio da Manhã* de 8 de Agosto de 2004.

- Gaspar, Miguel (2004) 'Quando o anonimato fixa a agenda', in *Diário de Notícias* de 10 de Agosto de 2004.
- Fernandes, José Manuel (2004) 'Regresso à Casa Pia', editorial do *Público* de 10 de Agosto de 2004.
- Delgado, Luís (2004) 'Gravações: três pontos', in *Diário de Notícias* de 11 de Agosto de 2004.
- 'Sindicato contra divulgação', in *Correio da Manhã* de 12 de Agosto de 2004.
- Candeias, Cátia & Raimundo, Clara (2004) 'Directores de informação contra uso de gravações não autorizadas', in *Público* de 13 de Agosto de 2004.
- Marcelino, João (2004) 'O *Independente* de Serra Lopes', Editorial do *Correio da Manhã* de 14 de Agosto de 2004.
- Lopes, Octávio (2004) 'Pactuou com os bandidos', in *Correio da Manhã* de 14 de Agosto de 2004.
- Silva, João Cândido da (2004) 'A primeira pedra', in *Público* de 14 de Agosto de 2004.
- Moreira, Vital (2004) 'O jornalista, o polícia e o procurador', in *Público* de 17 de Agosto de 2004.
- Tavares, João Miguel (2004) 'Três notas sobre Agosto', in *Diário de Notícias* de 24 de Agosto de 2004

Flashback de 16 de Fevereiro de 2003 – TSF

- 'Fórum TSF' de 10 de Maio de 2004: 'Como avalia o papel da comunicação social na cobertura jornalística do processo Casa Pia?' – programa conduzido por Manuel Acácio, onde intervieram, entre outros, Manuel Pinto (Provedor dos Leitores do *JN*) e Estrela Serrano (ex-Provedora dos Leitores do *DN*).
- 'Clube de Jornalistas' da 2: – edição de 9 de Setembro de 2004.

Incidente com jornalistas portugueses no Iraque. Imprudência ou espírito missionário? A batalha dos argumentos nas colunas dos jornais

Madalena Oliveira

‘Guerra é guerra. E nós, jornalistas, somos sempre a parte mais vulnerável...’

Mário de Carvalho
in *Por dentro das Guerras* (p. 183)

Resumo: O chamado jornalismo de guerra é, desde o desenvolvimento de tecnologias que permitiram o relato de conflitos em directo, um dos tópicos mais estimulantes do debate em torno dos escolhos e dos desafios do ofício daqueles que têm por missão informar. Os riscos associados às movimentações dos jornalistas em campos de batalha são, com frequência, o fermento de notícias que enchem secções especializadas nos *media*. O baleamento de uma jornalista da SIC e o sequestro de um repórter da TSF, no Iraque, desencadearam na comunicação social portuguesa aquilo que, para efeitos desta análise, chamamos ‘jornalismo em causa própria’. Empolgado, emocionado, eventualmente parcial, este relato jornalístico, novo entre nós, permitiu a problematização de questões ligadas à preparação dos profissionais da comunicação social para o desempenho de funções em circunstâncias adversas à livre movimentação.

Introdução

Dizem os clássicos manuais de jornalismo que o jornalista nunca é notícia. O princípio condiz bem com a concepção do jornalismo como um observador ou supervisor dos poderes constituintes (legislativo, executivo e judicial), mas é alheio ao eminente poder dos próprios jornalistas. Na verdade, como justamente sustentava, no final de Novembro de 2003, um editorial do *Diário de Notícias*, ‘existem situações excepcionais que o [ao jornalista] tornam objecto

da sua própria missão¹. Situações porventura tão excepcionais como a guerra em que os jornalistas são, na opinião de Mário de Carvalho, ‘sempre a parte mais vulnerável’. Estranhos em terreno inseguro, ambiciosos por ofício e ávidos da notícia por obrigação, os jornalistas são, segundo muitos repórteres de guerra, uma presa fácil do acaso e da contingência de qualquer conflito.

O episódio de nove jornalistas portugueses no Iraque, precisamente em Novembro de 2003, é uma fiel ilustração do que pode acontecer quando o jornalista se torna, ele próprio, protagonista da notícia. Durante pelo menos quatro dias, Portugal inteiro, poderíamos dizer sem incorrer em exacerbações, vibrou com o risco e os perigos que enfrentaram os seus jornalistas, num dos palcos mais sangrentos da actualidade. Durante pelo menos quatro dias, do Iraque ouviu-se apenas o tormento de três dos nove repórteres envolvidos no incidente. A guerra passou a ser outra, naqueles dias. Foi a guerra que Maria João Ruela travava com os ferimentos da bala que a atingiu e a guerra de Carlos Raleiras, durante as 36 horas do seu sequestro.

Noticiado com todo o fervor, o incidente, certamente um dos mais mediáticos de sempre na história do jornalismo português em conflitos armados, tolheu os jornalistas num dos mais invulgares embaraços: o de serem, eles próprios, notícia e centro das atenções uns dos outros. O efeito parece ter sido único entre os jornalistas portugueses, resultando numa espécie de jornalismo em causa própria, um fenómeno que surpreendeu público e críticos dos *media*.

‘O dia em que os jornalistas foram notícia’²

Apesar de, entre Fevereiro e Abril de 2003, vários jornalistas terem estado no Iraque, por ocasião da cobertura da II Guerra do Golfo, em grupo voltam lá apenas em Novembro, a convite do contingente da GNR, enviado pelo Governo português para o Iraque. Os jornalistas viajam com os militares, no dia 13 de Novembro, do Aeroporto de Figo Maduro até ao Kuwait, e só até ao Kuwait. Assim ditam as instruções que pelo menos alguns dizem conhecer desde a altura em que foram destacados pelos respectivos órgãos de comunicação social para aquele serviço. No Kuwait, os GNR seguiriam então para Bassorá³, por via terrestre, não podendo levar consigo os jornalistas. Alguns protestam e dizem mais tarde que não tinham sido informados desta restrição. Outros, porém, garantem saber exactamente em que condições podiam viajar

¹ ‘A missão de informar’, editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 15 de Novembro de 2003.

² Toma-se aqui de empréstimo as palavras do título de um trabalho de reportagem de Sofia Lorena, a enviada especial do jornal *Público* ao Iraque, sobre o assalto de que o grupo de nove jornalistas foi vítima – jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

³ Embora com destino a Nassiryah, a guarda militar portuguesa teve que aguardar no aquartelamento britânico de Bassorá pela criação de condições para seguir até ao destino final, por causa de alterações à estrutura de força provocadas pelo atentado que dias antes tinha marado quase duas dezenas de militares italianos.

com a guarda militar, pelo que já teriam partido de Portugal com a noção de que estariam por sua conta e risco a partir do Kuwait.

Por isso, em grupo, os jornalistas organizam-se, alugam carros, que as vezes mais críticas disseram ser bons demais e, portanto, inadequados para entrar no Iraque, e arriscam-se à fronteira. São, no entanto, impossibilitados de atravessar para aquele país, pelo que voltam para trás. No dia seguinte, repetindo o trajecto, entram finalmente em território iraquiano, ao final da manhã. Porém, poucos quilómetros depois da fronteira, são perseguidos por um grupo de assaltantes armados. Começa, aqui, uma perseguição cujos *croquis* foram extenuantemente exibidos pelas estações de televisão portuguesa. Dois dos jipes, onde seguiam as equipas da RTP, TVI, *Público* e *Rádio Renascença* conseguem escapar, mas o jipe onde seguiam os repórteres da SIC e da TSF é barrado. Os assaltantes disparam e atingem Maria João Ruela. Rendidos, os jornalistas param e entregam-se aos assaltantes que abandonam a jornalista e o repórter de imagem da SIC na estrada e levam sequestrado o repórter Carlos Raleiras. Depois de dado o alarme em Portugal⁴, seguem-se os esforços do Governo português e das autoridades britânicas que, em articulação com a TSF e a PT/Lusomundo, tentam negociar a libertação do jornalista. Os raptores exigem o pagamento de um resgate no valor de 50 mil dólares americanos⁵. Sem que seja claro se houve ou não o pagamento do resgate solicitado, ao fim da tarde do dia 15, depois de 36 horas de cativo, o jornalista é finalmente libertado⁶. Entretanto, Maria João Ruela, assistida num hospital militar britânico, recebe os cuidados urgentes aos ferimentos da bala e acaba por ser transportada por um avião fretado pelo INEM de regresso a Portugal, três dias depois do episódio. Os repórteres dos outros órgãos de comunicação social, que escaparam ilesos da perseguição e do assalto, passam os dias que se seguem a falar das circunstâncias do assalto e repetem com Carlos Raleiras as peripécias do repórter, refém de ladrões ‘Ali Babás’⁷. É assim invertida a lógica do seu trabalho no terreno, quase deixando de se ouvir em Portugal informação sobre o conflito em curso no território iraquiano.

Do incidente e da persistência das restrições impostas pelos militares portugueses relativamente à questão da segurança dos jornalistas decorre finalmente a definição de uma nova (ainda que não inovadora) estratégia de cobertura noticiosa: o sistema de *pools*⁸. Fazendo face à garantia de protecção de ape-

⁴ Em Portugal, a notícia foi conhecida apenas por volta das 12 horas, quase quatro horas depois de a TSF ter sido informada do sucedido. Por embargo solidário, todos os órgãos de comunicação social portugueses respeitaram a dificuldade da TSF em contactar a esposa de Carlos Raleiras, não tendo avançado com a notícia antes de a estação de rádio prevenir a família do repórter acerca do rapto.

⁵ ‘Carlos Raleiras: Um desaparecido que «vale» 50 mil dólares’ – jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

⁶ ‘«OK, estás livre, podes ir para o Kuwait»’ – jornal *Público* de 16 de Novembro de 2003.

⁷ ‘História de um refém de Ladrões «Ali Babás»’ – jornal *Público* de 17 de Novembro de 2003.

⁸ Um trabalho publicado no jornal *Público* de 1 de Dezembro de 2003, sob o título ‘As *pools* em diferentes conflitos’, explicava: ‘o sistema de *pools* tornou-se relativamente comum na cobertura jornalística de diversos

nas quatro ou cinco jornalistas, a criação de uma *pool* no Iraque torna-se a condição de permanência naquele território. No entanto, assegurado inicialmente por uma equipa da TVI, o sistema de repórteres *embedded* não dura muito, sendo interrompido no dia 4 de Dezembro, na sequência do conselho dos GNR aos jornalistas para abandonarem o país, por não haver mais condições de garantir a segurança de qualquer profissional.

A batalha dos argumentos nas colunas dos jornais

Na primeira edição do programa ‘Clube de Jornalistas’ da 2:, Augusto Santos Silva dizia que ‘um dos elementos da surpresa com que os jornalistas se descobriram em crise tem a ver com o facto de ter feito parte da sua cultura profissional acharem que eram eles que tinham que criticar os outros e que eles próprios não podiam ser objecto de crítica’⁹. Não sendo certo que se referisse exactamente ao incidente dos jornalistas portugueses no Iraque dois meses antes, a verdade é que o sociólogo se referia assim ao, cada vez mais frequente, processo de auto-avaliação dos jornalistas nas próprias páginas dos jornais. Não sendo imunes ao olhar escrutinador da opinião pública, os jornalistas, em especial os chamados repórteres de guerra, estiveram debaixo de olho de críticos e analistas do desempenho da comunicação social por referência inevitável ao assalto sofrido no Iraque.

Pouco habituados a ser notícia, os jornalistas foram confrontados com a excepcional situação de se tornarem objecto da sua própria missão. Não sendo, porém, a primeira vez que os jornalistas se fizeram objecto do seu próprio trabalho, o incidente no palco de guerra atestou a certeza de Mário de Carvalho, repórter experimentado em trinta anos de cobertura de conflitos para a cadeia de televisão norte-americana CBS: ‘Guerra é guerra. E nós, jornalistas, somos sempre a parte mais vulnerável...’ (Carvalho, 2003:183).

A notícia encheu primeiras páginas, esgotou tempos de antena e expôs os jornalistas a sentenças da mais variada ordem. Excomungados por uns por terem ousado entrar no Iraque à revelia de todas as recomendações em contrário, pela imprudência e falta de experiência de que foram acusados, tornados heróis por outros, para quem, pelo dever de informar, desafiaram limites num gesto quase altruísta, os jornalistas sofreram a humilhação da inversão de papéis. Foram acusados de amadorismo, de falta de profissionalização, de excessiva ousadia, de inadvertência em decisões de alto risco, em que pode

conflitos armados das últimas décadas’. O mesmo artigo esclarecia ainda que o sistema ‘tem sido visto nos meios jornalísticos mais como uma forma de controlar o acesso à informação do que – como agora acontece com os jornalistas portugueses no Iraque – um meio de garantir a protecção dos profissionais de informação ou expediente voluntário para reduzir custos’.

⁹ Intervenção no programa ‘Clube de Jornalistas’ da 2: – edição de 11 de Janeiro de 2004.

estar em causa a diferença entre a vida e a morte. Criticados por companheiros de ofício que consideraram que a ponderação do risco tem de ser sistemática e deve começar na preparação dos recursos e garantias antes da partida, os jornalistas envolvidos no incidente foram acusados de querer ‘sol na eira e... chuva no nabal’. Num artigo assim intitulado, Joaquim Fidalgo dizia, na sua coluna semanal no jornal *Público* de 26 de Novembro de 2003, que ‘não se pode querer ao mesmo tempo sol na eira e chuva no nabal; ou seja, não se pode reclamar a máxima protecção das forças militares e policiais e, simultaneamente, uma completa e absoluta liberdade de movimentos’.

O dia em que os jornalistas foram notícia foi o dia da maior solidariedade de alguns, mas também o dia da mais humilhante reprovação de outros. O episódio que abriu telejornais e interrompeu emissões de rádio foi, para José Manuel Fernandes, a ilustração dos ‘riscos desta profissão’¹⁰. Nestes momentos, considerou o director do *Público*, ‘estamos entregues a nós próprios, à nossa avaliação da situação, à capacidade de saber até onde se pode ir ou onde se deve parar’.

Mais uma vez vítima das críticas mais severas, a televisão foi alvo de desonrosas reprovações. Na habitual análise ao alinhamento dos telejornais das três estações de televisão, o *Diário de Notícias* sublinhava o exagero cometido na emissão de mais de metade dos serviços informativos da noite exclusivamente sobre o incidente dos jornalistas portugueses no Iraque¹¹. Também Eduardo Cintra Torres assinalou que ‘durante quatro dias os jornalistas falaram apenas dos jornalistas’¹². Qualificando a cobertura do episódio como o ‘pior jornalismo que se pode prestar ao país’, o crítico de televisão considerou o tratamento jornalístico do incidente como ‘desinformador pelo excesso de enfoque e de emoção nos assaltados’. Relativamente à cobertura jornalística do incidente com os jornalistas, Estrela Serrano, à altura do episódio Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias* concluía que, apesar de ser admissível o olhar lançado pelos *media* ao sucedido, se deveria discutir o enfoque e dimensão conferidos às notícias. Na opinião da ex-provedora, o assalto seria notícia em qualquer país, mas importaria considerar ‘a ausência de matéria informativa, substituída (...) pelo relato das «peripécias» que envolveram a chegada dos jornalistas e dos militares da GNR’¹³.

No entanto, não só de uma análise ao tipo de cobertura que os *media* empreenderam do incidente se fizeram as práticas metajornalísticas, ou seja, os enunciados produzidos nos jornais em torno do desempenho dos jornalistas. Na verdade, uma boa parte das críticas foi dirigida aos próprios jornalistas envol-

¹⁰ ‘Duas notas’, José Manuel Fernandes, editorial do jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

¹¹ ‘O mundo são os jornalistas’, in jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003.

¹² ‘Jornalista entrevista Jornalista sobre Jornalista’, Eduardo Cintra Torres, in jornal *Público* de 24 de Novembro de 2003.

¹³ ‘Os nossos jornalistas no Iraque’, Estrela Serrano, coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2003.

vidos no assalto, tendo sido questionado o *modus operandi* dos profissionais especialmente enviados ao local, mas também das próprias empresas responsáveis pelos jornalistas. E se é verdade que a opinião de editores e directores de informação glorificou, por assim dizer, a missão de informar e a coragem dos jornalistas para enfrentar os riscos do ofício, também é verdade que, por outro lado, outros jornalistas (alguns repórteres especializados em situações de conflito) e críticos sem responsabilidades directivas criticaram sobretudo o amadorismo e a falta de profissionalização e de cálculo de risco.

Sublinhando permanentemente a qualidade de vítimas dos jornalistas em causa, directores e editores pronunciaram-se sobretudo de modo a desculpar os profissionais envolvidos. Em editorial, a direcção do jornal *Diário de Notícias* chegava a admitir que ‘o problema dos jornalistas molestados no Iraque foi estarem à hora errada no lugar errado’¹⁴. Para além disso, contra-argumentando as críticas relativas às garantias de segurança, o mesmo editorial lamentava a impossibilidade de ‘garantir a segurança absoluta numa zona de alto risco como é hoje o território do Iraque’. Considerando que toda a segurança é importante, a direcção daquele jornal admitia que ‘nunca é suficiente para quem tem, por dever e imposição pessoal, a missão de informar’. Um pouco mais contido, o director do jornal *Público* dizia, no mesmo dia, que ‘o drama dos (...) colegas que foram vítimas de um assalto armado ilustra bem os riscos desta profissão, sobretudo quando se trabalha numa zona tão perigosa como o Iraque’¹⁵.

Não parecendo tolerar a ideia de vitimização, Cândida Pinto, Carlos Fino e Hernâni de Carvalho consideraram que ‘o caso dos jornalistas portugueses alvo de sequestro, baleamento e perseguição deve constituir um marco de aprendizagem e exigência de meios adequados’¹⁶. Carlos Fino em particular admitia, neste trabalho de reportagem de Eduarda Ferreira, ter-se questionado sobre ‘até que ponto vale a pena arriscar a vida por uma notícia’. Além disso, apontava a ‘avaliação, precaução e exigência de condições’ como critérios fundamentais de preparação de um trabalho em cenário de guerra.

Por seu lado, Marcelo Rebelo de Sousa, comentando o incidente no telejornal da TVI na noite do domingo a seguir ao assalto, referia-se a um ‘amadorismo de parte a parte’. Censurando a imprudência dos repórteres, o comentador dizia não fazer sentido que os jornalistas tivessem ‘entrado ao acaso no Iraque, alguns deles sem visto’. Para o Professor de Direito, tratou-se ‘de uma maneira muito portuguesa de estar na vida: «Se Deus quiser eu entro e não acontece nada...»’¹⁷ Ora, de impreparação falou também Luís Costa, quando procurava entender uma certa vitimização desajustada. Na sua opinião, para além

¹⁴ ‘A missão de informar’, editorial do jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003.

¹⁵ ‘Duas notas’, José Manuel Fernandes, editorial do jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

¹⁶ ‘Sem redoma na guerra’, Eduarda Ferreira, in *Jornal de Notícias* de 16 de Novembro de 2003.

¹⁷ Marcelo Rebelo de Sousa, comentário no ‘Jornal Nacional’ da TVI, no dia 16 de Novembro de 2003.

da falta de preparação, os ‘jovens e desamparados jornalistas portugueses’ foram também vítimas ‘dos descuidos e do voluntarismo inadmissíveis dos respectivos órgãos de comunicação social e dos responsáveis político-militares portugueses’¹⁸. Por seu lado, considerando que deve evitar-se que os jornalistas sejam motivo da reportagem, Mário Rui de Carvalho considerou, também ele nas páginas do jornal *Público*, que o Sindicato dos Jornalistas e os responsáveis de todas as empresas de comunicação social devem ‘implementar um sistema de cursos regulares e intensivos, que assegurem a formação necessária para se fazer frente aos perigos e ao caos’ com que os repórteres se confrontam na cobertura das guerras. Advertindo para a necessidade de investir na preparação dos jornalistas, Mário de Carvalho acautelou que ‘os jornalistas portugueses devem ser treinados não na arte da guerra mas sim na arte de seguir a guerra’¹⁹.

Multiplicadas em colunas de opinião, as vozes contra e a favor dos procedimentos assumidos geraram uma discussão imparável em torno da aventura da informação. O que aconteceu? Como? Porquê? As perguntas esgotaram o esforço de encontrar resposta para a crise momentânea que avassalou o jornalismo português, permitindo, por outro lado, questionar as circunstâncias e as condições de segurança do exercício do jornalismo em situação de conflito.

Das missões impossíveis às emissões possíveis

O assalto, sequestro e baleamento dos jornalistas portugueses no Iraque provou que, ao contrário do que diria Serge Halimi, em *Os Novos Cães de Guarda*, as perguntas que habitualmente norteiam a pirâmide informativa – Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê? – são cada vez mais colocadas ‘quando se trata de informar sobre... a informação’ (Halimi, 1998:8). O exercício foi por demais evidente no contexto deste episódio decorrente da actividade dos jornalistas, tendo suscitado a problematização da profissão e dos seus riscos. A análise destas práticas, a que chamamos metajornalísticas por serem, de algum modo, uma espécie de jornalismo sobre jornalismo, resulta num elenco de questões levantadas ao exercício de uma das profissões mais controversas. Na verdade, enunciado por críticos, provedores dos leitores, repórteres e, nalguns casos, por leitores, ouvintes e telespectadores, em fóruns de opinião (casos especiais da SIC Notícias e da TSF) ou em páginas consagradas à expressão de opinião, este discurso avaliativo da prática dos jornalistas retoma problemáticas, em certa medida, tão antigas quanto a cobertura noticiosa de situações de conflito e levanta outras, porventura, novas, pelo menos no contexto por-

¹⁸ ‘Repórteres de guerra’, Luís Costa, in jornal *Público* de 20 de Novembro de 2003.

¹⁹ ‘Parem lá com isso!’, Mário de Carvalho, in jornal *Público* de 23 de Novembro de 2003.

tuguês. Por outro lado, no sentido em que discute a legitimidade dos procedimentos adoptados, o discurso mediático acerca dos próprios *media* e dos seus profissionais revela ser uma espécie de instância reguladora da profissão. Estrutura escrutinadora por excelência, a prática metajornalística desempenhou, no caso em análise, o papel de discutir os contornos do trabalho desenvolvido por profissionais da informação, interrogando não só a alegada impossibilidade da missão de informar, como também a validade daquilo que alguns chamam em circunstâncias similares ‘a reportagem possível’. Nas páginas que se seguem, consideramos as questões esboçadas no decurso do debate instaurado durante o trabalho dos jornalistas portugueses, junto da guarda militar portuguesa no Iraque.

Segurança e liberdade

Uma das questões fundamentalmente discutidas nos debates televisivos (em especial, senão mesmo exclusivamente, na SIC Notícias), que se seguiram às horas de aflição dos jornalistas no Iraque, foi precisamente a da relação entre as condições de segurança e a garantia de liberdade de acção dos jornalistas, em territórios de guerra. De facto, como sublinhou Joaquim Fidalgo no jornal *Público* de 26 de Novembro de 2003, a protecção de forças militares e a absoluta liberdade de movimentos são, por natureza, incompatíveis. De acordo com o ex-Provedor dos Leitores daquele jornal, ‘se se opta por esta total liberdade (mesmo pelos melhores motivos de «não fazer a informação esperar»), não fica bem, depois, vir acusar as forças de segurança de não terem «segurado». Ou exigir-lhes que paguem as consequências’.

Apesar de a legislação de imprensa e o próprio Estatuto do Jornalista preverem a total liberdade de acção dos jornalistas, consignada aliás no preceito de liberdade de expressão e de imprensa, o certo é que, em situações excepcionais como os conflitos armados, não raras vezes, os jornalistas ficam condicionados à disponibilidade de forças de segurança que garantem as suas condições de permanência, em territórios de alto risco. Omissos quanto à obrigatoriedade e ao tipo de protecção devidos aos jornalistas, neste tipo de circunstâncias, os códigos de conduta e os próprios manuais de jornalismo não são muito férteis na discussão sobre a articulação entre as condições mínimas de trabalho (neste caso, de segurança) e as exigências máximas de prestação do serviço (a liberdade absoluta de movimentos, contactos e recolha de informação).

A questão da relação entre segurança ou protecção e liberdade esbarra naturalmente com o ideal de independência, sendo certo que, como atalhou Joaquim Fidalgo, ‘ser independente muitas vezes não é fácil – nem barato. É mais simples apanhar umas boleias da tropa, beneficiando assim da sua protecção,

mesmo à custa de uma menor mobilidade ou de um estreitamento do raio de acção no terreno'. Sendo válida para outras circunstâncias de semelhante amplitude, nomeadamente para o contexto de outros palcos de guerra ou de risco físico dos jornalistas, a questão da independência, entendida como fulcral para o exercício pleno do jornalismo, permanece constantemente aberta às vivências partilhadas por repórteres experientes, nomeadamente em livros de relatos na primeira pessoa, como os que, por exemplo, Manuel Acácio (*Timor – Peregrinos da Liberdade*), Mário de Carvalho (*Por dentro das Guerras*), Carlos Fino (*Guerra em Directo*) e Carlos Raleiras (*36 Horas de Emissão Impossível*) editaram, reportando-se à experiência pessoal em cenários de guerra.

Embedment e neutralidade

No epílogo da confirmada insegurança dos jornalistas portugueses no Iraque e da anunciada garantia de protecção a apenas quatro ou cinco profissionais, um novo aspecto ganhou corpo nas observações de comentadores: o sistema de *pools* e os repórteres *embedded*. A história das *pools*, como estratégia de cobertura mediática de acontecimentos em situações de conflito, está, habitualmente, ligada à ideia de uma espécie de censura ou, no mínimo, controlo da informação difundida, ainda que sob a capa de alegada ausência de condições de segurança para o trabalho dos repórteres em campo. Embora, no caso português, a informação resultasse da recolha feita pelos próprios jornalistas e não exclusivamente de comunicados oficiais e material cedido uniformemente por elementos das tropas no terreno, o facto de estar implícita a 'incorporação' dos repórteres na rotina dos militares não passou despercebida aos olhos críticos. O sistema de *pools* compromete ou não a neutralidade dos jornalistas? Mário Rui de Carvalho assegurava, no jornal *Público*, no mesmo artigo em que sugeria precisamente a criação de 'uma *pool* em sistema de rotatividade' que 'estar integrado, estar *embedded*, numa unidade militar ou policial não tem nada de sinistro no que respeita à desejada neutralidade dos jornalistas, como alguns gostam de insinuar'²⁰. Alertando, porém, para o facto de o sistema obrigar ao cumprimento de regras, o repórter garantia que de modo nenhum a imparcialidade dos jornalistas é perturbada ou afectada.²¹

²⁰ 'Parem lá com isso!', Mário de Carvalho, in jornal *Público* de 23 de Novembro de 2003.

²¹ Mário de Carvalho reporta-se, neste texto, a algumas das regras que teve que observar no Iraque; onde trabalhou 'incorporado' no exército norte-americano: 'não divulgar notícias, fotos ou imagens de soldados mortos ou feridos antes que as autoridades tivessem tido tempo de informar previamente as respectivas famílias; e, por questões de segurança (...) não divulgar a posição das tropas durante operações de natureza militar'.

Preparação pessoal para enfrentar os desafios de situações de risco

Absolutamente criticada por quase todos os comentadores não jornalistas, ou pelo menos, sem responsabilidades editoriais, a impreparação pessoal dos repórteres para se movimentarem em territórios de conflitos armados foi um dos temas centrais da análise do incidente no Iraque. Tendo em conta a sua validade para quaisquer outros conflitos, a questão parecia reunir consenso em torno da constatação da necessidade de passarem a fazer parte da formação dos jornalistas conteúdos relativos a segurança pessoal e a treino de movimentação em terrenos de risco. Menos consensual, porém, terá sido a questão da responsabilização das empresas de comunicação social relativamente aos seus enviados especiais. Deverão os responsáveis dos órgãos assumir, de igual modo, a responsabilidade pela preparação dos seus repórteres? Embora não tendo sido definida uma resposta efectiva, o certo é que o grupo PT/Lusomundo, detentor dos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias* e da rádio TSF, agendou para os meses que se seguiram ao incidente um curso de formação para um grupo de jornalistas, com vista à sua preparação para trabalhos em terrenos de risco.

Jornalismo em causa própria

Há pelo menos uma década, os jornais de âmbito nacional consagraram secções especializadas em *media*. Desde esse momento, passaram a fazer parte da actualidade, de forma regular e sistemática, notícias sobre o jornalismo e os jornalistas. Não foram, por isso, novidade as páginas que se escreveram sobre o incidente. No entanto, pela primeira vez, uma casualidade afectou tão directamente, em situação absolutamente excepcional, um grupo de jornalistas portugueses. Pela primeira vez, o tipo de notícias habitualmente remetidas para a secção especializada foi mais do que uma notícia de agência, tocando em particular o jornalismo nacional. Neste contexto, uma das questões legítimas da abordagem ao tipo de cobertura empreendido prende-se com um tópico equacionado por Estrela Serrano: o de saber qual a medida certa para o enfoque e a dimensão conferidos à notícia, quando se está perante uma espécie de jornalismo em causa própria.

Dizíamos, na introdução deste capítulo, que, de acordo com os manuais clássicos de jornalismo, os jornalistas não são, por norma, notícia. No entanto, a excepcionalidade de determinadas situações confere-lhes o privilégio do desvio da regra. Provando que os bastidores e as circunstâncias de produção da informação também são matéria de interesse público, o incidente no Iraque confirma a tese de que os jornalistas reconhecem ao público o direito de avaliar por si próprio o desempenho dos profissionais da informação, tendo

por base o conhecimento do seu *modus operandi*. Ainda assim, estarão sempre subjacentes a esta abertura críticas relativas ao fomento do espectáculo mediático pela exibição de pormenores e pelos relatos emocionados de peripécias com traços de heroísmo.

Positivamente disponível para morrer

A palavra *risco* é, sem dúvida, a de maior recurso sempre que se fala de jornalismo em contexto de guerra. Embora muitos tenham sido os que justificaram o incidente como obra do acaso e não como fruto dos perigos iminentes de um país em guerra²², o certo é que está sempre implícito, no trabalho de enviados especiais a cenários de guerra, a ideia ou a consciência de alto risco. Alvos fáceis ou não, o certo é que, pela avidez de notícia com que partem para locais de reportagem de absoluta ameaça à segurança, os jornalistas são sempre associados a um ofício considerado, ele próprio, de alto risco.

O número crescente de notícias de assassinatos, mortes acidentais e de raptos, maus-tratos e violações a jornalistas em contextos de combate militar impulsionou o debate em torno dos limites à chamada missão de informar. Carlos Fino, que relatou na primeira pessoa, no livro *Guerra em Directo*, inúmeras situações tangentes ao perigo, interrogava-se, a propósito do infortúnio de Carlos Raleiras e Maria João Ruela no Iraque, acerca do limite para arriscar a vida por uma notícia. Deve uma notícia ser alcançada a qualquer preço, independentemente das ameaças que significa para o jornalista? Os mais ousados dirão que sim, os mais experientes acautelam a necessidade de ponderação e bom senso. Os manuais não formulam técnicas capazes de responder com a enunciação de um princípio balizador da actividade, o que, só por si, reforça a pertinência dos exercícios metajornalísticos na reflexão sobre os desígnios da actividade de informar.

Os jornalistas são trabalhadores diferentes?

Ainda que, por dever constitucionalmente determinado, compita ao Estado português o auxílio aos seus cidadãos no estrangeiro, o apoio prestado a Maria João Ruela, sobretudo no que concerne ao seu transporte de regresso a Portugal, não foi consensualmente aprovado. Na verdade, o facto de o Governo português se ter prestado a fretar um avião do INEM para assegurar o transporte da repórter do Kuwait para o Aeroporto de Figo Maduro valeu, especialmente por parte de leitores e telespectadores, sérias interrogações aos

²² O próprio Carlos Raleiras afirma, no seu livro *36 Horas de Emissão Impossível* que o problema do grupo de jornalistas portugueses no Iraque foi terem estado à hora errada no local errado.

privilégios concedidos. Uma leitora, cuja indignação o jornal *Público* publicou na secção ‘Cartas ao Director’ da edição de 18 de Novembro de 2003, perguntava mesmo se o tratamento dado à repórter da SIC seria igual para todos. Contestando o facto de o repatriamento da jornalista ter sido pago pelo Governo português, nas suas palavras, ‘pago por todos nós, contribuintes’, esta leitora sugeria que fosse a SIC, empresa privada, a assumir os custos. Do mesmo modo, manteve-se durante os dias de desassossego a dúvida acerca do pagamento ou não do resgate de Carlos Raleiras e, em caso de se ter cumprido a exigência dos raptos, quem teria disponibilizado a quantia reclamada. O governo português? A PT/Lusomundo? Algumas notícias posteriores negavam o pagamento do resgate e afirmavam que a factura do INEM tinha sido paga pela SIC. O que, a confirmar-se, não dissipa as dúvidas levantadas sobre o carácter excepcional que, pelo menos aparentemente, os jornalistas tiveram ou têm perante a diplomacia portuguesa.

Pretexto para discutir, em termos gerais, aquilo que se convencionou chamar de jornalismo de guerra, as desventuras dos jornalistas portugueses no Iraque e o tratamento informativo do incidente pelos *media* portugueses tiveram o mérito de alertar para a necessidade de debater com o público os procedimentos e as condições inerentes à prática jornalística. Para além do imperativo de desvendar a verdade das guerras, ficou claro para os jornalistas que o reconhecimento do trabalho que empreendem depende, em larga escala, da capacidade que tiverem de, na ausência de uma entidade efectivamente reguladora da actividade, se prestarem à contínua e transparente avaliação das suas condutas.

Cronologia

- 03.2003 José Manuel Rosendo (Antena 1) e Alfredo Leite (*JN*) são detidos na Turquia na sequência de uma reportagem feita numa aldeia curda. – Uma equipa da RTP é detida pela polícia militar norte-americana sob a acusação de espionagem.
- 12.11.2003 Os jornalistas Alfredo Cunha e Domingos Andrade (*JN*) e José Miguel Rosendo (Antena 1) assistem ao ataque a uma instalação em Nassiryah que vitima 14 militares italianos.
- 13.11.2003 José Manuel Rosendo (Antena 1) é assaltado por um grupo armado na estrada que liga Nassiryah a Bassorá. O jornalista sai ileso, mas os assaltantes levam-lhe a bagagem, o equipamento e o jipe. – Nove jornalistas portugueses são convidados a acompanhar a viagem do contingente da GNR do Aeroporto de Figo Maduro até ao Kuwait. Impossibilitados de seguirem até Bassorá com os militares portugueses, os jornalistas tentam entrar por conta e risco próprios no Iraque. Fracassada a primeira tentativa, preparam de novo a viagem para pas-

sar a fronteira. Maria João Ruela conta em directo para a SIC como decorrem os preparativos e quais são os planos para o dia seguinte.

- 14.11.2003 O grupo de nove jornalistas portugueses atravessa a fronteira entre o Kuwait e o Iraque, mas é assaltado poucos quilómetros depois. Dois jipes (onde seguiam nomeadamente os repórteres da TVI e da RTP) conseguem escapar do assalto, mas Maria João Ruela (SIC) é baleada e abandonada com Rui do Ó. Carlos Raleiras (TSF) é raptado. Os raptadores pedem um resgate de 50 mil dólares americanos. – Autoridades portuguesas e britânicas negociam com os raptadores a libertação do jornalista. O presidente da Lusomundo Media mostra-se disponível para pagar o resgate. – O governo português afasta responsabilidades no incidente dos jornalistas portugueses no Iraque, uma vez que não terá havido garantias de segurança para a permanência dos jornalistas no território iraquiano.
- 15.11.2003 A jornalista Sofia Lorena, enviada do *Público* ao Iraque, admite que os militares não aconselharam que os jornalistas seguissem sozinhos, até porque os jornalistas britânicos nunca entram sozinhos. – Os restantes jornalistas destacados no Iraque prosseguem os trabalhos alojados em dois grupos: um num quartel britânico, o outro num hotel em Bassorá. Grande impasse a propósito das condições de instalação dos jornalistas. – Carlos Raleiras é libertado e garante querer continuar no Iraque a cumprir a sua tarefa. – Maria João Ruela conta por telefone, do hospital das forças militares britânicas onde é assistida, o que lhe aconteceu e como se sente.
- 16.11.2003 De acordo com o *JN*, os jornalistas portugueses permanecem no Iraque ‘votados ao mais completo abandono’. Enquanto isso, alguns jornalistas negociam os seus vistos para voltar ao Kuwait, por considerarem a situação iraquiana muito perigosa. – Interrogados pelo *JN*, os repórteres Cândida Pinto, Carlos Fino e Hernâni Carvalho dizem que o incidente dos jornalistas portugueses deve ser tomado como exemplo da inexperiência para acautelar imprevistos. Para os repórteres, a ponderação do risco tem de ser sistemática e deve começar na preparação dos recursos e garantias antes da partida.
- 17.11.2003 João Pedro Fonseca, jornalista do *DN*, defende que na situação vivida pelos jornalistas portugueses no Iraque só há uma solução: correr o risco.
- 19.11.2003 O PS apresenta um requerimento à AR em que questiona o Governo sobre as circunstâncias em que os jornalistas viajaram até ao Kuwait.
- 20.11.2002 Explosão no *Hotel Palestina*, onde estão alojados os jornalistas.
- 22.11.2003 Os directores de informação dos três canais televisivos portugueses decidem criar uma *pool* no Iraque, para fazer face à imposição de apenas quatro jornalistas com protecção.

05.12.2003 A equipa da TVI, seleccionada como a primeira de entre as que vão revezar-se na *pool* do Iraque, regressa a Lisboa, por falta de protecção da GNR.

Referências bibliográficas

- ACÁCIO, Manuel – *Timor: Peregrinos da liberdade* – Lisboa, Notícias Editorial: 2003.
- BERNIER, Marc-François – *Les Planqués – Le journalisme victime des journalistes* – Québec, VLB Éditeur: 1995.
- CARVALHO, Mário e COSTA, Luís – *Por dentro das Guerras* – Lisboa, Prime Books: 2003.
- FINO, Carlos – *A Guerra em Directo* – Lisboa, Verbo: 2003.
- HALIMI, Serge – *Os Novos Cães de Guarda* – Oeiras, Celta: 1998.

Referências da comunicação social (Imprensa e TV)

- ‘A missão de informar’, editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 15 de Novembro de 2003.
- ‘O dia em que os jornalistas foram notícia’, in jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.
- ‘Carlos Raleiras: Um desaparecido que «vale» 50 mil dólares’, in jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.
- ‘«OK, estás livre, podes ir para o Kuwait»’, in jornal *Público* de 16 de Novembro de 2003.
- ‘História de um refém de Ladrões «Ali Babás»’, in jornal *Público* de 17 de Novembro de 2003.
- Fernandes, José Manuel (2003) ‘Duas notas’, editorial do jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.
- ‘O mundo são os jornalistas’, in jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003.
- Torres, Eduardo Cintra (2003) ‘Jornalista entrevista Jornalista sobre Jornalista’, in jornal *Público* de 24 de Novembro de 2003.
- Serrano, Estrela (2003) ‘Os nossos jornalistas no Iraque’, coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2003.
- Ferreira, Eduarda (2003) ‘Sem redoma na guerra’, in *Jornal de Notícias* de 16 de Novembro de 2003.
- Costa, Luís (2003) ‘Repórteres de guerra’, in jornal *Público* de 20 de Novembro de 2003.
- Carvalho, Mário de (2003) ‘Parem lá com isso!’, in jornal *Público* de 23 de Novembro de 2003.
- Programa ‘Clube de Jornalistas’ da 2: – edição de 11 de Janeiro de 2004.
- ‘Jornal Nacional’, da TVI – edição de 20 de Novembro de 2003.

A queda da ponte de Entre-os Rios: Exibição em directo da dor e do luto

Sandra Marinho

Resumo: É nas sociedades democráticas, assentes em valores como a liberdade e o pluralismo, que se verificam as condições para o exercício do jornalismo. São estes mesmos princípios que fazem com que o trabalho dos jornalistas também possa, e deva, ser discutido por jornalistas, cidadãos e detentores de órgãos de poder público, nos e pelos próprios órgãos de comunicação social.

Esta é uma prática que se quer contínua e integrante do processo de produção jornalística, mas que emerge com mais força e acutilância em situações específicas, quando se trata de avaliar a cobertura de certos acontecimentos, particularmente aqueles que são imprevistos, implicam os poderes públicos e acarretam graves consequências, como a morte: o caso da queda da ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios, é disso exemplo. O acompanhamento jornalístico deste acontecimento suscitou diversas críticas, algumas até bastante violentas, por parte de diversos interlocutores, levando até à emissão de um comunicado por parte do Sindicato dos Jornalistas. A procura de informação sobre a ‘tragédia’ fez com que os principais jornais diários portugueses tivessem aumentado as tiragens nos dias seguintes, o *Jornal de Notícias* distribuiu uma edição extra e as televisões viram subir a audiência média.

No âmbito deste trabalho, propomo-nos dar conta das principais ideias do debate que então se verificou, identificando e caracterizando os argumentos que contribuíram para a problematização do jornalismo e procurando perceber até que ponto estas práticas configuram novos problemas e novas formas de fazer jornalismo. Teremos como ponto de partida os materiais publicados pelos *media* (imprensa escrita) sobre esta questão, em particular as análises, comentários, tomadas de posição e opiniões que argumentam sobre o caso.

Uma estória dos acontecimentos: os dias da ‘tragédia’

Fazer o relato dos acontecimentos desencadeados pelo desabamento da ponte Hintze Ribeiro, na noite de 4 de Março de 2001, resultaria sempre numa estó-

ria incompleta. Haveria que dar conta do trabalho da Comissão de Inquérito, dos esforços das equipas de busca, da construção da nova ponte, das indemnizações, da decisão judicial de arquivar o processo, enfim, de uma série de factos e situações que, em conjunto, fariam a estória da queda da ponte de Entre-os-Rios. Mas não é esse o relato que aqui nos interessa. Não nos importa descrever os acontecimentos, nem sequer avaliar a cobertura que os *media* deles fizeram. Queremos, sim, dar conta do que foi dito sobre a produção jornalística: a opinião publicada.

Por isso, os limites temporais pelos quais nos orientamos são definidos, precisamente, pelos acontecimentos que suscitaram a produção de notícias e o debate em torno das orientações e características dessa produção. Sendo assim, elegemos como limites para a análise os textos publicados entre o dia 5 de Março de 2001 (o dia a seguir à queda da ponte) e o dia 7 de Abril de 2001, data em que foi retirado do Douro o segundo carro (dos três que caíram, juntamente com o autocarro), o que perfaz aproximadamente um mês. Esta delimitação temporal é metodológica e orienta a pesquisa do material para a análise. Isto não impede que, caso tivesse sido localizado um texto de reflexão posterior, ele tivesse sido considerado.

Passemos então aos factos principais, começando pela noite de 4 de Março de 2001: faltariam poucos minutos para as 23h, quando desabou a ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios, arrastando consigo um autocarro com 59 pessoas e três carros. Tratava-se do maior acidente rodoviário ocorrido em Portugal. As operações de resgate começaram na manhã seguinte, ao sabor das condições meteorológicas e do caudal do rio. Para o local deslocou-se uma equipa do Instituto Hidrográfico, chefiada pelo comandante Augusto Ezequiel, o homem que haveria de ser o rosto das conferências de imprensa que foram transmitidas nos telejornais, da ligação entre os técnicos e os familiares das vítimas, enfim, o *pivot* da operação. A Castelo de Paiva afluíram, desde o primeiro dia, centenas de populares, jornalistas e políticos e todos os portugueses passaram a saber o que são ‘sonares’, ‘ROV’, ‘poitas’ e ‘magnetómetros’. O acontecimento é seguido pela imprensa internacional: CNN, Sky News, Reuters TV, Rai Uno ou TV5 abrem os seus noticiários com o relato da tragédia. O primeiro cadáver é resgatado do rio Douro no dia seguinte ao do desabamento e, a 6 de Março, é feito o primeiro *briefing* em directo a partir de Castelo de Paiva, uma estratégia de comunicação implementada para controlar a informação difundida pelos meios de comunicação:

‘Os carros das televisões com as antenas apontadas ao céu indicavam que o país se tinha mudado em peso para Castelo de Paiva. Canais de TV e rádio transmitiam em directo declarações oficiais, comunicados à imprensa, comentários ao acidente, desabafos, uma ou outra inconfidência apanhada na mistura explosiva e anárquica entre fontes de informação e órgãos de comunicação social.

(...) Declarações das entidades envolvidas nas buscas só a horas previamente determinadas e em conferência de imprensa. As orientações foram dadas por um assessor do primeiro-ministro. António Guterres já estava em Lisboa, mas deixou os olhos e os ouvidos em Castelo de Paiva. A partir desse dia um novo termo entrou no vocabulário diário dos portugueses, que passaram a almoçar e jantar ao som o *briefing* em directo de Castelo de Paiva.' (Ezequiel & Vieira, 2002: 35,36)

Um resultado político imediato foi o pedido de demissão do então ministro do Equipamento e Obras Públicas, Jorge Coelho. Instaure-se um inquérito para apurar as causas e responsabilidades do acidente e o Governo decide indemnizar os familiares das vítimas. A 7 Março, todo o país acompanha em directo o primeiro mergulho nas águas do Douro, uma tentativa falhada que foi alvo de uma vasta cobertura televisiva:

'Muito provavelmente foram os 20 segundos mais emocionantes da história recente da televisão portuguesa, isto apesar de nada mostrar. Afinal quase tudo se passou debaixo de água. O mergulho foi transmitido em directo e analisado ao pormenor por especialistas em estúdio e repórteres no local.' (Ezequiel & Vieira, 2002: 43,44)

Nos dias que se seguem, há corpos a dar à costa na Galiza, intervenções falhadas de equipas de resgate estrangeiras, realiza-se o primeiro funeral e toma posse o Presidente da República, Jorge Sampaio. Domingo, 11 de Março, é o dia marcado para voltar a mergulhar no Douro, em busca do autocarro e das viaturas desaparecidas, mais um esforço que haveria de fracassar. Os (muitos) órgãos de comunicação presentes no local acompanham todos os passos do processo:

'Os jornalistas das televisões, das rádios e muitos outros começavam a preparar-se. O movimento naquele pequeno espaço era tal que mais parecia um desfile de «formigas» atarefadas de um lado para o outro. (...) Parecia um dia de romaria. As duas margens do rio assemelhavam-se a duas bancadas, repletas de público. Fiquei muitíssimo preocupado com a exposição a que o pessoal ficaria sujeito durante as operações de validação do eco, pois todo esse espectáculo iria aumentar ainda mais a pressão e o nervosismo a que já estávamos submetidos.' (Ezequiel & Vieira, 2002: 43,44)

Finalmente, a 19 de Março é localizado o autocarro. A 1 de Abril, resgata-se a primeira viatura e, uma semana depois, encontra-se a segunda. No dia seguinte, a 8 de Abril de 2001, as equipas de busca deixam Entre-os-Rios. Regressam a 18 de Junho, para retirarem do Douro o terceiro carro e, dois dias depois, abandonam definitivamente o local.

O debate sobre as responsabilidades é constante e nele tomam parte os mais diversos actores: políticos, técnicos, jornalistas e cidadãos. O palco das análises e contestações são as páginas dos jornais e as transmissões, maioritariamente

em directo, das televisões. Ficou na memória de todos a frase que mais se ouviu acerca desta matéria: ‘a culpa não pode morrer solteira’. Lemos, ouvimos e vimos as críticas aos políticos, às equipas de resgate, aos engenheiros da JAE, aos areiros, mas também se avaliou o papel dos órgãos de comunicação. Fizemos esta ‘estória dos acontecimentos’ a partir das memórias e impressões de Augusto Ezequiel, comandante das operações. A sua avaliação relativamente ao comportamento dos jornalistas é, de alguma forma, representativa do discurso presente nos textos de opinião que analisámos: são identificadas algumas práticas incorrectas, contudo a responsabilidade máxima não é atribuída aos jornalistas no terreno, mas sim às redacções, sendo normalmente apontadas circunstâncias atenuantes do comportamento dos profissionais no terreno. Todavia, nem todos escreveram sobre os mesmos assuntos, nem o tom do discurso foi igual.

Uma estória da cobertura jornalística: interlocutores, críticas e justificações

Já tivemos oportunidade de referir que o objectivo deste trabalho não é o de avaliar a cobertura jornalística da queda da ponte, mas sim dar conta da avaliação que foi feita, na altura dos acontecimentos, por um conjunto de indivíduos que manifestaram a sua opinião nas páginas dos jornais. Foi já, igualmente, limitado o material em análise, espacial e temporalmente: trata-se de artigos de opinião publicados em jornais nacionais (*Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Expresso*), desde a queda da ponte até ao dia em que as equipas de busca abandonam Entre-os-Rios.

Quanto aos intervenientes, os que tomaram a palavra são oriundos de diferentes quadrantes: classe política, *opinion makers*, cronistas, jornalistas (com e sem responsabilidades directivas) e até o próprio Sindicato dos Jornalistas. Entre outros, encontramos textos de Emídio Rangel, então director da SIC; Pacheco Pereira, político e cronista do *Público*; Eduardo Cintra Torres, crítico de televisão e cronista do *Público*; Judite de Sousa, jornalista da RTP e cronista do *JN*; Carlos Magno, jornalista e comentador; Joaquim Fidalgo, então Provedor do Leitor do *Público*; José Manuel Fernandes, director do *Público*; Luís Marinho e Pedro Coelho, jornalistas da SIC, ou Júlio Magalhães, jornalista da TVI.

O tom das críticas subiu de tal forma que o então ministro da Educação, Guilherme d’Oliveira Martins, chegou mesmo a contactar RTP, SIC e TVI, ‘no sentido de «sensibilizar as televisões para usarem de contenção na cobertura noticiosa» dos acontecimentos em Castelo de Paiva, nomeadamente no que se refere aos funerais das vítimas’ (*Público*, 11 de Março de 2001). Em resultado, as televisões haveriam de estabelecer um pacto de ‘auto-regulação’, criticado pelo Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, num comunicado de

13 de Março¹, classificando-o como um ‘pacto de não agressão comercial – com a ética jornalística como refém’, já que as estações se comprometiam a recuar e a conterem-se eticamente, mas só se os concorrentes também o fizessem.

De uma leitura dos textos publicados, percebe-se que o tom geral é de crítica, dirigida quase exclusivamente às transmissões televisivas. Por um lado, trata-se do meio de comunicação a que mais recorrem os portugueses para obter informação², o que lhe confere uma maior visibilidade, logo uma maior exposição a críticas. Por outro lado, as características de funcionamento da televisão também podem limitar o trabalho dos seus profissionais, como reconhece o director do *Público*, um dos jornalistas que mais objecções colocou à cobertura da queda da ponte:

‘Devo começar por dizer que é mais fácil na imprensa escrita. Os jornalistas da imprensa escrita, tal como não têm de viver a prova do directo, têm tempo para se distanciar e reflectir. Podem descrever uma situação de grande intensidade sem a necessidade de a ilustrar com imagens igualmente intensas. Podem – o que é muito importante – assistir a um evento sem se intrometer nele com uma câmara ligada. Podem ser discretos’ (*Público*, 25 de Março de 2001).

Na mesma edição, também o Provedor do Leitor do *Público* chamava a atenção para alguns constrangimentos do jornalismo televisivo, por comparação com o processo de produção das notícias impressas, que, de alguma forma, poderão ‘desculpabilizar’ ou explicar alguns excessos cometidos:

‘Um jornal tem a vida facilitada. Os seus jornalistas não são obrigados a escrever «a quente», mesmo que em cima do drama: têm sempre algum tempo, minutos que sejam, para pensar um pouco e distanciar-se dos acontecimentos que presenciaram. O seu texto raramente vai «para o ar» sem que outros colegas o leiam, alargando a reflexão. Entre o momento dos factos e a sua chegada aos leitores vai um longo percurso, com intervenções variadas que ajudam a minorar os riscos de envolvimento excessivo numa fogueira de emoções e sentimentos. Algo que não tem um repórter de rádio ou TV, obrigado, com microfone aberto e câmara em acção, a fazer tudo no imediato e sem rede: contar, improvisar, entrevistar, interpretar, aguentar o directo enquanto a chefia mande.

Assim, falhas ou excessos deste tipo nos jornais são em alguma medida mais graves, pois são mais fruto de acções ponderadas do que de lapsos e contingências

¹ Disponível em: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=297&idselect=33&idCanal=33&p=4>

² Sobre esta matéria têm sido divulgados diversos estudos, de diferentes entidades. A título de exemplo, referimos uma notícia do *Público* que, a 15 de Maio de 2002, divulgava um estudo do Eurobarómetro, segundo o qual o meio de comunicação em que os portugueses mais confiavam era a televisão (acima da média europeia). Também em Novembro de 2004, um estudo da Associação Europeia de Publicidade Interactiva revelava que a televisão era o meio de comunicação a que os europeus mais recorriam para obter informação e, no mês seguinte, a Marktest dava a conhecer que Portugal é, de entre os 33 países que são membros do Observatório Europeu do Audiovisual, aquele que regista uma maior percentagem de posse de dois televisores no lar (em 70,6% das casas portuguesas existiriam, pelo menos, dois aparelhos de televisão).

do momento. Menos desculpáveis, pois.’ (Joaquim Fidalgo, *Público*, 25 de Março de 2001)

As críticas apontadas podem ser agregadas em torno de alguns vectores principais, sendo que o abuso das transmissões em directo é o aspecto mais apontado, associado aos efeitos que acarretam, nomeadamente a falta de conteúdo e novidade (a ‘não-notícia’), a falta de filtragem das fontes de informação no local (todos tinham palavra), a repetição de imagens ou ainda o facto de que ‘... o simples ligar das câmaras induz com frequência comportamentos que não teriam lugar sem a presença de holofotes acesos’ (José Manuel Fernandes, *Público*, 25 de Março de 2001). O tom dos reparos não é o mesmo. Em alguns casos, é mais contundente:

‘O jornalista medeia, filtra, selecciona o que é importante e tem o dever de evitar o voyeurismo macabro, obsessivo e degradante. Mas, aparentemente, já não há jornalistas nas televisões. Há apenas figuras ambulantes, de microfone na mão, que enchem horas de nada e fazem perguntas imbecis. E que, depois, se precipitam, à hora dos telejornais, para uma tenda onde membros do Governo os substituem na missão de informar. Não são jornalistas, são pés-de-microfone.’ (José Manuel Fernandes, *Público*, 21 de Março de 2001)

‘(...) o modo como as televisões, em particular a TVI, cobriram o acidente da ponte não tem paralelo no panorama televisivo europeu. Ninguém imagina, em nenhum país da Europa, que televisões generalistas nacionais possam estar 15 dias com dezenas e dezenas de horas a falar da mesma coisa, com 90 por cento da matéria dos noticiários ocupada por um espécie de masturbação colectiva da dor alheia.’ (Pacheco Pereira, *Público*, 15 de Março de 2001)

‘O choque, agora, foi que, a um desastre típico do Terceiro Mundo, correspondeu uma cobertura televisiva própria de um país subdesenvolvido e isso impressionou alguns.’ (Francisco Sarsfield Cabral, *Público*, 24 de Março de 2001)

‘(...) estes modos de fazer inscrevem-se lindamente numa lógica mais vasta, mais global, que tem contaminado boa parte da comunicação social, e onde o rigor, a distância crítica e a prevalência de critérios jornalísticos, o escrúpulo ético, o respeito pela inteligência dos leitores/espectadores, cedem o passo à espectacularização, à ligeireza, ao aproveitamento primário da emoção ou da dor, ao seguidismo pacóvio, ao sensacionalismo em todas as suas dimensões.’ (Joaquim Fidalgo, *Público*, 18 de Março de 2001)

Já Eduardo Cintra Torres assume uma posição mais moderada na crítica às transmissões televisivas: ‘A TV é má quando, em vez de dar factos e interpretações, faz ela própria as emoções, quando adjectiva o que vemos e sabemos. Aconteceu poucas vezes em Entre-os-Rios’ (*Público*, 12 de Março de 2001).

Se as críticas se dirigem aos profissionais da televisão em geral, nomeadamente aos jornalistas e aos responsáveis editoriais, são mais severas em relação aos segundos:

‘(...) Mas se no terreno há profissionais que se prestam a este triste papel, na direcção das três televisões há responsáveis que não sabem dizer «alto». Que não suportam a perspectiva de, desligando o directo, a estação perder uns pontos de *share*. Que não entendem que os telespectadores já estão enjoados – e que mesmo que não estivessem era seu dever mostrar-lhes o resto que se passa no mundo, ou no país.’
(José Manuel Fernandes, *Público*, 21 de Março de 2001)

Também o, já aqui citado, Comunicado do Sindicato dos Jornalistas procura identificar as circunstâncias atenuantes do comportamento dos jornalistas no terreno, atribuindo a principal responsabilidade às redacções:

‘(...) a primeira das causas reside na decisão editorial de manter tão prolongadamente os directos em situações sem velocidade de acontecimentos que justificasse tanto tempo de câmara ou microfones abertos.
(...) Em situações como estas (...) é na redacção e não no repórter que tem de incidir a maior dose de responsabilidade na prevenção de erros causados pela tensão, pelo stress e pela falta de tema para sustentar o directo. O repórter de campo vive a obsessão técnica de não permitir segundos de silêncio – que, em televisão e rádio, são uma eternidade – e, quando dá por si, já está a fazer uma pergunta disparatada ao primeiro que passa e que, no final, sai agredido na sua sensibilidade.’

Um dos intervenientes nos processos editoriais que toma palavra é Emídio Rangel, que transfere para a pressão da concorrência, em particular da TVI, a responsabilidade da manutenção dos directos de Entre-os-Rios:

Quero insurgir-me contra o espírito mórbido que campeia neste país e me obriga a manter dezenas de horas de emissão feitas num lugar onde já muito pouca coisa pode acontecer. Quero insurgir-me contra o estilo sensacionalista/terrorista da TVI, que está a criar em Castelo de Paiva a revolta das populações contra a comunicação social porque quer fazer da tragédia de Entre-os-Rios o «Big Brother III».
(Emídio Rangel, *Diário de Notícias*, 10 de Março de 2001).

Uma resposta contundente a esta tomada de posição veio de Joaquim Fidalgo, então Provedor do Leitor do *Público*:

‘Neste contexto, é simplesmente fabuloso que alguns dos conhecidos arquitectos (e empreiteiros...) desta lógica, tributária do simples comércio e do sucesso rápido, venham agora lamentar-se por serem «obrigados» a fazer o que, lá no fundo, até nem desejam. E quem os obriga? Segundo Emídio Rangel, director da SIC, é o «espírito mórbido que campeia neste país» – mas quem é que o espevitou, adoulo, acarinhou e até justificou?... Ou é o «estilo sensacionalista/terrorista da TVI»

– mas com quem aprendeu ela as primeiras letras do que está agora a levar a limites mal imaginados?... Mudam-se os tempos, mudam-se as audiências – e mudam-se as vontades.’ (*Público*, 18 de Março de 2001)

Perante a necessidade de manter os directos no ar, os jornalistas no terreno acabaram por se ver na contingência de terem de abordar populares e familiares das vítimas, um recurso que foi classificado por muitos como uma exploração da dor e dos sentimentos. Esta é uma faceta apontada pelo próprio Sindicato: ‘Entrevistas a crianças, abordagem a pessoas dentro das suas casas, interpelação a populares em visível estado de comoção foram alguns dos erros profissionais graves detectados nestas coberturas.’ O aspecto mais visível, que tomou já o jeito de caricatura, foi, sem dúvida, a tradicional pergunta ‘Como se sente?’. Estes procedimentos foram alvo de fortes críticas, como é o caso de Pacheco Pereira, ao referir-se à cobertura da TVI:

‘Quinze dias de exploração brutal da dor, sob múltiplas formas incluindo a estetização da tragédia com imagens e som tratado, e o incentivo a actos espectaculares para «encher» a cobertura televisiva – como algumas colocações de flores no rio – não podem deixar de ter um efeito muito poderoso nos espectadores, que, viciados no consumo televisivo, não tiveram qualquer alternativa que não fosse ficarem mergulhados numa celebração espectacular da dor.’ (*Público*, 15 de Março de 2001)

Também em relação a esta matéria, Eduardo Cintra Torres adopta uma posição diferente dos que colocam a tónica na exploração dos sentimentos dos entrevistados: ‘os meios de massas esforçaram-se por dar toda a informação, a que deviam dar, alguma que não precisavam de dar e até uma ou outra que não deviam dar... A TV, na maioria das vezes, tem o consentimento de quem mostra o sofrimento’ (*Público*, 12 de Março de 2001). Este é também um dos aspectos mencionados por Júlio Magalhães, um dos jornalistas que esteve em serviço na cobertura do acontecimento: ‘Não recorremos a truques nem, como diz a mensagem que se quer fazer passar, à exploração indevida e brutal de quem estava a sofrer. Fizemos televisão, não obrigámos ninguém: e, ao contrário do que foi veiculado, nunca senti em Castelo de Paiva qualquer hostilidade’ (*Expresso*, 7 de Abril de 2001).

Outra crítica recorrente nos textos de opinião que fazem parte do nosso *corpus* de análise diz respeito à manipulação dos jornalistas pelo poder político e ao aproveitamento por parte dos políticos da presença das câmaras. Nesta matéria, as atenções centraram-se nas já referidas conferências de imprensa das 20h e nos mergulhos em directo, encenações para ‘responder à voracidade das câmaras’ (Pacheco Pereira, *Público*, 15 de Março de 2001). Pacheco Pereira é um dos que critica a ‘(...) cada vez maior continuidade entre a cons-

trução do *show* televisivo e os comportamentos de todos os outros agentes, a começar pelos agentes políticos (...):

‘Outra absoluta insensatez são as conferências de imprensa das oito horas, feitas por uma panóplia de ministros e secretários de Estado. Na verdade, (...) usam os seus poderes administrativos para impedir a circulação de informação durante o dia, para serem eles a dá-la à noite, em exclusivo (...) Este tropismo para as câmaras (...) atinge os populares, muitos dos quais não são familiares das vítimas, mas reclamam o seu direito de «ver» as operações e de serem ouvidos pelas televisões.’ (Público, 15 de Março de 2001)

São várias as vozes que se insurgem contra esta ‘relação’ entre os *media* e os políticos, embora nem todos adoptem o mesmo tom. Uns colocam a tónica nas tentativas de controlo por parte do poder político e outros na falta de discernimento dos jornalistas. Emídio Rangel coloca-se na primeira perspectiva: ‘Quero insurgir-me contra as autoridades civis e militares que não têm a coragem de assumir que não há condições para mergulhar no rio (...) e fazem «teatro» para a televisão com mergulhos de ensaio’ (Diário de Notícias, 10 de Março de 2001). José Manuel Fernandes (Público, 25 de Março de 2001) aponta o dedo aos políticos, mas também atribui responsabilidades aos jornalistas: ‘(...) Outra coisa é ocupar, dias a fio, longos minutos de telejornal com explicações técnicas do que se havia passado em Castelo de Paiva no dia que terminava, explicações dadas por membros do Governo – os quais, entretanto, dificultavam o acesso directo dos jornalistas às fontes – e que podiam ter sido prestadas horas antes’, mas que, dessa maneira, não entrariam na abertura dos telejornais. Por outro lado, afirma que ‘(...) verdadeiros jornalistas e responsáveis editoriais de corpo inteiro há muito que se recusariam a manter a farsa dos *briefings* governamentais em directo (...)’ (Público, 21 de Março de 2001).

Eduardo Cintra Torres acredita que ‘(...) a correlação entre actividade televisiva e actividade política é total’, mas procura evidenciar o carácter de ritual e encenação das transmissões televisivas, abrindo caminho para a perspectiva de que a televisão também organizou a acção política:

‘(...) as acções da Marinha, sempre realizadas a horas mediáticas, atingiram o zénite com os últimos mergulhos cerca da hora de almoço, hora de grande audiência (...) Encenou-se a presença do poder político, com o primeiro-ministro no local, exactamente a essa hora.’ (Público, 17 de Março de 2001)

‘Foi a operação televisiva que estabeleceu o calendário da acção política e até de alguma acção operacional. Transferida para a TV, a tragédia teve o que muitos espectadores, familiares, jornalistas e mirones exprimiram: a dimensão do espectáculo.’ (Público, 12 de Março de 2001)

O papel da televisão enquanto propulsora da acção dos políticos, o que lhe atribui responsabilidade social, é referido em outros textos de opinião, nomeadamente por Júlio Magalhães: ‘Foram as câmaras de televisão que nos primeiros dias deram voz a familiares, amigos e populares de Castelo de Paiva – que nos procuraram para mostrar a revolta que lhes ia na alma. Foi a partir dessas imagens que o Governo se mobilizou e organizou naquela região’ (*Expresso*, 7 de Abril de 2001). Opinião diferente tem Pacheco Pereira, que vê unicamente na busca de audiências a razão de ser do *show* de Entre-os-Rios: ‘(...) o *show* televisivo não tem qualquer papel na melhoria da coisa pública em Portugal. Por duas razões, uma é que o efeito pretendido (...) não é esse: é o sucesso nas audiências, sem substância ou traço permanente de qualquer consciência cívica’ (*Público*, 15 de Março de 2001).

Sublinhámos, até agora, as principais críticas que foram feitas na imprensa à cobertura televisiva da queda da ponte Hintze Ribeiro. É de esperar reacções por parte dos profissionais em causa, sejam jornalistas no terreno ou responsáveis editoriais. Ao nível dos últimos, já referimos a opinião de Emídio Rangel, que atribui as responsabilidades dos desvios às pressões da concorrência, particularmente da TVI. Um dos profissionais do campo jornalístico que emitiu críticas mais contundentes foi o director do *Público*, José Manuel Fernandes, em particular num texto intitulado ‘Já não há jornalistas nas televisões?’ (*Público*, 21 de Março de 2001), o qual suscitou vivas respostas, nomeadamente dos jornalistas da SIC Luís Marinho e Pedro Coelho, e de Júlio Magalhães, jornalista da TVI, uma das estações mais visadas. Entre os jornalistas da SIC e o director do *Público*, gerou-se uma acesa ‘discussão’ que envolveu alguma troca de acusações e explicações (*Público*, 21 e 25 de Março).

Em termos gerais, podemos dizer que não há desresponsabilização por parte dos jornalistas em relação aos excessos cometidos em Entre-os-Rios. O comunicado do Conselho Deontológico do Sindicato do Jornalistas testemunha-o, bem como a opinião de alguns profissionais:

‘Os jornalistas não podem ser vistos como uns «vampiros». É claro que existiram erros e excessos, mas não terão sido voluntários e terão decorrido tão simplesmente daqueles que hoje em dia são os «paradigmas da comunicação», a saber «as tecnologias» que «condicionam a forma como percebemos a realidade e abrem caminho à hipermediatização».’ (Judite de Sousa, *Jornal de Notícias*, 17 de Março de 2001)

‘É um facto que os directos das televisões têm sido em excesso, dessa crítica eu também partilho, mas partir daí para passar um atestado de incompetência aos jornalistas das televisões é uma atitude irresponsável.’ (Pedro Coelho, *Público*, 25 de Março de 2001)

Sem escamotear os erros cometidos, os jornalistas defendem-se com as circunstâncias em que se desenrola o trabalho de reportagem (em directo, em condições físicas muito exigentes, no centro de um acontecimento onde a informação escasseia e se vivem momentos de muita ansiedade):

‘Somos levados a valorizar uma emissão informativa, a cobertura de um determinado acontecimento, pela capacidade que uma estação de televisão revela em estar, em directo, em vários sítios ao mesmo tempo (...) Por definição, o jornalista é uma testemunha profissional do acontecimento, mas a sua função de mediatizador de factos fica alterada com a informação em tempo real. Os factos são divulgados na desordem de um acontecimento que está em produção (...)

(...) Os jornalistas devem garantir que imagens inaceitáveis não sejam difundidas. Mas é importante sublinhar que no terreno, em circunstâncias difíceis, o jornalista poderá não estar em condições de proceder à necessária reflexão sobre o compromisso da sua responsabilidade.’ (Judite de Sousa, *Jornal de Notícias*, 17 de Março de 2001)

‘(...) cheguei duas horas depois do acidente, estive toda a noite sem dormir e o dia seguinte todo ele «em directo». Permaneci dias e dias à chuva e ao frio, em locais lamacentos, com mais de 30 viagens entre o Porto e Castelo de Paiva...’ (Júlio Magalhães, *Expresso*, 7 de Abril de 2001)

Talvez a resposta mais veemente tenha sido a de Júlio Magalhães, em reacção às observações dos vários comentadores, mas em particular ao já referido texto de José Manuel Fernandes, onde o jornalista da TVI afirma que ‘não é lícito, pois, ver os chamados fazedores de opinião... e até colegas de profissão porem em causa o trabalho dos profissionais que estiveram deslocados em Castelo de Paiva’. Quanto às alegadas pressões das redacções, esclarece ainda: ‘(...) nunca ninguém nos obrigou a estar «em directo» as horas que fossem precisas – da minha redacção (...) perguntaram sempre se era possível aguentar as emissões: nada foi imposto’; ‘(...) os acontecimentos editoriais de Castelo de Paiva foram sempre comandados por quem estava no terreno’. Acaba em tom irónico, devolvendo a crítica da ‘busca desenfreada de audiências’:

‘Há dez anos que apresento o jornal da hora de almoço: primeiro na RTP, agora na TVI. Alguns dos críticos que tenho lido e ouvido por estes dias nos jornais e na rádio, já os convidei para o estúdio. Recusaram-se, mas não se recusam quando se trata dos jornais da noite, do *prime time*: audiências, pois então.’ (*Expresso*, 7 de Abril de 2001)

Joaquim Fidalgo foi um dos intervenientes que, embora tecendo duras críticas, não deixou de apontar uma nota positiva em relação ao trabalho dos jornalistas e das redacções:

‘Responsabilizar esta lógica global e carregar as costas do «sistema» não pode fazer-nos esquecer que ele também é composto de gente concreta, de responsáveis que tomam decisões, de gestores que estimulam escolhas, de editores e jornalistas que diariamente fazem o seu trabalho e o servem ao público. E, há que dizê-lo, não são todos exactamente iguais, não se guiam todos pela mesma cartilha, não soçobram todos perante a dificuldade dos desafios que se lhes colocam. Para além dos constrangimentos directos e indirectos em que se movem, algum espaço lhes sobra de autonomia e liberdade para, quando seja caso, também poderem interrogar, reclamar, ou mesmo dizer «não», recordando princípios fundamentais a que estão vinculados em nome do serviço público que servem à comunidade.

(...) De resto, convirá não esquecer que, mesmo nestes episódios difíceis da ponte de Castelo de Paiva, também por cá tivemos vários bons exemplos, individuais e colectivos, de informação séria, comedida, respeitadora da dignidade das pessoas envolvidas, e nem por isso menos viva e menos cativante. Ou seja: também é possível. Não basta ingenuamente querer que assim seja para que seja de facto, mas é preciso começar por querer.

Sem mentir, claro.’ (*Público*, 18 de Março de 2001)

Augusto Ezequiel, o comandante das operações de resgate, recorda casos em que a notícia foi adiada, ou foram encontrados compromissos. Uma destas situações viveu-se no dia 22 de Março quando, na presença de uma jornalista, uma patrulha encontra um corpo, de imediato identificado como sendo o do organizador da excursão:

‘Entrei em contacto com a jornalista, expus a situação e pedi-lhe que, de momento, retivesse a informação. A jornalista compreendia, mas não queria correr o risco de não ser a sua rádio a primeira a divulgar a notícia. Chegámos a uma solução de compromisso: ela noticiaria o aparecimento de mais um corpo sem qualquer outra referência... Este e outros problemas surgiam com alguma frequência, mas a abertura com que normalmente comunicávamos com os repórteres e a disponibilidade permanente em divulgar os trabalhos já nos permitia resolvê-los tranquilamente’ (Ezequiel & Vieira, 2002: 134).

Também a 7 de Abril, quando é retirado um dos veículos ligeiros do Douro, se vive uma situação análoga:

‘A prioridade passava, como habitualmente, por avisar o pai da vítima. Encontrava-me algo ansioso, pois a hora dos telejornais aproximava-se e os repórteres não demorariam muito tempo a desconfiar das movimentações das equipas (...) Como ainda não se tinha conseguido avisar os familiares, agradecia que não divulgassem a notícia sem que esses contactos fossem feitos.

Comprometi-me a informá-los logo que o pai do condutor do carro fosse avisado. Os jornalistas, demonstrando um enorme respeito pelos familiares, aceitaram o meu pedido’ (Ezequiel & Vieira, 2002:196).

A 20 de Março, num directo, o autocarro é localizado e içado para a margem. Há circunstâncias que fazem interromper a emissão:

‘O realizador, sentado frente a meia dúzia de ecrãs, conseguia ver o autocarro perfeitamente. As câmaras, instaladas em várias posições, captavam o veículo em todos os ângulos. De repente apercebe-se de algo estranho focado por um dos operadores. Após um momento de hesitação, e quando se apercebe de um corpo se encontrava a boiar, dá indicações para a câmara sair do ar. No monitor onde surge a emissão final podem ver-se as ruínas da ponte, as margens cheias de guarda-chuvas negros... No dia anterior, os três canais de televisão tinham acordado transmitir de forma contida a operação de resgate. Em causa estava a dor dos familiares e a sensibilidade do público perante um drama à escala nacional.’ (Ezequiel &Vieira, 2002:126).

E, afinal, parece que não só nas televisões, mas também na imprensa, talvez inadvertidamente, se pode cometer excessos:

‘Quando vi a primeira página do jornal não consegui esconder um certo desagrado. A manchete do resgate vinha ilustrada com uma fotografia do carro suspenso sobre as águas, onde era visível parte do corpo de uma das vítimas. Provavelmente o leitor mais desprevenido nem repararia no pormenor, mas a situação não deixou de me provocar alguma tristeza, até porque no dia anterior pedira aos jornalistas para serem cuidadosos. Nada podia fazer.

A publicação da fotografia não foi intencional, lembro-me de ter comentado o assunto com o jornalista que escreveu a notícia e de ter concluído que a imagem foi escolhida, simplesmente, por retratar melhor o resgate do carro.’ (Ezequiel &Vieira, 2002:175)

Através desta abordagem, procurámos identificar, a partir dos testemunhos dos intervenientes, alguns aspectos do debate que se gerou em torno da cobertura jornalística da queda da ponte em Entre-os-Rios, nomeadamente os interlocutores, as principais críticas e as justificações. Relativamente aos interlocutores, manifestaram a sua opinião nas páginas dos jornais políticos, comentadores, cronistas, jornalistas, jornalistas no terreno, responsáveis editoriais, provedores de leitor e o próprio Sindicato dos Jornalistas. Criticou-se essencialmente as transmissões televisivas, em particular o abuso dos directos, o aproveitamento do poder político, com consentimento dos jornalistas, e a exploração da dor dos familiares das vítimas. As justificações surgiram como resposta às críticas, por parte dos jornalistas, mas também foram enunciadas por outros interlocutores, como resultado da análise do fenómeno. Apontou-se a especificidade do trabalho em televisão, pela sua imediatez, as circunstâncias do directo, que dificultam a filtragem, a pressão das redacções sobre os jornalistas no terreno e os efeitos da concorrência.

Foi isto, em traços gerais, o que se disse da cobertura jornalística, melhor dizendo televisiva, da queda da ponte em Entre-os-Rios. Os discursos envolve-

ram diversos intervenientes, a falarem de diferentes lugares, com distintas responsabilidades e envolvimento nos acontecimentos. Variaram entre aqueles que, como Carlos Magno, acham que, em Entre-os Rios, ‘a televisão também se precipitou directamente no rio Douro’ (*JN*, 17 de Março de 2001) e os que, como Júlio Magalhães, dizem: ‘em Castelo de Paiva as televisões tiveram e têm jornalistas, não pés-de-microfone’ (*Expresso*, 7 de Abril de 2001).

Uma estória contada pelos *media*: dor e luto em directo

A derrocada da ponte Hintze Ribeiro deu azo a uma ampla cobertura por parte dos *media* e suscitou grande interesse entre os portugueses. Como vimos, não há unanimidade sobre a qualidade da cobertura desta ‘tragédia televisiva’ e há mesmo opiniões em pólos absolutamente opostos. Importa-nos, aqui, identificar as questões essenciais da prática jornalística que foram trazidas à discussão e tentar perceber até que ponto reflectem novas formas de fazer jornalismo ou apenas configuram adaptações de processos em continuidade. Trata-se de um acontecimento que, indubitavelmente, pelas suas características, se revestiu do maior interesse jornalístico, merecendo um alargado acompanhamento por parte dos *media*. Quanto a isto, não se verificou desacordo. Este surge, como vimos, quanto ao formato e duração deste acompanhamento.

No decorrer da cobertura televisiva, generalizou-se a utilização do termo ‘tragédia’ por parte dos populares que acorreram ao local, das autoridades, dos bombeiros, dos políticos e dos jornalistas, que, desde logo, adoptaram a palavra para classificar o acontecimento. Mas mais do que a um acontecimento trágico, assistimos à transmissão de uma ‘tragédia televisiva’ (enquanto género jornalístico), na acepção que lhe atribui Cintra Torres:

‘(...) tragédia televisiva [é] o conjunto das transmissões pela televisão de um evento de âmbito nacional ou internacional, de carácter inesperado, altamente improvável, provocando ruptura na ordem social ou política, envolvendo a morte violenta de uma celebridade política ou mediática ou de outras pessoas desconhecidas, em resultado de atentado, ataque terrorista, acidente ou catástrofe natural, evento esse que origina o interesse com uma transmissão televisiva jornalística em directo que interrompe o normal fluxo televisivo, gera uma importante atenção pública e se prolonga por um período de vários dias.’ (2003: 12)

‘(...) é certo que há diariamente notícias que podem estimular o público a criar nelas a apreciação trágica. Mas nem todas as notícias trágicas podem ser tragédias televisivas: tem de haver uma conjugação de facto, importância, comunidade em perigo, disponibilidade dos meios televisivos, audiência e resposta da audiência.’ (2003: 20)

Enquanto género jornalístico, a tragédia televisiva obedece, então, a uma lógica de construção que passa pelo aproveitamento de tecnologias, pela estratégia concorrencial, pelo recurso às transmissões em directo e que se constitui em todo um processo narrativo detalhadamente abordado por Cintra Torres (2003). Pode, por isso, dizer-se que a queda da Ponte Hintze Ribeiro, enquanto tragédia televisiva, foi, mais do que um acontecimento ‘para’ os *media*, um acontecimento ‘dos *media*’. Mesquita (2003) defende precisamente a existência deste processo de ‘construção mediática’, que tem expressão no enfoque que é privilegiado e na relevância que é atribuída aos acontecimentos:

‘Os sucessos ocorridos no Norte de Portugal ligados à queda da ponte de Entre-os-Rios (...) foram amplamente mediatizados dentro e fora das fronteiras nacionais. A forma como foram tratados na televisão portuguesa constitui um bom exemplo de rápida transição entre o «genuíno» e o «encenado». O acidente foi hipermediatizado a o longo de mais de uma semana: em nove dias as televisões generalistas terão transmitido seis dias consecutivos de emissão em directo de Castelo de Paiva. Num primeiro momento, houve imprevisto e alguma genuinidade, por entre a desordem gerada pelo inesperado e pela perturbação. Os governantes foram rapidamente colocados no banco dos réus e os representantes visíveis do poder local transformados em heróis efémeros. Numa segunda fase, o Governo e as «fontes organizadas» recuperaram o controle do ‘dispositivo alargado’ e instalaram as suas equipas operacionais no local de forma a hegemonizarem o espectáculo televisivo.’ (33,34)

Também Cintra Torres (2003) enfatiza este papel de construção e modelização desempenhado pela televisão, enquanto definidora do acontecimento como uma ‘tragédia’ e de âmbito nacional. Há, pois, um processo de legitimação da tragédia por parte dos órgãos de comunicação social. Este autor salienta ainda a ‘omnipresença’ das emissões televisivas que, colocando-se no centro dos acontecimentos, constituem-se como ‘o principal meio informativo de acompanhamento dos eventos’ (25):

‘Por causa da televisão, a nossa visão e a interpretação do evento modificam-se, mas, mais ainda, a evolução dos acontecimentos subsequentes à tragédia tem uma dinâmica estabelecida principalmente em função da televisão da mesma forma que (...) o desfecho da teletragédia é, em parte, estabelecida pela ou por causa da televisão.’ (Cintra Torres, 2003: 25)

Assumida esta dimensão de construção e encenação, enquanto ordenadora das emissões televisivas, impõe-se tentar perceber quais foram as estratégias que estiveram por detrás da transmissão, no caso que aqui abordamos, e até que ponto constituem uma nova forma de fazer jornalismo. Como tivemos já oportunidade de demonstrar, foram de diversa ordem as críticas apontadas ao trabalho jornalístico, mas, no âmbito deste trabalho, iremos centrar-nos num aspecto recorrentemente referido e que, a nosso ver, desempenha um impor-

tante papel para a compreensão do desenrolar da cobertura televisiva da ‘tragédia’ de Entre-os-Rios: a exibição (por vezes classificada como exploração) da dor e da morte, enquanto estratégia de construção.

Não defendemos aqui que esta seja a única questão a ter em conta, quando se problematiza o jornalismo a partir deste caso em particular³. Parece-nos, sim, que os diferentes aspectos e estratégias da emissão televisiva sobre a queda da Ponte Hintze Ribeiro, previamente referidos, se organizaram e desenvolveram em torno da necessidade de mostrar a dor e o luto. E defendemos que esta é uma necessidade incontornável neste tipo de transmissão, que pode ser cumprida sem recorrer necessariamente à exploração, à invasão e ao abuso, embora admitamos que estas situações acabem por ocorrer e terão ocorrido em Entre-os-Rios.

O mesmo processo que fez com que este acontecimento adquirisse um carácter nacional contribuiu para que não se criasse unicamente uma comunidade de espectadores interessados em receber informação sobre o desenvolvimento de uma determinada ocorrência, mas criou-se, também, uma autêntica comunidade nacional a viver uma situação de luto e ansiedade. Um luto indefinidamente adiado pela espera dos cadáveres. Uma comunidade que queria, a todo o momento, que lhe prestassem contas do andamento dos trabalhos e dos resultados. E aqui, cabe aos meios de comunicação proporcionar este luto à comunidade (Cintra Torres, 2003).

Parte deste processo de identificação também poderá ser explicado pelo facto de estarmos perante um acontecimento – a queda de uma ponte – que, embora pouco provável, é sentido como algo que poderia acontecer a qualquer um, já que as vítimas eram cidadãos anónimos. O ‘poderia ter sido comigo’, o fenómeno de ‘mimetismo’, a que alude Cintra Torres (2003: 29), favorece a empatia com as vítimas, com os familiares das vítimas, com os habitantes e pessoas que se deslocam ao local e com os jornalistas, que mostram o que precisamos de ver, como se estivéssemos no local, a participar numa espécie de ‘velório’ suspenso. Não basta recebermos informação que nos permita compreender e enquadrar os factos, mas queremos viver a tragédia com as mesmas emoções de quem chora os seus mortos. E, para isso, a dor e o luto têm, de facto, de estar ao nosso alcance através da imagem televisada.

Utilizamos a expressão ‘velório suspenso’, já que uma questão central que se colocou em Castelo de Paiva e nas transmissões televisivas foi a da recuperação dos corpos, que, não se verificando, impedia que o luto da comunidade se pudesse processar normalmente. Júlio Machado Vaz (*Jornal de Notícias*, 21 de Março) exprime precisamente esta necessidade:

³ A cobertura televisiva da queda da ponte em Entre-os-Rios é amplamente analisada em outros contributos, de entre os quais destacamos o de Eduardo Cintra Torres, na dissertação de Mestrado intitulada ‘A tragédia televisiva. O caso-limite da dramatização na informação audiovisual’.

‘Para essa paz, conviria encontrar os corpos que permitirão o choro de mãos dadas. Os rituais, religiosos ou não, e o apoio de quem dá um passo em frente para o que der e vier ajudam as pessoas a fazer a necessária viagem entre o estupor e a revolta iniciais e a reorganização dos seus quotidianos. O processo leva o seu tempo, diverso para cada um, mas é imperioso respeitá-lo.’

Acrescentaríamos a este debate uma questão de outra natureza, que acreditamos poder, em parte, explicar a importância da recuperação dos corpos e, consequentemente, da função do luto: o aspecto religioso. Não podemos ignorar o peso da religião católica e, por consequência, dos ritos fúnebres em Portugal e particularmente no Norte do país, onde se verificou a tragédia. É importante morrer bem, o que também passa pela existência de uma sepultura, onde o morto possa ser chorado e lembrado, um local que permita fechar a ‘tragédia’ e um processo que garanta uma passagem segura para o ‘outro mundo’. Cabral e Goldey (1985) realizaram, a propósito desta temática, um conjunto de investigações no Noroeste de Portugal. Embora algumas das premissas que apontam tenham de ser reavaliadas à luz dos nossos dias, já que os trabalhos decorreram nos anos 70, há problemáticas que, em nosso entender, têm actualidade, nomeadamente a carga emocional associada à ‘má morte’, violenta e repentina, como o caso em estudo, e a importância dos ritos fúnebres:

‘Finalmente, há a morte violenta, a má morte. Trata-se do tipo de morte que provoca a maior reacção na comunidade local. As manifestações de luto são muito fortes (...).’ (Cabral, 1985: 68)

‘Para além dos aspectos metafísicos, havia também um lado muito prático nesta questão da boa morte: morrer bem prevenido, na cama, permitia que uma pessoa se preparasse para a morte com a cerimónia adequada e tradicional e que deixasse determinados assuntos arrumados (...). Considera-se uma coisa terrível morrer longe da família, longe da aldeia ou, como actualmente acontece, longe do País. Aqueles que morrem repentinamente, ou num acidente, são chorados de uma forma muito particular. (...) Este conceito de boa morte engloba um conjunto de factores, tanto espirituais como práticos, que implicam que se organize o fim da vida em estrita conformidade com as normas religiosas e sociais aceites que vigoram durante a vida. (...) Morrer longe da aldeia é considerado indesejável e, se possível, os mortos ou os moribundos são trazidos de volta à aldeia para aí serem enterrados.’ (Goldey, 1985: 90)

‘(...) o que provoca inquietação é o facto de o ritual conveniente e da sequência dos passos a dar não terem sido observados; os vivos continuam a ter obrigações para com os mortos, a primeira das quais deve ser assegurar o enterro de acordo com os usos.’ (Goldey, 1985: 97)

‘Dos três momentos cruciais da vida dos indivíduos, enquanto o nascimento e o baptismo são considerados assuntos de família, os casamentos e os funerais dizem

obviamente respeito não só à família da pessoa falecida, mas também às outras famílias da aldeia.’ (Goldey, 1985: 102)

Consideramos, pois, que não devemos entender, à partida, a exibição da dor, do luto e da morte nas transmissões das tragédias televisivas enquanto morbidez ou falta de ética. O que é criticável é a sua exploração o que, admitimos, terá acontecido em Entre-os-Rios, uma prática condenada na altura até pelo próprio Sindicato dos Jornalistas. Não apelamos, aqui, a nenhum tipo de condescendência com situações de abuso, em nome de um qualquer conformismo em relação às práticas jornalistas. Parece-nos, sim, que é impossível não mostrar dor, luto e morte, quando o assunto é dor, luto e morte.

Igualmente importante é perceber o recurso a diferentes formas e convenções de representar a morte, sem exibição de cadáveres, uma questão amplamente abordada por Cintra Torres (2003). Optando por não mostrar corpos (embora tenha acontecido, supomos que inadvertidamente) e perante, inclusivamente, a ausência destes, resta às televisões mostrar o que pode representar a morte: a dor das famílias e as declarações dos populares. A dor e o luto, de familiares e cidadãos, fazem parte do desenrolar e do desfecho, logo terão de ser mostradas, com o devido respeito pela intimidade dos envolvidos e pela sensibilidade dos telespectadores, salientamos.

Uma outra dimensão que não podemos ignorar neste debate é a da recepção, já que é aqui que nascem muitas das vozes críticas em relação às transmissões televisivas. Já nos referimos à avaliação que foi feita por críticos e profissionais do jornalismo, mas dever-se-á considerar também as questões associadas à audiência. A julgar pelas tiragens dos jornais e pelo aumento da audiência média das televisões, os leitores e telespectadores identificaram-se com a cobertura jornalística da queda da ponte. Na sua investigação, Cintra Torres (2003) aponta também o facto de haver um número muito baixo de queixas registadas no Serviço de Atendimento da SIC e ainda o depoimento curioso de um leitor do *Público*, que atribui à televisão uma função dissuasora:

‘(...) o importante é que esses mesmos jornalistas têm apresentado à grande maioria dos portugueses exactamente o que eles querem ver: a recuperação do autocarro com todos os detalhes (...) como se estivessem nas próprias margens do rio Douro. E, ao fazerem a cobertura televisiva como o fizeram, talvez tenham afastado milhares de «mirones» do local, como as autoridades pretendiam.’ (126)

Para compreendermos o interesse que o acontecimento suscitou nos portugueses e nos órgãos de comunicação social, não podemos deixar também de considerar o facto de, nas últimas décadas, terem sido raros os acidentes desta envergadura em território nacional. Recordamos, em 1985, o acidente ferroviário em Alcaface e, em 1997, o incêndio de origem criminosa no bar Mea Culpa, em Amarante, como os dois exemplos mais destacados. Por esse

motivo, compreende-se que não estivéssemos habituados à transmissão de ‘tragédias televisivas’ que envolvem ‘pessoas como nós’.

Questões como o distanciamento dos jornalistas, a manifestação de emoções e de opiniões por parte dos profissionais, o respeito pela privacidade dos cidadãos, como contraponto ao direito de informar, ou o ‘abuso’ das emissões em directo são temas recorrentemente trazidos à discussão também a propósito de outras notícias. A diferença é que, durante a cobertura de uma ‘tragédia televisiva’, estamos perante uma nova dimensão das transmissões, proporcionada em grande parte pela evolução das tecnologias, que se reflecte ao nível do tempo de emissão, dos recursos disponíveis no local e também ao nível da ampliação da própria audiência. Desta forma, é possível mostrar muito mais e, nem sempre com qualidade, a um número muito maior de telespectadores, durante muito mais tempo.

Por tudo o que foi referido, não nos parece, pois, que o erro esteja na inevitável exibição da dor, mas sim nos momentos em que esta é explorada, recorrendo a diversas estratégias. Estes momentos existiram, e foram reconhecidos, mas não terão sido o denominador comum do trabalho dos jornalistas em Entre-os-Rios. Mas, como sabemos, também aqui os pontos de ruptura é que se constituem como notícia e é importante discuti-los e assinalá-los, para que não se tornem prática comum e adquirida.

Uma estória por contar: notas finais e linhas de análise a prosseguir

Orientámos este trabalho com o objectivo de saber se as críticas suscitadas pela cobertura jornalística da queda da ponte em Entre-os-Rios permitiriam problematizar as práticas e rotinas jornalísticas numa perspectiva de continuidade ou sob a forma de novas tendências no exercício da profissão. Relativamente a esta matéria, e em função do exposto, parece-nos que temos razões para crer que não estamos perante novas questões ou novas problematizações, mas antes perante uma ampliação de ‘velhas questões’, resultante do aumento da visibilidade do trabalho dos jornalistas e dos seus efeitos numa situação de ‘tragédia televisiva’. Daí que os abusos dos jornalistas se tornem, também eles, mais visíveis.

Consideramos que seria pertinente tentar averiguar se, à distância, os modos de ver se mantêm. Um ano depois da tragédia, Estrela Serrano (*Diário de Notícias*, 2002), Provedora do Leitor do *Diário de Notícias*, relembra os procedimentos errados que, na altura, repetidamente passaram pelos ecrãs dos portugueses e assinalava um conjunto de acontecimentos posteriores em que os mesmos erros foram cometidos, mesmo depois do debate suscitado na ocasião. Como explicação para esta realidade, assume que ‘as respostas a estas questões são, é certo, mais difíceis que as perguntas’, ‘além de não existirem

respostas definitivas'; mas defende que 'a lógica das audiências – que promove as emissões mais dramáticas – não pode explicar tudo' e que 'o jornalismo perderia a sua razão de ser se se deixasse submergir pela realidade cínica do mercado'. Um ano depois, as problemáticas continuavam a ser as mesmas. Hoje, provavelmente, continuaríamos a indagar as mesmas lógicas.

Também importaria confrontar os jornalistas que estiveram a cobrir a queda da ponte (a maioria dos quais nunca expressou publicamente a sua visão dos factos) e os responsáveis editoriais, para saber se se revêem nas críticas e como avaliam hoje o trabalho que então realizaram. Acima de tudo, importaria averiguar se a experiência que viveram produziu alterações substanciais na sua forma de trabalhar. Enfim, averiguar a expressão prática do debate que se realizou ao nível da qualidade do exercício do jornalismo.

Naturalmente, um trabalho desta natureza implica limitações. Uma das mais evidentes é o facto de estarmos a cingir-nos aos comentários feitos na imprensa escrita, e nem mesmo quanto a estes poderemos reclamar a exaustividade da pesquisa. Contudo, e a julgar pelo que então observámos nos outros meios, não temos razões para crer que a avaliação e os argumentos fossem substancialmente diferentes. Recordamos que nunca foi nossa pretensão avaliar a qualidade da cobertura jornalística da queda da ponte, o que exigiria uma investigação com outra envergadura, mas apenas partir da análise das opiniões publicadas na altura dos acontecimentos.

Já nos referimos à importância de escrutinar e discutir o trabalho dos jornalistas em sociedades democráticas, com o objectivo de melhorar a sua qualidade, o que passa necessariamente por um público exigente. Parece-nos que este é um bom exemplo dessa mais-valia quer pelas questões que foram levantadas, quer pelos que intervieram no debate: também os jornalistas e o Sindicato participaram na discussão. Para finalizar, uma breve nota. 'A ponte mais vista do país' foi a fórmula então adoptada pela comunicação social para referir os acontecimentos. Até hoje, terá sido a ponte que mais se viu em Portugal, mas, no dia 5 de Março de 2001, como observou Susete Francisco (*Público*, 2001, 7 de Março), a informação não foi líder de audiências, mas sim uma telenovela: 'Laços de Família'. Foi a novela e não os directos de Entre-os-Rios que deram à SIC a liderança na corrida do dia.

Breve cronologia dos principais acontecimentos

- 04.03.2001 Desabamento da Ponte Hintze Ribeiro, provocando a queda de um autocarro com 59 pessoas e de três veículos ligeiros.
- 05.03.2001 Demissão de Jorge Coelho, ministro do Equipamento e Obras Públicas; início das operações de salvamento, a cargo do Instituto Hidrográfico, sob o comando de Augusto Ezequiel; primeiro corpo

retirado do Douro; primeiro-ministro António Guterres visita Castelo de Paiva; abertura de inquérito para apurar responsabilidades.

- 06.03.2001 Primeiro *briefing* em directo a partir de Castelo de Paiva; Presidente Jorge Sampaio visita Castelo de Paiva; primeiro funeral.
- 07.03.2001 Primeiro mergulho falhado no Douro.
- 08.03.2001 Chegada de mergulhadores franceses; corpos encontrados na Galiza.
- 09.03.2001 Corpos encontrados na Galiza recebidos no Aeroporto Sá Carneiro, com honras de Estado; tomada de posse de Jorge Sampaio.
- 11.03.2001 Presidente da República e representantes dos principais partidos assistem a missas de Sétimo Dia.
- 12.03.2001 Minuto de silêncio no Parlamento Europeu, em memória das vítimas.
- 19.03.2001 Localização do autocarro e primeiras tentativas de resgate.
- 20.03.2001 Operações de recuperação do autocarro e de alguns corpos.
- 23.03.2001 Autocarro em terra firme.
- 01.03.2001 Resgate de um dos veículos ligeiros e ocupantes.
- 07.03.2001 Resgate do segundo veículo ligeiro.
- 08.03.2001 Interrupção das operações de busca.
- 19.03.2001 Retorno da equipa do Instituto Hidrográfico a Castelo de Paiva; localização do terceiro veículo ligeiro.
- 20.03.2001 Equipa de salvamento abandona definitivamente o local.

Bibliografia

- Cabral, J. P. (1985). 'Os cultos da morte no Noroeste de Portugal' in Feijó, R. J., Martins, H. & Cabral J. P. (eds.) *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa: Querco, pp. 65-87.
- Cintra Torres, E. (2003) *A Tragédia Televisiva. O Caso-Limite da Dramatização da Informação Audiovisual*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa: ISCTE.
- Ezequiel, A. & Vieira, A. (2002) *A Missão em Castelo de Paiva. Relato de um participante nas operações de resgate*, Lisboa: Caminho.
- Goldey, P. (1985) 'A boa morte: Salvação pessoal e identidade comunitária' in Feijó, R. J., Martins, H. & Cabral J. P. (eds.) *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa: Querco, pp. 89-109.
- Mesquita, M. (2003) *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: Minerva.

Artigos de Imprensa

- Carreira Bom, João (2001, 18 de Março). 'O «poder político» dos jornalistas'. *Diário de Notícias*.

- Chaparro, Carlos (2001, 8 de Março). 'A tragédia vista pela TV: O *show* da dor'. O *Ribatejo*.
- Cabral, Francisco Sarsfield (2001, 24 de Março). 'Sinais de esperança'. *Público*.
- Coelho, Pedro (2001, 25 de Março). 'Resposta breve a um editorial'. *Público*.
- Fernandes, José Manuel (2002, 21 de Março). 'Já não há jornalistas nas televisões?' *Público*.
- Fernandes, José Manuel (2002, 25 de Março). 'As três questões essenciais'. *Público*.
- Fidalgo, Joaquim (2001, 18 de Março). 'Verdades e mentiras'. *Público*.
- Fidalgo, Joaquim (2001, 25 de Março). '«Notícias» à venda'. *Público*.
- Francisco, Susete (2001, 7 de Março). 'E o mais visto foi... a novela'. *Diário de Notícias*.
- Francisco, Susete (2001, 11 de Março). 'Ministro pede contenção na cobertura de Castelo de Paiva'. *Diário de Notícias*.
- Francisco, Susete (2001, 14 de Março). *Sindicato aponta 'erros graves'*. *Diário de Notícias*.
- Pereira, Arminda Rosa (2001, 14 de Março). 'Tiragens: Castelo de Paiva aumenta circulação dos jornais'. *Diário de Notícias*.
- Magalhães, Júlio (2001, 7 de Abril). 'A TV em Castelo de Paiva'. *Expresso*.
- Magno, Carlos (2001, 18 de Março). 'A ponte do dia seguinte'. *Diário de Notícias*.
- Marinho, Luís (2001, 25 de Março). 'Carta aberta ao director'. *Público*.
- Martins, Fernando (2001, 18 de Março). 'A intimidade de uma lágrima exige o respeito de todos'. *Jornal de Notícias*.
- Pereira, Arminda Rosa (2001, 14 de Março). 'Tiragens: Castelo de Paiva aumenta circulação dos jornais'. *Diário de Notícias*.
- Pereira, Arminda Rosa (2001, 13 de Março). 'Ética: Paivenses foram as vítimas ou os cúmplices dos *media*?' *Diário de Notícias*.
- Pereira, José Pacheco (2001, 15 de Março). 'O *show* da morte'. *Público*.
- Rangel, Emídio (2001, 10 de Março). 'Quero insurgir-me...' *Diário de Notícias*.
- Serrano, Estrela (2002). 'Alarme na primeira página'. *Diário de Notícias*.
- Sousa, Judite de (2001, 17 de Março). 'Informação em tempo real'. *Jornal de Notícias*.
- Sousa Tavares, Miguel (2001, 16 de Março). 'A falta que faz uma opinião pública'. *Público*.
- Torres, Eduardo Cintra (2001, 12 de Março). 'Na televisão, como uma tragédia grega'. *Público*.
- Torres, Eduardo Cintra (2001, 17 de Março). 'O fim do acto trágico'. *Público*.
- Vaz, Júlio Machado (2001, 21 de Março). 'Lutos (I)'. *Jornal de Notícias*.
- Site do Sindicato dos Jornalistas Portugueses, <http://www.jornalistas.online.pt>
- Site do jornal *Público*, www.publico.pt

Manipulação de imagens fotográficas jornalísticas. Falsificação da realidade visível¹

Sara Moutinho

Resumo: Nos últimos anos, vieram a público diversos casos em que as imagens fotográficas publicadas pela imprensa não correspondiam, exactamente, à realidade captada pela câmara. A manipulação de imagens fotojornalísticas, embora não seja um procedimento novo, tem vindo a contribuir para o debate em torno das questões ligadas à credibilidade do jornalismo e ao respeito pelas normas éticas e deontológicas que enformam a actividade periodista. Um debate que ganha novos contornos com os avanços tecnológicos registados no domínio das tecnologias digitais de registo e tratamento da imagem.

Dentro desta problemática, este artigo centrar-se-á nas seguintes interrogações:

O que sobressai do discurso dos profissionais da área (fotojornalistas, responsáveis editoriais e outros) e o que consideram os investigadores que estudam o tema?

Perante a ocorrência de modificações nas imagens mediáticas impressas, estarão os jornalistas a centrar as suas preocupações apenas no problema da transgressão ética, deixando de lado a reflexão sobre as interferências que possam vir a ocorrer no processo de construção social da realidade?

‘Num contexto noticioso, se uma fotografia parece verdadeira, é bom que seja verdadeira’

John Long (1999)

A imagem, enquanto conteúdo jornalístico, tem vindo a ser utilizada pelos meios de comunicação social, de forma continuada, ao nível da televisão, dos meios *online* e da imprensa. Neste último caso, fotografias, ilustrações e info-

¹ Uma versão sintetizada deste texto foi apresentada no V Congresso Português de Sociologia, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia, em Braga, a 13 de Maio de 2004.

grafias (gráficos, tabelas, mapas, esquemas, etc.) são elementos integrantes de um jornalismo cada vez mais visual que é praticado em jornais e revistas. Dentro deste jornalismo visual, o papel desempenhado pelo fotojornalismo assume uma importância inegável, algo que decorre não só do facto de vivermos numa ‘sociedade da imagem’, mas também por causa do elevado grau de credibilidade que a fotografia confere à informação. A fotografia é uma forma de registo da realidade simultaneamente objectiva e subjectiva; conforme defendem Deacon *et al.* (1999: 188-189), ‘a imagem fotográfica é inerentemente ambígua’, por ser simultaneamente objectiva e conotativa, ao transmitir não só a imagem da ‘realidade literal’, mas também uma ‘versão da realidade’. Ainda assim, quando empregue num contexto noticioso, é a sua componente documental, testemunhal, que sobressai. Isto acontece graças ao elevado grau de iconicidade que este tipo de imagem possui (Villafañe, 1996), isto é, graças à enorme semelhança entre o objecto que existe na realidade e o objecto que é representado na imagem registada (a fotografia). Como sublinham Deacon *et al.* (1999: 187), ‘porque as fotografias são signos icónicos *por excelência*, elas podem ser tão facilmente mobilizadas para suportar as reivindicações de objectividade expressas no ditado popular «a câmara não mente»’. Não? Vejamos.

A 12 de Março de 2004, diversos jornais, um pouco por todo o mundo, publicaram uma fotografia dos atentados que tinham ocorrido no dia anterior em Madrid, tirada por Pablo Torres Guerrero para o *El País* e distribuída pela Reuters. A fotografia original, a cores, mostra algumas das carruagens destruídas pela explosão, perto da estação de Atocha, e dezenas de pessoas na linha férrea (feridos e pessoas que os tentam auxiliar, e alguns cadáveres), por entre os destroços espalhados. No canto inferior esquerdo, sobre a gralhinha cinzenta da via, pode ver-se um membro decepado de uma das vítimas.

A maior parte dos jornais que publicaram esta fotografia (como o espanhol *El País*; os portugueses *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*; os brasileiros *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* e os britânicos *Independent* e *Daily Mirror*, entre muitos outros), fê-lo sem introduzir alterações, embora, em alguns casos, a imagem tenha sido passada para preto e branco, por surgir em páginas interiores. Noutros casos, porém, a mesma fotografia foi modificada: no Reino Unido, os jornais *The Times*, *The Daily Telegraph*, *Daily Mail* e *The Sun* apagaram digitalmente o membro, e o *The Guardian* ‘pintou-o’ em tons de cinzento, tornando quase impossível a sua identificação; no Brasil, o *Diário de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* também eliminaram o pedaço de corpo.

Em Fevereiro de 2004, o *The New York Times* publicou uma fotografia, alegadamente assinada pela Associated Press, de um comício contra a guerra no Vietname, realizado em 1971. Na imagem via-se o senador norte-americano John Kerry, ao lado da actriz e activista política Jane Fonda, dando a entender

que o senador teria tido uma posição de destaque nessa manifestação pública de oposição ao conflito. Mais tarde, descobriu-se que a fotografia, não só era uma montagem, como não tinha sido sequer distribuída pela Associated Press.

Em Agosto de 2003, nos EUA, a North Carolina Press Photographers Association (NCPA) retirou três prémios Pictures of the Year que tinham sido atribuídos ao fotógrafo Patrick Schneider, do *Charlotte Observer*, pelo facto de as fotos terem sofrido algumas manipulações (escurecimento total do fundo da imagem, escurecimento parcial de algumas áreas da imagem, através de um processo conhecido como *dodging and burning*).

O jornal londrino *Evening Standard* publicou, a 9 de Abril do mesmo ano, uma fotografia de capa mostrando uma multidão de iraquianos exultantes no dia da entrada das tropas britânicas e norte-americanas em Bagdade. A imagem tinha sido retirada de uma emissão televisiva da BBC. Mais tarde, o *site The Memory Hole* afirmou que a fotografia tinha sido manipulada, através da repetição de elementos (pessoas), dando a impressão de que a multidão era maior.

Alguns dias antes, a 31 de Março, o diário norte-americano *Los Angeles Times* publicou uma imagem do seu fotojornalista Brian Walski, enviado para cobrir o conflito existente no Iraque. A fotografia retrata um grupo de cidadãos iraquianos sentados no chão, frente a um soldado britânico armado. Um dos cidadãos está a levantar-se, com uma criança ao colo, enquanto o soldado faz um gesto com a mão, de arma em punho, aparentemente indicando ao homem que não deve erguer-se². A imagem, na realidade, mais não era do que a montagem de duas fotografias muito semelhantes, captadas com breves segundos de intervalo, no mesmo cenário, mas cuja combinação permitiu obter uma imagem mais forte e esteticamente mais apelativa.

Ainda em 2003, na edição de Fevereiro, a revista masculina *GQ* publicou uma capa com Kate Winslet, 'emagrecendo' substancialmente o corpo da actriz através do recurso a meios digitais.

Os casos de manipulação de imagem não se cingem aos órgãos de grande dimensão e, por consequência, de maior visibilidade. Em Janeiro de 2004, uma publicação da norte-americana Brigham Young University (BYU) imprimiu uma fotografia do jogador de basquetebol Rafael Araujo, digitalmente alterada. O jogador, da equipa da BYU, possui diversas tatuagens nos braços, perfeitamente visíveis sempre que joga (uma vez que o equipamento envergado pelos jogadores de basquetebol inclui uma *t-shirt* de alças). A fotografia publicada retrata-o, durante um desafio desportivo, sem qualquer tatuagem.

Estes são apenas alguns dos casos mais recentes em que manipulações da imagem foram detectadas, mas outros há que já se tornaram referências correntes quando este assunto é abordado. Foi o que aconteceu com uma fotografia de capa que a revista *Newsweek* publicou em 1997, na qual foram embranque-

² De acordo com o texto noticioso que acompanhava a fotografia, decorriam bombardeamentos nas proximidades, estando as forças militares a zelar pela segurança dos civis.

cidos os dentes de uma mulher, Bobbi McCaughey, que tinha dado à luz sete gémeos. Na mesma semana, a mulher foi retratada na capa de uma revista concorrente (a *Time*), com os dentes por tratar. Em 1994, tinha sido a vez da revista norte-americana *Time* manipular uma imagem: a fotografia do desportista O. J. Simpson, registada pela polícia aquando da sua detenção, foi publicada na capa da revista depois de ter sido alterada – a fotografia do suspeito, de pele negra, tinha sido escurecida em relação ao original. A comparação tornava-se evidente nas bancas, já que a fotografia fornecida pelas autoridades policiais foi usada no mesmo dia como capa de outra revista (agora a *Newsweek*), sem alterações. Recuando ainda mais, encontramos o caso de uma fotografia que a *National Geographic* publicou na capa da edição de Fevereiro de 1982, em que as Pirâmides de Gizé foram ‘aproximadas’ entre si, para que a imagem ficasse mais adequada a uma capa vertical.

O que todos estes casos mencionados têm em comum é o facto de as fotografias terem sido modificadas, quebrando-se a correspondência entre a realidade do objecto e a imagem final trazida a público, ou, por outras palavras, entre o que foi visto e registado pelo fotógrafo e o que foi mostrado posteriormente. De facto, como podemos constatar pelos exemplos referidos, a imagem fotográfica é passível de ser modificada de modo a transformar a realidade que se pretende registar. Ou seja, ela é susceptível de manipulação.

A fotografia é considerada ‘uma falsificação quando se descobre que engana quem a vê quanto à cena que afirma representar’ (Sontag, 2003: 53). Esta deturpação pode ocorrer em três momentos distintos: antes do registo da imagem (incluem-se aqui as fotografias encenadas³), no momento do registo (por exemplo, escolhendo um determinado enquadramento para a imagem, em detrimento de outros), e depois de a imagem ter sido registada (quando, de alguma forma, são modificados elementos visuais existentes na imagem). Quando se debate a questão das imagens manipuladas num contexto jornalístico, é principalmente esta última modalidade que se aborda, e será esta a vertente analisada neste capítulo.

Antes de avançar para os problemas que esta prática levanta, é necessário clarificar um aspecto ligado ao conceito de manipulação, pois nem todas as acções que modificam uma imagem são obrigatoriamente negativas. Conforme referem Paul e Deni Elliott (2003), os fotógrafos ‘manipulam a realidade sempre que se movimentam para escolher um ângulo melhor, mudam uma lente, executam um ‘zoom’, ou decidem o que deve ser focado ou que acção deve ser registada. Eles manipulam imagens quando alteram o seu tamanho, efectuam um reenquadramento e escolhem o balanço de cor mais correcto’.

³ Terá sido este, alegadamente, o caso das fotografias publicadas pelo jornal britânico *Daily Mirror* a 1 de Maio de 2004, nas quais se podiam ver supostos exemplos de maus tratos a prisioneiros iraquianos por parte de militares britânicos.

Na verdade, são aplicados diversos procedimentos a uma fotografia (antes de esta ser publicada) que os profissionais da área entendem como imprescindíveis (Sousa, 1998; Irby, 2003a e 2003c; Gladney & Ehrlich, 1996), e que não alteram o significado daquilo que é mostrado. Da mesma forma que um jornalista, ao transcrever declarações de um determinado interlocutor, elimina alguns dos aspectos acidentais que podem estar presentes no discurso oral – como pequenas hesitações ou reformulações, gaguez ou repetição de palavra, tosse, etc. – assegurando-se que essa conduta não subverte o que foi dito, também o responsável pela fotografia terá o cuidado de efectuar os necessários ajustes à imagem, de modo a que sejam corrigidas falhas existentes.

Englobam-se, aqui, procedimentos como a correcção das cores, da luminosidade ou do brilho; a eliminação de reflexos, poeiras e outras impurezas; a correcção do chamado ‘efeito dos olhos vermelhos’ causado pela utilização do *flash*, e o redimensionamento ou o reenquadramento⁴ da fotografia, entre outros. Trata-se, no fundo, de tentar aproximar a imagem registada à imagem da realidade, de forma a compensar algumas limitações técnicas inerentes ao próprio equipamento, e de corrigir eventuais imperfeições ocorridas no momento do registo. Conforme refere Irby (2003c), ‘a maior parte das fotografias, especialmente as digitais, requer alguns retoques básicos e preparação para irem ao encontro dos padrões da produção’. Tende a falar-se, nestas situações, de ‘tratamento de imagem’ e não de ‘manipulação’⁵. Um exemplo do tipo de procedimentos autorizados e não-autorizados, no tratamento de diversos tipos de imagem fotográfica, pode ser encontrado em DigitalCustom⁶ (2003). Tendo em consideração diversos depoimentos de fotógrafos, editores de fotografia e outros profissionais da área, bem como os códigos de conduta e linhas normativas de alguns órgãos de comunicação, verifica-se que este tipo de procedimentos se configura como uma prática relativamente generalizada e adoptada, uma vez que não é censurada pelos profissionais como modificadora da realidade fotografada.

Verifica-se então que os casos de manipulação que foram mencionados anteriormente não podem enquadrar-se nestes meros processos de tratamento de imagem, pois em todos se verificaram alterações de elementos formais da imagem (através de processos de eliminação ou repetição de elementos, modificação das cores, alteração das dimensões de elementos, justaposição de imagens, etc.).

⁴ O acto de cortar o exterior da imagem nas margens horizontais e/ou verticais – em inglês, *cropping* – e depois reenquadrar a fotografia é admissível quando a parte retirada contém apenas elementos que o fotógrafo não pretendia inicialmente captar, desde que dessa forma não se modifique a informação contida na imagem. Por exemplo, é permitido cortar um pouco de céu, ou um pouco de uma multidão, ou uma pessoa que surge no canto da imagem por ter sido apanhada pela objectiva inadvertidamente, mas já não é aceitável cortar um sujeito relacionado com a notícia – recorde-se o caso de algumas fotografias difundidas por ocasião da Cimeira das Lajes, em 2003, nas quais só eram retratados, dos quatro intervenientes, os três com maior peso político internacional.

⁵ A palavra *manipular*, quando utilizada por referência à informação jornalística, adquire um sentido pejorativo, sendo sinónimo de *forjar* ou *perverter*.

⁶ A DigitalCustom é uma empresa norte-americana especializada no tratamento de imagem para o mercado publicitário e a indústria dos *media*.

Enfoque na credibilidade jornalística

Os exemplos de manipulação de imagens fotojornalísticas que foram mencionados anteriormente motivaram o debate (alguns mais do que outros) entre a classe jornalística, tendo suscitado diversos artigos, comentários e tomadas de posição. O risco de descredibilização e a violação de normas éticas e deontológicas são os temas que prevalecem no discurso produzido por fotojornalistas, editores e outros interlocutores (Baeza, 2001), embora existam outras questões a ter em consideração, como veremos adiante.

O caso da manipulação efectuada por Brian Walski, numa fotografia enviada do Iraque para o *Los Angeles Times*, foi um dos que suscitou maior polémica nos últimos tempos. A montagem de duas fotografias, em si praticamente semelhantes (registadas com poucos segundos de diferença), para criar uma terceira imagem que, em rigor, não correspondia à realidade passível de ser captada num determinado momento temporal, foi contestada por um grande número de profissionais da área.

Analisemos as três imagens em questão, com mais pormenor. Na primeira fotografia, pode ver-se um grupo de cidadãos iraquianos, sentados no chão. Em primeiro plano, do lado esquerdo, surge um soldado britânico de perfil, empunhando uma arma na mão direita e com o braço esquerdo levantado, perpendicular ao corpo, num ângulo de 90 graus, indicando à população para se manter sentada. No lado direito, vê-se um homem com uma criança ao colo, a colocar-se em pé, com a cabeça voltada para o lado contrário àquele onde estava o soldado. Na segunda fotografia, as pessoas continuam sentadas, o corpo do soldado permanece de perfil, com a arma na mão direita, mas o braço esquerdo deixou de ser visível, dando a impressão de estar alinhado verticalmente com o resto do corpo. O homem que tenta levantar-se, segurando uma criança, está agora a olhar directamente para o soldado. Finalmente, a terceira fotografia – aquela que foi publicada – resulta da combinação das duas primeiras. O lado esquerdo da imagem corresponde à primeira fotografia (soldado armado com braço estendido) e o lado direito à segunda fotografia (homem levantando-se e olhando de frente para o soldado), mantendo-se o grupo de pessoas sentadas no chão.

O argumento apresentado por Brian Walski para a manipulação da imagem (segundo uma nota editorial da direcção do jornal) assenta numa intenção de ‘melhorar a composição’ da imagem. O objectivo do fotógrafo era, pois, apresentar uma imagem mais forte e esteticamente mais apelativa.

Ainda que, neste caso específico, as consequências para a leitura da fotografia sejam praticamente inexistentes (a informação contida nas imagens é comum – em qualquer uma delas, o que se vê é um soldado orientando a população face a um eventual perigo), o fotógrafo violou as normas vigentes no órgão de comunicação, que proíbem alterações como as que foram feitas. Poder-se-

-ia alegar que a infracção não foi demasiado grave, pois a imagem publicada poderia, efectivamente, ter acontecido, bastando para tal que o homem tivesse voltado a cabeça em direcção ao soldado um ou dois segundos antes – mas o facto é que isso não aconteceu. Em consequência, embora Brian Walski seja um fotojornalista já com uma longa carreira, e não obstante a atenuante de se encontrar a trabalhar, nessa altura específica, em condições muito difíceis e extenuantes, esses factores não impediram a direcção do *Los Angeles Times* de o despedir no dia seguinte ao da publicação da fotografia.

Uma das poucas vozes dissonantes a sair em defesa de Brian Walski foi a do fotógrafo mexicano Pedro Meyer, que num artigo publicado no *site Zone Zero* afirma não encontrar nenhuma razão válida para o despedimento decidido pelo *Los Angeles Times*. De acordo com as suas palavras, ‘parece que o jornal não compreende totalmente que o CONTEÚDO⁷ da imagem [final] enviada não tinha sido alterado na sua essência, apesar de ter combinado duas imagens sucessivas’ (Meyer, 2003). Pedro Meyer sustenta que o fotógrafo agiu unicamente com o objectivo de obter uma fotografia melhor, ‘da mesma forma que quaisquer outros jornalistas limam os textos para que estes sejam mais facilmente legíveis e mais sucintos’ (*idem*). O discurso de Pedro Meyer estende-se para lá das questões directamente ligadas à fotografia, acusando o jornal de ser faccioso e conivente com o poder governamental norte-americano, no que diz respeito à cobertura jornalística da guerra no Iraque. Não deixando de ser essa uma questão importante, sai fora do âmbito deste texto, pelo que nos centramos apenas nos aspectos relacionados com a imagem manipulada por Brian Walski.

As reacções suscitadas por este caso, porém, vão maioritariamente no sentido de reprovar o procedimento do fotógrafo. O depoimento de Colin Crawford, director de fotografia do *Los Angeles Times*, acentua o valor da credibilidade e da responsabilidade perante o público: ‘O que Brian [Walski] fez é totalmente inaceitável, e violou a confiança dos nossos leitores. (...) Não nos sentimos contentes ao fazer isto [o despedimento], mas a integridade da nossa organização é essencial. Se os nossos leitores não podem contar com honestidade da nossa parte, não sei o que nos resta’ (cit. por Irby, 2003b).

Frank Van Riper, fotógrafo e colunista do *Washington Post*, afirma que a pressão do trabalho não pode servir de desculpa para esta acção, já que ‘Walski não se limitou a carregar no botão errado e a enviar a fotografia errada (...). Ele teve de manipular conscientemente as suas duas fotografias (...) e criar uma imagem separada, falsificada, e – mais uma vez intencionalmente – transmiti-la aos seus editores, nada dizendo sobre a alteração’ (Van Riper, 2003). Embora Van Riper concorde com Pedro Meyer no que respeita à inexistência de alterações no ‘conteúdo da história que [o fotógrafo] estava a contar’ (*idem*),

⁷ Em maiúsculas no original.

esse facto por si só não será desculpabilizador: ‘O que torna a acção de Walski tão trágica tem muito pouco a ver com o que ele fez a esta imagem, e muito mais com a frágil moeda de troca com que todos os jornalistas de reputação operam: a sua credibilidade’ (*idem*). Van Riper discorda também da posição assumida por Pedro Meyer no que concerne ao alegado aperfeiçoamento de textos efectuado por jornalistas, sublinhando que ‘as fotografias noticiosas são o equivalente às citações directas⁸ e como tal são sacrossantas’. No seu ponto de vista, um jornalista pode escolher quais as citações a usar num texto, tal como um fotógrafo pode cortar uma fotografia e reenquadrá-la, ‘mas os elementos-chave de uma fotografia jornalística, tal como as palavras-chave numa citação directa, simplesmente estão vedados à manipulação’ (*idem*).

A perda de credibilidade não afecta apenas o fotógrafo em questão, nem o órgão de comunicação que publica a fotografia, mas o jornalismo em geral, como nota uma fotógrafa do *Seattle Times*, Betty Udesen: ‘Infelizmente a nódoa desta fotografia vai prejudicar os jornalistas colectivamente’ (cit. por Irby, 2003b). A questão da credibilidade jornalística é mencionada igualmente por John Long, em relação ao caso do escurecimento da fotografia de O. J. Simpson, levado a cabo pela revista *Time*. ‘Apresentaram aquilo que parecia uma fotografia real e que afinal não o era; o público sentiu-se enganado, e com razão. Ao fazer isto, a *Time* danificou a sua credibilidade e a credibilidade de todos os jornalistas’ (Long, 1999).

Associada à credibilidade, surge a questão da violação de normas éticas e deontológicas em situações de manipulação. No caso do fotógrafo Patrick Schneider, a quem a North Carolina Press Photographers Association (NCPA) retirou três prémios Pictures of the Year, a manipulação não foi efectuada nas fotografias publicadas previamente no jornal, mas sim nas imagens submetidas a concurso. A transgressão foi detectada, depois de queixas apresentadas por dois outros fotógrafos. Excepto no caso da primeira imagem, em que é notória a eliminação do fundo, nas outras duas imagens as alterações são consideravelmente mais subtis. Mesmo assim, as modificações contrariavam o código de ética da National Press Photographers Association (NPPA), que determina que as imagens não devem ser manipuladas, de nenhuma forma que possa induzir o público em erro (NPPA, 2004).

Como resultado desta ocorrência, todo o trabalho publicado por Patrick Schneider no *The Charlotte Observer* foi escrutinado, tendo a direcção do jornal concluído que, das centenas de fotografias analisadas, apenas num número muito reduzido teriam sido passados os limites entre o tratamento de imagem e a manipulação. No entanto, a direcção ressaltou o facto de, nesses poucos casos, se ter registado unicamente o uso de processos de reajustamento de cores e de fundos, e em caso algum tinham sido adicionados ou deslocados

8 Itálico no original.

elementos na imagem ('Awards...', 2003: 5B). Talvez por isso, a penalização aplicada ao fotógrafo tenha sido bastante mais branda (retirada dos prémios e três dias de suspensão no jornal) do que no caso de Brian Walski.

Para além dos argumentos ligados à perda de credibilidade e à violação de normas éticas e deontológicas, nos debates esgrimidos na esfera pública, é feita alusão, igualmente, a outros aspectos que devem ser tidos em consideração, quando se reflecte sobre a manipulação de imagens em contexto jornalístico. Um desses aspectos é a eventual necessidade de salvaguardar os direitos e interesses do público, através da modificação de determinadas imagens. Vejamos o incidente ocorrido com a fotografia de Pablo Torres Guerrero. Ao apagar-se, de uma fotografia, um pedaço de um corpo vítima do atentado terrorista em Madrid (ou ao modificar-se a sua cor de forma a que se tornasse irreconhecível) está a proceder-se a uma alteração de um elemento informativo visual – ainda que esse acto tenha sido justificado, pela maioria dos responsáveis editoriais dos órgãos que manipularam a imagem, como uma forma de poupar os leitores mais sensíveis à violência 'desnecessária' das imagens.

Num artigo da jornalista Claire Cozens, publicado no *site* do *The Guardian*, Bob Bodman, editor de fotografia do *Daily Telegraph*, refere que se trata de 'uma questão de gosto', e defende que é possível retirar elementos da imagem, 'se isso não lhe alterar o contexto' (cit. por Cozens, 2004). Outro dos entrevistados, Paul Johnson, editor do *The Guardian*, reconhece que a decisão de pintar o elemento de cinzento 'estava longe de ser perfeita', mas que, ainda assim, 'era a melhor solução, porque não erradicava nada da imagem' (*idem*). Quanto à posição da *Reuters* (que distribuiu internacionalmente a fotografia), David Viggers, editor sénior de fotografia da agência, relativiza a questão, afirmando compreender a posição mais conservadora da imprensa britânica, quando comparada com outros países, mas não deixa de frisar a importância de não modificar as fotografias: 'Não gostamos de remoções de qualquer espécie. Não o toleramos em nome dos nossos fotógrafos. Do nosso ponto de vista, qualquer coisa que pudesse ter sido feita na câmara escura é aceitável, mas não podemos tolerar nada que mude o contexto editorial' (*idem*).

Esta questão foi abordada, na imprensa portuguesa, pelo provedor dos leitores do *Jornal de Notícias*, que defende que 'alterar o conteúdo de uma foto, que não seja por razões, digamos assim, técnicas, é semelhante a truncar ou modificar qualquer texto' (Pinto, 2004).

As diferentes 'opções editoriais' tomadas pelos jornais que publicaram a imagem em causa radicam, ainda assim, num dilema: 'Com tantas vítimas mortais, com tantos feridos, com tamanhos estragos, com tanta gente envolvida, um dos desafios com que os jornalistas, os editores e os directores dos jornais, rádios e televisões se defrontam será encontrar o justo equilíbrio entre o direito e o dever de informar, e, por outro lado, a sensibilidade para não ferir indevidamente os direitos das vítimas e dos destinatários da informação' (*idem*).

Armando Rafael, jornalista do *Diário de Notícias*, coloca esta mesma questão: ‘Será possível contar uma história de guerra, um conflito ou uma carnificina (...), sem recorrer, simultaneamente, a imagens ou a fotografias que, à partida, podem ser consideradas chocantes para o grande público? Dúvidas desta natureza colocam-se todos os dias em todas as redacções’ (Rafael, 2004).

Justificar a alteração das fotografias efectuada por alguns jornais pela necessidade de resguardar a sensibilidade dos leitores, contudo, deixa algumas interrogações no ar. Não estando aqui em causa o valor deste argumento, – esse seria um assunto para um debate distinto – não deixa de ser necessário chamar a atenção para a existência de alternativas, que permitiriam uma abordagem diferente do problema.

Neste caso concreto, era possível ter escolhido uma outra fotografia para publicação (dada a gravidade do acontecimento, não faltavam imagens fortes que pudessem ser utilizadas). Outra possibilidade era ter-se optado, como fizeram alguns jornais⁹, por reenquadrar a fotografia, cortando-a (*cropping*) de forma a que não fosse mostrado o elemento ‘perturbador’ – este seria um procedimento plausível, já que o próprio acto de registar uma imagem através da fotografia exige uma selecção do objecto e do enquadramento pretendidos, tornando-se uma espécie de ‘retalho’ da realidade: ‘A imagem fotográfica (...) não pode ser simplesmente uma transparência de uma coisa que aconteceu. É sempre a imagem que alguém escolheu; fotografar é enquadrar, e enquadrar é excluir’ (Sontag, 2003: 53). Este procedimento (o reenquadramento) é comumente aceite pelos fotógrafos e responsáveis editoriais, desde que não se violem princípios específicos de remoção de elementos essenciais, como já foi referido anteriormente. Segundo defende Kenneth F. Irby (2004), ‘é uma forma aceite de alteração ou edição – o equivalente fotográfico da paráfrase ou da elipse dentro da narrativa fotográfica da imagem’.

Acresce ainda que a preocupação manifestada em proteger os leitores das imagens pungentes do confronto parece não ter tido paralelo nos textos noticiosos publicados, juntamente com a fotografia em questão. De facto, verifica-se que estes continham descrições atrozes dos factos ocorridos, empregando expressões fortemente *ilustrativas* como ‘corpos mutilados’, ‘plataforma da morte’, ‘cadáveres e pedaços de corpos’ (*The Guardian*), ‘um bebé desfeito em pedaços’ e ‘passageiros ensanguentados’ (*The Daily Telegraph*), ou ‘carnificina’ (*The Sun*), entre outros exemplos. Mesmo tendo em consideração que a natureza distinta das palavras e das imagens comporta necessariamente efeitos desiguais, ainda assim seria de esperar alguma uniformidade de critérios.

O episódio do ‘notável emagrecimento’ da actriz Kate Winslet, na capa da revista *GQ*, é outro dos exemplos mencionados que levanta questões que não se prendem já prioritariamente com a credibilidade jornalística. Isto porque,

⁹ Como os norte-americanos *Los Angeles Times*, *The New York Times* ou *USA Today*, por exemplo.

tratando-se de uma revista de entretenimento, parece ser prática comum – a avaliar pelo discurso dos profissionais da área – alterar as fotografias publicadas. O editor da revista em questão, Dylan Jones, reconhece a regularidade desses procedimentos: ‘Não há quase nenhuma imagem que apareça na GQ... que não tenha sido de alguma forma digitalmente alterada’ (cit. por Addley, 2003).

Não deixa de ser irónico que a actriz – conhecida por ter uma figura curvilínea e que escapa aos apertados padrões estéticos de Hollywood, que privilegiam corpos muito magros e esguios – numa entrevista publicada no interior dessa edição da revista, tenha mencionado a existência de dilemas ligados à imagem corporal feminina, questionando-se sobre ‘porque é que as mulheres pensam que para serem adoradas têm que ser magras’ (*idem*). Conforme se pode ler no artigo de Esther Addley (2003), depois de a edição da revista em questão ter sido colocada nas bancas, o agente de Kate Winslet declarou que a actriz estava ‘surpreendida’ com a fotografia, pois, embora estivesse consciente de que as revistas modificam as imagens publicadas, não esperava, ainda assim, uma tão grande mudança.

Quanto ao caso das tatuagens ‘misteriosamente’ desaparecidas nas fotografias do jogador de basquetebol Rafael Araujo, numa publicação da Brigham Young University, nos EUA, os próprios responsáveis pela edição admitem a prática de modificações nas imagens. Em declarações ao jornal *Salt Lake Tribune*, Duff Tittle, director de informação desportiva da universidade, reconheceu que a fotografia em questão tinha sido alterada e acrescentou que não se trata de um caso único: ‘Retocamos fotos desde há muitos anos – removendo tatuagens, cobrindo umbigos, e coisas assim’ (cit. por Eddington, 2004). A razão? As tatuagens violam o código de vestuário e aparência da escola. Mas as alterações não se ficam por aqui – em provas de atletismo, como salto em altura, é normal que o movimento do corpo faça com que a roupa fique descomposta e se veja, por exemplo, um umbigo. ‘Nessas situações, muitas vezes esticamos a camisola [na fotografia], de forma a que pareça que o umbigo está coberto’ (*idem*).

Até nos casos em que a manipulação parece ser quase inofensiva, quase sem consequências de maior, – fará alguma diferença de vulto que as pirâmides de Gizé na verdade estejam mais distantes entre si, do que aparentam, na fotografia modificada pela *National Geographic*? –, a leitura do problema não pode ser feita de modo tão inocente. Não deixa de ser, como sublinhou John Long (1999), uma ‘mentira visual’. A revista defendeu-se usando o argumento de que se tratava de um ‘reposicionamento retroactivo do fotógrafo’ (cit. por Long, 1999), o que não deixa de ser um conceito deveras curioso. Os responsáveis da *National Geographic* declararam ainda que, ‘se o fotógrafo estivesse um bocadinho mais para um lado ou para o outro, isto [a fotografia publicada] teria sido o resultado obtido’ (Long, 1999). O problema é que o fotógrafo não

estava nesse suposto ponto ideal, e a desaprovação deste acto de manipulação esteve (e está) à vista: conforme nota John Long, ‘vinte anos depois ainda se fala naquilo que a *National [Geographic]* fez’ (*idem*).

Manipulação fotojornalística: questão intemporal e abrangente

A possibilidade de modificar imagens fotográficas não é um dado recente; pelo contrário, esta capacidade é tão antiga como a própria fotografia (Freund, 1995; Sontag, 2003; Gladney & Ehrlich, 1996). A manipulação pode ser efectuada para servir finalidades muito distintas: desde a distorção de factos históricos (recorde-se o exemplo clássico de fotografias, das quais os opositores de Estaline eram sistematicamente apagados, à medida que iam sendo ‘eliminados’ fisicamente) até ao simples embelezamento de fotografias particulares.

No que diz respeito ao jornalismo, o papel fundamental que a imagem tem vindo a adquirir ao longo dos anos contribui para justificar um olhar mais atento ao perigo da manipulação.

A partir dos finais do século XIX, com o início da publicação regular de fotografias na imprensa (Freund, 1995), é oferecida ao leitor a possibilidade de visualizar os acontecimentos narrados no texto. Embora a fotografia não se limite a ter um carácter documental, esta é, no caso do jornalismo, a vertente que, sem dúvida, mais se destaca.

Desde as primeiras experiências em que se conseguiu fixar a imagem dos objectos em suportes físicos, a partir da luz, a fotografia foi utilizada, ‘antes de tudo, para testemunhar uma realidade e, depois, para recordar a existência dessa mesma realidade’ (Bauret, 2000: 23), entendendo-se aqui realidade como ‘tudo aquilo que constitui o objecto de uma percepção e, por conseguinte, que pode ser representado’ (Bauret, 2000: 41). Este tipo de fotografia configura-se como um registo do visível, documentando a realidade visual. A sua função é representar o real por analogia, apresentando um elevado grau de iconicidade, ou seja, de semelhança visual entre o mundo visível e a representação visual desse mundo.

Quando utilizada como conteúdo jornalístico, a fotografia ‘torna-se informação visual, e contribui para o conhecimento e, também, para a compreensão dos acontecimentos’ (Bauret, 2000: 23). Conforme sublinha Sontag (2003: 28), ‘uma coisa torna-se real – para aqueles que estão, algures, a segui-la como ‘notícia’ – ao ser fotografada’. O sujeito que se confronta com a imagem jornalística espera ver nela um espelho da realidade, algo que dá conta, visualmente, de factos e de acontecimentos que tiveram lugar. O problema que se coloca é que, quando existe manipulação, aquilo que o sujeito vê (a fotografia publicada) não coincide totalmente com o real (o acontecimento). E o fotojornalismo, à semelhança do jornalismo em geral (qualquer que seja a forma

sob a qual se apresente), está vinculado a ‘valores de informação, actualidade e notícia’ (Baeza, 2001: 32), que são contrariados, sempre que se verificam práticas de manipulação da imagem.

A veracidade, o rigor, o respeito pelos factos, assumem, do ponto de vista jornalístico, uma importância fulcral. Se, no caso da fotografia artística, a manipulação é uma prática aceite e integrada no próprio processo de produção da obra, no caso do fotojornalismo, o cenário é substancialmente diferente. A fotografia é entendida como prova, como um retrato, o mais fiel possível, da realidade *tal como esta se apresenta à câmara*. Tal como o repórter relata, em palavras, o acontecimento que o leitor não presenciou, o fotojornalista expõe, em imagem, aquilo que o leitor não viu. É, por isso, a credibilidade do repórter fotográfico, do órgão de comunicação e do próprio jornalismo que é colocada em causa, quando se detecta um acto de manipulação – nessa direcção vão os argumentos defendidos, tanto pelos profissionais da área, como de outros investigadores que se debruçaram sobre o assunto.

Segundo Baeza (2001: 65), ‘só a credibilidade da fonte e o compromisso de veracidade estabelecido pelos meios com os seus leitores são garantia da autenticidade de uma mensagem fotográfica. Há que advertir que esta concepção pragmática de veracidade não pode identificar-se com a objectividade, nem com a infalibilidade, nem com a precisão, mas simplesmente com o respeito, considerando a subjectividade do fotógrafo e do meio para que trabalha, pelas coordenadas simultâneas de espaço e tempo que definem uma fotografia e que excluem que se adicionem, suprimam ou desloquem os elementos visuais que a constituem’.

A credibilidade enquanto valor a preservar não se circunscreve ao fotógrafo, alargando-se ao órgão de comunicação para o qual trabalha: ‘A aposta de confiança consiste em sustentar que o interesse a longo prazo de uma empresa mediática decorre também da qualidade da sua informação, relativamente às esperanças e à vida da comunidade, e que esse interesse a longo termo deverá servir a liberdade jornalística’ (Cornu, 1999: 306). Para Lester (1995), a credibilidade ‘não é uma qualidade inerente a uma imagem individual, mas um conceito baseado na tradição, escolha de histórias, considerações gráficas e percepção do leitor sobre a empresa ou o indivíduo que produz a imagem’. Em última análise, os ataques desferidos à credibilidade por via de manipulação de imagens fotográficas acabam por minar igualmente todo o sistema jornalístico (Long, 1999; Udesen, cit. por Irby, 2003b; Tirohl, 2000).

Um aspecto que tem vindo a ser objecto de discussão na literatura especializada tem a ver com a utilização das tecnologias informáticas, nos processos de manipulação de imagem. Como já foi referido, a capacidade técnica de modificar elementos visuais presentes na imagem fotográfica existe praticamente desde que a fotografia foi criada, no século XIX, essencialmente levada a cabo através de processos químicos efectuados em laboratório.

Hoje em dia, a utilização de tecnologias digitais de registo e tratamento de imagem veio aumentar consideravelmente essa capacidade. Temos, nomeadamente, máquinas fotográficas digitais que possibilitam que, no momento de captação do visível, a imagem seja registada com tonalidades distintas das que se apresentam ao olhar (por exemplo, tornando artificialmente as cores mais vívidas), e diversos programas informáticos que permitem efectuar alterações de toda a espécie, já depois do registo (ajustando as cores ou a luminosidade, corrigindo imperfeições, inserindo ou retirando elementos na imagem – como pessoas, objectos, fundos, etc. –, aplicando efeitos especiais ou filtros, entre muitas outras possibilidades). Como refere Joly (1999: 25), ‘programas cada vez mais poderosos e sofisticados permitem (...) também falsificar uma qualquer imagem aparentemente ‘real’. Toda a imagem é a partir de agora manipulável e pode alterar a distinção entre ‘real’ e virtual’.

Com as tecnologias digitais actualmente existentes, a modificação das imagens deixa de ser um ‘privilégio’ apenas nas mãos de fotógrafos experientes no trabalho de laboratório e torna-se mais rápida e menos trabalhosa, ao alcance de leigos, e exigindo equipamentos relativamente pouco dispendiosos. Acresce ainda que os resultados obtidos são por vezes tão eficazes que acabam por ser indetectáveis mesmo ao olhar de profissionais da fotografia (Lester, 1988).

Os meios de comunicação social, e mais especificamente a imprensa, têm aderido gradualmente a estas tecnologias digitais (Tirohl, 2000), sobretudo graças às vantagens que apresentam em relação aos equipamentos analógicos. No âmbito da produção noticiosa, podemos enumerar alguns dos pontos fortes que as tecnologias digitais apresentam: possibilitam a obtenção de imagens fotográficas com qualidade similar à que pode ser conseguida com tecnologias analógicas; eliminam os processos de revelação química do filme convencional, de impressão em papel, e de posterior transferência da imagem para suporte informático (o que traz maior rapidez e diminuição de custos); permitem o envio imediato da imagem digital de um ponto para outro, sem mudança de suporte nem perda de qualidade; e agilizam o processo de tratamento da imagem que é efectuado por fotógrafos, *designers* e directores de arte das publicações.

Gladney & Ehrlich (1996: 497) referem um estudo elaborado por Reaves em 1987, segundo o qual ‘os editores valorizam as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais no que respeita à correcção e ao assegurar a qualidade de cor, reparar e remover falhas técnicas, e poupar tempo e dinheiro’. Mas a utilização destas possibilidades é encarada de forma diferente conforme o tipo de fotografias em questão: quando estão em causa fotografias com um carácter mais ‘noticioso’, como a maioria das que são utilizadas em jornais diários, a modificação só é aceite quando se destina a colmatar as tais falhas técnicas; pelo contrário, quando se consideram fotografias com características menos informativas e mais ilustrativas, como as que são publicadas em grande parte

das revistas de entretenimento, a manipulação é consentida e, mais do que isso, frequentemente praticada (Gladney & Ehrlich, 1996; Sousa, 1998).

O caso das capas de revista levanta questões interessantes, falando-se por vezes em ‘foto-ilustração’, em vez de ‘fotojornalismo’, por ser recorrente a alteração da imagem. De acordo com Robert Newman, director de arte da *inside.com* (cit. em Irby, 2003a), a manipulação de imagens em capas de revistas ‘é hoje em dia a norma, e não a excepção’, sobretudo no caso das revistas femininas, masculinas e de moda. As modificações são feitas sobretudo devido a questões estéticas (alterando a aparência das pessoas retratadas), ou então de ordem prática (por exemplo, para encaixar um título, para não aparecerem demasiados elementos na imagem, etc.).

Muitas vezes, estas fotos não são sequer consideradas, pelos profissionais do sector, como tendo conteúdo noticioso, mas sim como sendo uma mera ilustração apelativa para a capa. A importância conferida às capas das publicações é válida, tanto para as revistas de entretenimento, como para revistas de carácter informativo. Lynne Staley, editora assistente da revista *Newsweek* (cit. em Irby, 2003a) menciona a pressão comercial, que deriva da exposição em banca das revistas, como um dos aspectos que influi na grande atenção dada à imagem de capa, e consequentemente, na maior existência de modificações da imagem.

Robert Newman (cit. em Irby, 2003a) toma a seguinte posição: ‘O sentimento geral é de que as capas de revistas são comércio, são ferramentas de venda, (...) e que tudo é aceitável. E, sinceramente, penso que os leitores percebem isso e não assumem, necessariamente, que o que vêem numa capa é uma imagem verdadeira’. É um argumento, sem dúvida, discutível.

Newman acrescenta ainda que, nas imagens de capa, é considerado ‘jogo limpo’ a sua alteração, distorção, e modificação, de forma a tornarem-se ‘a mais eficaz e directa imagem gráfica possível. A imagem tornou-se outro elemento gráfico, como as letras ou as cores, para serem alteradas à vontade, de forma a servir um conceito editorial e gráfico’ (*idem*). Assim, na sua opinião, alterar imagens em capas de revistas é uma opção de carácter estético, enquanto alterar imagens em jornais é uma desvirtuação do seu conteúdo (*idem*).

Nos casos de manipulação de imagens fotográficas jornalísticas, que têm vindo a público, a utilização de processos de alteração de imagem é, com frequência, vista como uma violação das normas éticas e deontológicas do jornalismo, quer estas existam formalmente ou apenas informalmente. Nem todos os códigos deontológicos fazem menção explícita à questão da modificação de imagens – é o caso do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses (1993).

Outras organizações, porém, já integraram este ponto nas suas normas. Um exemplo possível, entre muitos, é o código de ética da organização norte-americana Society of Professional Journalists (1996), que sustenta que o jornalista

não deve ‘distorcer o conteúdo de fotografias ou vídeos noticiosos. O aperfeiçoamento da imagem para clareza técnica é sempre permissível. Montagens e foto-ilustrações devem ser identificadas’. Outro caso que pode ser referido é o código de ética da National Press Photographers Association (2004), também norte-americana, que determina que ‘a edição deve manter a integridade do conteúdo e do contexto das imagens fotográficas. [O fotógrafo] não deve manipular imagens (...) de nenhuma forma que possa enganar os leitores ou adulterar os sujeitos’.

A par de códigos de ética e códigos deontológicos de organizações de nível nacional e regional, existem ainda inúmeros órgãos de comunicação que redigiram as suas normas internas aplicáveis à imagem. E mesmo quando tal não sucede, existe uma certa ‘cultura’ própria de cada redacção, que direcciona a actuação dos profissionais. A este nível, refira-se um estudo desenvolvido por Lowrey (2003) que aponta para a existência de diferentes tipos de normas éticas dentro de uma redacção, que influenciarão a tomada de decisões face à questão de manipular imagens fotográficas.

O autor considera a existência de ‘normas integrativas’ (que reflectem as necessidades da organização), de ‘normas jornalísticas’ (dominadas pelos princípios deontológicos do exercício do jornalismo, e pela valorização do conteúdo textual em detrimento do visual) e de ‘normas artísticas’ (determinadas pelos valores estéticos existentes). De acordo com Lowrey (2003: 128-129), ‘em relação à questão do uso de fotografia, as normas culturais do jornalismo são dominantes nas redacções. Quase sem excepção, os valores da exactidão e objectividade são mencionados com reverência’.

Conforme foi já mencionado, a transgressão acarreta consequências para a credibilidade profissional do fotógrafo, do órgão de comunicação e da própria actividade jornalística. Este parece ser o problema mais relevante que sobressai do discurso dos profissionais da área, sempre que algum caso de manipulação é conhecido e a questão é debatida. Nestas alturas, é referida por vezes a necessidade de estabelecer novas normas éticas para a imagem jornalística, sobretudo tendo em consideração a introdução das tecnologias digitais, com as suas inúmeras capacidades de actuação.

Alguns autores, porém, discordam desta necessidade de revisão normativa. É o caso de John Long (1999) – cuja opinião partilhamos –, que defende que ‘o advento dos computadores e da fotografia digital não criou a necessidade de um novo conjunto completo de padrões éticos. Não estamos a lidar com algo totalmente novo. Simplesmente temos uma nova forma de processar as imagens, e os mesmos princípios que nos guiaram no jornalismo tradicional devem ser os princípios que nos guiam no uso de computadores’.

Não deixa de ser interessante notar que, em casos em que a manipulação é detectada, as consequências para o fotógrafo ou editor ‘prevaricador’ diferem em grande escala: se, num extremo, se regista um despedimento (Brian Walski)

e uma retirada de prêmios e suspensão temporária (Patrick Schneider), no outro extremo (por exemplo, a alteração da capa da *GQ*) os efeitos parecem ter sido nulos. Esta disparidade na apreciação dos casos de manipulação pode ter origem no tipo de fotografia em causa (informativa *vs.* ilustrativa); mas pode também ser causada por distintos graus de valorização conferidos às normas éticas e deontológicas por parte dos diferentes órgãos de comunicação social envolvidos (jornais ‘de referência’ *vs.* jornais ‘sensacionalistas’) (Tirohl, 2000).

Há, no entanto, um aspecto que se prende com os possíveis efeitos da manipulação da imagem fotojornalística a que importa ainda fazer referência, e que não é geralmente mencionado pelos profissionais da área quando se debate o assunto – a possibilidade de alteração do(s) sentido(s) da imagem lida¹⁰.

Começámos por assinalar, no início deste capítulo, o facto de a fotografia ser uma forma de registo da realidade, simultaneamente, objectiva e subjectiva, e de que, num contexto jornalístico, seria a sua vertente documental a sobressair. Ora, naturalmente, isso não significa que o elemento subjectivo seja totalmente colocado de parte. Como afirma Hamilton (1977), a fotografia não pode ser encarada *apenas* como uma ‘representação objectiva’ da realidade, porque contém em si uma subjectividade interpretativa que não pode deixar de ser considerada. E, na fotografia de imprensa, ‘o estatuto óbvio de testemunho da actualidade representada é acrescido de cargas valorativas’ (Rodrigues, 1999: 124-125).

As imagens, como defende Rose (2001), não são inocentes, pois interpretam o mundo. Na mesma linha de pensamento, Bauret (2000: 10) considera que ‘a fotografia não é uma produção de imagens inocente, casual ou mecânica: não é, como muitos pensaram durante muito tempo, uma simples reprodução da «natureza», do mundo que nos rodeia, mas antes uma linguagem relativamente estruturada nas suas formas e significados, e «trabalhada» por uma história que se foi progressivamente enriquecendo’. A componente visual assume uma importância fundamental para ‘a construção cultural da vida social nas sociedades ocidentais contemporâneas’ (Rose, 2001: 6), entendendo-se esta ‘construção cultural’ como ‘construção de sentido’, conforme sustenta Hall (1997). Lull (1995: 9) argumenta que ‘a disseminação eficaz das ideologias dominantes depende do uso estratégico de sistemas de imagem’.

A manipulação de elementos formais da imagem, e consequente possibilidade de alteração do seu sentido, na leitura que os receptores dela fazem, assume especial pertinência no caso da imagem fotográfica jornalística. Os significados retirados pelo sujeito da imagem publicada poderão ser diferentes daque-

¹⁰ Importa ressaltar que a manipulação de sentido da imagem não se limita à transformação de elementos da própria imagem, sendo possível igualmente através do recurso ao texto que a acompanha (título, legenda, ou notícia), ou mesmo da justaposição de outras imagens na mesma página (Freund, 1995). Este texto incide, no entanto, apenas sobre a alteração da imagem fotográfica em si, e não sobre essas outras práticas que podem modificar o sentido de uma determinada imagem.

les que surgiriam a partir da fotografia original, não manipulada, coincidente com aquilo que é captado pelo olhar. Isto pode implicar que a construção social da realidade, por parte do sujeito, feita a partir daquilo que é mostrado, seja igualmente diferente. Conforme nota Lester (1995), ‘muitos leitores formam as suas opiniões sobre indivíduos pertencentes a grupos culturais a partir das imagens que vêem nos *media*’.

Vejam os alguns dos exemplos de manipulação referidos anteriormente. Escurecer o tom de pele de um homem negro suspeito de um crime (O. J. Simpson), ocultar sinais físicos que podem indiciar más condições de vida (dentes estragados de Bobbi McCaughey), dissimular tatuagens (Rafael Araujo), e emagrecer o corpo de uma actriz (Kate Winslet), serão manipulações sem consequência? Ou será que estas ocorrências podem contribuir para, com um maior ou menor grau de subtilidade, reforçar estereótipos racistas, conformar estilos de vida, censurar formas de expressão corporal ou glorificar padrões de beleza física?

De que modo é que a utilização de tecnologias de manipulação de imagem (por exemplo, utilização de filtros, modificação de cores, alteração de elementos, etc.) pode influenciar a leitura do sentido da imagem e, com ela, a construção social da realidade? Será que pequenas alterações técnicas, aparentemente inocentes, em fotografias publicadas na comunicação social, podem mudar a forma como vemos o mundo, ou pelo menos, alguns aspectos dele?

Essas questões parecem não figurar no discurso dos profissionais da área, quando é debatido o problema das consequências da manipulação de imagens; o destaque é dado, como já foi apontado, às questões da ética e da credibilidade. Será que os jornalistas, em geral, não entendem como suas as preocupações com os efeitos *externos* que esta prática pode trazer, reflectindo apenas sobre os efeitos *internos*, isto é, que influenciam directamente a sua própria actividade? Ou será que, como sugere Negreiros (2004), se verifica uma rejeição da noção de ‘construção social da realidade’, por esta ser entendida pelos jornalistas como uma ‘«manipulação» do real’ (Negreiros, 2004: 24)?

Não se pretende fazer uma extrapolação, para todo o universo jornalístico, das conclusões obtidas por Joaquim Trigo de Negreiros no seu estudo de caso¹¹, mas não deixa de ser interessante referir que, segundo esta investigação, o papel do jornalista seria primordialmente o de ‘oferecer informação’, ‘proporcionar uma análise da realidade’ e ‘criar um espaço de pluralismo’, e não o de ‘entreter’, ‘influenciar’ ou ‘construir a realidade social’ (Negreiros, 2004: 66).

Ora, ‘a informação mediatizada deve ser entendida não apenas como uma forma de conhecimento social partilhado, mas também como fonte geradora das representações que dotam de sentido o mundo social’ (Negreiros, 2004: 120) – uma posição que vai ao encontro dos argumentos de diversos autores

¹¹ Baseado num inquérito aplicado a 120 jornalistas da redacção de Lisboa do *Público*.

já referidos, que apontam para um entendimento do fotojornalismo (e do jornalismo em geral) como integrando um processo permanente de construção da realidade social. Porém, ‘desvalorizar a importância do jornalista como definidor dos horizontes de referência e agente gerador de representações simbólicas que dão sentido ao mundo – [é o] que fazem os jornalistas inquiridos’ no estudo de caso de Negreiros (2004: 121).

Mesmo quando existe uma certa consciência de que um caso de manipulação de imagem pode conter aspectos que vão para lá da degradação da credibilidade jornalística, ainda assim os profissionais da área parecem preferir resguardar-se nessa reflexão. Relativamente ao caso do escurecimento da fotografia de O. J. Simpson efectuado pela revista *Time*, por exemplo, John Long estabelece de antemão uma separação entre o que considera serem dois aspectos distintos: ‘Um é a questão da ética fotográfica e outra é a questão da insensibilidade racial da *Time* ao decidir que mais escuro significa mais culpado. (...) A minha preocupação é com a ética fotográfica’ (Long, 1999), isto é, com ‘casos de falsificação ou mentira’ (*idem*).

Neste caso, os próprios responsáveis da revista optam por se esquivar ao assunto. Numa nota da direcção publicada na edição seguinte da *Time*, é referido o seguinte: ‘A crueza da fotografia da detenção (...) foi subtilmente suavizada e moldada para se tornar um ícone da tragédia’¹² (cit. por Long, 1999). Ao tomar esta decisão, a revista ‘estava a tomar uma posição editorial, e não a reportar as notícias’ (Long, 1999), estando implícita uma associação entre negro e criminoso. ‘Eles [os responsáveis da revista] decidiram que Simpson era culpado e portanto fizeram-no parecer culpado’ (*idem*).

Notas finais

Partindo de alguns casos de manipulação de fotografias jornalísticas de entre aqueles que vieram a público (quantos haverá que nunca serão conhecidos?), pretendeu-se reflectir sobre esta temática naquilo que se relaciona directamente com a ética e a deontologia do jornalismo. Com maior ou menor visibilidade, este tipo de alterações implicam sempre, de alguma forma, uma ‘falsificação’ da realidade, com propósitos tão distintos entre si como intoxicar a opinião pública, ou tão somente embelezar uma capa, o que não contribui para simplificar a análise desta questão.

Parece existir uma preocupação dominante, por parte dos profissionais de comunicação social, com as questões relacionadas com a manutenção da credibilidade e com a violação de regras éticas e deontológicas, aspectos fundamentais, sem dúvida, para o próprio exercício do jornalismo. Mas nem mesmo essas

12 O título de capa da edição com a fotografia de O. J. Simpson era ‘Uma tragédia americana’.

questões éticas são aplicadas, de forma coerente, a todas as imagens editadas e publicadas na imprensa. Poderá dizer-se que, na concepção de muitos profissionais do sector, alterar imagens em capas de revistas é uma opção de carácter estético, e portanto permitida, enquanto alterar imagens em jornais é uma desvirtuação do conteúdo fotográfico, e como tal passível de penalização.

Debate-se ainda a questão de saber até que ponto é necessário estabelecer regras éticas para os fotojornalistas (nos casos em que elas não tenham sido ainda definidas), ou proceder à sua revisão ou actualização, sobretudo tendo em contra as alterações que foram trazidas para a redacção com a introdução de tecnologias digitais. É, sem dúvida, uma preocupação meritória, mas será conveniente não perder de vista o facto de que os fotojornalistas são, antes de mais, jornalistas – e como tal deverão orientar-se pelas normas éticas existentes para o jornalismo em geral. Tal não obsta, naturalmente, a que não sejam estabelecidas directrizes de actuação relacionadas com aspectos específicos do fotojornalismo – e os códigos de ética existentes em determinadas instituições (como a Society of Professional Journalists ou a National Press Photographers Association) são disso um bom exemplo.

A importância conferida aos valores jornalísticos de exactidão e objectividade – aos quais se poderiam acrescentar outros da mesma natureza – poderá contribuir para se compreender, em casos de manipulação de imagens fotojornalísticas, que os profissionais, por um lado, dêem uma grande atenção à credibilidade jornalística e ao respeito pelas normas éticas e pelos cânones do jornalismo; e, por outro lado, manifestem um certo ‘alheamento’ perante outros problemas que esta manipulação pode levantar – problemas estes que são externos às actividades de produção noticiosa e ao universo laboral que integra uma redacção. Referimo-nos, aqui, às possíveis alterações de sentido na leitura da imagem, que podem afectar o modo como o sujeito interpreta o mundo.

De facto, nos casos de manipulação que foram aqui considerados, a reflexão sobre uma eventual deturpação da leitura que é feita, pelo sujeito, de uma imagem não coincidente com a realidade visível, aparentemente, foi deixada de parte ou, na melhor das hipóteses, tratada como uma questão secundária. Independentemente de os aspectos éticos e deontológicos terem, neste assunto, uma importância indubitável, não deixa de ser necessário recordar que a imagem jornalística tem um papel no processo de construção social da realidade, e que esta construção pode ser afectada, em maior ou menor grau, por quaisquer distorções que se verifiquem.

Breve cronologia

12.03.2004 Diversos jornais modificam e publicam uma fotografia do repórter Pablo Torres Guerrero, dos atentados em Madrid ocorridos no dia anterior.

- 02.2004 O *New York Times* publica uma fotografia de John Kerry, que mais tarde se descobre resultar da montagem de duas imagens diferentes.
- 01.2004 Uma publicação da Brigham Young University apresenta uma fotografia do jogador de basquetebol Rafael Araujo, na qual foram apagadas as tatuagens exibidas pelo jogador.
- 08.2003 A North Carolina Press Photographers Association retira três prêmios atribuídos ao fotógrafo Patrick Schneider, na sequência de queixas devido a manipulação das imagens.
- 09.04.2003 O jornal londrino *Evening Standard* sai para as bancas com uma imagem de capa que, mais tarde, o site *The Memory Hole* afirma ter sido modificada.
- 01.04.2003 O fotógrafo Brian Walski é despedido do *Los Angeles Times* por ter combinado duas fotos numa só.
- 31.03.2003 O *Los Angeles Times* publica uma fotografia do seu repórter Brian Walski, enviado ao Iraque, que resultara da junção de elementos de duas imagens numa só.
- 02.2003 A capa da revista *GQ* ostenta uma fotografia de Kate Winslet digitalmente alterada, fazendo parecer a actriz mais magra do que na realidade era.
- 01.12.1997 A *Newsweek* publica uma foto do casal McCaughey, que acabara de ter sete gémeos, tendo digitalmente embranquecido os dentes da mulher.
- 27.06.1994 A revista *Time* apresenta na capa uma fotografia de O. J. Simpson na qual o rosto do desportista tinha sido escurecido.
- 02.1982 A capa da *National Geographic* mostra uma fotografia em que as Pirâmides de Gize foram ‘aproximadas’ entre si.

Referências bibliográficas

- Addley, E. (2003) ‘Faking it’, *The Guardian Online* (10-01-2003), [consult. 31.Jul.2004], disponível na WWW: <URL:http://www.guardian.co.uk/women/ story/0,,871839,00.html>.
- ‘Awards taken away from photographer for *The Observer*’ (2003), *The Charlotte Observer* (15-08-2003), p. 5B, [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.poynter.org/resource/45119/Charlotte_Observer_9-15-03.pdf>.
- Baeza, P. (2001) *Por una Función Crítica de la Fotografía de Prensa*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Bauret, G. (2000) *A Fotografia: História, estilos, tendências, aplicações*, Lisboa: Edições 70 [Ed. original 1992].
- Campbell, D. (2003) ‘US war photographer sacked for altering image of British soldier’, *The Guardian Online* (03-04-2003), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL: http://media.guardian.co.uk/iraqandthedia/story/0,12823, 928431,00.html>.

- 'Código deontológico dos jornalistas portugueses' (1993), [consult. 31.Jul.2004], disponível na WWW: <URL:<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&cidselect=369&cidCanal=369&p=368>>.
- Cornu, D. (1999) *Jornalismo e Verdade: Para uma ética da informação*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Cozens, C. (2004) 'Editors 'clean up' bomb photo', *The Guardian Online* (12-03-2004), [consult. 31.Jul.2004], disponível na WWW: <URL:<http://media.guardian.co.uk/presspublishing/story/0,7495,1168260,00.html>>.
- Cozens, C. & Tryhorn, C. (2004) 'Ingram: abuse pictures 'not taken in Iraq'', *The Guardian Online* (13-05-2004), [consult. 31.Jul.2004], disponível na WWW: <URL:<http://media.guardian.co.uk/presspublishing/story/0,,1216007,00.html>>.
- Deacon, D. et al. (1999) *Researching Communications: A practical guide to methods in media and cultural analysis*, London: Arnold.
- DigitalCustom (2003) 'DigitalCustom model ethics guidelines', [consult. 31.Jul.2004], disponível na WWW: <URL:http://www.digitalcustom.com/howto/media_guidelines.asp>.
- 'Doctored photo from the *London Evening Standard*' (2003) *The Memory Hole* (actual. 13-05-2003), [consult. 31.Jul.2004], disponível na WWW: <URL:<http://www.thememoryhole.org/media/evening-standard-crowd.htm>>.
- Eddington, M. (2004) 'BYU alters hoopster's photo to hide tatoos', *The Salt Lake Tribune* (14-01-2004).
- Elliott, P. & Elliott, D. (2003) 'Manipulation: The word we love to hate: Part two', *News Photographer* (Setembro 2003), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:<http://commfaculty.fullerton.edu/lester/writings/manipulations2.html>>.
- Freund, G. (1995) *Fotografia e Sociedade*, Lisboa: Vega.
- Gladney, G. A. & Ehrlich, M. C. (1996) 'Cross-media response to digital manipulation of still and moving images', *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, Vol. 40, n.º 4: 496-508.
- Hall, S. (Ed.) (1997) *Representation: Cultural representations and signifying practices*, London: Sage.
- Hamilton, P. (1997) 'Representing the social: France and frenchness in post-war humanist photography', in Hall, S. (Ed.) (1997) *Representation: Cultural representations and signifying practices*, London: Sage, pp. 75-150.
- Irby, K. F. (2003a) 'Magazine covers: Photojournalism or illustration?', *Poynter Online* (actual. 02-01-2003), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.poynter.org/content/content_view.asp?id=15422>.
- Irby, K. F. (2003b) 'L.A. Times photographer fired over altered image', *Poynter Online* (02-04-2003), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.poynter.org/content/content_view.asp?id=28082>.
- Irby, K. F. (2003c) 'A photojournalistic confession', *Poynter Online* (22-08-2003), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.poynter.org/content/content_view.asp?id=45119>.
- Irby, K. F. (2004) 'Beyond taste: Editing truth', *Poynter Online* (actual. 30-03-2004), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.poynter.org/content/content_view.asp?id=63131&csid=29>.

- Joly, M. (1999) *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa: Edições 70 [Ed. original 1994].
- Lester, P. M. (1988) 'Faking images in photojournalism', [originalmente publicado em *Media Development*, 1/1988, 41-42], [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://commfaculty.fullerton.edu/lester/writings/faking.html>.
- Lester, P. M. (1995) 'Photojournalism ethics timeless issues' [originalmente publicado em Emery, M. & Smythe, T. C. (1995) *Readings in Mass Communication*, Brown & Benchmark Publishers], [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://commfaculty.fullerton.edu/lester/writings/photoethics.html>.
- Long, J. (1999) 'Ethics in the age of digital photography', *NPPA*, [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.nppa.org/professional_development/self-training_resources/eadp_report/eadptxt.html>.
- Lowrey, W. (2003) 'Normative conflict in the newsroom: The case of digital photo manipulation', *Journal of Mass Media Ethics*, Vol. 18, n.º 2: 123-142.
- Lull, J. (1995) *Media, Communication, Culture: A global approach*, Cambridge: Polity Press.
- McCabe, E. (2004) 'Experts raise doubts over abuse images', *The Guardian Online* (03-05-2004), [consult. 31.Jul.2004], disponível na WWW: <URL:http://www.guardian.co.uk/Iraq/Story/0,,1208629,00.html>.
- Meyer, P. (2003) 'The *LA Times* fires a photographer', *Zone Zero* (Abril 2003), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.zonezero.com/magazine/articles/alterd/alterd.html>.
- National Press Photographers Association (1991) 'Digital manipulation code of ethics', [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.nppa.org/professional_development/business_practices/digitaletics.html>.
- National Press Photographers Association (2004) 'NPPA code of ethics', [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.nppa.org/professional_development/business_practices/ethics.html>.
- 'NCPA strips photog's POY awards' (2003) *Photo District News Online* (21-08-2003) [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.pdnonline.com/photodistrictnews/search/search_display.jsp?vnu_content_id=1963706>.
- Negreiros, J. T. (2004) *Fantasmas ao Espelho: Modos de auto-representação dos jornalistas*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- 'Photojournalism ethics guideline' (2004?) *Journalism.org*, [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.journalism.org/resources/tools/ethics/codes/photojournalism.asp>.
- Pinto, M. (2004) 'As imagens dos atentados de Madrid', *Jornal de Notícias* (20-03-2004).
- Rafael, A. (2004) 'A imprensa e o complexo da avestruz', *Diário de Notícias* (11-04-2004).
- Rodrigues, A. D. (1999) *Comunicação e Cultura: A experiência cultural na era da informação*, 2.ª ed., Lisboa: Editorial Presença.
- Rose, G. (2001) *Visual Methodologies: An introduction to the interpretation of visual materials*, London: Sage.
- Society of Professional Journalists (1996) 'Code of ethics', [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.spj.org/ethics_code.asp>.

- Sontag, S. (2003) *Olhando o Sofrimento dos Outros*, Lisboa: Gótica.
- Sousa, J. P. (1998) 'A tolerância dos fotojornalistas portugueses à alteração digital de fotografias jornalísticas', *BOCC*, [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-pedro-jorge-Alteracao-Fotografias.html>.
- Tirohl, B. (2000) 'The photo-journalist and the changing news image', *New Media & Society*, Vol. 2, n.º 3: 335-352.
- Van Riper, F. (2003) 'Manipulating truth, losing credibility', *Washington Post* (09-04-2003), [consult. 31 Jul. 2004], disponível na WWW: <URL:<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/photo/essays/vanRiper/030409.htm>>.
- Villafañe, J. (1996) *Introducción a la Teoría de la Imagen*, 5.ª ed., Madrid: Pirámide.

Weblogues em Portugal. Análise exploratória dos efeitos de um novo formato no jornalismo

Luís António Santos

Resumo: A ‘explosão’ dos weblogues em Portugal, ocorrida a partir de meados de 2003, foi objecto de intensa cobertura jornalística e de amplo debate nos próprios weblogues. Entre o fervor tecno-optimista de alguns e o contrastante cepticismo de outros, foi possível identificar algumas questões interessantes sobre a natureza específica da novidade, sobre a sua relevância para o jornalismo e mesmo sobre o seu eventual potencial para vir a constituir (ou, pelo menos, acrescentar valia a) uma nova forma de fazer e de entender a profissão. A discussão portuguesa replica temas igualmente em debate noutros países, embora as particularidades, tanto da blogosfera como do jornalismo nacionais, lhe aportem alguns traços distintivos.

Este texto, produzido no âmbito de um trabalho do Mediascópio sobre os casos em que o jornalismo foi notícia, propõe-se apresentar uma reflexão sobre um debate que está longe de estar encerrado e lançar pistas sobre tendências emergentes no processo.

É cada vez mais difícil aceitar qualquer leitura do comportamento social nas sociedades modernas, sem considerar as contribuições de sinais oriundos do ciberespaço. A internet, entendida por muitos como sendo o novo tecido social (Castells, 2004), é a imaginada corporização contemporânea do sonho da ‘comunicação total’, em que participação e interacção resultam de trocas permanentes, transparentes e multiformes entre iguais. Um sucedâneo e uma actualização de antigas utopias, que alguns acreditam ter-se tornado realidade. Nela se parecem concentrar os ardis dos discursos e as promessas de uma sociedade melhor. Para as nossas preocupações particulares, afigura-se-nos como relevante o facto de, ao contrário do que tendencialmente acontece nos ambientes mediáticos tradicionais, o fluxo de informação da Internet não se basear num modelo de transferência unidireccional, mas antes naquilo que se pode considerar um ecossistema paradigmático multifacetado, onde o velho

e o novo aparecem sem ordem predeterminada e onde o que aparenta, hoje, ser domínio claro pode, amanhã, já não significar muito. Assim sendo, estamos perante o terreno ideal para o ensaio de experiências que podem representar aberturas e subversões nas lógicas dominantes.

Os weblogues são um formato que se enquadra sem esforço, neste novo espaço de fluidez, e a sua recente, mas quase exponencial, proliferação é testemunho suficiente tanto do seu apelo, como da sua flexibilidade.

A ‘publicação pessoal’, conceito que já havia servido para atrair as pessoas para a própria internet, alcança, com os weblogues, uma mais efectiva expressão. Os weblogues tornaram-se espaços alternativos de comunicação, onde cada um pode ter a tal ‘voz’ que tantas vezes lhe foi prometida. Sendo certo que poderá existir, na participação efectiva na blogosfera, tanto de projecção do ego como de voyeurismo, parece-nos não menos verdade que, apesar disso, as tais ‘vozes’ estão lá, no mais dos casos abertas à discussão e, em todos eles, disponíveis para escrutínio. Como nos diz Tim Jarrett, ‘um bloguer cria uma voz *online* com história, cronologia, evolução e contexto’. Mais importante ainda, adianta Jarrett, o acto de publicar num weblogue (por oposição a um documento privado) permite que outros escutem a tal ‘voz’: ‘Se as palavras de um blóguer são ouvidas e outros entram no diálogo, o bloguer deixou de ser um observador passivo da internet, para se tornar num criador dela. Isto permite que pessoas – desde adolescentes confusos a programadores de software, a tradutores iraquianos em Bagdade e a avós com uma paixão pela política – que nunca tenham escrito um texto antes sejam lidos em todo o mundo’¹. Mesmo aceitando que esta asserção final da frase denota alguma fragilidade, sobretudo em face de um crescimento naturalmente desregrado e naturalmente pouco inventariado da blogosfera², isso não põe em risco o seu principal ponto de ancoragem e de atracção – os weblogues são espaços pessoais e interpretativos, marcados, em simultâneo, pela subjectividade e por um certo grau de responsabilização.

Na tentativa de tentar perceber ‘porque blogam as pessoas’, Nardi *et al.* concluíram que as razões são várias e, em muitos casos, simultâneas. Algumas das motivações mais referenciadas são: documentar a vida diária, comentar e opinar sobre assuntos vários, resolver problemas emocionais, ‘pensar escrevendo’ e promover a conversação em comunidade (15). Tentando, de forma diferente, responder à mesma questão de fundo – a probabilidade da adopção do formato –, Lilia Efimova indica que, no mais das vezes, os utilizadores de weblogues tendem a ser pessoas apaixonadamente curiosas, com um apetite profundo pela escrita, sem receio de exporem ideias e de as transmitirem a outros como uma forma de retribuição à comunidade, favoráveis à noção de que a compreensão

¹ Post publicado no ‘Jarrett House North’ sob o título ‘Blogs providing voices’. <http://discuss.jarretthouse-north.com/2003/10/10?print-friendly=true>

² Apesar de alguns esforços, como é o caso do motor de busca bloogz (www.bloogz.com).

mútua se aprofunda à medida que se expandem as articulações sociais e, por último, entusiastas do *feedback* e da discussão crítica (2003).

Este apelo a um tipo muito particular de indivíduo (quer isso preceda ou não ramificações para uma ou várias comunidades³) parece estar no cerne deste singular género digital híbrido, que pode até ser entendido como o ‘elo perdido’ entre uma página web convencional e os múltiplos modos de comunicação assíncrona mediada por computador na chamada ‘ecologia da internet’ (Herring *et al.*, 2004: 9).

Definidos por Jill Walker, na *Routledge Encyclopaedia of Narrative Theory* (2005), como sites web frequentemente actualizados, com entradas ordenadas em ordem cronológica inversa, publicados por indivíduos num estilo pessoal e informal, recorrendo de forma generosa a ligações e percorrendo, em termos de temática, géneros que vão do ‘diário confessional *online*’ ao centro de informação microfocalizado (às vezes resultado de um trabalho de grupo), os weblogues assumiram uma crescente visibilidade sobretudo a partir de 2003.

A mais popular ferramenta, Blogger, anunciou, logo em Janeiro, ter atingido o primeiro milhão de utilizadores e um estudo, desenvolvido pela Perseus, estimava que, até ao Verão de 2003, teriam sido criados 4,12 milhões de weblogues em todo o mundo, dos quais apenas 1,4 milhões poderiam ser entendidos como activos (com, pelo menos, uma actualização no espaço de dois meses)⁴. A AOL começou a oferecer a possibilidade de ‘blogar’ aos seus clientes a partir de Agosto, ao mesmo tempo que a Yahoo fazia uma experiência-piloto similar no seu site coreano. Ambas as empresas seguiram os passos de dois outros gigantes, que abriram portas aos weblogues logo no início de 2003 – Google e Lycos. O interesse imediato, dada a gratuidade dos serviços, terá começado por ser a fidelização de clientes, mas a perspectiva de uma utilização comercial terá estado, por certo, presente na elaboração da opção estratégica destas empresas. Um sinal emblemático do despertar desse interesse comercial pelos weblogues – e do eventual fim do ‘carácter puritano’ da actividade, como escrevem os autores da AlwaysOn⁵ – terá sido a publicação, em meados de Agosto, de um artigo na secção ‘Business’ da conservadora revista britânica *The Economist*, com o título ‘Blogging, to the horror of some, is trying to go commercial’⁶.

A visibilidade dos weblogues aumentou na proporção directa do seu impacto na agenda informativa, e subcategorias como os warblogues⁷ ou os blogues orientados para a análise e acompanhamento da vida política têm conseguido concentrar em si volumes significativos de atenção em momentos muito espe-

³ Conhecidas como *webrings*.

⁴ Perseus Development Corporation (03.10.2003). ‘The Blogging Iceberg – Of 4.12 Million Hosted Weblogs, Most Little Seen, Quickly Abandoned’, White Paper. <http://www.perseus.com/bloguesurvey/> (17.10.2003).

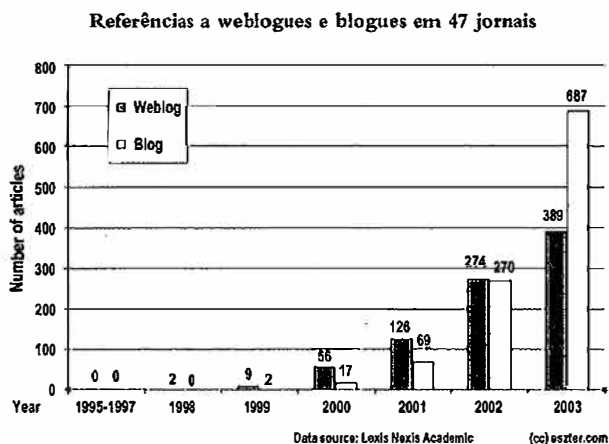
⁵ http://alwayson-network.com/printpage.php?id=840_0_2_0 (10.09.2003).

⁶ *The Economist* (14.08.2003).

⁷ Leituras adicionais sobre esta particular subcategoria: Orihuela (2003), Almiron (2004), Martín e Calero

cíficos (por exemplo, a demissão de Trent Lott, a campanha presidencial de Howard Dean, a violência na prisão iraquiana de Abu Ghraib, ou as convenções partidárias norte-americanas). As ferramentas de indexação (Technorati⁸, Bloguedex, Daypop, Popdex) afirmaram-se como indicadores do início de um processo de sedimentação estrutural do fenómeno, e evoluções tecnológicas centradas na captura e transmissão da imagem permitiram o aparecimento de variantes, como os moblogues ou os videoblogues.

A recolha feita por Eszeter Hargittai⁹, com base no aparecimento das palavras *weblog* e *blog* em 47 jornais diários (incluindo 24 norte-americanos) é muito clara – a partir do ano 2000 o número de referências cresceu sempre a um ritmo muito próximo da duplicação e os dados de 2003 indicam que, em média, cada um dos diários analisados falou no assunto 23 vezes (ver quadro).



Assumindo, desde logo, a substancial diferença de escala, 2003 terá também sido o ano da grande afirmação dos weblogues em Portugal. A primeira tentativa consistente de elaborar uma listagem, iniciada em Janeiro, referenciava 174 entradas. Em Maio, os weblogues portugueses eram já 400, em Junho, mais de 600 e, no princípio de Julho, 905¹⁰. Neste momento, não existe uma única listagem de todos os weblogues escritos por portugueses, sendo certo, porém, que deverão exceder já os dois milhares.

⁸ No dia 7 de Julho de 2004 a Technorati anunciou que estava a seguir mais de três milhões de weblogues e que acrescentava à sua base de dados cerca de 15 mil novas entradas por dia.

⁹ <http://campusgi.princeton.edu/~eszter/weblogueue/archives/00000275.html> (13.04.2004)

¹⁰ Altura em que Pedro Fonseca anunciou ser-lhe impossível continuar com a tarefa. <http://bloguesempt.bloguespot.com> (17.10.2003).

O directório 'PTbLOGGERS', criado em Julho de 2003, registava, no dia 21 de Julho de 2004, 2283 weblogues¹¹. Um outro directório, o 'Apdeites', acolhia, na mesma data, referências de 2362 weblogues¹² e um outro, o 'weblog.com.pt', incentivador da utilização da ferramenta Movable Type, registava 1058 entradas¹³. À semelhança do que aconteceu à escala internacional, também o maior motor de busca/prestador de serviço nacional, o Sapo, passou a disponibilizar, a partir do início de Novembro de 2003, a possibilidade de criação de weblogues.

A aparente irrelevância, em termos absolutos, destes números é mitigada por um ritmo de crescimento assinalável e, sobretudo, no que nos diz respeito, por uma exposição mediática muito significativa e pela emergência, desde cedo, de espaços (ou momentos) de constante autoquestionamento.

Os weblogues nos *media*

Sendo 2003 o ano da entrada em força dos weblogues em Portugal, foi-o de forma não muito progressiva. A mudança radical na evolução desse crescimento aconteceu a partir de Junho e terá sido, em grande parte, um reflexo da atenção mediática que lhes foi dedicada. O interesse dos órgãos de comunicação tradicionais identifica-se, aliás, logo a partir de Maio; no dia 4 desse mês, o jornal *Público* apresentava, na sua página de *Media*, um conjunto de trabalhos sobre a massificação dos weblogues, tendo um dos textos o sugestivo título: 'Jornalismo desafiado por um novo formato'. Seis dias depois, o *Diário de Notícias* anunciava que o eurodeputado do PSD, José Pacheco Pereira, havia aderido à blogosfera, com o seu 'Abrupto' (que, no espaço de um ano, recebeu cerca de um milhão de visitas e que, em Julho de 2004, registava um número de 3800 visitas diárias). No mesmo texto, a um passo, listava-se o rol de 'famosos' já aderentes, enquanto, a outro passo, se dava conta da variedade de temas que eventuais novos interessados podiam encontrar: política (com campos opostos bem marcados), literatura, comunicação ou humor. Um mês depois, o *Diário Económico* titulava já: 'Portugal adere em força aos weblogues', acrescentando que a política seria o tema mais discutido 'devido à liberdade de expressão'. Nesse mesmo texto, António Granado (que tem o seu 'Ponto Media' activo desde Janeiro de 2002) fazia declarações no sentido de que se estaria a entrar numa nova fase – a fase da descoberta pelos *media* – e que, naturalmente, a cada nova notícia deveria corresponder a criação de 'mais umas dezenas' de weblogues¹⁴. Curiosamente, no mesmo dia, o

¹¹ <http://www.omeudiario.net/pbloguegers> (20.04.2004).

¹² <http://apdeites.cedilha.com/numeros.html> (20.04.2004).

¹³ <http://webloguee.com.pt> (17.10.2003).

¹⁴ *Diário Económico* (Media e Pub), 26.05.2003.

suplemento 'Computadores', do *Público*, apresentava textos de um enviado de Viena, Pedro Fonseca, para cobrir o primeiro encontro europeu sobre weblogs, o 'BlogTalk'.

Uma semana depois, o mesmo suplemento voltava a dar atenção especial ao mesmo encontro e, já em meados de Junho, o director do *Público*, José Manuel Fernandes, dedicava um editorial ao fim de um weblogue ('Coluna Infame'). Até mesmo aos que não sabiam ainda da existência do novo formato se dizia, logo na segunda frase: 'A blogosfera está mais pobre'. Ao todo, nesse mês de Junho, o *Público* apresentaria 18 textos sobre ou com referências a weblogs, em espaços editoriais diferenciados (páginas de *Media*, Suplemento Computadores, Destaque, Editorial, Opinião) e envolvendo jornalistas ligados às áreas da comunicação e da tecnologia, a uma correspondente no estrangeiro, a um enviado especial, ao director e a um dos seus principais cronistas. A crónica em questão – a de Pacheco Pereira, em 19 de Junho, sob o título 'Espelho meu, espelho meu' – terá, pela abrangência da análise, pelo peso mediático do cronista e pelo seu próprio empenho pessoal no tema, constituído um dos marcos mais relevantes na construção da imagem mediática dos weblogs em Portugal.

Na semana seguinte, a revista *Visão* apresentaria um extenso trabalho, intitulado 'Bem-vindo à blogosfera'. Dois dias depois, José Mário Silva escreveria, no suplemento do *Diário de Notícias*, 'DNA', sobre a sua experiência e sobre as valências dos weblogs, sendo que na revista do *Expresso*, 'Única', desse mesmo dia, 28 de Junho, Paulo Querido entrevistava o responsável por um dos weblogs que na altura mais atenções centrava, tanto dentro como fora da comunidade, 'O meu pipi'. Reforçando um fim-de-semana repleto de referências, o *Correio da Manhã* do dia 29 apresentou também o tema aos seus leitores, como sendo 'a nova moda cibernética'. Fez ainda questão de enunciar alguns dos 'blogotugas' e de apontar o que considerava serem as 'blogopérolas'.

O mês de Julho foi marcado pelo anúncio de que a Assembleia da República tinha aprovado, para aplicação a partir da legislatura seguinte, a criação de weblogs dos deputados (o que levou até João Paulo Guerra a opinar, no *Semanário Económico*, sobre o 'Blogociclo')¹⁵. Miguel Esteves Cardoso escrevia, no 'DNA', que os weblogs eram uma 'aragem nervosa e boa que não se respirava desde os tempos do Punk e da New Wave'¹⁶, Ana Sá Lopes, no *Público*, dizia-se atraída pela 'blogodependência'¹⁷ e Francisco José Viegas, no *Jornal de Notícias*, dizia estar em curso uma 'batalha pela voz'¹⁸. Pacheco Pereira, na sua coluna semanal no *Público*, mostrava-se, nessa altura, já

¹⁵ O primeiro a tornar-se activo foi o do deputado socialista José Magalhães, no dia 6 de Maio de 2004. Em Julho de 2004, de um universo de 230 membros, apenas três tinham weblogs activos (<http://blogues.parlamento.pt/indice/>).

¹⁶ *Diário de Notícias*, DNA, 14.07.2003.

¹⁷ *Público*, 13.07.2003.

¹⁸ *Jornal de Notícias*, 25.07.2003.

preocupado com ‘o «depósito obrigatório» da Internet portuguesa’, dando assim uma expressão mais abrangente a preocupações apontadas em *posts* no ‘Abrupto’, quase desde o seu início, relacionadas com a reflexão sobre a própria blogosfera.

Uma reflexão presencial – anunciava o *Diário de Notícias* do dia 19 de Julho – aconteceria em Setembro, na Universidade do Minho, com o primeiro encontro nacional de weblogues. O mesmo jornal dedicou ao assunto outros dois trabalhos, nesse mesmo mês, tendo a provedora do leitor, Estrela Serrano, também afluído a questão num dos seus textos, a propósito do crescente – na sua opinião – acesso dos cidadãos ao espaço público. O mês terminaria com Eduardo Prado Coelho a falar, no *Público*, do ‘Blogue, blogue’ como uma das duas realidades que teriam emblematizado o Verão e a elaborar sobre a novel ausência da ‘complexa malha de legitimações’ para o acesso ao espaço mediático¹⁹; Paulo Mendo, no *Primeiro de Janeiro*, teceria ainda elogios à ‘abençoada invasão’²⁰.

O uso dos weblogues para o ensino do jornalismo – uma experiência iniciada, em Portugal, por Manuel Pinto, na Universidade do Minho – foi o ponto de partida para um extenso trabalho, no jornal *Público*, no início de Agosto. O *Público* e o *Jornal de Notícias* continuaram a fazer referências periódicas ao assunto e o mês terminou com uma notícia sobre o que weblogues de lisboetas diziam das políticas do responsável pelo município²¹. É por esta altura que surge um weblogue anónimo, que viria a durar pouco mais de um mês, mas que teve um impacto assinalável – o ‘Muito Mentiroso’.

O primeiro encontro nacional de weblogues, realizado em meados de Setembro, centrou as atenções dos *media* com a particularidade acrescida de que o assunto mereceu, pela primeira vez e de uma forma simultaneamente robusta, lugar de destaque na Rádio, Imprensa e Televisão. Com efeito, o encontro teve direito a figurar nos noticiários de várias rádios nacionais, a uma ligação em directo durante o Telejornal da RTP1 e ao destaque de primeira página de um dos diários de maior expansão, o *Jornal de Notícias*.

A partir desse mês – altura em que um outro cronista, Eduardo Prado Coelho, anunciou ter aderido aos weblogues, através da participação numa iniciativa do Partido Socialista de Lisboa, o ‘Fórum Cidade’ – os weblogues começaram a deixar de ser apenas espaços virtuais com cobertura mediática, ganhando, alguns deles, vidas alternativas; a SIC Radical anunciou que o humorístico ‘Gato Fedorento’ passaria a ser um programa televisivo e, pouco tempo depois, seria feito o lançamento de um livro com uma recolha de *posts* do anónimo ‘O meu pipi’ (que acolheria, na altura em que registou o seu mais alto índice de popularidade – Outubro de 2003 – cerca de 100 mil visitas por mês²²).

¹⁹ *Público*, 31.07.2003.

²⁰ O *Primeiro de Janeiro*, 31.07.2004.

²¹ *Público*, 31.08.2003.

²² (<http://www.sitemeter.com/stats/default.asp?action=stats&site=sm7omeupipi&report=36>).

O apelo dos weblogues para o jornalismo

Ainda que este seja apenas o momento do lançamento de um primeiro olhar sobre esta relação entre os *media* portugueses e os weblogues, haverá ideias que importa esquematizar em algum detalhe, constituindo algumas delas meras pistas para análise posterior.

Parte substancial do apelo dos weblogues resulta das suas características intrínsecas. Ferramentas fáceis de utilizar por pessoas com poucos conhecimentos técnicos, conjugam uma estrutura formal rígida como a possibilidade de abertura a uma miríade de conteúdos, comportando-se, aqui, a blogosfera como uma espécie de um novo ‘ambiente de trabalho’, não já instalado no computador de cada um, mas disponível, para partilha, na web. Uma vez familiarizado com um weblogue, qualquer internauta pode, sem grande esforço, procurar informações num outro ou desenvolver o seu. Mesmo tendo em conta as especificidades das diferentes ferramentas disponíveis, a lógica subjacente ao formato é a mesma e o conforto que deriva dessa constância é, por certo, factor de simultânea tranquilização e de renovada confiança, tão necessárias à manutenção de um outro traço distintivo destas novas páginas web – a frequência de actualização. À semelhança do que aconteceu noutros países, com mais ou menos encorajamento dos *media* tradicionais, o sucesso quase exponencial dos weblogues em Portugal deve-se, em grande parte, a esta sua potencialidade de abertura a quem nunca antes teve possibilidade de avançar reflexões, comentários ou informações, para além do seu círculo restrito de conhecimentos pessoais.

A favor dos weblogues, pode também contabilizar-se a natural tendência dos *media* para considerar atraentes os desenvolvimentos tecnológicos. No caso português, um importante factor acrescenta solidez a estas avaliações – desenvolvimentos que provaram ser um sucesso externo são entendidos (e, naturalmente, apresentados) de modo ainda mais benigno. O apelo da ‘chegada a Portugal’, sublinhado pela imagem não-expressa, mas sempre presente, de que cada nova possibilidade tecnológica aproxima o país dos seus parceiros europeus (e também do aliado transatlântico, os Estados Unidos), alcança um poder de quase absoluta unanimidade. Esta propensão para acolher, de forma incondicional, avanços tecnológicos já experimentados no exterior pode ajudar-nos a ler, de forma mais enquadrada, o invulgar destaque dado aos weblogues nos *media* portugueses, tanto mais que, segundo dados recentes do INE (2003), apenas 21,7 por cento dos lares portugueses têm acesso à Internet e quase 70 por cento da população nunca acedeu à rede. Dos que o fazem, apenas um grupo restrito possui ou visitou um weblogue²³. Embora a evolução

²³ Nesta área em particular pode dizer-se que a realidade portuguesa está ainda muito distante da norteamericana, se aceitarmos como válidos os dados tornados públicos em Fevereiro de 2004 pelo Pew Internet & American Life Project, segundo os quais cerca de 2 por cento da população têm o seu próprio weblogue e

dos weblogues continue a acontecer a um ritmo muito significativo, parece ser difícil justificar, com base em critérios de relevância para a generalidade da audiência, um bloco de 5 minutos, em directo, no principal espaço informativo de uma estação de televisão e, de forma idêntica, o espaço de destaque na primeira página do maior diário do país.

Dois outros factores, porém, parecem ter também desempenhado um papel de alguma relevância neste avolumar da projecção dada aos weblogues pelos *media* portugueses. Por um lado, a adesão de ‘figuras conhecidas’ (artistas, políticos, escritores, académicos), o aparecimento imediato de debates polémicos e o esbater de tentativas para criar qualquer tipo de estratificação hierárquica²⁴ proporcionaram um fluxo constante de informação variada sobre a evolução da blogosfera nacional. Por outro lado, um número considerável de jornalistas acabou por aderir à própria comunidade de criadores e utilizadores de weblogues. Esta adesão terá resultado do estabelecimento de uma imediata cumplicidade entre os jornalistas e este formato, tanto em termos de estrutura, como de conteúdos. Se atentarmos na questão da estrutura, verificamos que os weblogues são espaços que parecem adaptar-se de forma quase natural às exigências do tempo jornalístico presente, que potenciam um espaço de sinergias multimédia e corporizam um novo conceito de produção de texto apelativo e adaptável às exigências formais do jornalismo. Se considerarmos os aspectos de conteúdo, percebemos nos weblogues menos pontos de contacto com o jornalismo do presente, mas talvez uma eventual visualização do que, cada vez mais, se lhe pede: texto cuidado, maior e mais explícita referência às fontes, formatação menos rígida, estilo mais próximo da ‘voz humana’, maior personalização e menor intermediação.

Publicação individual e jornalismo

A expansão da blogosfera nacional, no ano de 2003, despoletou discussões acesas sobre o valor acrescentado dos weblogues para o jornalismo, muitas delas replicando debates semelhantes noutros países. Também aqui se perceberam excessos de fé nas potencialidades do novo formato (para, quase que por si só, abrir caminho a um novo tipo de jornalismo²⁵) e, por contraponto, exageros condenatórios, edificados em torno de noções de que a blogosfera seria, sobretudo, espaço de partilha de intimidades e, em muitos casos, lugar de oposição ao jornalismo estabelecido.

11 por cento são leitores frequentes do formato (http://www.pewinternet.org/pdfs/PIP_Content_Creation_Report.pdf).

²⁴ Até ao final de 2003 foram muitos os debates em torno de um tópico genérico: o lugar dos ‘velhos’ e o lugar dos ‘novos’ *bloggers* (com ‘velho’ a significar, em muitos casos, ter criado um weblogue seis meses mais cedo do que um ‘novo’). O volume constante de entradas e o seu efeito na blogosfera nacional foi, por si só, factor diluidor destas trocas.

²⁵ Talvez o ‘way new journalism’ de que falava Joshua Quittner em 2001.

Afigura-se-nos seguro indicar que, mesmo no presente, a blogosfera portuguesa tem a sua quota de weblogues sobre jornalismo e comunicação e de weblogues feitos por jornalistas profissionais²⁶, mas continua a ter muito poucos exemplos de uma postura próxima da adoptada, noutros países, pelos chamados weblogue-jornais. Ou seja, serão muito poucos os que, via weblogue, produzem, de forma consistente e com carácter de permanência, trabalho jornalístico reconhecido como tal²⁷.

Ainda assim, parece-nos relevante apontar que a grande visibilidade de alguns weblogues, o activismo militante de outros, a qualidade formal de muito do texto que é produzido e o carácter social e politicamente crítico de grande parte dos *posts* publicados, quando aliados a uma multiplicação de fontes razoavelmente bem informadas sobre áreas muito específicas poderá estar, ou vir, a induzir alguns efeitos no jornalismo português.

Não teremos ainda chegado a uma fase em que os weblogues são capazes de, por si só, influenciar e/ou promover um qualquer movimento com repercussões nos *media* tradicionais e, em última análise, com efeitos na vida política (como aconteceu com o caso Trent Lott, com a campanha eleitoral de Howard Dean, ou mesmo, já em 2004, com o chamado Rathergate²⁸, nos Estados Unidos), mas os sinais de penetração do efeito blogosfera no espaço comunicacional são já alguns:

- seguindo o exemplo do norte-americano ‘Drudge Report’, um grupo de seis blogueres criou um site onde, de forma elaborada e recorrendo a documentos e fotografias, iniciou uma campanha sobre o envolvimento do ministro do Ambiente num polémico licenciamento de uma habitação no Parque da Arrábida. O weblogue foi local de recolha de informação para os *media* tradicionais e, nas palavras dos seus autores, terá cumprido a sua função de ‘rastilho’²⁹;
- na sequência da crise política de Junho de 2004, um número muito significativo de weblogues adoptou um *banner*, opondo-se à decisão presidencial de não convocar eleições gerais antecipadas. A campanha ajudou a mobilizar manifestações, em várias cidades do país, contra tal decisão;
- a apresentação, na edição online do *Expresso* (11 de Maio de 2004), de uma notícia mal redigida, sobre a possibilidade de a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) poder vir a controlar a expansão da blogosfera nacional, despoletou uma onda de escritos de protesto em vários weblogues, na zona de comentários do texto em causa e nos restantes *media*. A

²⁶ Em Abril de 2004 surgiu até um weblogue que se intitula ‘Diário de uma jornalista no desemprego’.

²⁷ Uma das excepções, embora produzida num ambiente escolar, é o ‘Jornalismoportonet’ (<http://jpn.icicom.up.pt/>).

²⁸ Este caso, em particular, mereceu até a criação de um weblogue específico (<http://www.rathergate.com/>).

²⁹ Citados por Querido, Paulo (09.10.2004). ‘A rede dos Zorros’, in *Expresso – Única*, p.100 (<http://nobre-guedes-na-arrabida.blogspot.com>).

publicação foi, assim, constringida a publicar, pouco tempo depois, um pedido de desculpas;

- três jornalistas do diário *O Primeiro de Janeiro* foram despedidos (26 de Abril de 2004), alegadamente na sequência dos seus escritos sobre os problemas internos do jornal num weblogue intitulado ‘Diário de um jornalista’;
- os políticos recorrem, cada vez mais, ao formato weblogue para tecerem comentários sobre a vida interna dos seus partidos e, nalgumas situações, citações directas são reproduzidas pelos *media* no contexto da sua produção noticiosa³⁰;
- informação em bruto, apresentada em weblogues, é, cada vez mais, aproveitada pelos *media* para a elaboração de conteúdos noticiosos³¹.

Embora seja ainda muito cedo para perceber mudanças substantivas ou mesmo para apreender tendências sólidas, há todo um conjunto de atitudes que constituem já linhas de operacionalidade no terreno da relação entre weblogues e jornalismo que importará assinalar. Em traços muito genéricos – e isso percebe-se da enunciação feita atrás – o jornalismo tem, perante este novo formato, uma de duas posturas: a defesa ou a percepção da oportunidade. A primeira, de pendor eminentemente corporativo, recolherá a preferência dos que criticam os chamados ‘jornalistas de pijama’, apontando-lhes a falta de um código de conduta claro, a inexistência de procedimentos de verificação de factos, e a ausência de declaração prévia de intenção. A base da fundamentação assenta na premissa de que qualquer mudança – propiciada ou não pelo contacto com os weblogues e/ou com outras novas formas de comunicação inter/multipessoal – redundará numa maior fragilização do jornalismo e do exercício da actividade.

A segunda postura não será – contrariamente ao que se possa pensar – o reverso da primeira. Será, antes, uma soma pouco consistente de posicionamentos que variam entre a percepção da oportunidade de acesso a mais informação com menos custos (são muitos, como anteriormente se referiu, os exemplos de weblogues citados pelos *media* sem a necessária referência da fonte) e a percepção da oportunidade para flexibilizar o jornalismo. Entre estas duas posturas, ou antes delas, estará (deveria estar) uma outra – a de questionamento aberto dos efeitos, dos problemas e das vantagens resultantes da interacção do jornalismo com novos formatos.

A consciência de que a blogosfera existe, e é particularmente atenta ao que se produz ou veicula nos *media*, poderá funcionar como um motivo adicional

30 Os dois casos mais recorrentes são o colectivo ‘Causa Nossa’ (<http://www.causa-nossa.bloguespot.com/>) e o Abrupto (<http://abrupto.bloguespot.com/>), de Pacheco Pereira.

31 No dia 3 Setembro de 2004, o Provedor do Leitor do diário *Público*, Joaquim Furtado, dedicou mesmo a essa prática um dos seus textos, intitulado ‘Contar com os blogues’ (<http://jornal.publico.pt/2004/10/03/EspacoPublico/O07.html>).

de pressão sobre o jornalismo, no sentido da actualização da linguagem, de um maior rigor na abordagem dos temas e, sobretudo, de uma mudança de atitude perante a sociedade. Os blogueres (que são também leitores/ouvintes/telespectadores) questionam formas de actuar, perspectivas, apontam falhas, avançam alternativas e levantam novas dúvidas. Isso, se entendido por todos os jornalistas como uma oportunidade para produzir trabalho mais honesto, consistente e em contacto com as pessoas, pode dar-nos uma indicação mais correcta do eventual novo caminho do jornalismo.

Os weblogues serão, assim, neste momento, muito mais reflexos críticos da actividade jornalística e potenciais fornecedores de informação adicional específica do que concorrentes em pé de igualdade. A seu favor, estes espaços de publicação pessoal terão, naturalmente, o facto de integrarem, sem qualquer adaptação, uma lógica de entendimento da comunicação baseada no indivíduo, como nódulo de redes múltiplas e flexíveis, e não como membro de um qualquer grupo facilmente caracterizável (Wellman e Hogan, 2004). Se mantermos presente que este modelo – mesmo em sociedades onde a penetração e influência dos weblogues é muito mais vasta – serve apenas para explicar o funcionamento de um número muito restrito de indivíduos, conseguimos identificar nos weblogues (como no webmail, nos fotologues, ou nos moblogues) o potencial para funcionarem como ferramenta de ligação do indivíduo às suas próprias redes, em situação de absoluto controlo e independentemente da localização espacial onde se encontre³². Talvez por isso faça sentido, neste contexto, citar uma das propostas provocatórias lançadas por Jay Rosen na reunião BloggerConII: ‘Blogar não é jornalismo mas enquanto o jornalismo está na web, o weblogue é profundamente da web, estando os blogueres muito à frente dos jornalistas na percepção das vantagens da web e da sua própria ecologia’ (16.04.2004).

Parece distante o tempo em que optimistas como John Pavlik nos falavam dos weblogues como ‘uma melhor forma de jornalismo’, graças à sua ligação ‘a uma audiência cada vez mais desconfiada e alienada’ (2001: 5). Essa antevisão não terá, até agora, encontrado concretização generalizada – nem em Portugal nem mesmo em países com uma blogosfera muito mais forte e activa – sobretudo por questões que se prendem com o próprio exercício do jornalismo e não com as potencialidades do novo formato. Os weblogues podem – na feliz expressão de Kaye Trammell – ‘cometer ocasionalmente actos de jornalismo’, mas isso dependerá mais das circunstâncias particulares dos seus responsáveis do que do próprio meio em si (2003: 62). A actividade jornalística continuada necessita de suporte financeiro e, fundamentalmente, de uma prática de trabalho que passa pela entrevista de pessoas, pela investigação de fundo sobre

³² A este propósito assinala-se o aparecimento, em Abril de 2004, de um espaço, sediado na Galiza, que se propõe ser isso mesmo – o local onde os indivíduos, podem, a partir de qualquer lugar, aceder ao seu correio, aos seus weblogues e fotologues (www.intper.es).

um tema e, finalmente, pela apresentação desapaixonada, com o auxílio de argumentos substantivos (MacDonald: 18.04.2004).

Assim sendo, e no actual contexto, parece-nos adequada a sugestão de Rebecca Blood:

‘Em vez de inflacionarmos o termo «jornalismo», para incluir todos os que escrevem alguma coisa sobre os acontecimentos do momento, talvez seja preferível usar o termo «*media* participativos», para caracterizar a prática de activamente salientar e enquadrar as notícias feitas pelos jornalistas; esta prática dos weblogues é potencialmente tão importante como – mas diferente do – jornalismo’ (2003a).

Mais do que debater se, ainda assim, os weblogues devem ou não aproximar-se do estilo e das práticas do jornalismo (por forma a granjearem respeitabilidade e credibilidade), parece sensato, nesta fase, avançar no caminho de uma colaboração entre as duas actividades, como preconiza Leonard Witt, no seu texto ‘Citizens can improve your media company’. Witt aconselha as empresas jornalísticas a aproveitarem o contacto com os weblogues para reformularem as regras da aproximação às suas várias audiências. Segundo o autor, as empresas deveriam: reciclar todo o material informativo que recebem (por via de uma mais maleável indexação, por exemplo), apostar – em colaboração com universidades – na criação de centros de cidadania para os *media* (potenciais berços dos chamados jornalistas hiperlocais) e encontrar formas eficientes de fazer uso da enorme quantidade de informação que circula nos weblogues (14.04.2004). A inevitabilidade de uma mudança parece, no entanto, indiscutível – também em Portugal – à medida que se progride de um paradigma comunicacional ‘*media*/consumidores’ para um outro de contornos mais flexíveis. O jornalismo poderá mesmo encontrar formas de abandonar o ‘estilo palestra’ em favor de um estilo mais coloquial (Gillmor:XIII), adoptando, no processo, contribuições dos weblogues.

Uma nota final sobre a publicação pessoal enquanto indicador de uma progressão no sentido de uma cidadania mais participativa. Parece-nos demasiado ambiciosa a ideia de que esta assunção de poder comunicacional, por parte de um grupo crescente de ‘utilizadores-tornados-criadores’ da Internet, apontaria, desde já, para algo de tão substancial, com a eliminação de algumas barreiras de definição valorativa de conteúdos (*gatekeeping*) a sinalizar uma alteração da unidireccionalidade dos fluxos e, por consequência, uma democratização da informação. Parece-nos, por oposição, demasiado redutor focar atenções nas desvantagens de uma pulverização de conteúdos, nas fraquezas de uma postura ‘amadora’ dos novos criadores e ainda no carácter precoce de qualquer avaliação que retire demasiado peso à ainda esmagadora unidireccionalidade dos fluxos informativos.

Aceitando que muito do que se produz nos weblogues é ainda reactivo – seja comentário, opinião ou, até mesmo, apresentação de novos factos que contra-

riem algo inicialmente dado a conhecer através de um dos canais de comunicação mais tradicionais – parece-nos claro que a blogosfera se afirma, sobretudo, por ser um espaço de ruptura: há lugar para ideias mais marginais (sobretudo porque a ideia é, ainda assim, mais valorada do que a sua fonte), há sinais de um novo processo de criação de conhecimento partilhado, há uma maior descentralização na produção e distribuição de conteúdos e há uma reformulação das concepções tradicionais sobre audiência/destinatário/receptor. Isso poderá não ser jornalismo, como o conhecemos, e poderá também não ser jornalismo, como ele será entendido no futuro. Mas é certamente uma nova forma de interagir com a actividade e um sinal de participação mais comprometida, nos fluxos informativos, por parte de um crescente número de cidadãos.

Cronologia

- 05.2004 *Público* dedica secção de ‘*Media*’ aos weblogues, sob o título: ‘Jornalismo desafiado por um novo formato’. José Pacheco Pereira cria o ‘Abrupto’. *Diário Económico* escreve que ‘Portugal adere em força aos weblogues’. Suplemento ‘Computadores’ do *Público* envia jornalista ao primeiro encontro europeu sobre weblogues, ‘BlogTalk’.
- 05.2004 *Público* tem editorial sobre o fim de um weblogue – é um dos 18 textos que aquele diário viria a apresentar sobre o novo formato. Crónica de Pacheco Pereira, ‘Espelho meu, espelho meu’. *Visão* titula ‘Bem-vindo à blogosfera’. Revista do *Expresso*, ‘Única’, apresenta entrevista com autor anónimo do weblogue ‘O meu pipi’. *Correio da Manhã* apresenta aos seus leitores ‘A nova moda cibernética’.
- 07.2004 Assembleia da República aprova criação de weblogues de deputados. Francisco José Viegas escreve no *Jornal de Notícias* que está em curso ‘uma batalha pela voz’. Eduardo Prado Coelho escreve sobre o ‘Blogue, blogue’ como sendo uma das duas realidades que teriam emblematicamente o Verão.
- 08.2004 *Público* apresenta extenso trabalho sobre o uso dos weblogues no ensino do jornalismo. Surge o ‘Muito mentiroso’, weblogue centrado nos desenvolvimentos do caso Casa Pia.
- 09.2004 I Encontro Nacional de Weblogues tem lugar na Universidade do Minho, merecendo espaço no Telejornal da RTP1 e destaque de primeira página no *Jornal de Notícias*. Eduardo Prado Coelho adere aos weblogues.
- 11.2004 Criado o ‘Causa-Nossa’, weblogue colectivo de Ana Gomes, Jorge Wemans, Luís Filipe Borges, Luís Nazaré, Luís Osório, Maria Manuel Leitão Marques, Vicente Jorge Silva e Vital Moreira.

Bibliografia

- Almiron, Núria (2003). 'La verdad en Internet: la contribucion de los Weblogs (el caso de los Warblogs em la guerra contra Iraq)'. http://www26.brinkster.com/iflix/nuria_almiron.pdf (20.07.2004).
- AlwaysOn (10.09.2003). 'The Economist on Weblogs'. http://alwayson-network.com/printpage.php?id=840_0_2_0 (10.09.2003).
- Amelan, Roni (October 2003). 'Communication: From information society to knowledge society', in *The New Courier*, n.º 3. UNESCO. <http://portal.unesco.org/ev> (05.11.2003).
- Ashley, Chris (2002). 'Weblogs, part II: A Swiss Army website?'. <http://listpub.berkeley.edu:4201/bcc/Winter2002/feat.weblogueing2.html>
- Ashley, Chris (2001). 'Weblogging: Another kind of website'. <http://listpub.berkeley.edu:4201/bcc/Fall2001/feat.weblogueing.html>
- Baptista, Joana (2004). 'O fenómeno dos blogues em Portugal'. <http://seminarioinvestigacao.blogspot.com/> (29.09.2004).
- Blood, Rebecca (2003a). 'Weblogs and Journalism in the Age of Participatory Media', in 'Rebecca's Pocket'. http://www.rebeccablood.net/essays/weblogs_journalism.html (21.09.2003).
- Blood, Rebecca (2003b). 'Weblogs and Journalism: Do They Connect?', in Nieman Reports, Vol. 57, n.º 3, Fall 2003. Cambridge MA: Nieman Foundation at Harvard University.
- Blood, Rebecca (07.09.2000). 'Weblogs: a history and perspective'. http://rebeccablood.net/essays/weblogue_history.html (02.09.2003).
- Bloom, Joel David (2003). 'The Blogosphere: How a once-humble medium came to drive elite media discourse and influence public policy and elections'. Paper presented at the 2nd annual pre-APSA conference on Political Communication: 'Mass Communication and Civic Engagement'. <http://www.uoregon.edu/~jbloom>.
- Castells, Manuel (2004). *A Galáxia Internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Efimova, Lilia (2003). 'Blogs: the stickiness factor', apresentado na 'BlogTalk: A European conference on weblogs', Vienna, May 23. https://doc.telin.nl/dscgi/ds.py/Get/File-34088/Blogs_stikiness_factor.pdf (20.07.2004).
- Fonseca, Pedro (23.09.2003). 'Blogues e jornalismo: do produtor ao consumidor', comunicação apresentada durante o 'I Encontro Nacional sobre Weblogues' (18-19.09.2003). Braga: Universidade do Minho. <http://cecinestpahunblog.blogspot.com/> (17.10.2003).
- Gill, Kathy E. (2004). 'How can we measure the influence of the blogosphere?', paper presented at 'WWW2004 – Workshop on the Weblogging Ecosystem: Aggregation, Analysis and Dynamics', New York, May 17-22. http://faculty.washington.edu/kegill/pub/www2004_blogosphere_gill.pdf (12.05.2004).
- Gillmor, Dan (2004). *We the Media – Grassroots Journalism, by the People, for the People*. Sebastopol, CA (USA): O'Reilly Media.
- Grumet, Andrew (05.2003). 'Deep Thinking about Weblogs'. <http://grumet.net/writing/web/deep-thinking-about-weblogues.html> (02.09.2003).
- Hall, Jim (2001). *Online Journalism – A critical primer*. London: Pluto Press.
- Hargittai, Eszter (04.07.2003). 'Tracking blog coverage', in 'Ezster's Blog'.

- <http://campuscgi.princeton.edu/~eszter/weblog/archives/00000469.html> (13.04.2004).
- Herring, Scheidt, Bonus, and Wright (2004). 'Bridging the Gap: A Genre Analysis of Weblogs'. Hawaii International Conference on Systems Science HICSS-37. <http://www.ics.uci.edu/~jpd/classes/ics234cw04/herring.pdf> (20.07.2004).
- Hiler, John (11.04.2002). 'Are bloggers journalists?', in [microcontentnews.com](http://www.microcontentnews.com/articles/bloggingjournalism.htm). <http://www.microcontentnews.com/articles/bloggingjournalism.htm> (01.07.2003).
- Hiler, John (28.05.2002). 'Blogosphere: the emerging media ecosystem', in [microcontentnews.com](http://www.microcontentnews.com/articles/blogosphere.htm). <http://www.microcontentnews.com/articles/blogosphere.htm> (19.10.2003).
- Hiler, John (20.06.2002). 'Blogs as disruptive tech', in [WebCrimson](http://www.webcrimson.com/ourstories/blogsdisruptivetech.htm). <http://www.webcrimson.com/ourstories/blogsdisruptivetech.htm> (12.06.2003).
- Jarrett, Tim (10.10.2003). 'Blogs providing voices' in Jarrett House North. <http://discuss.jarretthousenorth.com/2003/10/10?print-friendly=true> (02.11.2003).
- Jensen, Mallory (2003). 'A brief history of weblogs', in *Columbia Journalism Review*, n.º 5, Setembro/Outubro. <http://www.cjr.org/issues/2003/5/blog-jensen.asp?printerfriendly=yes> (18.10.2003).
- Kopytoff, Verne (01.09.2003). 'Internet giants catch on to blogs – major portals provide services for online journals', in [SFGate.com](http://www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?file=/chronicle/archive/2003/09/01/BU307739.DTL&type=tech) (San Francisco Chronicle). <http://www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?file=/chronicle/archive/2003/09/01/BU307739.DTL&type=tech> (10.09.2003).
- Kovach, Bill e Tom Rosenstiel (2001). *The Elements of Journalism: What newspeople should know and the public should expect*. New York: Three Rivers Press.
- Lasica, J. D. (ed.) (2003). 'We media – How audiences are shaping the future of news and information' (Thinking paper). Reston, Va: The Media Center at the American Press Institute.
- Lasica, J. D. (31.05.2002). 'Weblogs: A new source of news', in *Online Journalism Review*. <http://www.ojr.org/ojr/workplace/1017958782.php> (22.10.2003).
- Lasica, J. D. (18.04.2002). 'Blogging as a form of Journalism', in *Online Journalism Review*. <http://www.ojr.org/ojr/lasica/1019166956.php> (22.10.2003).
- Lima, Teresa (07.2003). 'O mundo paralelo dos weblogues', *umjornal*, n.º 5.
- Macdonald, Nico (18.04.2004). 'The future of Weblogging'. http://www.theregister.co.uk/2004/04/18/blogging_future/ (20.04.2004)
- Mahoney, Dennis A. (22.02.2002). 'How to write a better weblog'. <http://www.alistapart.com/stories/writebetter/> (28.02.2003).
- Martin, Maria Teresa Sandoval and Maria L. S. Calero (2004). 'Los diarios de guerra em línea: un media emergente que cambia las formas de hacer Periodismo'. http://www26.brinkster.com/iflix/teresa_sandoval_y_marialluisa_sanchez.pdf (20.07.2004).
- Mooney, Chris (02.02.2003). 'How blogging changed journalism – almost', in [post-gazette.com](http://www.post-gazette.com) (05.03.2003).
- Mortensen, Torill e Jill Walker (2002). 'Blogging thoughts: personal publication as an online research tool', in Andrew Morrison (ed.) (2002), *Researching ICT's in Context*, Oslo: InterMedia Report. http://www.intermedia.uio.no/konferanser/skikt-02/docs/Researching_ICTs_in_context-Ch11-Mortensen-Walker.pdf

- Nardi, Bonnie A. (et al.) (Unpublished). '«I'm blogging this»': A closer look at why people blog'. <http://www.ics.uci.edu/~jpd/classes/ics234cw04/nardi.pdf> (20.07.2004).
- Nogueira, João L. 'Weblogues, cidadania electrónica e esfera pública', comunicação apresentada durante o 'I Encontro Nacional sobre Weblogues'(18-19.09.2003). Braga: Universidade do Minho.
- Orihuela, José Luís (2003). 'Warblogging en la guerra de Internet', in *Sala de Prensa*, Año V, Vol. 2, Mayo 2003.
- <http://saladeprensa.org/art447.htm> (01.07.2004).
- Pavlik, John V. (2001). *Journalism and New Media*. Columbia University Press.
- Perseus Development Corporation (03.10.2003). 'The blogging iceberg – Of 4.12 million hosted weblogs, most little seen, quickly abandoned', White Paper. <http://www.perseus.com/blogsurvey/> (17.10.2003).
- Pew Internet & American Life Project (29.02.2004). 'Content Creation Online – 44% of U.S. Internet users have contributed their thoughts and their files to the online world'. http://www.pewinternet.org/pdfs/PIP_Content_Creation_Report.pdf
- Pinto, Manuel (2004). 'Um potencial de enriquecimento da vida pública', in Granado, António e Elisabete Barbosa, *Weblogs – Diário de bordo*, Porto: Porto Editora.
- Quittner, Joshua (2001). 'The birth of way new journalism', in *Hot Wired*. <http://hotwired.wired.com/i-agent/95/29/waynew/waynew.html> (08.10.2001).
- Recuero, Raquel da Cunha (2003). 'Warblogs: Os blogs, a guerra do Iraque e o jornalismo online'. <http://bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-war-blogs.pdf> (23.12.2003).
- Rosen, Jay (16.04.2004). 'Journalism and weblogging in their corrected fullness' in PressThink.
- http://journalism.nyu.edu/pubzone/weblogues/pressthink/2004/04/16/con_prelude.html (17.04.2004).
- Rosen, Jay (2003). 'Readers and viewers – Rich now in alternative sources of news – Are more assertive and far less in awe of the press', in *Columbia Journalism Review*, n.º 5, Setembro/Outubro. <http://www.cjr.org/issues/2003/5/alt-rosen.asp?printerfriendly=yes> (18.10.2003).
- Santos, Luís António e Manuel Pinto (2004). 'Weblogs and journalism: An uneasy relation (the Portuguese case)', Comunicação apresentada na secção de Comunicação Participativa da conferência da International Association for Media Communication Research (IAMCR), Porto Alegre (Brasil), 25-30 Julho.
- Santos, Luís António (2004). 'A «explosão» dos weblogs em Portugal: Percepções sobre os efeitos no jornalismo', comunicação apresentada na secção de Jornalismo do II Congresso Ibérico de Comunicação, Covilhã, 21-24 Abril.
- Santos, Luís António e Fernando Zamith (2004). 'Weblogs e jornalismo: Um exemplo de aproximação na universidade portuguesa', *Comunicação e Sociedade*, NECS-UM.
- Shachtman, Noah (06.06.2002). 'Blogging goes legit, sort of', in *Wired*. <http://www.wired.com/news/school/0,1383,52992,00.html> (12.06.2003).
- Siemens, George (01.12.2002). 'The art of blogging – Part 1'. www.elearnspace.com (05.03.2003).

- The Economist* (14.08.2003). 'Blogging, to the horror of some, is trying to go commercial'. http://www.economist.com/printedition/PrinterFriendly.cfm?story_ID=1994135 (10.09.2003).
- Tremmell, Kaye (03.04.2004). 'More beat blogging'. http://kaye.trammell.com/blog/2004_04_01_archive.html#108100246970792588 (21.07.2004).
- Turnball, Giles (28.02.2001). 'The state of the blog', WriteTheWeb. <http://writetheweb.com/Members/gilest/old/107/view> (12.11.2003).
- Tweney, Dylan (14.02.2002). 'Weblogs make the web work for you', Business 2.0. <http://www.business2.com/articles/web/print/0,1650,37974,FF.html> (28.02.2003).
- Walker, Jill (28.06.2003). 'Final version of weblog definition', in *Jill/txt*. http://huminf.uib.no/~jill/archives/blog_theorising/final_version_of_weblog_definition.html (01.05.2004).
- Weinberger, David (2002). *Small Pieces Loosely Joined – An unified theory of the web*. Cambridge, MA: Perseus Publishing.
- Wellman, Barry e Bernie Hogan (2004). 'The internet in everyday life', in Bainbridge, William, *Encyclopedia of Human Computer Interaction*, Great Barrington, MA: Berkshire Publishing.
- <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/index.html> (13.04.2004).
- Wellman, Barry (2004). 'The three ages of internet studies: ten, five and zero years ago', in *New Media and Society*, Vol 6(1), Sage.
- Welsh, Matt (2003). 'The New Amateur Journalists Weight In', in *Columbia Journalism Review*, n.º 5, Setembro/Outubro. <http://www.cjr.org/issues/2003/5/blog-welsh.asp?printerfriendly=yes> (18.10.2003).
- Winer, David. 'The history of weblogs'. <http://newhome.weblogues.com/historyOfWeblogues> (28.07.2003).
- Witt, Leonard (14.04.2004). 'Citizens can improve your media company', in PJNet Today. <http://pjnet.org/weblogues/pjnettoday/archives/000182.html> (20.04.2004).
- Viegas, Fernanda (2004). 'Blog survey: Expectations of privacy and accountability'. <http://web.media.mit.edu/~fviegas/survey/blog/results.htm> (26.04.2004).
- Zamith, Fernando (19.09.2003). 'Blog-Jornais: As experiências da Universidade do Porto', comunicação apresentada durante o 'I Encontro Nacional sobre Weblogues' (18-19.09.2003). Braga: Universidade do Minho.

Weblogues portugueses sobre jornalismo consultados:

- www.webjornal.blogspot.com (Jornalismo e Comunicação)
- www.webjornalismo.blogspot.com (Jornalismo Digital)
- www.ciberjornalismo.com/pontomedia.htm (Ponto Media)
- www.contrafactos.blogspot.com (Contra Factos e Argumentos)
- www.industrias-culturais.blogspot.com (Indústrias Culturais)
- www.blogclipping.blogspot.com (Blog Clipping)
- www.atrium.weblog.com.pt (Atrium)

Os autores

Manuel Pinto dirige os cursos de mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, leccionando e investigando sobre Sociologia do Jornalismo e sobre Educação para os *Media*. Foi jornalista do *Jornal de Notícias*, diário ao qual voltou em 2004, para o exercício do cargo de Provedor do Leitor. Email: mjspinto@gmail.com

Helena Sousa é Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da mesma universidade. É Vice-Presidente do Instituto de Ciências Sociais (UM) e Vice-Presidente da Secção de Economia Política da International Association for Media and Communications Research. Email: helena@ics.uminho.pt

Eduardo Cintra Torres, professor universitário, é crítico de *media* no jornal *Público*, na Rádio Renascença e comentador do programa *Tele-Dependentes*, da RTP1. Trabalhou como jornalista na LUSA, *Diário de Notícias*, *Semanário, Independente*, entre outros. É, ainda, autor e co-autor de argumentos e programas de televisão. Email: ect@net-cabo.pt

Joaquim Fidalgo é jornalista desde 1980, tendo trabalhado no *Jornal de Notícias*, *Expresso* e *Público*, jornal de que foi fundador e cuja Direcção integrou. Foi Provedor do Leitor do *Público*. Sendo presentemente professor no Departamento de Ciências da Comunicação / Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Email: jfdalgo@ics.uminho.pt

Hália Costa Santos é docente da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (Instituto Politécnico do Tomar) desde 2001. Entre 1991 e 1998 foi jornalista do *Público*, especializada na área da Educação. Doutorada pelo Centre for Mass Communication Research da Universidade de Leicester, no Reino Unido. Email: halia.santos@ipt.pt

Madalena Oliveira é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho desde 2003. Trabalhou como jornalista estagiária na TSF, em Lisboa e como assessora de imprensa de António José Seguro, Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, no XIV Governo Constitucional português. Email: madalena.oliveira@ics.uminho.pt

Sandra Marinho é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, onde é professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, desde 1997. Nesta mesma instituição, tem desenvolvido actividades de investigação na área dos *media* e jornalismo. Email: marinho@ics.uminho.pt

Sara Moutinho é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho. Bolseira de investigação no projecto Mediascópio e investigadora do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Jornalista desde 1998. Email: smoutinho@ics.uminho.pt

Felisbela Lopes foi colaboradora no jornal *Público* de 1990 a 1996, ano em que ingressou na vida académica, passando a leccionar sobre jornalismo na licenciatura de Comunicação Social da Universidade do Minho. Actualmente, é também comentadora da RTPN e autora de uma crónica semanal no *Correio do Minho*. Email: felisbela@ics.uminho.pt

Luís António Santos trabalhou como jornalista profissional na BBC World Service e no *Jornal de Notícias*. Em Londres, foi correspondente do *Diário de Notícias* e colaborador da RTP. Neste momento, é professor no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, onde lecciona e investiga sobre jornalismo. Email: lsantos@ics.uminho.pt

Índice

<i>Introdução: Pensar o jornalismo através de casos</i> Manuel Pinto e Helena Sousa	7
<i>11 de Setembro: As quatro fases do evento mediático</i> Eduardo Cintra Torres	17
<i>O caso Jayson Blair / The New York Times: da responsabilidade individual às culpas colectivas</i> Joaquim Fidalgo	47
<i>Caso Kelly: Um dossier apimentado ou uma notícia exagerada?</i> Hália Costa Santos	71
<i>Novos rumos no audiovisual português: O reflexo do 'Big Brother' na informação televisiva</i> Felisbela Lopes	97
<i>A Casa Pia e a imprensa: jornalistas em acto de contrição A impiedade das críticas ou auto-regulação?</i> Madalena Oliveira	125
<i>Incidente com jornalistas portugueses no Iraque. Imprudência ou espírito missionário? A batalha dos argumentos nas colunas dos jornais</i> Madalena Oliveira	149
<i>A queda da ponte de Entre-os-Rios. Exibição em directo da dor e do luto</i> Sandra Marinho	163
<i>Manipulação de imagens fotográficas jornalísticas. Falsificação da realidade visível</i> Sara Moutinho	185
<i>Weblogues em Portugal. Análise exploratória dos efeitos de um novo formato no jornalismo</i> Luís António Santos	207
<i>Os autores</i>	227

Casos em que o jornalismo foi notícia

Manuel Pinto, Helena Sousa (org.)

A crise do jornalismo, tão decantada nos últimos anos, é uma crise de morte ou é antes de renovação e de crescimento? A pergunta está no centro das reflexões e análises deste volume, concebido e produzido no quadro das actividades do projecto Mediascópio, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

Nesta obra, o leitor terá oportunidade de se confrontar com casos que assumem uma particular característica: neles e através deles, foi o próprio jornalismo que se tornou notícia. E nem sempre pelas melhores razões. Os casos em análise configuram três tipos de situações: os mega-acontecimentos, de cunho trágico e traumático, que a cobertura mediática amplia, enquadra, reconstrói e significa; os escândalos relacionados com práticas de jornalistas que põem em causa as instituições jornalísticas e o próprio jornalismo; e os processos extra-jornalísticos, com efeitos reais ou imputados mais ou menos devastadores no campo jornalístico e no modo de fazer jornalismo.

ISBN 978-989-625-160-4



9 789896 251604